



Bruna Mantese de Souza

Mulheres de Fibra

Narrativas e o ato de narrar entre *usuárias e trabalhadoras* de um *serviço* de atenção
a *vítimas de violência* na periferia de São Paulo

CAMPINAS
2015



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Bruna Mantese de Souza

Mulheres de Fibra

Narrativas e o ato de narrar entre *usuárias e trabalhadoras* de um *serviço* de atenção
a *vítimas de violência* na periferia de São Paulo

Orientadora: Profa. Dra. Regina Facchini

**Tese de Doutorado Apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas para a obtenção do título de
Doutora em Ciências Sociais.**

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA BRUNA MANTESE DE SOUZA, E ORIENTADA PELA PROF^ª.
DR^ª. REGINA FACCHINI. CPG, 23/04/2015

**CAMPINAS
2015**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

So89m Souza, Bruna Mantese de, 1978-
Mulheres de fibra : narrativas e o ato de narrar entre usuárias e trabalhadoras de um serviço de atenção à vítimas de violência na periferia de São Paulo / Bruna Mantese de Souza. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Regina Facchini.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Violência. 2. Narrativas. 3. Mulheres. 4. Relações de gênero. 5. Violência contra a mulher. I. Facchini, Regina. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Mulheres de fibra : narratives and narrative acts among staff and women who are seen at a public support to victims of domestic violence in São Paulo periphery

Palavras-chave em inglês:

Violence

Narratives

Women

Gender relations

Violence against women

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutora em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Maria Filomena Gregori

Guita Debert

Adriana Vianna

Gabriel Feltran

Regina Facchini

Data de defesa: 23-04-2015

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 23 de abril de 2015, considerou a candidata BRUNA MANTESE DE SOUZA aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Regina Facchini

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Regina Facchini", is written over a horizontal line.

Profa. Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "adriana", is written over a horizontal line.

Profa. Dra. Maria Filomena Gregori

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "maria filomena gregori", is written over a horizontal line.

Profa. Dra. Guita Grin Debert

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Guita Grin Debert", is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Gabriel de Santis Feltran", is written over a horizontal line.

Resumo

Esta tese é uma etnografia realizada junto a *mulheres atendidas* em um *serviço público de apoio a mulheres vítimas de violência* em São Paulo e sua equipe de profissionais. O trabalho enfoca a maneira pela qual gênero, *violência* e produção de certas materialidades corporais se interconectam nas narrativas elaboradas como resultado do ato de falar *de / a / sobre violência* por essas interlocutoras. A partir de um desdobramento da ideia foucaultiana das dimensões não apenas repressoras do poder, interessa-me pensar os aspectos produtivos e positivos dessas *violências* capazes de conformar contextos, delinear alguns lugares de enunciação e materializar determinadas corporalidades também marcadas por gênero. Tais narrativas são elas próprias produzidas pelas *usuárias* que procuram esse *serviço* em uma vasta gama de conjunções, nem sempre harmônicas, com outras narrativas, sejam as grandes narrativas sobre *violência doméstica* em ampla circulação produzidas pela academia, pelo *movimento feminista e de mulheres*, pelo poder público ou pelas convenções internacionais de *direitos humanos das mulheres*, sejam as narrativas da equipe técnica do equipamento sobre *violência* e suas interconexões com gênero e corporalidade.

Palavras-chave: Violência. Narrativas. Corporalidades. Mulheres.

Abstract

This thesis is an ethnography conducted with *women* who were seen at a *public support to victims of domestic violence service* in São Paulo, as well as with professional workers who work on it. The research focuses on the way in which gender, *violence* and the production of certain embodied materiality are interconnected in the narratives developed as a result of the act of speaking about / on *violence* by these interlocutors. From an offshoot of Foucault's idea on the not only repressive, but also productive, aspects of power, my interest is to debate about productive and positive aspects of this *violence* that are able to conform contexts, to outline some sites of enunciation and to materialize certain corporeality which is also marked by gender and sexuality. Such narratives are themselves produced by *users* that look for that *service* in a wide range of conjunctions, not always harmonious, with other narratives: the greater narratives about *domestic violence* in wide circulation produced by the academy, the *feminist movement*, the government, or the *women international human rights movement*; side by side with narratives of the technical staff of the *service on violence* and their interconnections with gender and corporeality.

Key-words: Violence. Narratives. Corporealities. Women.

Sumário

Introdução	1
Constituição do objeto de pesquisa	3
<i>Corpus</i> narrativo e contextos de enunciação	15
Metodologia e percurso de pesquisa	25
Estrutura da tese e resumo dos capítulos	33
 Parte 1	 37
Para falar a <i>violência</i>: lugares situados, contingências e contextos de enunciação	
 Capítulo 1	 39
<i>As mulheres batalhadoras usuárias da Casa Cidinha</i>	
<i>A batalha de se virar todo dia</i>	44
 Capítulo 2	 67
Uma casa de sete <i>mulheres</i>: invenção das profissionais da <i>dor</i>, do <i>sofrimento</i> e de sua <i>superação</i>	
<i>De histórias de mulheres a casos de usuárias: constituição de vítimas e de profissionais da dor, do sofrimento e sua superação</i>	74
 Capítulo 3	 95
Um <i>comprometimento</i> dividido em partes: militantes, profissionais, militantes-profissionais	
<i>Uma casa, muitas conquistas</i>	101

Uma casa, três arrimos: Padre Moreira, Marcha Mundial das Mulheres e Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social	104
Entre a Dona Cidinha, a Dona Maria da Penha e uma secretaria	109
Um <i>comprometimento</i> dividido em três partes. Parte final, <i>feminismo</i>	119
<i>Serviços de atendimento a vítimas</i> , 30 anos depois	126
Parte 2	133
Ato de narrar: <i>Violência contamina e mulheres evoluem</i>	
Capítulo 4	135
<i>Aderir à felicidade: do que nos falam as narrativas da equipe</i>	
Categorias êmicas que organizam as narrativas da equipe	137
<i>Aderir</i>	138
<i>Evolução</i>	145
<i>Autonomia</i>	156
<i>Empoderamento</i>	159
<i>Felicidade</i> – “queremos que vocês sejam felizes”	164
Capítulo 5	175
<i>Contaminação e domesticação: do que nos falam as narrativas das usuárias</i>	
<i>Contaminação</i> (a <i>violência contamina</i>)	175
Animais, bestas e monstros – categorização de <i>agressores</i> pelas <i>usuárias</i>	188
Testemunhos, testemunhas e corporalidades	199

Considerações finais	211
Referências bibliográficas	223

Agradecimentos

De quantos agradecimentos se faz uma tese de doutorado?

Para a realização desta tese, alguns apoios institucionais foram fundamentais. A pesquisa contou com apoio de bolsa de doutorado concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) entre março de 2011 e fevereiro de 2015. Contou também com bolsa de doutorado-sanduíche junto ao Programa Institucional de Doutorado-Sanduíche no Exterior – PDSE da mesma fundação. Gostaria de agradecer de forma especial às orientações de Regina Facchini e de Bárbara Biglia, professora responsável pelo estágio realizado na Universitat Rovira i Virgili (URV), Tarragona, Catalunya, Estado Espanhol, sob a supervisão. As contribuições de ambas as orientadoras foram inestimáveis. A Regina, um agradecimento especial pelas colaborações durante todos os caminhos desta pesquisa.

Gostaria de mencionar também as contribuições fundamentais realizadas por algumas professoras nesse processo. Guita Debert e a Adrianna Vianna, pelas sugestões e inspirações inestimáveis para esta pesquisa realizadas no exame de qualificação; Maria Filomena Gregori, que foi interlocutora constante e atenta durante várias etapas desta investigação. Os caminhos adotados por esta pesquisa foram profundamente marcados por isso. Pela disposição de discussão, disponibilidade para leitura e participação na banca de defesa, agradeço também a Gabriel Feltran. Aos professores do Programas de Doutorado em Ciências Sociais, em especial a Isadora Lins França por acompanhar muitos momentos desta trajetória. A Maria Elvira Diaz Benítez pelas conversas iniciais.

Agradeço também a colegas do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Antropologia do Instituto de Filosofia Letras e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp com quem dividi muitos momentos. Esta tese também é materialização das conversas e

trocas que tivemos. A Roberto Efrem Filho pela conexão e cumplicidade em todos os momentos. A Andrea Lacombe pelo entusiasmo. Sara, Bruno, Marcelo, Vinícius, Thiago, Íris, Geórgia, Jota Jota, obrigada pela leitura atenta e conversas enriquecedoras. À Carolina Branco. À Natalia Corazza. À equipe de funcionários do Programa de Doutorado em Ciências Sociais e do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu.

Acredito fortemente que o conhecimento é uma empreitada coletiva. De diversas maneiras muitas amigas e amigos foram imprescindíveis para a realização deste trabalho. Elaine, Laura, Érika, Bianquis, Naná, Luma, Diana, Ju Bruce, Veri, Luiza, Juliah, Spindel, Coré, Tiso, Débora, Maria, Luana, Felipe, Raqui, Michele, Natália Barbieri, Cinthia, Lílian, Formiga, Rachel, Adriana Zacchi, Karen Cunha, Duda Maria, Fernão, Ju Henrique, Carmen, Alberico, Amelinha, Viviana, Sara, Jo, Cris, Soaz, Miriam, Flavia, Anto, Pira, Denise, Jude, Amanda, Laura Soledad e Cleyre. A Abel, Caio, Myrian e Sônia.

Por fim, esta pesquisa não teria sido possível sem a interlocução com *usuárias* e profissionais da Casa Cidinha. A elas, meu mais profundo agradecimento.

Guia de siglas e abreviações

BCP – Benefício de Prestação Continuada

BO – Boletim de Ocorrência

CAPs – Centro de Apoio Psicossocial

Casa Cidinha – Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher Casa Cidinha Kopcak

CAT – Centro de Apoio ao Trabalhador

CCA – Centro para a Criança e o Adolescente

Cieja – Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos

Cras – Centro de Referência de Assistência Social

DDM – Delegacia de Defesa da Mulher

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IML – Instituto Médico Legal

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros

Loas – Lei Orgânica de Assistência Social

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

PTRs – Programas de Transferência de Renda

Smads – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo

Suas – Sistema Único da Assistência Social

Lista de artefatos narrativos

Artefato narrativo #1	41
Artefato narrativo #2	46
Artefato narrativo #3	46
Artefato narrativo #4	48
Artefato narrativo #5	48
Artefato narrativo #6	64
Artefato narrativo #7	96
Artefato narrativo #8	119
Artefato narrativo #9	122
Artefato narrativo #10	139
Artefato narrativo #11	144
Artefato narrativo #12	165
Artefato narrativo #13	166

Introdução

Por meio desta tese¹, apresento a etnografia “*Mulheres de Fibra: Narrativas e o ato de narrar entre usuárias e profissionais de um serviço de atenção a vítimas de violência na periferia de São Paulo*”. O trabalho de campo foi realizado junto ao Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher Cidinha Kopcak, *serviço público*² mantido pela Prefeitura de São Paulo de tipo *convênio*, voltado a promover *atenção a mulheres vítimas de violência doméstica*³. Os dados que compõem essa investigação são resultado da pesquisa realizada

¹ Pesquisa de doutoramento desenvolvida no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sob a orientação de Regina Facchini desde fevereiro de 2011, que passou a contar com bolsa de incentivo à pesquisa da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a partir de Março do mesmo ano e que também foi contemplada com bolsa de doutorado-sanduíche junto ao Programa Institucional de Doutorado-Sanduíche no Exterior – PDSE da Capes, cujo estágio correspondente foi realizado na Universitat Rovira i Virgili (URV), Tarragona, Catalunya, Estado Espanhol, sob a supervisão da professora Dra. Barbara Biglia, entre Março de 2013 e Fevereiro de 2014. Agradeço, mais uma vez, as discussões, sugestões e colaborações de minha orientadora, de minha co-orientadora em Terragona, bem como de professoras e professores e colegas de ambas as universidades.

² Gostaria aqui de fazer uma explanação do uso de termos grafados em *itálico* ou “entre aspas” neste texto. O *itálico* é usado para marcar aquelas categorias êmicas que são acionadas pelas narrativas neste campo de pesquisa e cujo sentido é continuamente construído nas narrativas e pelas narrativas. A mesma grafia em *itálico* é aplicada para categorias de peso mais analítico cujo sentido também está sendo conformado pelos seus usos e acionamentos em campo e que são empregados para a realização da análise proposta pelo texto etnográfico aqui apresentado. Além disso, servem para grafar termos em outras línguas. As “aspas” se destinam a marcar os termos em suas condições mesmas de enunciação, ou seja, são elementos extraídos diretamente das narrativas concretas que circulam no campo. Em outras palavras, são termos que li ou que escutei diretamente durante a realização da etnografia. Também se referem a localização de falas maiores como trechos retirados de entrevistas ou citações bibliográficas.

³ O termo *mulheres* opera no presente projeto sob rasura (HALL, 2000), na medida em que atua como (de)nominador e apresenta um ponto de partida para a aproximação em campo, mas não necessariamente seu ponto de chegada. É, inclusive, objeto de investigação deste trabalho apreender como tais categorias são construídas ou como são acionadas nas narrativas que compõem o *corpus* de investigação. Um dos objetivos secundários da pesquisa é delinear os sentidos contingentes associados ao termo *mulheres*, bem como quais são as convenções de gênero acionadas por elas. *Mulheres*, que muitas vezes figura como grande englobador, e termos mais específicos como *usuárias* ou integrantes da equipe, foram acionados como designação pelas as interlocutoras.

A artificialidade, entendida como artefato (HARAWAY, 1995), de tais denominadores utilizados para esses tipos de designação é o motivo pelo qual o termo *mulheres* aparece em *itálico* ao longo desta pesquisa e aqui é empregado tanto para *mulheres* que tenham no presente ou no passado práticas afetivo-sexuais descritas como heterossexuais como para aquelas que tenham no presente ou no passado práticas afetivo-sexuais descritas como homossexuais. Usos êmicos de termos autoidentitários que vão além de *mulher* e *lésbica* podem ser

entre fevereiro e dezembro de 2012. A grande questão à qual está dedicada é entender caminhos, condições e processos que tornariam possível narrar a *violência* e, portanto, a pesquisa foi realizada a partir das narrativas sobre *violência* elaboradas pelas *usuárias* que procuram *atendimento* nesse *serviço* e também a partir das narrativas das profissionais da equipe da Casa Cidinha, como é popularmente conhecida.

A atenção desta pesquisa recai sobre como gênero, corporalidades e *violência* se interconectam em campo e como são acionadas pelas *usuárias* em *atendimento* nesse espaço, por um lado, e pelas profissionais técnicas integrantes da equipe, por outro, nas narrativas elaboradas por elas como resultado do ato de falar sobre *violência*. A grande questão que se coloca no meu trabalho é, portanto, como determinadas noções e convenções de gênero e de *violência* se coadunam na produção e na reprodução de certas corporalidades em determinados contextos nos quais se constituem narrativas sobre *violência*.

As interlocutoras desta pesquisa aparecem aqui denominadas como *mulheres de fibra*. Nas narrativas em circulação no campo, as *usuárias* do *serviço*, *mulheres* moradoras de bairros periféricos da cidade, seriam constituídas como *mulheres batalhadoras*, uma vez que seriam capazes de enfrentar um sem-número de *adversidades* para “prover o sustento” de si próprias e dos filhos. *Adversidades* das quais a *violência* que narram pareceria ser apenas uma parte. Superá-las seria um movimento contínuo traduzido por *melhorar de vida*. As profissionais da equipe da Casa Cidinha também seriam *mulheres batalhadoras*, ainda que existam em operação mecanismos de diferenciação entre *usuárias* e equipe, que

pensados a partir de Facchini, 2008. Sobre o manuseio de categorias autoidentitárias acionadas por aquelas que se denominam politicamente como *lésbicas* e aquelas que rejeitam essa denominação, bem como sobre os regimes de visibilidade e invisibilidade relacionado, ver Lacombe, 2014.

De todas as formas, neste campo o uso de termo *mulheres* nunca esteve relacionado a *mulheres trans*, travestis ou pessoas não binárias, da mesma maneira que o uso do termo *homens* nunca esteve relacionado a *homens trans* ou outras categorias identitárias. A categoria *mulheres* não é, portanto, entendida neste trabalho como uma categoria estanque, dada *a priori*, mas como ela própria construção de normatividades de gênero e sexualidade, dentre outras. Trata-se de um englobador que muitas vezes atua de forma a não visibilizar outros marcadores de diferença como classe, raça, geração, sexualidade. A aposta desta pesquisa é que essa construção está profundamente correlacionada à corporalidade e essas categorias aparecerão rediscutidas à luz dos dados obtidos ao longo da investigação.

serão explorados ao longo das páginas seguintes. Do ponto de vista dos marcadores da diferença, equipe e *usuárias* são bastante semelhantes e as primeiras teriam alcançado *melhoras de vida* em função de sua formação universitária e do *trabalho* no próprio *serviço*, um *trabalho* descrito como *duro* porque em contato direto com o *peso* das narrativas de *violência* das *usuárias* e devido à sua própria precarização.

Haveria assim, portanto, no campo no qual se desenvolve esta pesquisa, manejos de uma certa *dureza*. *Dureza* relativa a condições de vida consideradas impróprias e que deveriam ser sobrepassadas, ou relativas ao empreendimento de um *trabalho* marcado pela dificuldade e pela falta de compensação. A *dureza* estaria assim associada a condições, mas também às próprias interlocutoras. *Usuárias* e integrantes da equipe seriam mais *duras*, ou estariam mais *endurecidas* por essas situações. Meu contato com o campo me levou a pensar nessas *mulheres* como *mulheres de fibra*. *Fibra*, como metáfora, em seu sentido de um material composto por múltiplos componentes, organizados numa mesma disposição, que têm como resultado atribuir maior resistência, mas também flexibilidade. *Mulheres de fibra*, como *fibras* capilares, cabos de aço ou *fibras* óticas, não seriam facilmente rompidas e seriam marcadas por uma certa elasticidade, apesar da *dureza* em sua consistência. Essas *fibras* se alinham ao lado de outro sentido acionado por esse uso metafórico. *Mulheres de fibra* também seriam constituídas por diversas camadas narrativas em conexão.

Constituição do objeto de pesquisa

Esta tese visa a entender, desde uma perspectiva etnográfica, a relação existente entre *violência*, corporalidades, normatividades de gênero e sexualidade a partir das narrativas de *mulheres* que vivenciam ou vivenciaram situações de *violência atendidas* em um Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher na cidade de São Paulo. A perspectiva adotada é de entender como e de que forma se constituem narrativas sobre situações de

violência fundadas em assimetrias e hierarquias de poder marcadas por gênero e sexualidade, mas também por outras interseccionalidades⁴. Trata-se de focalizar a operação *discursiva* (lembrando que o discurso é a um só tempo discursivo e não discursivo, engendrando não só modos de saber, mas também modos de fazer)⁵ dessas normatividades de gênero e sexualidade, na produção de determinadas *materialidades corporais*⁶ e como tais materialidades podem também ser *performativizadas*⁷ pelas interlocutoras no campo. Trata-se de pensar tais atos como *violência* fundada nas relações de gênero dirigida a *mulheres* porque, dessa forma, se evidencia que se trata daquelas práticas identificáveis como *violência* e que ocorrem devido a assimetrias e hierarquias nas relações de poder presentes num determinado contexto histórico, social e cultural e que são responsáveis pela produção inclusive dos *corpos* e dos sujeitos envolvidos. Tal pesquisa se desenvolve a partir da constituição de um *corpus* narrativo, mais bem explicitado no item metodológico desta introdução, e da análise de seus contextos de produção, além da busca por convenções acionadas pelas interlocutoras, o que permite pensar em termos de performatividades de materialidades corporais ao lado da agência implicada no próprio ato de narrar a *violência*⁸.

A pesquisa de campo consistiu na realização de etnografia e realização de entrevistas com *usuárias* e integrantes da equipe da Casa Cidinha Kopcak. Porém, antes de consistir em um trabalho diretamente sobre experiências de *violência*, trata-se de uma investigação que recai sobre narrativas que falam sobre *violência*. Ou que falam *a violência*, como propõe a autora Veena Das (1999, 2007). Tais narrativas são elas próprias produzidas pelas *usuárias* que procuram esse *serviço* em uma vasta gama de conjunções com outras narrativas, entre os quais a academia; o *movimento feminista e de mulheres*; âmbitos legislativos como os que giram em torno da Lei Maria da Penha ou as “convenções internacionais de direitos humanos das mulheres”; e políticas públicas focalizadas de

⁴ Ver Brah (2006).

⁵ Idem, *ibidem*.

⁶ Ver Butler (2000).

⁷ Ver Butler (2008).

⁸ Ver Das (2007).

secretarias municipais de assistência social. O que falam as *usuárias* também não pode ser entendido senão à luz de um segundo conjunto de narrativas, a saber, aquelas produzidas pelas profissionais da equipe técnica do *serviço*.

Essas últimas narrativas são marcadas por um determinado acionamento de saberes como a psicologia e sua correlação com a biopolítica (FOUCAULT, 2002; ROSE, 1998, 1996) e estabelece para essa equipe um lugar e uma autoridade determinada, que consiste de sua construção como profissionais especialistas capazes de identificar as *vítimas*, classificar suas dores e *sofrimentos*, atingindo algo que poderia ser descrito entre a resiliência, a superação e a reparação. Tais narrativas atuam através de uma busca por marcas, sejam elas “físicas”, sejam elas “psicológicas”, capazes de estabelecer verdades (e devemos nos perguntar também sobre quais são as condições necessárias para o estabelecimento dessas verdades). É a possibilidade da constituição do *lugar de vítima* como lugar de enunciação que torna possível o desenvolvimento dessas narrativas e todo um acionamento de uma macroengenharia de benefícios disponibilizados por outros *serviços*. Ambas as coisas acontecem por meio da atuação das profissionais que, como alquimistas, processam as transformações de *vítima* em *alguém dona da própria vida*, conduzindo-as a uma situação de *superação*.

Essa pesquisa se enquadra na perspectiva teórica que situa a *violência* como constitutiva das relações sociais e que, portanto, não a entende como algo do âmbito da excepcionalidade. Diferentemente de uma abordagem altamente difundida na teoria social que postula a *violência* como sendo o resultado de uma quebra da ordem social ou efeito de um suposto estado de falência das regras que regem uma determinada socialidade, usamos como principal referência Veena Das (1999; 2007), que nos oferece uma outra perspectiva sobre o tema. Diferencia-se, assim, de algumas abordagens altamente difundidas na teoria social, mas também bastante diversas entre si, que postulam a *violência* como sendo o resultado de tais ruptura. Quebra da ordem social, efeito de um suposto estado de colapso das regras que regem uma determinada socialidade, falência ou descumprimento de mandatos de obrigação de reciprocidade em relações de troca, aniquilação de alteridades

como sujeitos⁹. Sendo assim, a noção de *violência* não está conectada aos domínios da exceção ou do abuso da lei, mas antes, é, ela própria, parte da norma, ou ainda, constitutiva da própria normalização e normatização das relações sociais. Portanto, assim como Foucault (2002) nos fala de uma dimensão positiva do poder, poderíamos falar sobre uma dimensão positiva e produtiva da *violência*.

A perspectiva mencionada se mostra profícua quando o que se pretende analisar é aquela que vitima *mulheres* nesses contextos. Veena Das é uma importante referência para esta etnografia porque trabalha diretamente sobre as correlações entre gênero e narrativas de *violência* nos atos de fala das *mulheres* interlocutoras de suas pesquisas. A autora trata de uma *violência* amplamente imiscuída nas relações familiares e de parentesco que aponta não para a ruptura da forma esperada dessas relações, mas sim para uma constituição das mesmas através de práticas perpassadas pela própria *violência*. A *violência* é, ela mesma, *constitutiva* dessas relações. Das aborda o que ela chama de uma dimensão ordinária da *violência*: ela é intrínseca à vida cotidiana, está tecida no dia a dia da vida *doméstica*, e é exercida por aqueles e aquelas que se localizam em posições de poder no interior dessas narrativas, referindo-se a uma *violência* exercida por *homens* – em particular na condição de maridos – em relação a suas esposas, e pelas sogras em reação a suas noras, no interior das dinâmicas das relações familiares e de parentesco. Para Das, é através da linguagem dessa *violência* ordinária que se expressariam outras *violências*, por assim dizer: aquelas que residem nas dimensões do que não pode ser dito.

Naquilo que diz respeito a esta pesquisa, interessa pensar também as conexões entre gênero e *violência*. Gênero, como dissemos anteriormente, está aqui entendido como um aglomerado de relações sociais que são perpassadas por diferenças, assimetrias e hierarquias de poder e que são constituídas discursivamente¹⁰. Parto da reflexão de

⁹ Sob essa mesma nota agrupo autores, autoras e teorias que partilham poucos pontos em comum. O fator de agregação sendo, muitas vezes, apenas o lugar conferido à *violência* em suas perspectivas. Arendt (1989, 1999), Sorel (1992), Weber (1991; 2006), Benjamin (1986), Lévi-Strauss (2010, 2013), por exemplo.

¹⁰ Dentre as autoras que tratam do tema discursivamente poderíamos citar Rubin (1975; 1998), Butler (2000; 2002; 2006; 2008; 2009; 2010), De Lauretis (1994; 1997).

Foucault sobre o poder no interior do que esse autor chamou de biopolítica (FOUCAULT, 2002), principalmente nos aspectos positivos e produtivos dessa nova configuração na qual o objetivo do poder se traduziria não mais apenas pela chamada hipótese repressiva, mas também pelos seus aspectos produtivos e positivos, capazes de produzir normas e regulações. Proponho, neste trabalho, pensar a *violência* de modo análogo, como desdobramento dessa forma de poder, e, portanto, também ela dotada de dimensão produtiva e cuja propriedade seria conformar contextos e delinear alguns lugares de enunciação marcados por gênero.

Assim, *violência* é, aqui, palavra carregada de polissemia, uma vez que aparece como mais um dos construtos narrativos acionados pela fala de *usuárias* ou de integrantes da equipe ou demais agentes que compõem o campo. A qualificação dos sentidos assumidos por esse termo foi um dos objetos desta pesquisa. *Violência* dispõe, ainda, de uma dimensão analítica, que, lado a lado a outras relações, como aquela entre gênero e corporalidade, conformam os marcos dentro dos quais se desenrola esta investigação. Quais eram as convenções sobre *violência*, sobre gênero e sobre a relação entre gênero e *violência* acionadas em campo pelas interlocutoras também consistiu objetivo da realização da etnografia¹¹.

Ao fazer um balanço atual de como a questão da *violência* de gênero tem sido tratada pela literatura especializada, Gregori e Debert chamam a atenção para o fato de que aquilo que está sendo nomeado enquanto tal, bem como tem recebido atenção de *movimentos sociais*, das *políticas públicas* e da academia, é uma *violência* que pode ser classificada como *criminalidade*, reduzindo, e muito, o escopo de práticas que poderia abranger. Outro ponto importante que salientam as autoras, e que é relevante do ponto da pesquisa que desenvolvo, é que tanto as práticas desenroladas nas Delegacias da Defesa da Mulher quanto a atuação dos Juizados Especiais Criminais e o texto aprovado pela Lei

¹¹ Sobre a ideia de convenções de gênero e sexualidade e como as mesmas são acionadas para a produção de diferenças ver Gregori (GREGORI, 2014, 2012, 2011 e GREGORI; DEBERT, 2008), Facchini (2012, 2009, 2008), Debert (DEBERT; BRIGUEIRO, 2012 e DEBERT; OLIVEIRA, 2012), França (2013, 2012a, 2012b) e pesquisas por elas orientadas.

Maria da Penha – que veio substituir as práticas conciliatórias dos Juizados – provocaram um deslocamento no tratamento da questão. A atenção que se configurou a partir disso seria aquela que visa a intervir naquelas *violências* consideradas como *violência doméstica ou familiar*: “existe um tipo de *violência*, baseado nas assimetrias de poder imbricadas em determinadas relações sociais, aquelas que são marcadas pelo gênero e que não se restringem à violência familiar” (DEBERT; GREGORI, 2008: 170).

Um ponto relevante a ser considerado consiste no fato de que uma determinada *violência*, mais bem entendida como fundada em relações de poder assimétricas e hierárquicas marcadas por gênero, tem sido conformada por regimes de verdade e discursos normalizadores e reguladores como o sistema judiciário e policial, saberes disciplinares e *redes de serviços de proteção e assistência à mulher* entre outros, como uma *violência* que tem lugar no interior de relações afetivo sexuais englobadas por um ideal de casamento e no interior de um contexto conjugal, doméstico ou familiar. Com isso é enfocada uma *violência* que 1) acomete *mulheres* e que é exercida por seus “maridos”, “namorados”, “companheiros”, “parceiros” atuais ou ex; e 2) que portanto acontece dentro dos marcos da heterossexualidade, no qual uma *mulher* só é uma *mulher* para um “marido”, ou no máximo para “uma família”, como membros de uma relação¹². Outras modalidades de *violência* que possam acometer *mulheres*, mesmo aquelas descritas como heterossexuais, como, por exemplo, *violências* marcadas por gênero e sexualidade, que acontecem fora de relações de parceria afetivo-sexuais ou do âmbito das famílias heterossexuais, são assim eclipsadas. E não se trata apenas de incluir as situações que poderiam acontecer também nas relações de

¹² Corrêa (1983) mostra como o casamento atua como chave de inteligibilidade em sua pesquisa sobre em julgamentos de homicídio em Campinas. O veredicto – declaração de absolvição, culpabilidade e penas atribuídas – ali seriam declarados com base no sucesso dos operadores jurídicos em construir a imagem tanto de *acusados* quanto de *vítimas* em consonância total às obrigações que se esperavam de *maridos* e *mulheres* vinculados por essas relações. A absolvição se dá justamente em função da perfeita adequação do marido à imagem dele esperada e do afastamento diametralmente oposto do comportamento da esposa em relação ao mesmo esquema; comportamento esse que ele é *autorizado* a esperar justamente por sua adequação ao papel socialmente sancionado de “esposo”. Essa autorização advém da legitimação conferida ao ato quando das absolvições (que são inúmeras quando se logra a demonstração da conformidade do *acusado* e da desconformidade da *vítima* em relação aos padrões acima mencionados) por parte do sistema judiciário; é como um reconhecimento social de que o “marido” teria o direito de agir dessa maneira naquelas circunstâncias. Ainda que a publicação da pesquisa de Corrêa date da década de 80, poderíamos pensar sobre o acionamento de algumas dessas convenções no campo desta pesquisa.

parceria afetivo-sexual homossexuais para que seja possível pensar a *violência* que pode acometer também essas *mulheres*, como um esforço de simetria no qual o modelo da parceria heterossexual se estenderia “para fora dos seus domínios”. Um dos objetivos deste trabalho foi pensar como são erigidos os limites dentro dos quais algumas situações de *violência* são identificadas, lidas, designadas e diagnosticadas como parte do que seria a *violência doméstica* enquanto outras não.

No lugar de um presumido vácuo narrativo sobre situações de *violência*, a pesquisa realizada com *usuárias* e profissionais da Casa Cidinha encontrou uma profusão de narrativas, nem sempre feitas de articulações entre palavras faladas, é verdade. Suas narrativas eram formadas também por olhares, sorrisos, elipses, omissões, reticências, silêncios, pausas e muitos gestos. De todo modo, as interlocutoras do campo produziam fluxos narrativos nos quais figurava a *violência*. Por isso, esta etnografia não se alinha aos esforços de análise que postulam a *violência* como sendo aquilo que engendra a perda da capacidade de representar ou de sustentar uma fala sobre elementos a ela associados, não se constituindo, portanto, naquilo que desafia a linguagem. Esse desafio à linguagem se deveria a um estado de incomunicabilidade em função de uma experiência idiossincrática, incomunicável, de extrema dor e de *sofrimento*. É a perspectiva adotada por Elaine Scarry (1984), por exemplo. Para Scarry, a linguagem se mostraria limitada ou mesmo insuficiente na tarefa de comunicar ou expressar esse estado ou condição, encerrando sujeitos não só em universos idiossincráticos e incomunicáveis, mas também propiciando uma verdadeira falência da linguagem¹³.

Ao invés de um nada narrativo, me deparei com muitas *histórias*. Veena Das também encontrou uma sonora e abundante amplificação de narrativas nas quais era possível detectar uma minuciosa descrição (e, por isso, mesmo controle) de comportamentos *violentos*, bem como sua ampla ritualização: controle que versava sobre as performances mas também sobre as próprias narrativas. Na *violência* que caracteriza as

¹³ É no sentido de uma incomunicabilidade gerada pela dor que escreve E. Scarry (1984). Curioso notar que, tanto Veena Das (1999, 2007, 2008) quanto Scarry se utilizam largamente da teoria wittgensteiniana da linguagem chegando em resultados bastante diferentes.

relações familiares, por exemplo, haveria, para a autora, um incansável “trabalho de escuta” e uma eterna “batalha em torno das palavras” (DAS, 1999: 34)¹⁴. O que nos mostra Das é que, se poderíamos falar em um poder disruptivo da *violência*, o movimento de reabitar a linguagem é o responsável por desencadear seu gatilho. Interessa, portanto, saber a partir de que processos, de que atos de fala se constituem narrativas de *usuárias* e profissionais da equipe da Casa Cidinha. Quais são as convenções por elas acionadas, categorias êmicas empregadas, formas adotadas e, principalmente, quais são as condições propícias para o ato de narração.

Grace Cho (2008), em seu trabalho sobre a chamada segunda geração de coreanos que migraram para os EUA em decorrência da guerra da Coreia, postula que não seria a geração que experimenta na carne a *violência* aquela que fala sobre isso, mas sim a geração seguinte. Ainda que seja necessário tempo e uma nova matéria colocada em circulação nos *corpos* daqueles e daquelas que são filhos e filhas dessa *violência*, o trauma, também ele, não é eternamente e definitivamente varrido para uma dimensão do inominável, mas retorna, ganhando por fim seu lugar na linguagem, para nos valermos da terminologia empregada por Das.

Contudo, essa produção narrativa encontrada durante o trabalho de campo não acontece sem que haja constrangimentos. As *violências* sobre as quais falam *usuárias* e integrantes da equipe ocorrem no interior de uma linguagem determinada, a da *violência*

¹⁴ Muitas outras pesquisas foram realizadas no sentido de focalizar narrativas que tematizam situações de *violência*, mesmo aquelas que poderiam ser marcadas como extremas, disruptivas e desarticuladoras. É o que se verificaria no caso de *mulheres* que tiveram sua capacidade de gerar vidas reconhecíveis como vidas após o atentado com bombas atômicas perpetrado pelos EUA contra as cidades de Hiroshima e Nagasaki, Japão (TODESCHINI, 2001); nas narrativas de fantasmas e aparições sobrenaturais no Sri Lanka no que Perera chama de seu “mais intenso período de violência política e terror em sua [Sri Lanka] memória moderna” (PERERA, 2001: 157, tradução minha); e nos testemunhos das *mulheres* que foram chamadas a contribuir para processos de apuração e justiça relativos à *violência* repressora estatal na África do Sul pós Apartheid (ROSS, 2001). Ross, em particular, se dedica à análise de narrativas nas quais as *mulheres* contavam situações do que ela denomina como “violência política”, exercida por forças do Estado contra seus filhos, maridos e irmãos, basicamente. Contudo, o fato de as *mulheres* não falarem diretamente sobre elas próprias não significa, como demonstra a autora, que elas não estivessem efetivamente produzindo narrativas. Os depoimentos que faziam contavam sobre o impacto dessa *violência* em suas famílias e a morte das relações que ela significou. O silêncio também se constitui em um elemento narrativo na análise de Ross. Por isso, segundo a autora, seria um erro tomar ausência de palavra como ausência de narrativa, bem como silêncio por passividade.

doméstica, e suas narrativas são elaboradas a partir de dois lugares, o da *vítima* que *adere* a um *serviço público* de atenção a *mulheres vítimas de violência doméstica* e o de profissionais especialistas em fornecer auxílio na *superação* dessa condição. É a *violência doméstica* que fornece léxico e formas de narrar tais situações que tenham acontecido entre *mulheres* e seus parceiros e serão descritas como adversidades pelas *usuárias* em suas trajetórias de *mulheres batalhadoras*, e como evento capaz de causar desorganização na vida das *mulheres* e que requer *ajuda*, pelas integrantes da equipe. Relações que possam ser enquadradas dentro desse marco são as que chegarão a ser trabalhadas na Casa Cidinha. Há situações, no entanto, que escapam dessas ontologias e que continuam buscando lugares na linguagem para encontrar existência.

Nesse sentido, faz-se necessário pensar sobre a constituição do lugar de *vítima de violência* como realidade e como superfície de intervenção profissional, lugares de enunciação possíveis das narrativas pesquisadas. Pensar como se dá a constituição desse lugar e como seria possível intervir do ponto de vista profissional para conduzir a sua *superação* também foi tarefa desta etnografia. Didier Fassin e Richard Rechtman (2009) abordam como as disciplinas psi se estabelecem como um regime de verdade capaz de incidir na conformação desses lugares, principalmente no que se refere ao estabelecimento da figura da *vítima* e dos profissionais da dor e do *sofrimento* dentro de um novo registro, o trauma. Esta pesquisa trabalha a constituição do *lugar de vítima de violência* (entendida como *violência doméstica*) de uma forma aproximativa à desses autores. Formas de exercício do biopoder via uma psicologização e reprivatização dos problemas sociais também são importantes para este trabalho, nos vieses de Foucault, Nikolas Rose e Guita Debert. Procurei entender a maneira específica pela qual se constituem esses lugares de enunciação e como é a partir deles que são enunciadas as narrativas elaboradas na Casa Cidinha.

Uma decorrência a ser levada em conta dessa perspectiva de trabalhar a partir das narrativas das *usuárias* em *atendimento* na Casa e as de suas profissionais consiste em não tomar tais relatos sobre *violência* como sendo simplesmente transparentes em relação a situações de *violência* em si. Além de Veena Das, autoras como J. Scott (1994) e A. Brah

(2011, 2006) chamam a atenção para o fato de que nem mesmo a *experiência* – neste caso, seria a *experiência* da *violência* – pode ser tomada como transparente. Das nos alerta para essa tensão entre *falar a violência* e *violência*, e manter essa tensão é fundamental para que o *trabalho do tempo* e a agência empregada no ato de narrar – que, para essa autora, passa por recursos de domesticação da *violência*, de sua ritualização, de elaboração e reelaboração – não fiquem subsumidos nesse processo.

A própria Veena Das não se alonga muito sobre o que entende por *experiência*, ainda que nos sejam fornecidas algumas pistas que se articulam, como não poderia deixar de ser, com decorrências wittgensteinianas que emolduram suas análises: a inexistência de uma irreduzibilidade entre “dentro” e “fora” e o “estar no mundo” como resultado da linguagem entendida como jogo que emprega regras e relações – o que nos permitiria, talvez, pensar também em convenções acionadas nesse jogo, mas também dali emergentes, produzindo sentido, significado, produzindo linguagem. Das também chama atenção ao fato de que não está trabalhando sobre a *violência* em si. Seu acesso ao que poderia ser chamado de *experiências de violência* é indireto, dado pelas narrativas e testemunhos sobre a *violência* em seu contexto de análise, narrativas nas quais o *trabalho do tempo* exerce um papel fundamental (trata-se mesmo de uma agência performada pelo *tempo*, noção exaustivamente trabalhada no capítulo 5 desta tese). As narrativas sobre *violência* também implicam em algum *reconhecimento* daquelas situações na chave de inteligibilidade da *violência*, fornecendo um lastro e se constituindo como uma possibilidade de linguagem. A pesquisa aqui apresentada aponta bastante na direção indicada por essas autoras¹⁵.

Esta etnografia enfoca, portanto, a maneira pela qual *violência*, narrativas e gênero se constituem mutuamente no que diz respeito a situações enquadradas dentro da chave de inteligibilidade da *violência doméstica* que vitima *mulheres*. Trata-se de um aspecto daquelas *violências* que são profundamente marcadas por gênero e que são constitutivas das relações de poder que o materializam. Assim sendo, nesta pesquisa gênero não é algo dado;

¹⁵ Outras referências a partir das quais seria possível pensar a questão da artificialidade das narrativas seriam Pierre Bourdieu (1998), quando o autor nos fala da ilusão bibliográfica, e Michael Taussig (1993, 1988).

é algo convencionado nas relações sociais. Este trabalho não parte de uma perspectiva essencialista que entende o “sexo” e “diferenças sexuais” daí decorrentes como algo previamente dado por uma *natureza* disciplinar biológica ou por qualquer outra coisa que a valha. No esteio de Judith Butler, proponho que não se poderia supor uma relação de causa e efeito ou de continuidade entre sexo, gênero e desejo, na qual “desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo” (BUTLER, 2008).

O gênero seria, portanto, da ordem da artificialidade da convenção, e sua estabilidade dependeria de uma produção e atualização constante nas performances dos sujeitos. Dependeria também de materialização de certas corporalidades generificadas em um *corpo* que seria construído, mas nem por isso seria menos material (BUTLER, 2002)¹⁶. Materializações corporais seriam, assim, estabilizações da dedicação de práticas discursivas de gênero e sexualidade em classificar, controlar, adequar e disciplinar *corpos* dentro de categorias como *homens* e *mulheres*. Referem-se à construção de corporalidades que, apesar de se apresentarem como *naturalmente* dadas, são fruto de repertórios discursivos determinados: de suas convenções e de suas normas reguladoras (BUTLER, 2000, 2002, 2006, 2008)¹⁷.

Sendo assim, noções de *corpo* e corporalidade nesta etnografia não são algo da ordem da *natureza* entendida como oposta à *cultura*. *Corpo* aqui não é oposto a mente e não está circunscrito por aquilo que a biologia como disciplina convencionou postular como organismo. É parte integrante desta pesquisa pensar como se definem corporalidades

¹⁶ Para Judith Butler a materialidade de corpos é devida a “um processo de materialização que se estabiliza através do tempo para produzir o efeito de fronteira, de permanência e de superfície que chamamos matéria” (BUTLER, 2002: 29). A autora segue dizendo que “a materialidade é o efeito sedimentado do poder” e que tratar-se-ia do “efeito sedimentador de uma reiteração regulada (idem, ibidem: 65). No entanto, também seria prerrogativa dessa matriz discursiva ocultar a materialidade de corpos perpassados por gênero como sua construção. A materialização seria tomada como ponto de partida ontológico e não como efeito do próprio discurso, o que terminaria por encobrir os mecanismos da produção de tais corporalidades. O exterior constitutivo, aquilo que confere limites e estabilidades para essas unidades corporais, seria constituído, para usar a terminologia da autora, pela matriz heterossexual (idem, ibidem: 71).

¹⁷ Conforme dito anteriormente, Veena Das e Judith Butler são autoras fundamentais para a construção desta etnografia. Contudo, a referência a ambas nessa pesquisa não implica o não reconhecimento das diferenças existentes entre as perspectivas de uma e de outra. Das tornou explícitas algumas dessas diferenças em entrevista publicada pela revista *Dilemas* em 2012 (DAS et al., 2012).

em campo e como esse *corpo*, como superfície generificada, é construído nas narrativas e como é acionado por elas. A proposta de *corpo* artefato, que rompe ontologias estanques de *natureza* e *cultura*, da qual nos fala Dona Haraway (1992, 1995, 2000, 2004), é de importância cabal para esta discussão¹⁸. Segundo a autora, o *corpo* seria um “artefato histórico construído por humanos assim como por atores não humanos orgânicos e tecnológicos” (HARAWAY, 1992: 296). Por isso, o *corpo* seria um coletivo: uma articulação entre atores distintos¹⁹. O *corpo* para Haraway seria sempre resultado de relações de poder compostas por muitas facetas, entre as quais algumas desempenham papel preponderante, como é o caso das relações de gênero²⁰. Poderíamos dizer que não existe corporalidade que não esteja marcada por gênero para essa autora.

Em outras palavras, interessa a esta etnografia, portanto, a maneira pela qual gênero, *violência* e produção de certas materialidades corporais se interconectam nas narrativas sobre situações de *violência* elaboradas por *mulheres* num determinado contexto. *Mulheres* que são *usuárias* de um *serviço público de atenção à violência doméstica e mulheres* profissionais que ali trabalham. Mais detidamente, interessa-me como corporalidades são produzidas por discursos normativos de gênero específicos, engendrando relações de poder

¹⁸ Para Donna Haraway (2004, 2000, 1997, 1995, 1992), a biologia, e suas ciências correlatas, seriam um regime de verdade capaz de produzir um discurso sobre corpos, organismos e seres vivos. Como todo discurso, esse saber sobre natureza apagaria atrás de si os rastros dos mecanismos dessa produção. Nesse aparato de produção corporal, os organismos seriam encarnações biológicas que resultam em entidades técnico-naturais. Suas fronteiras não são pré-existentes e sua existência não está pré-garantida a espera de instrumentos adequados de descrição / inscrição (HARAWAY, 1995: 124).

¹⁹ Marilyn Strathern, ao analisar os mecanismos da produção de pessoas na Melanésia nos fala a respeito de uma corporalidade que seria estabilização material de um feixe de relações mediadas por gênero (STRATHERN, 2014, 2009, 2006, 1999, 1997). Ainda que reconheçamos as diferenças entre Judith Butler (2010, 2009, 2008, 2006, 2002, 2000, 1998) Donna Haraway (2004, 2000, 1997, 1995, 1992) e Marilyn Strathern (2014, 2009, 2006, 1999, 1997), as análises que produziram a respeito da implosão da ideia de *corpo* como algo prediscursivo, ou fora dos domínios da socialidade, são de suma referência para este trabalho.

²⁰ Donna Haraway identifica alguns processos históricos concomitantes a invenção da *natureza* e regime de verdade moderno que seriam as ciências naturais. A *natureza* seria a reificação da posse, seria o “outro” do colonialismo, do sexismo, do racismo e das relações de classe (HARAWAY, 1995: 120). Para ela, a *natureza* e a dimensão da corporalidade são definidas no feminino. Isto é, carregar um *corpo* ou ser associada à esfera *natural* seriam prerrogativas da feminilidade nessas organizações sociais. Outras autoras pontuam esse caráter feminilizador da corporalidade tais como Judith Butler (2010, 2009, 2008, 2006, 2002, 2000), Luce Irigaray (1985a; 1985b), Simone de Beauvoir (1980).

hierárquicas e assimétricas capazes de constituir também essas *violências* em um movimento duplo de retorno.

***Corpus* narrativo e contextos de narração**

Para iniciar uma descrição da metodologia utilizada para a realização desta etnografia, será necessário começar por apresentar o *corpus* narrativo sobre o qual se construirá grande parte da tese. Esse *corpus* consiste de narrativas das *mulheres* que buscam o *atendimento* na Casa Cidinha – ou seja, das narrativas de suas *usuárias* – e também por narrativas das profissionais que *trabalham* nesse *serviço*. De maneira mais detalhada, esse *corpus* é integrado por seis ordens distintas de narrativas agrupadas em dois blocos, segundo se suas autoras são *usuárias* ou profissionais da Casa, como segue logo abaixo. Claro está que essas narrativas não se constituem de forma isolada. Sua elaboração é feita de tensões e negociações, arranjos e complementaridades, paródias e traduções. Processos relativos à autoria e dinâmicas de citação fazem parte do capítulo 5.

1) Narrativas elaboradas pelas *usuárias* durante seus *atendimentos* na Casa, quer sejam esses *atendimentos* de caráter psicológico, jurídico ou da assistência social. Isto é, fluxos narrativos que se deram na minha presença, mas que eram endereçados, sobretudo, às profissionais da equipe, como parte da intenção das *usuárias* de mobilizar a *ajuda* oferecida pelo *serviço*.

2) Narrativas de *usuárias* produzidas especificamente para esta pesquisa e que são o resultado de uma interação direta com as *usuárias*. Tais fluxos narrativos são respostas a situações como entrevistas formais (encontros nos quais estávamos presentes apenas uma

determinada *usuária*²¹ e eu e que foram realizados com data previamente agendada, além da mediação de um roteiro semiestruturado de perguntas, de um caderno de campo e de um gravador). Treze dessas entrevistas foram realizadas. Compõem também essa parcela do material as conversas informais por mim levadas a cabo apenas com uma ou com várias dessas interlocutoras simultaneamente. Essas conversas foram mantidas em espaços diferentes daqueles do *atendimento*, como a hora do café, a sala de espera ou os corredores. Algumas delas contaram com a presença das integrantes da equipe e algumas, não.

3) Narrativas formuladas pelas profissionais da equipe quando da realização dos *atendimentos* prestado às *usuárias* e que consistem, por isso mesmo, do resultado de sua prática profissional de intervenção.

4) Narrativas das profissionais que são elaborações sobre as *histórias* contadas pelas *usuárias* e que foram apresentadas com a intenção de compartilhar os *casos* em *acompanhamento* na Casa com outras integrantes da equipe ou comigo. Os contextos de enunciação nos quais esses fluxos narrativos emergem podem ser de aparente mais formalidade ou de aparente mais informalidade. No primeiro caso, trata-se de reuniões semanais (*reuniões da equipe*) especialmente organizadas para a discussão daqueles *casos* específicos considerados *mais graves* ou de *difícil solução*. Esses encontros contam também com a participação de uma supervisora externa especialmente contratada para esse fim. O segundo consiste em momentos supostamente despretensiosos de interação entre as integrantes da equipe, âmbito no qual muitas dessas trocas também são realizadas. Essa *atualização* dos *casos*, prática constante de narrar novamente “as novidades” de um *caso*

²¹ Em duas entrevistas as *usuárias* estavam acompanhadas por seus filhos. Uma levou consigo a filha de seis meses, em amamentação com leite materno, e a outra o filho de quatro anos porque não contava com um lugar alternativo para deixá-lo depois do horário de fechamento da creche que o menino frequentava. A Casa Cidinha não dispõe profissionais cuja tarefa seja a atenção os aos filhos das *usuárias*. Por isso, muitos dos *atendimentos* ou precisam ser realizados na presença dos filhos (quando são bebês) ou as crianças devem esperar na sala de espera. As integrantes da equipe afirmam que “se viram como podem” para entretê-las com a ajuda de um kit de brinquedos. Depois da primeira visita, as *usuárias* são orientadas a evitarem trazer os filhos e a encontrarem uma pessoa que possa se fazer responsável por eles. A dificuldade que muitas *mulheres* têm em seguir a tal indicação nos diz muito a respeito de como se dá a realização do trabalho de cuidados nos contextos em que vivem.

trabalhado, era feita, além disso, com o objetivo de me colocar “a par” dos novos eventos determinantes no *trabalho de acompanhamento* das *usuárias* realizado pelas profissionais.

5) Parte fundamental desse *corpus* narrativo é constituída pelos documentos resultantes do *trabalho* de intervenção das integrantes da equipe da Casa. Os *prontuários* que organizam cada *caso atendido* também são fluxos narrativos em si mesmos. Tais fluxos são compostos por inscrições realizadas a partir da atuação de determinadas profissionais e se desenrolam no interior de campos disciplinares específicos, com a finalidade de prestar um *serviço* também particular. São esses *prontuários* os grandes agentes na transformação de *histórias de mulheres* em *casos de usuárias*. Como veremos no capítulo 2, esses documentos são regidos pela lógica da prova e operam segundo um regime de verdade em especial, a psicologia. A atuação de *prontuários* e o *trabalho duro* realizado pelas profissionais da equipe são constitutivos do lugar de fala a partir do qual as *usuárias* elaboram suas narrativas: o *lugar de vítima* (FASSIN; RECHTMAN, 2009; ROSE, 1996, 1998; FOUCAULT, 2002).

6) Finalmente integram o *corpus* de narrativas as situações formais de entrevista nos mesmos moldes das realizadas com as *usuárias*. Entrevistei seis das sete profissionais da equipe.

Contudo, além da atenção às narrativas em si como resultado do ato de narrar a *violência*, os contextos de produção dessas narrativas também precisaram ser focalizados. A observação etnográfica foi de importância cabal para essa contextualização e, nas próximas páginas, desenho uma caracterização, ainda que muito abreviada para efeitos desta introdução, do *serviço* e de seus *procedimentos*, do bairro no qual está localizado e de quem são as *usuárias* que compõem a sua clientela. A descrição mais completa desse contexto configura a primeira parte da tese, cujo desenho exploro na seção dedicada ao resumo dos capítulos.

Para dar início a esta primeira aproximação a campo, faz-se necessário situar a Casa Cidinha Kopcak como parte de uma *rede de serviços de proteção* oferecidos pela Prefeitura de São Paulo através da Secretaria de Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

(Smads). Outra implicação institucional desse espaço, por assim dizer, é o fato de ser absolutamente marcado pelas diretrizes de dois campos disciplinares determinados, a saber: o da assistência social (como se poderia imaginar) e o da psicologia. Tal *serviço* se constitui por meio da atuação de profissionais qualificadas e não como resultado de um ato político fundamentado em uma militância e sustentado pelo *movimento feminista e de mulheres*, como já foi a configuração de intervenções similares implementadas na cidade na década de 1980²². Na Casa Cidinha, as profissionais até podem se identificar também como militantes desses *movimentos*, mas não existe a possibilidade de ativistas agirem fora do registro de suas profissões. Essas características têm importantes decorrências para a pesquisa e farão parte do escopo do capítulo 3.

A Casa Cidinha é um dos Núcleos de Defesa e Convivência da Mulher que integram o organograma da Smads. Um desses núcleos é de administração assim chamada *direta* do poder público e os outros se desenvolvem a partir de parceiras mantidas por meio de *convênios* com organizações da sociedade civil²³. Por meio do *website* da Prefeitura, podemos obter a informação de que são 14 os núcleos desse tipo espalhados pela cidade integrando a política do que seria o fornecimento de uma “rede assistencial” para “mulheres em situação de violência doméstica” e vinculados à ideia da “proteção básica” implementada pela política de assistência social do município²⁴. No início da pesquisa de

²² Ver Gregori (1992) e Pontes (1986).

²³ A Casa Cidinha é uma dos Núcleos de Defesa e Convivência da Mulher geridos através de *convênio*. A organização *conveniada* com a prefeitura responsável pela gestão da Casa Cidinha é a Associação Padre José Augusto Machado Moreira: <http://sonhareacontecer.org.br/portal/>. A “Padre Moreira”, como é nomeada pelas profissionais da equipe, foi fundada em 1985, no esteio dos movimentos populares de conquistas de “melhorias” dos bairros e com profundas conexões político-partidárias com partidos de esquerda, notadamente com o Partido dos Trabalhadores (PT).

²⁴ Os termos entre aspas neste parágrafo foram retirados do texto disponibilizado na página da Smads sobre tais núcleos. A seguir reproduzo toda a informação disponível no website. “NÚCLEO DE DEFESA E CONVIVÊNCIA DA MULHER: São serviços de acolhimento/atendimento social, psicológico, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de *violência doméstica* e situação de vulnerabilidade social, oferecendo condições para o fortalecimento de sua auto-estima e autonomia pessoal e social, necessários à superação da situação de *violência*. O município conta com cinco serviços com capacidade de atendimento para 710 mulheres, localizados nas Coordenadorias de Assistência Social – CAS” http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/rede_socioassistencial/mulheres_vitimas_de_violencia/index.php?p=3212 acesso em 20.01.2013, grifos no original. Em 18 de Fevereiro de 2015, último acesso antes da escrita final da tese, a quantidade de *serviços* disponíveis na cidade e o número de

campo, em fevereiro de 2012, essa política pública estava em franca expansão. *Serviços* similares passaram a existir e o segundo semestre de 2012 foi marcado pela abertura de mais três deles somente nos distritos adjacentes a São Mateus, região de abrangência da Casa Cidinha. A novidade contribuiu para que diminuísse o afluxo de *mulheres* de outras localidades à Casa, mas foi efusivamente festejada pelas integrantes da equipe, já que mesmo os números atuais (14 núcleos e 1510 *usuárias atendidas*) são considerados insuficientes. Em comemoração ao aniversário de 10 anos da Casa Cidinha, em setembro de 2012, a coordenadora celebrou o reforço como sendo fruto da “luta dos movimentos de mulheres” (caderno de campo, 13/09/2011). Na mesma ocasião nos foi fornecida uma narrativa sobre a origem da própria Casa – um mito de origem – também vinculando seu surgimento com uma intensa movimentação de *mulheres* da região. Assim, ainda que providos pela pasta de assistência social da administração da Prefeitura, esses Núcleos são apresentados como resultado de intensa movimentação política realizada por *mulheres* contra a *violência de gênero* (ver capítulo 3).

A Casa está localizada na parte central do bairro de São Mateus, periferia da Zona Leste da cidade, em uma das ruas transversais de sua movimentada avenida principal, que conta com inúmeras lojas de comércio popular, agências bancárias e *equipamentos públicos* como Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (Cieja), Centro de Apoio ao Trabalhador (CAT), Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) e abrigo para pessoas em situação de rua. Como nos sugere esse breve olhar para a ocupação da avenida Mateo Bei, São Mateus, situado a 17 km do centro de São Paulo, poderia ser entendido dentro da caracterização elaborada por Teresa Caldeira (2000), como um dos bairros constitutivos de uma periferia antiga da cidade. Segundo essa caracterização, tais bairros encontram seu

usuárias alcançadas segundo a mesma fonte havia mudado, tal como registra a página *web* atual: “o município conta com 14 serviços com capacidade de atendimento para 1510 mulheres”. Um outro *serviço* é apresentado no site como complementar aos Núcleos de Convivência e Cidadania da Mulher. Tratam-se dos Centros de Acolhida Especial para Mulheres em Situação de Violência, chamados popularmente de *abrigos* e conhecidos na rede de proteção como *abrigos sigilosos*. Na definição fornecida pelo site esses *abrigos* têm como objetivo “Oferecer acolhimento provisório, por até 6 meses, podendo ser prorrogado a depender do caso, para mulheres acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, demais violências causadoras de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. A Secretaria mantém, em parceria com ONGs, cinco abrigos sigilosos desta natureza totalizando 100 vagas”.

maior crescimento nas décadas de 60 e 70 e sua precariedade inicial é paulatinamente transformada pelos movimentos de reivindicação por melhorias locais. Esse processo, configurado também por uma série de pressões e negociações com setores públicos, resulta em aumento significativo da infraestrutura urbana e da *rede de serviços* disponíveis, o que representa uma melhoria efetiva nas condições de vida de sua população, mas que acarreta expulsão de moradores mais pobres ou “refavelização” de algumas regiões do bairro, resultante de sua acomodação. À Casa Cidinha recorrem *mulheres* daquele distrito; boa parte delas estaria em situação de “extrema pobreza e vulnerabilidade”, como descrevem as integrantes da equipe. Algumas *usuárias* são de bairros da região e de cidades limítrofes. Raríssimas são aquelas das classes médias e altas que buscam o *serviço*. Como retomaremos no capítulo 1, essas *mulheres* podem ser descritas como migrantes ou descendentes de migrantes, com rendas familiares que variam de zero a 5 salários mínimos, pelo menos 70% delas se identificando como “pretas” ou “pardas” pelas categorias do IBGE; 67% delas têm entre 30 e 50 anos de idade (34,78% têm entre 31 e 40 anos e 32,61% têm entre 41 a 50), de cujas ocupações são, majoritariamente são, de “donas de casa” ou “trabalhadoras de serviços domésticos”, ou uma combinação de ambas²⁵. A questão de como estas diferentes posições em estruturas de desigualdades e assimetrias de poder se interseccionam e de como são constitutivas dos contextos de produção dessas narrativas é mais detidamente examinadas no capítulo 1. Para tal, as contribuições de Avtar Brah são fundamentais. (BRH, 2011, 2006).

Uma breve descrição de *procedimentos* realizados como parte do *atendimento de mulheres em situação de violência doméstica*, no qual consiste o *trabalho* realizado pelas profissionais da equipe, nos auxiliará a situar o conjunto de narrativas com as quais lida esta pesquisa. A primeira forma de contato com o *atendimento* ali realizado consiste em uma *recepção* que faz uma primeira *escuta e triagem*. Depois disso, a *usuária* é *encaminhada* para *atendimentos* periódicos e individuais com três profissionais. Um deles se dá com uma psicóloga – cujo objetivo é reduzir seu *sofrimento psíquico* e *fortalecê-la*

²⁵ Tal perfil foi elaborado a partir de dados de campo levantados por esta pesquisa, já que não há estatísticas desse tipo elaboradas pela equipe do *serviço* ou pela Prefeitura sobre as *usuárias* da Casa ou de outros Núcleos de Defesa e Convivência da Mulher que estejam disponíveis para consulta pública.

emocionalmente para que a *usuária* se torne capaz de enfrentar as situações de *violência* narradas. No limite, o *trabalho* realizado pela técnica deve desenvolver junto a elas a determinação necessária para *tomar a decisão* (e para ser capaz de mantê-la) de se separar do *companheiro*²⁶, autor dessas práticas. Essa decisão, julgada como a mais acertada pela equipe, nunca é imposta às *usuárias* no sentido de representar o único caminho a seguir²⁷. Na imensa maioria dos casos, os encontros entre essa profissional e as *usuárias* ocorrem no formato *atendimento em grupo*; e a equipe da Casa por vezes se refere a esse espaço como *grupo psicológico* ou como *grupo de autoajuda*.

Se a opção for por se separar do *companheiro*, a *usuária* é *encaminhada* para o *atendimento jurídico* prestado por uma advogada. É ela quem faz as orientações para a *tomada* da referida *decisão* e depois acompanha o caso até o seu desfecho. Outras dúvidas também são solucionadas por essa profissional. Principalmente aquelas relacionadas com a guarda dos filhos. O medo de perder a convivência com as crianças e a ameaça de ter sua guarda retirada pelo parceiro são presenças constantes nas narrativas das *usuárias*. Grande parte das decisões que tomam está profundamente influenciada pelo poder de persuasão conseguido pelo pai ou por outros familiares paternos de seus filhos. Essa profissional não pode advogar diretamente nos *casos* e seu *trabalho* é o de fornecer caminhos jurídicos e instruções legais. Além disso, ela é quem deve *encaminhar* as *usuárias* para outros *serviços* nos quais podem conseguir um engajamento de advogados para as causas por elas movidas, como o oferecido pela Defensoria Pública. *Atendimentos em grupo de orientação jurídica* também são realizados, além de *atendimento* individual.

²⁶ *Companheiro* é como as profissionais da Casa se referem aos parceiros afetivo-sexuais das *mulheres* que buscam o *atendimento*, gozem eles do *status* de “namorados”, “amasiados” ou “maridos”. Nesse campo parece valer a mesma máxima já identificada por Mariza Corrêa de que todas as relações desse tipo aparecem englobadas dentro do formato casamento (CORRÊA, 1983) à qual me referi anteriormente (nota 13). O termo *companheiro* é tributário de um acúmulo de discussões *dos movimentos feministas e de mulheres* e de uma certa visão crítica dessas relações, contra um determinado formato de casamento, crítica que é fortemente incorporada nas narrativas das integrantes da equipe. Já algumas das *usuárias* expressam desconforto com o uso de *companheiro*, uma vez que, para elas, a situação de *violência* consiste em uma ruptura naquilo que um parceiro deveria representar. Na narrativa de Paula, por exemplo, o “ex-marido” aparece como “estranho”: “Pra mim ele é um estranho. Ele é só o pai dos meus filhos”. Essa narrativa será intensamente trabalhada no capítulo 4.

²⁷ Ver adiante categoria êmica de *felicidade* que também compõe o capítulo 4 desta tese.

O terceiro tipo de *atendimento* é feito por uma assistente social que busca mapear aqueles *direitos básicos* das *mulheres* que procuram a Casa, e de sua família, que estariam sendo violados: a *rede* mais ampla de *serviços de interesse público*, sejam eles oferecidos por administrações públicas ou não, também conhecida como *rede de proteção*, pode ser acionada se assim se julgar necessário. Essa profissional é quem aciona *benefícios sociais* como a inclusão nos Programas de Transferência de Renda (PTRs), o fornecimento de cestas básicas e a indicação de cursos de formação e qualificação profissional, entre outros, mediante *encaminhamentos* que realiza para entidades diversas que compõem essa *rede de proteção*. Além disso, a *usuária* deve frequentar mensalmente uma reunião grupal chamada de grupo *socioeducativo*, também no interior dos parâmetros da assistência social, e que é conduzida nos contextos das *oficinas de geração de renda* oferecidas na Casa. Nesses encontros, o que se busca é situar aquilo que é narrado pelas *mulheres* que procuram o *serviço* como “uma questão coletiva e que extrapola limites individuais”.

Por fim, em alguns *casos* as integrantes da equipe julgam que uma *usuária* determinada pode estar numa situação de risco eminente de morte. Tal veredicto é alcançado depois da realização da *triagem* inicial (para *casos* novos) e de *acompanhamento* regular (para *casos* já em *atendimento*). A profissional responsável deve também solicitar parecer favorável por parte da coordenadora da Casa. Uma vez obtido esse parecer, realizam o *encaminhamento* da *usuária* para um dos cinco *abrigos* especializados para esse fim *disponíveis na cidade*. Esses *serviços* estão localizados em endereços sigilosos e o *encaminhamento* das *usuárias* só é realizado após a verificação da existência de *vagas* para ela e para os filhos. A indisponibilidade de *vagas* é um empecilho constantemente citado como entrave na realização do *trabalho* das profissionais da Casa Cidinha. Esse seria um dos possíveis desfechos da trajetória de uma *usuária* em *atendimento* no *serviço* pesquisado. Porém outras possibilidades existem, como a maior permanência dessas *mulheres* nas atividades da Casa, na medida em que muitas *usuárias* frequentam a Casa Cidinha por longos períodos de tempo, ainda que de maneira intermitente²⁸.

²⁸ O fluxo aqui delineado é resultado da resposta da coordenadora desse *serviço* à pergunta “como funciona a Casa?” por mim realizada em nossos primeiros contatos, no início da pesquisa. Desse modo refere-se, desde

A clientela da Casa Cidinha é formada por *mulheres*, em sua imensa maioria de classes populares, algumas das quais são classificadas como em situação de *extrema pobreza* e/ou *vulnerabilidade social* pelas profissionais da equipe (categoria que será mais bem explorada no capítulo 1) e que se queixam de atos de *violência* cometidos por seus parceiros (“namorados”, “companheiros”, “maridos” e inúmeras categorias com as quais expressam essas relações). Outras situações que poderiam ser enquadradas como *violência de gênero* de acordo com perspectivas variadas não fazem parte do escopo *trabalhado* seja pela Casa Cidinha, seja por outros núcleos semelhantes. Melhor dizendo, *casos* com *homens* desconhecidos como perpetradores ou cujas relações não são do âmbito da domesticidade chegam até aquele espaço de maneira muito tangencial ou incipiente. *Casos* cuja autoria da ação de *agressão* seja de outra *mulher*, muito menos.

Nenhuma *usuária* havia procurado a Casa Cidinha por esse motivo, quando da realização do trabalho de campo. Aquelas que traziam em suas narrativas práticas afetivas e sexuais com outras *mulheres*, ou as que empregavam categorias autoidentitárias como *lésbica* e *sapatão*²⁹, eram em número muito reduzido (três usuárias relatavam tais práticas e apenas duas empregavam categorias autoidentitárias). Elas haviam buscado a Casa sempre por motivos de *violência* em um relacionamento anterior envolvendo *homens* como

já, à operação de uma primeira narrativa: a da coordenadora sobre o *trabalho* operacionalizado naquele local. Sobre a permanência ou não das *usuárias* na Casa, ver a categoria êmica *aderir* (capítulo 4). Outros dados importantes de mencionar nesse momento introdutório são os seguintes: a Casa tem capacidade de *atendimento* de 110 *mulheres* por mês. Como esses números são de fato alcançados, o *serviço* é bem avaliado pela Prefeitura. Dessas 110 *usuárias*, a coordenadora estima que uma média entre 30 e 40 sejam de *casos* que vem sendo acompanhados ao longo de períodos mais alargados de tempo e o restante consiste de *usuárias* novas a cada mês. Fazem parte ainda da agenda de atividades regulares da Casa a realização de *oficinas* cujo objetivo seria a geração de algum tipo de renda para as *usuárias* (*oficinas de geração de renda*), como por exemplo: corte e costura, bijuteria, ecojoias, manicure, artesanato; há também uma aula semanal de yoga. Datas “comemorativas” como querem umas ou “de luta” como querem outras de um calendário do *movimento feminista e de mulheres* tais como os dias 8 de Março e 25 de Novembro (respectivamente, “Dia Internacional da Mulher” e “Dia Mundial de Combate à Violência Contra as Mulheres”) são marcados com a realização de ventos espaciais. Também são marcados por festas ou atividades especiais o carnaval, a festa junina, as festas do fim de ano e o aniversário da Casa.

²⁹ Novamente faço referência às discussões realizadas por Facchini, 2008 e Lacombe, 2014 tal como realizado na nota 3 do início desta introdução.

parceiros³⁰. Também nunca foi realizada nenhuma menção à existência de *mulheres* transexuais, travestis, pessoas não binárias e nem *homens trans* como *usuárias* ou *usuários* da Casa, nem como suas parceiras ou seus parceiros. *Mulheres* com as mesmas queixas mas pertencentes a classes médias e altas não procuram esses *serviços*, localizados em bairros periféricos de São Paulo, dirigindo-se, quando muito, às Delegacias da Mulher, a grupos de autoajuda próximos às suas residências, a escritórios privados de advocacia familiar ou a consultórios particulares de terapeutas e analistas.

Nos núcleos, o que predomina são *mulheres* de meia-idade, com filhos, que mantêm situação conjugal com *homens* dentro de moldes heteronormais e monogâmicos. Essas *mulheres* narram, em geral, situações prolongadas de *violência* e/ou de *sofrimento* como componentes dessas relações, e o *trabalho* necessário para que consigam *superar* essa condição demandaria longos períodos de permanência no *serviço*³¹. Com isso, não pretendo afirmar que apenas as *mulheres* que se tornam *usuárias* da Casa estejam em situação de *violência* ou possam ser consideradas enquanto tal. Pelo contrário, aponto para uma construção bastante específica sobre *violência* e sobre quem seriam suas *vítimas* e seus

³⁰ É baixa a procura de *lésbicas* – ou de *mulheres* que não se identificam com o termo *lésbica* e que tenham no presente ou no passado práticas afetivo-sexuais descritas como homossexuais – pelo referido *serviço*. Pude identificar apenas três, cujas narrativas envolvem queixas de *violência* de ex-parceiros homens e atual parceira no primeiro caso; estupro cometido por *homens* desconhecidos e *sofrimento* devido a conflito religioso entre expressão de sua sexualidade e a religião evangélica de adoção no segundo; e abuso de drogas no terceiro. A baixa procura dessas *mulheres* pelo *serviço* nos leva a pensar em duas questões que podem incidir isoladamente ou de forma combinada 1) aponta para a validade de uma perspectiva sobre a *violência* que atinge as *mulheres*, qual seja, é *violência* aquilo que parceiros *homens* em situação análoga ao casamento exercem sobre suas parceiras, evocando as conclusões de Mariza Corrêa (1983) e 2) *mulheres* que tenham no presente ou no passado práticas afetivo-sexuais descritas como homossexuais não reconhecem aquele *serviço* como um *serviço* destinado também a elas, mas apenas às *mulheres*, entendidas como *mulheres* heterossexuais independentemente das convenções de *violência* acionadas naquele espaço.

³¹ De acordo com as inscrições contidas no *livro técnico, procedimento* que integra as rotinas de *atendimento* do *serviço* como inscrição relativas ao que seriam *tipos de violência* relatados pelas *usuárias*, temos que: 30,43% são *casos de violência física*, 39,13% de *violência psicológica*, 6,52% *violência sexual* e 17,39% são categorizados como “outros” (termos empregados no próprio *livro*). A nomenclatura “outros” é aquela usada para anotar o que seriam distintas modalidades como *cárcere privado* e *violência patrimonial*, mas também quando o motivo que levou uma determinada *usuária* a buscar o *atendimento* da Casa nada tem a ver com *violência* aos olhos das profissionais da equipe. Outro comentário que é possível tecer diz respeito às perspectivas que influem na produção desses dados, desde as convenções de gênero mobilizadas, até as palavras utilizadas ou não utilizadas, além das reservas, segredos e silêncios que as *usuárias* podem manter em suas narrativas nesses e em outros momentos do *atendimento*.

algozes no interior dessas políticas específicas³². Sinalizo também a vigência de longa duração de uma narrativa sobre a *violência de gênero* como um *problema social* que a postula como sinônimo de *violência doméstica contra mulheres* (nos termos anteriormente definidos). Os processos de produção e reprodução de tais marcos de inteligibilidade que conferem contingências a essas narrativas se dão a partir do acionamento de convenções de gênero e sexualidade bastante específicas por parte das interlocutoras envolvidas, bem como do funcionamento de regimes de visibilidade ou invisibilidade no que se refere a práticas sexuais não heteronormais³³.

Metodologia e percurso de pesquisa

Gostaria, nesta seção da introdução, de fazer uma reflexão sobre o percurso delineado para a realização da pesquisa e sobre quais foram as opções metodológicas que se apresentaram como mais adequadas para a sua realização, buscando evidenciar minha inserção em campo de maneira a descortinar a perspectiva situada desta etnografia, os processos de afetação³⁴ nela envolvidos e os caminhos narrativos adotados.

Privilegiar narrativas sobre *violências* em vez de uma noção de *violências* experienciadas pelas *mulheres* foi uma das alterações no percurso deste trabalho³⁵. Uma

³² Ver capítulo 2 e a discussão sobre configuração do *lugar de vítima*.

³³ Ver Lacombe, (2014) para pensar regimes de visibilidade e invisibilidade.

³⁴ Ver Favret-Saada (2005).

³⁵ Barbara Biglia (2005) é outra autora que se debruça sobre narrativas elaboradas por *mulheres*, dessa vez sobre relações de gênero nos *movimentos sociais* e que também encara seu próprio trabalho como uma narrativa. Além de enfatizar os aspectos envolvidos na performance particular do narrador ou narradora quando coloca em marcha uma narrativa, o que particularmente permite pensar a agência envolvida no ato de narrar, a autora se dedica a um grande esforço metodológico e epistemológico de entender seu próprio texto como uma narrativa. O que escreve Biglia nos é apresentado como produto do entrecruzamento de vários fluxos narrativos, por um lado, e do reconhecimento que sua tese é um produto narrativo que também é

perspectiva que buscava entender essas *violências* marcadas por gênero e sexualidade em contextos muito distintos de investigação, tentando configurar universos muito mais heterogêneos do ponto de vista das identidades e práticas sexuais, constituiu-se como outra mudança significativa nesta pesquisa. A intenção inicial era a de cobrir não só uma maior diversidade de sujeitos desse ponto de vista, mas também propiciar uma garantia de deparar-me com narrativas de situações de *violência* que vitimavam *mulheres* mais abrangentes que aquelas enquadradas como *violência doméstica* – por exemplo, quando os perpetradores dessas ações são completos desconhecidos.

As estratégias delineadas num primeiro momento, ainda na elaboração do projeto de pesquisa, previam uma permanência um pouco mais breve na Casa Cidinha e a constituição de outros lugares de investigação e interlocução, como *abrigos sigilosos* voltados a *mulheres vítimas de violência doméstica* que estão em risco de morte e seus filhos³⁶, *serviços de atendimento* dentro do âmbito da *saúde* de *mulheres* sobreviventes de estupro, curso de Promotoras Legais Populares e Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia, além da inserção em redes de sociabilidades de *mulheres* que mantivessem no presente, ou que houvessem mantido no passado, práticas afetivo-sexuais descritas como homossexuais, buscando esse universo mais heterogêneo de entrevistadas.

A alteração sofrida no decorrer do percurso deveu-se a uma entrada de campo bastante privilegiada para realizar a etnografia na Casa Cidinha. Tive acesso irrestrito a *atendimentos* de todo tipo levados a cabo pelo *serviço* (apenas as consultas psicológicas

processo complexo e, portanto, aberto a contradições, mas também um artefato elaborado a partir de um determinado lugar, assim sendo é parcial e situado, como o é toda narrativa. Por isso, a autora afirma que aquilo que procurou fazer em seu trabalho “não é narrar as ‘histórias de outras’ senão narrativizar, obviamente segundo meu ponto de vista e posicionamento situado, o diálogo que foi produzido em nossa intersecção [da pesquisadora e suas interlocutoras] e favorecer que as narrativas propostas possam ser transformadas e/ou subvertidas” (idem: 156, tradução minha). Sendo assim, a aposta metodológica desse projeto, qual seja, a de fazer uma análise da *violência* e seu intercruzamento com gênero a partir de narrativas, portanto, não é algo desconhecido. Sobre formas narrativas e formas de narrar a *violência*, ver também Gregori, 1992.

³⁶ Termos conforme artigo jornalístico presente no site da Prefeitura do Município de São Paulo, http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participacao_parceria/noticias/?p=9934, acesso em 11 de outubro de 2012.

individuais que se desenvolvem no formato mais tradicional de uma psicoterapia foram resguardadas da minha presença). As integrantes da equipe sempre se mostraram muito comprometidas com que eu conseguisse realizar com sucesso esse trabalho e se esforçaram em me ajudar, estando extremamente disponíveis para as minhas constantes perguntas, a maioria das quais pareciam óbvias e evidentes a seus olhos, e me auxiliando com a identificação de entrevistadas e agendamentos constantes de entrevistas. Tal acesso irrestrito se deveu, ao que tudo indica, ao fato de eu ser uma antiga conhecida da equipe da Casa devido a anos de militância como ativista *lésbica feminista autônoma*, tendo dividido alguns momentos tanto com a equipe como com as *usuárias* dentro e fora da Casa.

Essa condição de trabalho sobrepôs-se à oportunidade de cobrir um extenso campo de investigação que teria sua potencialidade apoiada na diversidade de sujeitos, lugares de enunciação e narrativas de *violência*, que poderíamos traduzir pela imagem de um plano horizontalmente disperso. No lugar disso, a pesquisa se traduziu em uma aposta de maior intensidade da relação entre pesquisadora e interlocutoras, viabilizando a constituição de um eixo verticalmente mais denso que propiciou um aprofundamento e um refinamento maior de entendimentos, noções e acionamentos para aquele recorte. Tal focalização possibilitou uma perspectiva privilegiada para a delimitação de complexos contextos de produção das narrativas em questão, bem como suas imbricadas formas e conteúdos no que se refere ao ato de narrar a *violência*.

Sendo assim, a etnografia realizada na Casa Cidinha Kopcak foi desenvolvida a partir de incursões de observação ocorridas entre os meses de fevereiro e dezembro de 2012. Foi composta por visitas realizadas duas ou três vezes por semana à própria Casa, além da participação em outras atividades ligadas ao *movimento feminista e de mulheres* frequentadas quer pela equipe técnica do *serviço*, quer por suas *usuárias*, e que compunham sua agenda de atividades. Os três meses iniciais foram destinados a uma etapa de familiarização com o campo, marcada por horas extensas de observação etnográfica destinadas a delinear alguns elementos chave da constituição desses contextos narrativos e também a identificar as categorias segundo as quais eram construídas essas narrativas. Observação de *triagens*, *grupos de atendimento psicológico*, *reuniões de equipe* e

conversas informais tanto entre as *usuárias* quanto entre as profissionais, ou ainda em seus momentos de interação, foram de extrema importância para essa primeira fase da pesquisa.

Com a conclusão dessa etapa, foi possível desenhar um roteiro semiestruturado de questões utilizado como instrumento de apoio para a realização das entrevistas individuais com algumas das *usuárias* da Casa Cidinha. As palavras utilizadas para elaborar as questões derivaram desse contato inicial e buscaram perseguir descrições nos próprios termos empregados pelas interlocutoras em campo. No lugar, por exemplo, de perguntar sobre *empoderamento*, elaboração característica de alguns setores do *movimento feminista e de mulheres* e de uso corrente pelas profissionais, contudo exógeno às *usuárias*, perguntei sobre como se sentiam, se estavam “melhor” ou “pior” em relação ao seu momento de chegada. Pedi que me contassem o que havia acontecido para que passassem a frequentar a Casa, e não sobre se haviam sofrido *violência* deste ou daquele tipo com o apoio de formulações como *violência sexual, patrimonial, moral, psicológica* ou *física*, expressões derivadas da Lei Maria da Penha e também alheias às formulações narrativas das *usuárias*; e assim por diante.

Essa estratégia se mostrou bastante profícua na medida em que as perguntas atuavam como disparadores de fluxos narrativos sobre muitos aspectos de suas vidas. A fala das entrevistadas versava sobre situações de *violência* que se enquadravam nos marcos da *violência doméstica*, mas também sobre outras situações que transbordavam essa chave de inteligibilidade e, por isso mesmo, não eram especificamente *trabalhadas* pelo *serviço* (ver capítulo 1). Ao lado das perguntas que focalizavam o acionamento das narrativas, havia um outro conjunto de questões que se destinavam a traçar o que seria um “perfil” de cada entrevistada composto por questões mais objetivas tais como: idade, onde e com quem mora, se tem filhos, se trabalha e onde trabalha, renda individual e familiar, se estuda ou até que série estudou, cor de acordo com categorias do IBGE, se tem ou frequenta alguma religião, se nasceu e sempre morou em São Paulo.

A própria identificação e seleção das treze participantes das entrevistas só foi possível depois desse primeiro contato com o campo, escolha que foi guiada por

determinadas variáveis relativas à sua preponderância na constituição do *corpus* narrativo ou a diferentes posicionalidades nos lugares de enunciação conformados por diferenças nos contextos de produção dessas mesmas narrativas. A proposta consistiu em entrevistar algumas das *mulheres* cujas *histórias* eram mais marcantes para as profissionais da equipe. Esses *casos* gozavam de maior notoriedade seja porque eram consideradas *mais graves* (a hierarquia na gravidade dos *casos* e uma tipologia traçada pela equipe é parte do capítulo 2), seja porque as *mulheres* haviam *superado* a situação de *violência* e estavam “andando com as próprias pernas” (ver a categoria êmica de *autonomia*, no capítulo 4, a seguir). Também busquei entrevistar aquelas *usuárias* cujo ato narrativo empregava diversas categorias e se desenrolava sob formas distintas, sejam elas o que chamei de *novelas*, *thrillers* ou *fábulas*, conteúdo explorado no capítulo 5. Procurei por variedades na relação entre narrativas e produção de materialidades corporais e acionamentos de convenções de gênero e sexualidade. Diferenças como idade, cor, faixas de renda, se eram ou não migrantes ou descendentes de migrantes, quais as ocupações que tinham, escolaridade e nacionalidades foram levadas em conta para realizar essa seleção: a ideia foi garantir, no universo de entrevistadas, algo da diversidade com relação aos marcadores sociais da diferença que caracteriza as *mulheres* que buscam o *serviço*. Uma extensa descrição da composição desse universo é o cerne do primeiro capítulo e se encontra profundamente relacionada com a compreensão dos contextos de produção das narrativas analisadas por esta pesquisa. Na medida do possível, privilegiei aquelas *usuárias* com quem havia estabelecido contatos anteriores e com quem mantinha uma relação de um pouco mais de confiança ou, minimamente, simpatia.

Além das entrevistas com as *usuárias* e da realização de observação etnográfica, também foram levadas a cabo entrevistas com as integrantes da equipe. Essas entrevistas tinham alguns objetivos: entender em que termos estas descreviam o *trabalho* por elas realizado, entender suas próprias trajetórias e também aquilo que as profissionais diziam a respeito do que, por sua vez, as *usuárias* narravam. O roteiro perseguia convenções de gênero e sexualidade acionadas pela equipe e procurava delinear também os contextos com relação aos quais suas próprias narrativas eram construídas. Buscou-se identificar as

conexões que poderiam haver entre uma atuação que se dá nos interstícios entre campos disciplinares, *serviços públicos*, militância política e carreiras profissionais possíveis. As perguntas giravam em torno de compreender se situavam a si mesmas e às *usuárias* naquele espaço. Seis das sete profissionais da Casa foram entrevistadas, com o apoio de um roteiro composto de um bloco geral de questões, embora perguntas específicas tenham sido formuladas para cercar 1) aspectos distintos de suas atuações na Casa e 2) diferentes formas narrativas empregadas segundo diferentes lugares de enunciação. A conformação desses lugares no que concerne à equipe são abordadas durante o capítulo 2.

Gostaria de expor brevemente algumas das dificuldades na realização da pesquisa. Nem sempre consegui concretizar todas as entrevistas que planejei e isso se deveu, principalmente, à impossibilidade de encontrar as *mulheres* que eu desejava entrevistar, mas também a limitações de “perfil” encontradas na Casa. Era baixo o número de *lésbicas* – ou de *mulheres* que não se identificavam com o termo *lésbica* e que relatavam, no presente ou no passado, práticas afetivo-sexuais descritas como homossexuais – buscando *atendimento* na Casa Cidinha. Esse fato certamente diz muito sobre o campo em si, principalmente sobre quais situações de *violência* marcadas por assimetrias e hierarquias de gênero e sexualidade são ou não identificadas como *violência doméstica* e se enquadram, seja por *usuárias*, seja pela equipe, seja pelas contingências do *serviço*, sob essa designação. Citei anteriormente que *violências* associadas a perpetradores desconhecidos quase nunca redundam em procura ou *encaminhamento* para a Casa. Da mesma forma, são escassas as histórias sobre *assédio sexual* no ambiente de trabalho ou *violência institucional* em escolas ou entidades religiosas, por exemplo. Essas ausências são reveladoras não só daquilo que as *usuárias* entendem como *violência doméstica*, mas também dos marcos de inteligibilidade dessa noção por toda uma *rede de serviços públicos* que realizam *encaminhamentos* de *casos* para a Casa Cidinha e por uma série de atuações profissionais. Sazonalidade e irregularidade na frequência de *usuárias* fizeram com que a pesquisa se mantivesse mais referenciada naquelas *usuárias* que *aderiam* ao *serviço*. Foram realizadas muitas tentativas de entrevistar aquelas *mulheres* que *não aderiam* justamente em função dessa particularidade. Apenas uma dessas entrevistas foi bem-sucedida. Encontrei muitos

problemas para agendar os encontros e muitas vezes essas *usuárias* cancelaram ou não apareceram nas datas marcadas, o que também é um dado a respeito de como funciona a categoria de *adesão* (capítulo 4).

O horário de funcionamento da Casa Cidinha também trouxe implicações importantes para que a etnografia adquirisse a sua forma. Funcionando de segunda a sexta, das 8h às 18h, a *agenda* de *atendimentos* do *serviço* é basicamente ocupada por aquelas *usuárias* que ou são donas de casa ou estão sem trabalho fixo. Por questões de segurança e sigilo, outros espaços não cumpriam as exigências necessárias para a realização das entrevistas. Para muitas das *usuárias*, a própria frequência à Casa é um *segredo* mantido seja de seus parceiros, seja de parentes, seja de superiores no trabalho. Algumas manobras foram realizadas tanto pelas *usuárias* quanto pela equipe para que eu conseguisse efetivar algumas entrevistas com aquelas que estavam empregadas. As profissionais se mostraram especialmente empenhadas em facilitar meus contatos com aquelas *usuárias* que haviam conseguido trabalho depois de começarem a ser *atendidas* pela Casa, fato incansavelmente comemorado pelas integrantes da equipe como sinal de que sua atuação estava dando resultados e de que as *mulheres* estavam conquistando sua *autonomia* (novamente, ver capítulo 4).

Todas essas questões, aliadas à incidência dos outros marcadores de diferença aos quais me referi acima, atuam no sentido de condicionar o universo pesquisado e o *corpus* de narrativas analisado. Outras limitações dizem respeito ao desenvolvimento de uma investigação de caráter etnográfico num *serviço* responsável pela aplicação de uma política pública nas condições também anteriormente mencionadas. Contudo, em vez de serem enxergados como ruídos na produção dos dados, esses condicionantes figuram nesta pesquisa de maneira forte, ou seja, atuaram como componentes, ainda que contingentes, de contextos de enunciação nos quais essas e não outras narrativas são produzidas.

A título de encerramento desta introdução, gostaria de fazer alguns comentários sobre minha presença na Casa e sobre a ideia de que não somente a realização da pesquisa é capaz de afetar a pesquisadora, mas também a presença da pesquisadora desencadeia afetos

e afetações em seu universo de investigação. Devido à pouca compreensão e pouca popularização de que goza o ofício de antropóloga, muitas vezes eu era vista como uma *estagiária* ou uma *estudante* preparando um trabalho, o que me conferia uma aura de “juventude” mais acentuada do que seria permitido prever em função de meus então 34 anos. As situações de pesquisa que foram se desenrolando me levaram a notar também que essa “juvenilização” era devida ao fato de eu não ter filhos e nem marido, informação que nem sempre era cruzada com minha identidade política de *ativista lésbica feminista* amplamente conhecida pela equipe, embora não exaustivamente alardeada para as *usuárias* nem por mim, nem pelas profissionais. Essas características jogavam um papel importante em função da configuração dos lugares de enunciação a partir dos quais eu falava, devido à atuação de marcadores sociais da diferença constitutivos da minha posição. Como veremos a seguir, por exemplo, como *menina* eu gozava de um *status* mais baixo do que aquele que teria como *mãe* ou como *mulher*.

Tal “revelação” acontecia apenas quando de alguma maneira, essa curiosidade surgia nas minhas interações com as *mulheres*, muitas das quais eu percebia que faziam perguntas indiretas com vistas a identificarem o quão confortável seria, para mim, falar sobre algo que muitas vezes é vivido nesses e em outros meios como outro *segredo*. Alguns olhares e gestos foram lidos por mim como um desconforto que, de uma maneira geral, se dissipava na medida em que nossas relações iam se tornando mais próximas e que uma grande dose de “confiança” ia sendo depositada em mim. Outros gestos e olhares indicavam, inversamente, um conforto maior do que o usual e permitido entre *mulheres* já adultas com vidas instituídas. Com isso, não pretendo dizer que todo o possível desconforto das *usuárias* com a minha presença ali poderia advir dessa diferença e nem que o conforto indicasse qualquer tipo de interesse especial. O que gostaria sim de pontuar é que meu *corpo* materializava muitas outras intersecções entre clivagens de origem, sexualidade, idade, modos de vida, classe, formação acadêmica, local de moradia na cidade e cor.

Ao longo de um ano de trabalho em contato contínuo, muitas *usuárias* participaram de forma cúmplice de ações de reconhecimento de minha autodenominação como *lésbica*, algumas delas partilhando histórias de amigas, filhas e conhecidas ou mesmo sobre desejos

ou práticas sexuais delas mesmas. As agendas de atuação das profissionais da equipe cada vez mais incorporavam essa possibilidade como uma prática de sexualidade que deveria passar a figurar em suas interpelações das *usuárias*, e frases como “agora vocês também podem pensar em refazer as vidas de vocês e procurar outro companheiro (ou outra companheira)” passaram a figurar em suas falas de maneira cada vez mais presente. Presenças sempre acompanhadas de um escrutínio geral pelo espaço, até que meu olhar fosse por fim encontrado, num movimento de evocação de algo que poderia ser significativo para mim (movimentos de evocação, citação e referência serão mais bem analisados no capítulo 5 da tese).

Minha presença na Casa foi apontada pela coordenadora como um precedente que possibilitou a contratação de uma profissional que também se denomina como *lésbica* para integrar a equipe. O calendário de atividades comemorativas e de luta de 2013 não contou apenas com as datas caras ao *movimento feminista e de mulheres*, como o 8 de Março ou o 25 de Novembro: em agosto, a Casa teve uma programação especial para marcar o “mês da visibilidade lésbica”, também celebrado por organizações LGBT. Após ter permanecido afastada do cotidiano da Casa por dois anos para a realização das outras tarefas que envolvem a manufatura de um doutorado, as *histórias* que ouvi ainda ressoam em mim e me chegam, de quando em quando, por meios tecnológicos que muitas partilhamos, sinais de reclamação das *usuárias* de que as minhas “férias” estão muito longas e de que mereço uma bronca por ter sumido de lá.

Estrutura da tese e resumo dos capítulos

Esta tese está dividida em duas partes. A primeira delas é dedicada a compreender quais são os contextos de produção das narrativas sobre *violência* em circulação na Casa Cidinha elaboradas pelas *usuárias* do *serviço* e pelas profissionais que nele *trabalham*. Tais

narrativas são produzidas a partir de lugares de enunciação determinados, e aquilo que contam não pode ser entendido senão à luz desses contextos. A segunda parte da tese é dedicada à análise propriamente dita dessas narrativas através da apresentação de algumas das categorias êmicas que as constituem. Lidas em conjunto, essas duas metades pretendem apresentar os caminhos a partir dos quais se torna possível narrar a *violência* neste campo de pesquisa. A *violência* da qual nos falamos esses atos narrativos seria aquela que é, a um só tempo, constituída por e constitutiva de relações sociais assimétricas e hierarquizadas marcadas por gênero, como argumentado anteriormente nesta introdução. Também como já mencionado nas páginas anteriores, todo um escopo mais amplo da *violência* que poderia ser considerada como sendo marcada por gênero encontra-se, através de vários mecanismos, desbastado em favor do que seria apenas uma parte dela, a *violência doméstica*.

O primeiro capítulo apresenta quem são as *usuárias* que buscam *atendimento* na Casa Cidinha. Para tanto, é realizada uma descrição de São Mateus, o bairro no qual está situada a Casa Cidinha, a fim de situá-lo num cenário mais amplo (a cidade de São Paulo) e de salientar suas contingências como bairro de periferia. Diferenças e especificidades das *usuárias* são apresentadas a partir da interseccionalidade entre as múltiplas e distintas relações de poder delas constitutivas. Gênero, cor / raça, classe, idade / geração, origem e sexualidade são os marcadores considerados. É nesse capítulo que chegaremos a conhecer melhor as *mulheres batalhadoras* que compõem a clientela do *serviço*, assim como a coincidência entre o estabelecimento de *serviços de atenção à violência doméstica* e a gestão desses setores da população.

São as profissionais que *trabalham* no *serviço* aquelas apresentadas no capítulo 2. Diferentemente daquilo que se poderia pensar, *usuárias* e integrantes partilham mais semelhanças que diferenças. Poderíamos dizer que a maioria das integrantes da equipe tem a mesma origem que as *usuárias*. A melhoria de condições de vida das profissionais se deveria justamente à conclusão de um curso universitário (elas são, em regra, as primeiras em sua família de origem a fazê-lo) e à obtenção do emprego na própria Casa Cidinha. A constituição do lugar de fala dessas profissionais como profissionais especialistas em dor e

sofrimento e na sua *superação*, a partir da psicologia como regime de verdade, é o objeto do qual trata esse capítulo. Essa constituição não se daria, no entanto, de forma desconectada de uma outra, a constituição do *lugar de vítima de violência doméstica*. Essa é a parte do texto que trata dos *procedimentos* empregados pelas integrantes da equipe para transformar as *histórias das mulheres* que buscam *atendimento* na Casa Cidinha em *casos de usuárias* passíveis de intervenção.

O terceiro capítulo, que encerra a primeira parte desta tese, busca delinear os marcos discursivos no interior dos quais se conforma o *trabalho* de *atendimento* realizado pelas integrantes da equipe no *serviço*. Seriam quatro deles e a atuação das profissionais se desenrolaria nos seus interstícios. Primeiro, esse *trabalho* seria marcado por dois regimes disciplinares bastante específicos, a saber, a psicologia e a assistência social. A Casa Cidinha é um *serviço público* de modelo *convênio* firmado entre a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads) e uma *organização social de interesse público*, a Associação Padre Moreira, entidade católica afinada com a teologia da libertação. A atuação da equipe se desenvolveria, portanto, entre os limites das diretrizes que regem o *serviço* como um *serviço* integrante de uma *rede de serviços básicos de proteção*, por um lado, e daquilo que a organização julga adequado como práticas e discursos das profissionais, por outro. Em terceiro lugar estaria o marco legal da Lei Maria da Penha e a questão da defesa dos *direitos humanos das mulheres*. Por último, estariam as relações entre o *serviço* e suas profissionais com setores específicos do *movimento feminista e de mulheres*. São esses marcos aqueles que constituem um lugar de enunciação bastante específico a partir do qual são elaboradas as narrativas das profissionais.

O capítulo 4 é aquele que abre a segunda parte desta tese. Nele estão descritas as categorias a partir das quais são elaboradas as narrativas das profissionais da equipe já pensadas a partir suas contingências de produção. O texto trata do que as integrantes da equipe falam sobre o *trabalho* que realizam. Esse *trabalho* se daria no sentido de promover uma transformação sobre as *usuárias* que pudesse conduzi-las a uma *superação* da situação da *violência*. Esse capítulo focaliza os meios através dos quais operariam essas transformações. É nele também que estão apresentados os arranjos locais que são resultado

da atuação da equipe com relação a marcos discursivos que também configuram processos em contextos mais alargados. Categorias como *empoderamento*, *evolução*, *autoestima* e *autonomia* descrevem aquelas capacidades que teriam de ser desenvolvidas pelas *usuárias* para que pudessem empreender tal caminho de *superação*. O fim último almejado pela intervenção das profissionais seria a constituição de um estado de *felicidade* pelas *usuárias*. Contudo, esse *trabalho* só seria passível de concretização com a *aderência* das *usuárias* ao *serviço* num modelo contratual específico apresentado pelo texto.

Algumas das categorias êmicas presentes nas narrativas das *usuárias* da Casa Cidinha são o escopo do último capítulo desta tese. Esse capítulo trata, especialmente, da noção de que há um poder *contaminador* que pode ser acionado pelo ato de narrar a *violência*. A não observação de algumas condições específicas nesse ato narrativo levaria à mobilização de tal virulência potencial. Essas liturgias estariam relacionadas ao estabelecimento de *olhares*, *escutas* e *lugares* de *testemunho*, bem como à atribuição de *reconhecimento* para aquilo que contam as *usuárias*. Outros mecanismos através dos quais as *usuárias* manejam essas situações de *violência* são também enfocados no capítulo, entre os quais estão recursos relacionados à sua *domesticação*. A etnografia que apresento nesta tese é encerrada com o enfrentamento da questão de como *violência*, gênero e corporalidades se encontrariam relacionadas nas narrativas que foram analisadas durante a pesquisa. *Corpos-testemunho*, *corpos-elástico* e *corpos-imagem* seriam as materializações *corporais* de discursos de gênero atravessados por *violência* e seriam algumas das corporalidades narradas nesse contexto.

Parte 1

**Para falar a *violência*: lugares situados,
contingências e contextos de enunciação**

1

As mulheres batalhadoras usuárias da Casa Cidinha

Durante o período de campo para esta pesquisa, dos sete dias da semana, em três ou quatro deles estava implicado o deslocamento do central bairro da Pompeia, região central de São Paulo, até São Mateus, distrito da chama “Zona Leste 2” administrativa do município, que está localizado a aproximadamente 20 km do centro de São Paulo. Meu trajeto se resumia a um ônibus até o metrô Vila Madalena, Linha Verde, baldeação na Estação Consolação para a Linha Amarela e baldeação na estação República para a Linha Vermelha até a estação Carrão; de lá, uma van realizava o restante da viagem, em 40 minutos nos primeiros meses, e em 1h10 nos últimos, ao longo das avenidas Aricanduva e Mateou Bei, até o número 2.200. Ônibus, metrô, van e deslocamentos a pé somados, lá se iam 2 horas para ir e 2 horas para voltar a cada dia, fazendo com que esta pesquisadora se assomasse às estatísticas dos quase 20% dos moradores que levam mais de uma hora para chegar a seu local de trabalho³⁷.

Os entornos do 2.200 da avenida Mateo Bei são bastante característicos: “Tem de tudo nessa Mateo Bei, menina! Nem sei quanto tempo passo aqui sem ter que ir pro centro. Faço de um tudo aqui!”³⁸. Essa é apenas uma das inúmeras frases usadas para descrever as características daquela porção do bairro, um dos muitos centros regionais dessa

³⁷ Ipea (2013). Também é interessante notar que o deslocamento era inusual em função dos pontos de origem e destino do trajeto realizado: de um bairro central de classe média para uma região periférica no horário comercial. As pessoas que compartilhavam comigo o início da viagem não eram nunca as mesmas que estavam lá no final.

³⁸ Fala de uma das *usuárias* da Casa Cidinha, caderno de campo, 05/08/2012.

metrópole³⁹. “Vamo bater perna na Mateo Bei!?”; “Hoje me acabei na Mateo Bei!”; “Quando eu não fico aqui [na Casa Cidinha] na hora do almoço eu parto para a Mateo Bei!”; “Resolvo tudo o que tenho que resolver por aqui mesmo”, diziam, em muitas ocasiões as profissionais da equipe da Casa. Essas frases se referem a um aspecto bastante enfatizado da região na fala tanto de profissionais quanto de *usuárias* do *serviço* etnografado por esta pesquisa: a avenida Mateo Bei é recheada de grandes e pequenas lojas de comércio popular, incluindo grandes redes como Casas Bahia, Magazine Luiza, Ponto Frio, Cacau Show ou Lojas Marisa. Eletrodomésticos; roupas; acessórios de vestuário, bolsas e bijuteria; relojoarias; calçados; utilidades domésticas; armarinhos; miudezas em geral; artigos de decoração; perfumaria e cosméticos; supermercados; cabeleireiros; açougues; papelarias; óticas; fotocopiadoras; desentupidora; lojas de R\$ 1,99; componentes eletrônicos; colchões; ferragens; tecidos; jardinagem e construção; academias; lojas de celulares e operadoras de telefonia; artigos para noivas; embalagens descartáveis; brindes; autopeças; mecânica e equipamentos de som para automóveis; lava-rápido; autoescola; tintas; lojas “do norte” e do tipo cerealista; brinquedos; móveis; várias farmácias, uma delas de manipulação; serigrafia; artigos esportivos; agência de viagens; buffet; uma rede de laboratórios de exames clínicos; venda e reparo de máquinas de costura; escolas de inglês e de informática; livraria evangélica; *lan houses*; muitos bares, restaurantes, lanchonetes e padarias. Estão estabelecidas na Mateo Bei várias agências bancárias (Caixa Econômica Federal, Sudameris, HSBC, Santander, Bradesco; Itaú e do Banco do Brasil têm duas agências na sua eterna competição pela liderança no atendimento aos miúdos do mercado financeiro). Há pelo menos duas imobiliárias, uma casa lotérica, uma agência dos Correios, escritórios e consultórios de medicina, psicologia, odontologia, advocacia e contabilidade. A Mateo Bei conta também uma série de *serviços públicos*, principalmente os vinculados à Prefeitura de São Paulo: escolas, uma delas um Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (Cieja), um CAPs (Centro de Apoio Psicossocial), um albergue e um Centro de Apoio ao Trabalhador (CAT).

³⁹ Heitor Frugoli analisa a noção de centralidade em São Paulo. Para o autor existiriam mais de uma região que atuariam como centros na cidade (FRUGOLI, 2000). Algumas pesquisas problematizam a oposição entre *centro* e *periferia* como capaz de inscrever unidades homogêneas e inversas, ver, por exemplo, Torres; Marques, 2003.

A caracterização feita aqui da avenida Mateo Bei por meio de seus estabelecimentos comerciais ou de prestação pública de *serviços* não tem o objetivo de ser exaustiva. Em vez disso, a intenção é a de pontuar o poder de atração exercido por suas calçadas despidas de vegetação e sempre 2 graus mais quentes do que a temperatura média da cidade. Essa ampla oferta de comércios e serviços oferece a possibilidade de solução de muitas das demandas do dia a dia de uma enorme parcela da população que mora nos bairros dos distritos de São Rafael, Iguatemi, Parque do Carmo, Aricanduva, Itaquera e Arthur Alvim, além de São Mateus, sem os inconvenientes representados pelo deslocamento ao centro. Sendo assim, aquelas pessoas que não têm a obrigatoriedade de se dirigir à região central da cidade, principalmente por motivos de trabalho, optam por solucionar esse tipo de questão recorrendo ao “centro de São Mateus”. Importante ressaltar que há uma marca de gênero nesses deslocamentos bairro-*centro* e na prevalência / preferência pela avenida Mateo Bei. De ocupação mais informal que a dos *homens*, seja por desigualdades estruturantes do mercado de trabalho, seja porque a informalidade foi eleita justamente porque propicia uma maior possibilidade de atenção aos trabalhos de cuidados com casa, marido e filhos, as *mulheres* são a grande maioria das pessoas que *batem perna* na Mateo Bei. A avenida apareceu como lugar privilegiado para a solução cotidiana dessas demandas nas narrativas de *usuárias* e profissionais da equipe elaboradas tanto na formalidade das entrevistas quanto em outros momentos que compuseram a etnografia.

Ainda que a Mateo Bei seja a espinha dorsal da centralidade da região, nas ruas adjacentes à avenida há também uma enormidade de outros comércios e *serviços públicos*, com prevalência dos últimos, que são fundamentais para o universo desta pesquisa, dentre os quais já é importante mencionar o Hospital Geral de São Mateus, o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) São Mateus e a própria Casa Cidinha. Ao lado de CAT, Cieja, CAPs e albergue, o Hospital São Mateus e o Cras São Mateus formam uma parte da *rede de serviços*⁴⁰ geograficamente ancorada nas proximidades da Casa Cidinha e reconhecida como lugar privilegiado para ir “em busca dos nossos direitos”⁴¹.

⁴⁰ A *rede de serviços* nesse caso é, principalmente, uma composição de *serviços públicos* geridos pela pasta de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo. Centro de Apoio ao Trabalhador (CAT), Centro Integrado

Apesar de ser constituído como um “centro” nos sentidos acima apontados, São Mateus não é uma equivalência deslocada a leste de regiões paulistanas como República, 25 de Março, Rua São Caetano, Rua Florêncio de Abreu ou Rua Santa Ifigênia, conhecidas por sua oferta de comércios populares e serviços e localizadas no que se convencionou chamar de “centro novo” da cidade⁴². O “centrinho” de São Mateus tem também aspectos típicos do que a antropologia urbana costuma descrever como “bairro” de periferia: comércios de pequenas miudezas; uma infinidade de bares; igrejas evangélicas de diversas denominações; muitos animais, principalmente cães, de rua; “moço do sorvete”, “do algodão-doce”, “do pão” (e doces) e “do biju”; “amoladores de facas” (homens que em suas bicicletas vão de porta em porta oferecendo produtos ou serviços); feiras livres nas quais são vendidos, além de frutas, verduras, roupas e utensílios domésticos, produtos “piratas”, “contrabandeados” ou “do rolo”. Essa constituição específica de São Mateus, a um só tempo como “bairro” mas com um diferencial aportado pelos referidos elementos “centrais”, traz tonalidades específicas para a região.

Pensando em São Mateus dentro de um panorama mais amplo da cidade de São Paulo, e para nos valermos da categorização elaborada por Teresa Caldeira, o distrito seria parte da periferia mais antiga da cidade, aquela conformada durante as décadas de 40 e 70, com especial crescimento durante os anos 60 e 70 (CALDEIRA, 2000). Tais regiões de São Paulo, segundo a autora, teriam sido profundamente marcadas por um modelo de segregação entre “centro” e “periferia” sendo esta última caracterizada, de acordo com Caldeira, pela fixação de moradia da população pobre e imigrante, escassez de infraestrutura urbana e grande dispersão espacial com relação ao primeiro. Lutas por melhorias urbanas e legalização de propriedade teriam dado outra tônica para essas periferias nos anos 80, quando até mesmo tais bairros teriam se tornado pouco acessíveis

de Educação de Jovens e Adultos (Cieja), Centro de Atendimento PsicoSocial (CAPs) respectivamente das secretarias do Trabalho, da Educação e da Saúde do município, também estão aí incluídos, assim como projetos de iniciativa variada voltados à população do bairro. Outros pontos da *rede* também são a 8ª Delegacia da Mulher (DDM), o CIM e o Fórum de Itaquera e o Hospital Geral de São Mateus.

⁴¹ Caderno de campo, entrada de 25 de outubro de 2012.

⁴² Ver Frugoli (2000).

para a população mais pobre da cidade, iniciando novos processos de “favelização” ali mesmo ou em outras partes da cidade (CALDEIRA, 2000). Hoje, o distrito conta com 12,83 km², tem população de 158.533 pessoas e é o 22º mais populoso da cidade⁴³.

A argumentação de Caldeira parece descrever transformações sofridas pelo “bairro” que também figuram nas narrativas que compõem o *corpus* analisado nesta pesquisa. Muitas das *usuárias* da Casa Cidinha falam sobre um São Mateus “sem” asfalto, “sem” saneamento básico, “sem” *equipamentos* ou *serviços públicos*. Um São Mateus muito distinto das imagens de “crescimento” que seriam características do momento presente: “Ah... Isso aqui cresceu muito! Não era nada assim quando a gente chegou aqui, em 75⁴⁴”. Os domínios da falta que caracterizavam o passado deram lugar a uma centralidade regional, espaço da *bateção de perna*, da *resolução* de problemas e da *solução* de demandas cotidianas, do lugar onde é possível “fazer valer nossos direitos”.

Embora uma contextualização de São Mateus seja de profunda importância para a compreensão dos caminhos tomados por esta pesquisa, e também para o entendimento de seus resultados, realizar um perfil exaustivo de seus moradores e/ou frequentadores nunca foi o escopo deste trabalho. Contudo, a caracterização das *usuárias* do *serviço* Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher Cidinha Kopcak realizada nas páginas seguintes será uma possibilidade recortada de aproximação a uma descrição desse tipo. As *mulheres* que buscam o *atendimento* na Casa são principalmente migrantes ou descendentes de migrantes, identificam-se majoritariamente como “pretas” e “pardas” de acordo com as categorias utilizadas pelo IBGE, e têm rendas familiares que vão de no máximo cinco salários mínimos até sua total constituição por programas de transferência de renda, o que, sendo o caso, faz com que as integrantes da equipe as qualifiquem como em situação de *extrema vulnerabilidade social* ou de *extrema pobreza*, por exemplo. Por outro lado, um componente etário também é fortemente decisivo na caracterização das *usuárias* na medida

⁴³ http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/, acesso em 9 de janeiro de 2015.

⁴⁴ Cristiane da Silva, em entrevista de 9/10/2012.

em que os grupos que mais se destacam são os das que estão entre 30 e 40 e entre 40 e 50 anos.

A batalha de se virar todo dia e a construção da vítima

Os contextos a partir dos quais se constituem as narrativas das *mulheres* que buscam o *atendimento* na Casa Cidinha são perpassados por uma série de diferenças reconhecidas socialmente e também por relações de poder articuladas não somente a partir de gênero e sexualidade. Antes de analisar tais relações como sendo todas derivadas do que poderia ser entendido como uma fonte primária de diferenciação e hierarquização da qual todas as outras partiriam, o caminho a ser seguido por este trabalho é o das interseccionalidades, principalmente na acepção de Avtar Brah (2006, 2011). Tais relações de poder não são passíveis de serem organizadas como entidades discretas distribuídas em equações aritméticas quer sejam de soma, subtração, divisão ou multiplicação. Tratar-se-iam mais bem de dimensões que se interseccionam produzindo, para utilizar os termos de Avtar Brah, “diferentes posições de sujeito” (2006: 359) estabelecidas discursivamente, e por isso sempre contingentes, que não podem ser depuradas, por assim dizer, da própria interseccionalidade que as produziu e que as caracteriza. Termos como “raça”, “classe”, “gênero”, “sexualidade”, “origem” e “geração” não seriam, portanto, redutíveis uns aos outros e deveriam ser entendidos como componentes que produzem uma posição de sujeito. E, para os interesses desta pesquisa, um local bastante específico de fala.

É no sentido das interseccionalidades e da produção das diferenças que, nos parágrafos seguintes, traço um perfil das *usuárias* da Casa Cidinha. Tal perfil foi realizado a partir de dados estatísticos gerados para esta pesquisa segundo as informações que constam no *livro de atendimento* preenchido depois de cada *atendimento*, dia a dia, pela equipe. Como *instrumento de trabalho* das profissionais da Casa, o cruzamento entre linhas

e colunas das inscrições desse livro tem uma finalidade de realizar um balanço mensal dos *atendimentos*⁴⁵. Ou seja, o interesse da equipe nesses dados é distinto daquele que perpassa a realização do perfil elaborado nesta pesquisa⁴⁶. Dados qualitativos também compõem a descrição sobre as *usuárias* realizada abaixo e decorrem das entrevistas por mim realizadas e das diversas incursões de observação em campo⁴⁷.

– Uma amiga da minha família arrumou pra eu vir pra São Paulo. A mulher mandou um dinheiro pra eu vir de doméstica na casa dela. Foi assim que vim morar aqui em São Mateus.

Isso tinha sido já depois de Vanessa⁴⁸ ter saído aos 12 anos do sítio onde nasceu no interior de Pernambuco para trabalhar nesse mesmo ramo profissional, numa cidade de médio porte em Alagoas. A entrevista segue e Vanessa conta que nunca teve tempo de estudar.

– Lá em casa nunca dava tempo. Eu acabei largando. Estudei só até o 3º ano [do ensino fundamental]. Lá a gente vivia do sítio. Era roça. Acordava muito cedo. Trabalhava muito.

Foi outra amiga da família que indicou o trabalho para Vanessa em Alagoas. Foi lá na casa da “patroa” que Vanessa, hoje com 47, foi estuprada tantas vezes que perdeu a conta. Foram várias violações feitas pelos dois filhos adolescentes do casal de classe média alta para quem trabalhava. Vanessa engravidou. A “patroa” a pôs para fora de casa. Vanessa teve um filho e voltou pra casa da mãe, que acabou pegando o menino pra criar.

⁴⁵ O *livro de atendimento* é uma dos entes responsáveis pela transformação operada pelo *trabalho* realizado na Casa. A maneira pela qual tal incisão ocorre é objeto de descrição da próxima seção do capítulo.

⁴⁶ Ainda que haja uma variação de número de *usuárias atendidas* e a proporção entre as categorias analisadas de um mês para outro, essa variação é pequena, por isso a opção foi por usar um mês como referente de análise.

⁴⁷ Categorias como relativas a cor, raça ou etnia não existiam nos *instrumentos de trabalho* da equipe nos primeiros meses na qual essa etnografia foi realizada. Apenas no último trimestre de 2012 passaram a integrar as colunas de informação do *livro de atendimento*, por isso as informações referentes a essa categoria são decorrentes de pesquisa qualitativa realizada em função desta etnografia.

⁴⁸ Todos os nomes próprios utilizados neste trabalho são fictícios.

– Aí, quando me chamaram pra vir pra São Paulo, eu vim e deixei o menino com minha mãe.

Vanessa foi morar num dos bairros de São Mateus, trabalhou muitos anos em muitas casas de família. Hoje em dia não trabalha mais.

– Só meu marido trabalha.

– De que ele trabalha?

– Ele vende CD.

– E de quanto é a sua renda? – pergunto, ávida por preencher lacunas num formulário de entrevista.

– Não tem renda.

Há uma pausa quase imperceptível na entrevista, nesse momento. Volto o olhar novamente para Vanessa, retirando a atenção dos meus papéis e das minhas lacunas. Na minha cara lia-se: “como assim não tem renda?”.

– De vez em quando tem um dinheirinho. Mas eu nem sei quanto é.

– Se você fosse fazer uma estimativa, de quanto seria?

– Eu sei lá! Ele deixa assim, uns R\$ 30, R\$ 40. Mas não é todo dia que deixa.

E eu, em tom interrogativo-conclusivo:

– Ele que paga as contas e faz as compras, e você não sabe quanto dinheiro entra...

– Ele paga as contas. Algumas... As compras, quem faz sou eu!

(Artefato narrativo #1)⁴⁹

⁴⁹ Artefatos narrativos é a maneira de designar, nesta tese, construtos ficcionais construídos com base nos dados da pesquisa de campo. Sua justificativa primeira é o fato de que algumas interlocutoras desta investigação não se sentiam seguras apenas com a alteração de seus nomes e necessitavam de alguma ficcionalização a mais de suas histórias. Outra justificativa é que muito do conteúdo das narrativas não era comunicado a partir de palavras. Essa foi a forma encontrada para inscrever os fluxos narrativos constituídos de gestos, olhares, silêncios, pausas, suspiros, expressões.

Gostaria de dizer que não tenho a pretensão de saber exatamente o que se passava na cabeça das *mulheres* interlocutoras desta pesquisa, sejam elas as profissionais ou usuárias da Casa Cidinha, no momento em que disseram essa ou aquela frase, como uma narradora onisciente, onipresente e onipotente (seriam narradores

Foi o aspecto de núcleo de convivência que fez Vanessa procurar a Casa Cidinha em 2011, quando ela tinha 46 aos. Vanessa entrou buscando *oficinas* de artesanato e corte e costura oferecidas pela Casa e que podem ser frequentadas, de acordo com explicações da equipe, tanto por *mulheres* que são reconhecidas como *vítimas de violência doméstica*, quanto por *mulheres da comunidade*. No bairro, “colegas”, como ela chama, já haviam sugerido que ela fosse até a Casa e se envolvesse nesses cursos porque eram “bons pra ocupar a cabeça”:

Os cursos são muito bons pra passar o tempo da gente e a gente sempre acaba aprendendo coisas! O primeiro que eu fiz foi muito bom. Foi de bijuteria. Mas eu gostei mesmo é do corte e costura! Eu vim parar aqui na Casa assim. Elas [profissionais da equipe] nem sabiam de nada que tinha acontecido antes. Só depois é que uma amiga falou: “Vai lá! Conversa com a psicóloga, conta pra ela!”. Eu cheguei devagar. Depois que eu contei...

(Fala de Vanessa Tavares, em entrevista, 10/07/2012)

Vanessa é uma das muitas migrantes (principalmente dos estados da região do Nordeste) que são *atendidas* na Casa Cidinha. Migrantes porque elas mesmas tomaram essas decisões ainda com pouca idade (antes dos 25 anos) ou acompanhando suas famílias,

deuses e não os deuses astronautas?) de muitos romances de literatura que dá acesso aos mistérios da mente dos personagens dos seus livros a quem lê. Esses “pensamentos amplificados” são, na verdade, eles próprios artefatos narrativos por sua vez informados por outras narrativas: frases expressadas em entrevistas ou outros contextos de enunciação e são aqui empregados como parte de uma etnografia que se pensa a si mesma como uma *ficção interessada* como advoga Marilyn Strathern (2006). O fato de ganharem “amplificação” aponta ainda para os muitos aspectos não verbais contidos nas narrativas e suas dinâmicas de evocação, citação e referencia, bem como de elipse, ocultamento ou não verbalização, para as quais desejo chamar a atenção.

Em muitos momentos deste trabalho, uma imagem recorrente para mim foi a de um complexo tecido muscular composto por diversas *fibras* que corresponderiam a diversos níveis narrativos, na medida em que muitas vezes minha narrativa é uma narrativa sobre narrativas, quando falo sobre a fala das *usuárias* sobre elas mesmas, ou uma narrativa de narrativas sobre narrativas, quando trata-se de falar sobre as narrativas que as integrantes da equipe fazem sobre as narrativas que escutam. *Mulheres de fibra* também são compostas por essas camadas narrativas.

e muitas delas têm esse tipo de deslocamento como parte de suas narrativas. A história contada por muitas das *usuárias* é a de migrar para São Paulo em busca de “melhores condições de vida”, da fuga “da pobreza”, “da seca”, da “morte dos animais”, da falta de “perspectivas de ter uma vida diferente daquela que era a vida de meu pai e de minha mãe”, porque lá “a gente trabalhava muito e não tinha nada”, da “possibilidade de estudar”, de “ser alguém na vida”. Essas frases, recolhidas aqui e ali das entrevistas com as *usuárias* por mim realizadas entre julho e novembro de 2012, são parte de uma narrativa maior, de longa duração e tantas vezes já enunciada por outras pessoas migrantes que vieram de todos os cantos do país atraídas por uma São Paulo que é, e já foi ainda mais, vista como lugar de oportunidades, de emprego, de dinheiro e de disponibilidade de alguns recursos considerados escassos nos seus locais de origem, como a água, por exemplo.

A migração para São Paulo marca a trajetória das *usuárias* da Casa Cidinha ou por serem elas mesmas as que migraram, ou por serem filhas de migrantes. Aquelas que nasceram na cidade e que são de famílias também nascidas na cidade são uma minoria acentuada. Além dos conteúdos acima citados e que estão relacionados com a ideia de “pobreza e falta de recursos”, e que aparecem como motivos para migrar nas narrativas das *usuárias* da Casa, estão a migração para acompanhar ou a família (geralmente os movimentos migratórios realizados por pais e mães) ou o companheiro ou marido⁵⁰. Esse deslocamento que se inicia porque foi o parceiro quem migrou é bastante comum nas narrativas pesquisadas e tem uma incidência maior na faixa das *mulheres* mais velhas, principalmente entre as que estão entre os 40 e os 50 anos.

Outro dado importante é a origem dessas *mulheres*. A maioria das imigrantes veio das regiões Norte e Nordeste. Há aquelas que migraram de outras regiões do Brasil e de outras cidades do estado de São Paulo. Contudo, também há presença não insignificante de imigrantes de outros países, principalmente da América Latina: Bolívia, Paraguai e Chile, com especial preponderância de bolivianas. A proveniência das imigrantes permite pensar

⁵⁰ Deparei-me com poucas narrativas sobre *mulheres* que migraram para acompanhar namorados. Há algo nesse movimento da migração que parece exigir uma formalização maior da relação de parceria antes que a *mulher* decida sair de sua casa de origem rumo a outra cidade e/ou receba autorização dos pais para tal.

na continuidade dessa narrativa de longa duração sobre o eixo Rio – São Paulo como a “terra de oportunidades” com relação a outras regiões brasileiras. Permite também pensar sobre uma construção equivalente de metrópoles “desenvolvidas” em relação a cidades de médio e pequeno porte ou de povoados rurais. O componente internacional, no entanto, permite seguir o traçado do surgimento de uma narrativa nova, na qual o Brasil seria um local onde “tem trabalho” e “tem dinheiro” em relação a outros contextos estado-nacionais latino-americanos.

Questões relativas a gênero também marcam os deslocamentos em questão de muitas outras maneiras. Muitas *mulheres* que se viram envolvidas em escândalos de cunho sexual, seja uma gravidez fora das bênçãos do sacrossanto casamento, seja em casos de adultério, seja em casos de violação sexual resultando ou não em gestação, se viram impelidas a deixar suas cidades de origem. Nessas narrativas, parecem operar com força os mecanismos de honra e de fofoca dos quais nos fala Cláudia Fonseca (2000)⁵¹. A ameaça e o medo de ficarem “malfaladas” por condutas supostas ou manifestas orienta preventivamente movimentos migratórios. Naqueles casos nos quais o falatório já está instaurado, nos quais “não adianta prevenir, agora só resta remediar” e nos quais o “estrago já foi feito”, a migração também aparece como parte de um repertório possível. Mudar de cidade se apresenta como uma das muitas atitudes, por vezes drásticas, que têm a finalidade de reparar e recuperar a honra das famílias que teria sido lastimada pelo comportamento de filhas, irmãos ou esposas.

A fala de Vanessa nos permite fazer uma reflexão mais detalhada sobre essa polarização de migração, cuja direção seria “sertão pobre / Sudeste rico”, como única possibilidade de deslocamento, assim como sobre a maneira pela qual *violências* e pobreza se coadunam na produção de deslocamentos. Outras cidades do Nordeste também representam possibilidades de destino para movimentos migratórios. Uma cidade de porte médio de Alagoas foi a parada de Vanessa ainda na entrada da adolescência. Lá ela foi

⁵¹ Fonseca analisa a fofoca e a honra como mecanismos de manejo de um código moral. Contando histórias e espalhando boatos, se realizaria, segundo a autora, uma “manipulação da opinião pública” (FONSECA, 2000: 46). Nessa economia moral, a conduta das *mulheres* é escrutinada pelo impacto que podem ou não trazer à honra dos *homens* a elas relacionados.

“trabalhar de doméstica”. “Trabalhar de doméstica” também foi, aparentemente, o motivo para a migração de Vanessa para São Paulo, ou ao menos é o primeiro evocado em sua fala. Porém, conforme a entrevista seguia seu curso, outros elementos foram apresentados. A mãe de Vanessa, depois dos repetidos estupros e da gravidez resultado das violações, “pegou o menino pra criar” e, convenientemente, teria surgido uma amiga dela que “arrumou” um trabalho de doméstica para que Vanessa viesse para São Paulo. A mãe de Vanessa até hoje “cria o menino como se fosse dela” e pouquíssimas pessoas do povoado de Vanessa já ouviram falar dessa história. Ou tudo se passa como se pouquíssimas pessoas do povoado de Vanessa já tivessem ouvido falar dessa história.

Rafaela Alves nasceu em São Paulo, mesmo. Distrito: São Mateus.

– Eu nasci em São Paulo, mesmo. Lá em São Mateus. Minha mãe morava no Parque São Rafael.

Era lá que sua mãe – que veio de Minas e era doméstica – morava com seu pai – que era caminhoneiro e catarinense. Ele trabalhava entregando mercadorias de uma indústria da área de higiene e limpeza e ela trabalhava em “casa de família”.

– Minha mãe cansou do meu pai quando eu tinha uns 10 anos. Ela separou só quando já tinha arranjado o meu padrasto.

De lá em diante, só a mãe contou. Na verdade, não só a mãe.

– Meu padrasto segurava várias broncas minhas, dos meus irmãos... Ele que era meu pai depois que minha mãe separou. Hoje eu posso dizer isso daí!

– E seu irmão? E sua irmã?

– Minha irmã tem a minha mesma trajetória, mas o grito dela é menos. O marido da minha irmã é bem mais violento. E aí eu vejo que o grito dela é menos.

Rafaela tem 30 anos. Desses, ela passou os últimos 10 com o pai de cinco dos sete filhos dela. Ela teve uma “passagem relâmpago” pela Casa Cidinha, como ela mesma define, e há dois meses mora junto com os filhos num dos abrigos sigilosos para *vítimas de violência*

doméstica *conveniados* com a Smads em endereço não revelado para essa pesquisadora. “Branca” e “de poucos estudos” foi o que ela respondeu às perguntas correspondentes da entrevista. Até é católica, mas não pratica. Era dona de casa. Antes de ser abrigada morava com os filhos e o marido em Arthur Alvim. A família numerosa vivia da oficina de mecânica mantida pelo marido. “Ele tirava uns R\$ 3.000 por mês”. Depois de sair fugida de casa, renda dela ela não tem nenhuma.

– As meninas tão me ajudando. Tão buscando me colocar nos Programas de Transferência – diz. “As meninas” é a maneira pela qual muitas das *usuárias* se referem às integrantes da equipe da Casa Cidinha. E os “Programas de Transferência” são os Programas de Transferência de Renda (PTRs)⁵² que as profissionais tentam ativar para *garantir a autonomia das mulheres*⁵³.

– Meu marido entrava e, da porta pra dentro, ele virava bicho.

(Artefato narrativo #2)⁵⁴

Neide se define como *branca* e nasceu num sítio no interior do Ceará. Veio pra São Paulo com 25 anos. Hoje tem 48 e uma filha e um filho de 20 e 22 anos, e está separada há dois anos de um casamento que durou 21.

– Eu falava pra minha mãe que eu ia ter filho, mas não ia casar, porque eu não queria ter que aturar marido e filho. Ela ficava louca da vida, que esse pessoal de antigamente não aceitava isso. Depois meu pai me convenceu. Eu achava que não ia dar certo porque eu não gosto dessa história de depender dos outros. Meu marido nunca me proibiu de trabalhar. Até porque não ia adiantar nada. Ele ia mandar e eu ia desobedecer. Ele tentou impedir, mas eu não aceitei. Ele queria jogar as capas de chuva que eu dobrava no lixo.

Ele não foi o primeiro namorado de Neide:

– Eu sempre fui namoradeira. Eu namorei muito! Mas não era como hoje em dia que namora e já vai pra cama.

⁵² Ver capítulo 2.

⁵³ Ver capítulo 4.

⁵⁴ Artefato narrativo elaborado sobre entrevista a Rafaela Alves em 30/07/2012.

Com ele, Neide namorou quatro anos. Ela descobriu que estava grávida só depois que ele tinha vindo embora pra São Paulo. Ele quis casar. Ela não queria, mas o pai convenceu.

Neide “sempre trabalhou”: na metalúrgica ela, terceirizada, dava acabamento às bijuterias. Dobrou capa de chuva, trabalhou em lanchonete de salgado. Foi mandada embora da lanchonete quando teve que fazer uma cirurgia. Agora trabalha registrada no CCA [Centro para Crianças e Adolescentes da Smads].

– Eu sempre gostei de estudar. Lá no Ceará eu estudei até a 4ª série, que lá a gente não tinha muita oportunidade pra estudar. Só tinha até a 4ª série. Aí eu pedi pra professora pra eu poder ficar repetindo a 4ª série. Ela deixou. Ela sempre me dava novas coisas pra fazer. Foi aí que depois de três anos a Secretaria de Educação viu que tinha uma aluna repetindo sempre a 4ª série que só tinha nota dez e mesmo assim tava repetindo. Ela tava correndo o risco de perder o emprego. Só aqui em São Paulo é que eu voltei a estudar. Fiz a 5ª série. Aí parei – a interrupção na fala e o olhar por cima dos óculos me comunica aquilo que está ausente nas palavras: “por causa do marido” – E agora faz dois anos que voltei. Já tô terminando!

(Artefato narrativo #3)⁵⁵

Cristiane nasceu em Bicos, Piauí, em 1960. Morava na cidade, mas gostava de ir visitar a prima no sítio.

– Lá dava pra catar umbu, goiaba...

Quando ia pro interior, trabalhava na roça.

– Dava até pra tirar uns trocados. – Colhia algodão.

Ia nadar no rio. Adorava nadar no rio!

O padrasto mandou buscar a mãe em 75.

– Ele veio pra São Paulo. Eu ia fazer 15 anos. Minha mãe veio pra cá pra São Mateus e aí eu tive que vir, que eu tinha que tá junto dela. Eu era a negrinha dela. A caçula de oito irmãos. Eu ia fazer 15 anos.

⁵⁵ Artefato narrativo elaborado sobre etnografia e entrevista a Neide da Silva em 31/07/2012.

Cristiane chegou em São Paulo e, três anos depois, teve uma desavença com a mãe. A família faz fofoca. Diz que ela é nervosa.

– Me tratam feito criança... Até hoje! Lá na vizinhança também... Eu sofro muito com isso aí.

Cristiane agora mora em São Mateus com o filho de 15 anos⁵⁶. A casa é própria, conseguida através de um programa habitacional da Prefeitura. Cristiane tem outro filho de 30 anos: o “meu mais velho”. O de 30 já é casado. A cerimônia foi há poucos meses e a escolha da roupa, a produção do cabelo e todo o *mise-en-scène* foi destaque das conversas de corredor da Casa Cidinha nos últimos tempos.

Cristiane vive de pequenos bicos, dos Programas de Transferência de Renda (PTRs) e do que fatura como catadora de material reciclável. Tudo dá uns R\$ 220. Já foi doméstica. Quando trabalhou em “casa de família”, não tinha onde morar e não podia dormir na casa da patroa com o filho. Ela passou um ano dormindo na rua com “o meu mais velho”. Também foi faxineira.

– Quando eu trabalhava de faxineira, todo mundo levava marmita... É um trabalho muito físico. Precisa de muita sustância. Era cada marmita... você precisava de ver! A minha, minha filha, era ovo e acabou! Nunca tive dinheiro pra levar uma marmita decente.

(Artefato narrativo #4)⁵⁷

– Adriana, me conta como é sua casa...? Onde você mora? Com quem você mora? – pergunto eu numa das questões iniciais da entrevista realizada com Adriana Vieira, de 39 anos, no dia 1º de novembro de 2012.

⁵⁶ O filho mais novo de Cristiane, o motivo pelo qual a *usuária* foi *encaminhada* para a Casa Cidinha, faleceu durante a realização dessa pesquisa em 2013. Cristiane foi *encaminhada* para a Casa pelo Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente com quem tinha assuntos constantes, por conta do menino: “a droga está destruindo ele e está me destruindo!”. O filho mais novo de Cristiane já tinha tido passagens na Fundação Casa e era *usuário* de diversas substâncias entorpecentes; uma em especial sempre trouxe mais preocupações a Cristiane: “é crack minha filha...” (falas de entrevista realizada em 9/10/2012). Cristiane suspeita que foi uma “dívida de boca”, que nem todos os móveis da casa dela puderam pagar, que matou o menino.

⁵⁷ Artefato narrativo elaborado sobre etnografia e entrevista a Cristiane da Silva em 9/10/2012.

– Moro numa casa... – Adriana se interrompe e se arruma na cadeira. Se estira toda e me fita com faíscas de cumplicidade. Olhar cravado, ombros que se balançam lateralmente – É... Não é bem uma casa. É um cômodo mal acabado, mal terminado, em um terreno cedido [pela Prefeitura]. É no 9 de Julho. – Jardim 9 de Julho. – Aqui em São Mateus.

– Só moram vocês três lá?

– Só. Meu marido saiu de casa há oito meses.

– Ele saiu porque ele quis? Saiu por vontade própria? Ou você teve que ir na delegacia mandar cumprir a medida protetiva?

– Saiu por ordem. Tive que ir na delegacia. Mas aí os policiais vieram e ele saiu.

– Não tentou mais voltar.

– Não tentou! Tá todo bonzinho agora. Tá até pagando pensão. Assim... A pensão que ele paga é por fora. Não é pela Justiça. Às vezes, atrasa. Mas ele paga.

– Você estava me dizendo que está superbem agora... E o que está faltando pra você ficar 100%?

– Ah! Um trabalho! Pra dar uma vida melhor pras minhas filhas.

Adriana respondeu à entrevista dizendo também que é *preta*. Disse também que foi criada pelos avós maternos, numa cidade de médio porte da Bahia. Nunca estudou e ainda hoje se pergunta o motivo, porque não sabe muito bem por quê.

– Minha avó criou 16 filhos e 8 netos. Eu e minhas duas irmãs também. Era costureira. Criou todo mundo. Coisa que dá dinheiro é isso aqui – apontando para as máquinas de costura que ficam na última sala do final do corredor da Casa Cidinha. – Isso aqui e comida.

Adriana faz o curso de corte e costura oferecida na Casa Cidinha, parte das *oficinas de geração de renda do serviço*, e expressa uma mágoa adicional com o marido. Ele bateu, ele xingou de tudo quanto é nome, ele a humilhou na frente de muita gente, ameaçou, forçou sexo quando ela não queria. Fez muitas coisas que ela descreve como “um período muito difícil da minha vida”.

– Como se não bastasse isso, ele não me deixava trabalhar fora. Sendo que faltava coisa em casa. Sendo que minhas filhas não tinham tudo que eu devia dar. Tudo o que eu queria dar.

Artefato narrativo #5⁵⁸

Não somente a narrativa de Adriana é constituída ao redor de uma fala sobre privações ou sobre condições de vida e de moradia descritas como insuficientes, inadequadas ou insatisfatórias. Muitas das entrevistas das *usuárias* têm elementos que fazem essa demarcação. Adriana, por exemplo, diz que a casa dela na verdade não é uma casa. Porque uma casa seria diferente de um único cômodo num terreno cuja escritura de propriedade ela não possui. Sara diz que não conseguiria “chegar no fim do mês” sem a ajuda do “pessoal” da igreja que a filha frequenta: “Eles me dão de tudo. Alimentos, mas também produtos de higiene: sabonete, pasta de dente, absorvente. Até amaciante!” (entrevista de 16/11/2012). Cristiane conta sobre a marmita que só tinha ovo. Em outras narrativas, essa insuficiência é deflagrada com a afirmação de que são beneficiárias de algum Programa de Transferência de Renda (PTRs) ou de complementos como a designação de cestas básicas pelo Cras (Centro de Referência de Assistência Social).

Essas narrativas da insuficiência, da inadequação e da insatisfação, como estão sendo chamadas aqui, devem, como o restante das narrativas que compõem o *corpus* desta pesquisa, ser analisadas criticamente. Sem entrar no mérito da “verdade” ou “mentira” que estariam “por trás” das histórias narradas, trata-se de entender essas narrativas como construtos, como artefatos que estão sendo trabalhados, manufaturados no transcurso de intervalos muitas vezes longos de tempo. Sem levar em consideração outros contextos de enunciação narrativos, que certamente atuam como vasos comunicantes com o contexto em questão, muitas dessas *mulheres* estão em *atendimento* na Casa Cidinha, ainda que intermitentemente, por períodos que vão de seis meses a dez anos. Sendo assim, tais narrativas, ainda que possam ser acompanhadas diacronicamente, são elaboradas à medida

⁵⁸ Artefato narrativo elaborado sobre etnografia e entrevista a Adriana Vieira em 1/11/2012.

que são enunciadas e são, por isso mesmo, afetadas pelas contingências de sua produção, assim como vimos na introdução desta tese.

Sendo assim, haveria um perfil predominante das *usuárias atendidas* na Casa Cidinha. Seriam *mulheres* migrantes ou cujas famílias de origem imigraram para São Paulo em busca de uma “vida melhor”, teriam entre 30 e 40 ou entre 40 e 50 anos (34,78% e 32,61%, respectivamente, totalizando 67,39% das *mulheres em atendimento*), majoritariamente seriam classificadas como de baixa renda porque seus ganhos mensais geralmente não chegam a 5 salários mínimos e seriam, 80% delas, *pretas e pardas*⁵⁹. Dentre os muitos marcadores de diferença acionados em campo, a combinação de alguns deles é mais marcante do que a de outros na produção narrativa tanto de *usuárias* como de profissionais da equipe do *serviço*. Como veremos nas páginas a seguir, há uma especial preponderância para a articulação entre pobreza (vulnerabilidade social) e *gênero* na configuração da categoria *mulheres batalhadoras*.

Esta pesquisa se soma a outros esforços investigativos nos quais a abordagem que subsume diferenças e desigualdades de *cor e raça* em *pobreza* ou *classe* é questionada. A imensa maioria de *mulheres pretas e pardas* que compõe o campo desta pesquisa não desautoriza a pensar que este seja um processo em que não existam marcas de cor e raça não existam⁶⁰. Essa relação está presente já inicialmente pelos processos de formação das periferias das grandes cidades brasileiras, entorno da Casa Cidinha⁶¹. No entanto, nomear-se como *pardas, pretas* ou até mesmo *negras* não era tema constante de narrativas de *usuárias* ou integrantes da equipe⁶². Falas que versavam sobre cor e raça apareciam nas

⁵⁹ Utilização da categorização empregada pelo Censo IBGE.

⁶⁰ Em recente dissertação de mestrado, Bruna Pereira analisa as relações entre gênero e cor entre *mulheres negras* que sofrem o que a autora denomina como “violência doméstica e familiar” (PEREIRA, 2013).

⁶¹ Ver por exemplo Feltran (2011), Caldeira (1984, 2000), Moutinho (2004), Stolke (2003).

⁶² Ao final da realização deste campo, no mês de novembro de 2012, uma pergunta sobre cor da pele passou a integrar as *fichas de triagem* que são aplicadas pelas profissionais no *primeiro atendimento* realizado às *usuárias*. Data desse mesmo período a contratação de uma advogada que usa para si a designação identitária *negra* e que se apresenta como *feminista* e também como militante do *movimento negro*. Esses dois fatos podem representar uma mudança no que se refere à maneira pela qual questões concernentes a cor / raça se apresentarão nas narrativas contadas a partir desse momento, seja pelas mesmas *mulheres* que foram

narrativas nesta pesquisa quase que exclusivamente incitadas pelas perguntas diretas, nas entrevistas, sobre cor de pele, na parte dedicada ao estabelecimento do perfil das interlocutoras. As respostas eram curtas e, muitas vezes, tentativas. Como por exemplo: “Parda. Na minha certidão de nascimento está escrito parda”. Ainda que a pergunta fosse de autoatribuição, muitas vezes as *usuárias* recorriam a outros documentos para responder à pergunta. Algumas buscavam em mim uma verificação daquilo que elaboravam como resposta, terminando as sentenças com pontos de interrogação, reticências ou expressões de dúvida: “Parda...?”; “Parda... Não sei...”. Poucas foram as ocasiões em que essas perguntas suscitaram um subsequente fluxo narrativo que fosse um pouco mais longo, todas elas relacionadas com “preta” produzidas em retorno. A totalidade das entrevistadas que disseram que a cor de sua pele é *preta* depois usou a categoria identitária *negra*. Mesmo assim, as entrevistadas não se alongavam muito nesse sentido⁶³.

Narrativas daquilo que é entendido muitas vezes como “privações materiais” são elaboradas e ditas em um contexto de um *serviço* que está enquadrado nos parâmetros da assistência social – nos moldes do que pleiteamos no capítulo 3, a seguir. No referido contexto, esse tipo de falta atua como elemento de constituição, de marca e de estabilização de suas autoras como possíveis *beneficiárias* de programas sociais tais como: PTRs, cestas básicas, aluguel social, inclusão em programas de habitação e em uma série de outras políticas alocadas na proteção social, dentre as quais figura o próprio *serviço de atenção a vítimas de violência contra a mulher* oferecido na Casa Cidinha e em outras Casas correlatas. As designações de *vítima de violência*, *de baixa renda* e *em vulnerabilidade* ou *extrema vulnerabilidade social* são as que garantem maior urgência no *atendimento*⁶⁴. O

interlocutoras dessa pesquisa, seja por futuras *usuárias* em *atendimento* ou por novas profissionais da equipe. Algumas pistas, de fato, apontam nesse sentido. O tema da “consciência negra” foi abordado numa palestra que originalmente era sobre “violência contra as mulheres” que teve lugar na Casa por ocasião do dia 20 de Novembro. Essa atividade respondia ao calendário anual de dias de luta *feministas* rotineiramente celebrados na Casa – 25 de Novembro é “dia internacional de combate à violência contra as mulheres”. Questões relativas a *preconceito racial* e religiões afrobrasileiras passaram a ser tema dos *grupos de atendimento psicológico* coordenados pela psicóloga de então, ela também contratada nos últimos meses de 2012.

⁶³ Importante ressaltar que as *usuárias* estavam sendo entrevistadas por uma pesquisadora *branca*.

⁶⁴ Importante ressaltar que, nesse contexto, *vulnerabilidade social* parece ser sinônimo de *pobreza*. A expressão “pobres e carentes” parece ter sido suprimida de orientações e diretrizes elaborados por secretarias

manejo de sentidos associados ao estabelecimento como *vítima* e como *vulnerável* não se dá sem que um outro grupo de sentidos também esteja em ação. Esse é um jogo complicado que se desenrola no limiar do espaço entre a *vítima*, a *vulnerabilidade* e a *baixa renda*, por um lado, e a *chefe de família*, a *provedora*, a *responsável*, a *boa mãe* e a *trabalhadora*, por outro.

Os *benefícios* dessa *rede de proteção*, para usar a nomenclatura empregada pelas profissionais da equipe e pela Smads (Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo) e que são decorrentes da Loas (Lei Orgânica da Assistência Social) e do Suas (Sistema Único da Assistência Social) e que serão tema do próximo capítulo, são entendidos não como “meio de vida” ou como substituição de uma renda qualquer que seja, mas sim como *ajuda*. A noção acionada aqui é a de complementaridade e não a de comutação, principalmente se a *ajuda* é advinda dos *serviços* da Prefeitura; e, portanto, nunca pode assumir, para as *mulheres* que a recebem, o sentido de “safadeza”, “pilantragem” ou “desleixo”. Essa *ajuda* é obtida, conseguida e articulada junto a profissionais desse tipo de *serviço* por uma *mulher* que é, acima de tudo, *mãe*⁶⁵. Decorre daí a sempre constante presença, nas entrevistas, da necessidade de pontuar de maneira contundente a insatisfação com uma situação adversa e o esforço para conseguir prover o “sustento” da família, para “chegar no fim do mês”, para “topar tudo”, para fazer bicos que contribuem para “a gente se virar como a gente pode” e para fazer *correrias* várias, assim

municipais estaduais e federais de assistência social. *Vulnerabilidade social* é a principal característica atribuída à população alvo dessas ações governamentais e uma busca simples nos materiais impressos oficiais relacionados à política social resulta em múltiplas entradas. Ver Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, (2009); Conselho Nacional Da Assistência Social, (2012). Vale ressaltar que esse idioma da *vulnerabilidade* como *pobreza* está em tensão com outro que é o da *violação de direitos*. Enquanto a redação de leis e portarias está mais ancorada na *violação de direitos*, manuais, orientações e a linguagem empregada no dia a dia dos *serviços* estaria mais conectada com uma determinada *vulnerabilidade* como chave de inteligibilidade. Tanto a *vulnerabilidade* quanto a *proteção de direitos* funcionam, não apenas eles, como marcos no interior dos quais se desenrola a atuação da equipe de profissionais da Casa Cidinha, como veremos com mais atenção no capítulo seguinte.

⁶⁵ Sobre a centralidade da maternidade como atributo, nesta pesquisa, ver capítulo 4.

como a disposição para “melhorar”: estudar mais, buscar uma “casa melhor”, um “emprego melhor”, que “paga mais”, que tem a “carteira assinada”⁶⁶.

A valorização da noção de *trabalho*, de uma *mulher (mãe) trabalhadora* que enfrenta adversidades numa organização social atravessada por desigualdades e assimetrias de poder, é o que as constitui como *batalhadoras*. Ainda que essa não seja uma categoriaêmica usada nem pelas *usuárias* quando falam delas mesmas, nem pelas profissionais da equipe quando se referem às *mulheres atendidas* pela Casa Cidinha, trata-se de um termo que é bom para pensar as muitas camadas de sentidos que são acionados e constituídos por essas narrativas e que foram apresentados nos parágrafos anteriores. Isso porque apenas o uso de *mulheres trabalhadoras* ou *mães trabalhadoras* não é suficiente para falar do que nos dizem essas *mulheres* sobre si mesmas.

Tal centralidade de ser trabalhador nas narrativas de moradores das periferias das grandes cidades brasileiras constitui objeto de atenção da antropologia e da sociologia desde a década de 80 com as pesquisas pioneiras de Ruth Cardoso e Eunice Durham (CARDOSO, 1986, 1983 e DURHAM, 1986, 1984), quando o contexto de discussão era o dos assim chamados “novos movimentos sociais”. O *trabalho* sempre foi conteúdo de destaque das entrevistas realizadas por ambas e compôs, para usar a nomenclatura proposta nesta tese de doutorado, um dos eixos principais de inteligibilidade das narrativas que conformaram o campo das duas antropólogas. Teresa Caldeira é herdeira direta das investigações anteriores e sua etnografia sobre o Jardim das Camélias, distrito de São Miguel Paulista, Zona Leste de São Paulo, teve duas questões principais: lançar um olhar sobre o cotidiano dos moradores desse bairro da periferia paulista e sobre suas emergentes formas de fazer política (CALDEIRA, 1984).

A *Política dos Outros*, nome da narrativa elaborada por Caldeira, poderia, em grande medida, ter sido chamada de *a política das outras*. A presença da pesquisadora no

⁶⁶ O mandato instituído pela expressão “melhorar de vida” nas narrativas das *usuárias* interlocutoras desta pesquisa parece fazer parte de uma narrativa de mais longa duração e em circulação em outros contextos, uma vez que também aparece com destaque na pesquisa realizada por Teresa Caldeira (1984). A etnografia realizada no Jardim das Camélias, bairro da Zona Leste da periferia paulistana, é de extrema importância para esse trabalho e voltará a ser citada de maneira mais detida nas próximas páginas.

dia a dia dos moradores, por um lado, e nas articulações por reivindicações de melhorias do bairro, por outro, acabou significando uma inserção num universo bem mais feminino do que supunha a autora⁶⁷. Ainda que haja diferenças entre os contextos das pesquisas realizadas no Jardim das Camélias na década de 80 e na Casa Cidinha em São Mateus em 2012, também no texto de Caldeira o *trabalho* como um valor aparece acionado pelos moradores, principalmente quando confrontados com questões sobre quem são, e como resultado de políticas de diferenciação em relação aos “ricos” (CALDEIRA, 1984: 153). Mesmo sem contar com as mesmas referências bibliográficas daquilo que ficou conhecido como teoria das interseccionalidades, que integram as referências desta pesquisa, Caldeira dedica parte importante de sua etnografia a entender os significados do que seria, em suas palavras, “o ‘ser mulher’” a partir da ideia de *mulher trabalhadora* (idem: 173). Na pesquisa da autora, ser *trabalhadora* é, principalmente, *ajudar* pais e maridos a complementar a renda da casa, o que difere drasticamente das *mulheres batalhadoras* da minha pesquisa. Essas diferenças narrativas podem estar relacionadas a um processo de mudança social mais amplo em curso e cujas expressões em questões de gênero e sexualidade têm sido estudadas por diversos autores. Análises com mais afinidades com esta pesquisa são as de Facchini (2012, 2009, 2008).

Trabalhadores é termo que opera distinções entre *trabalhadores* e *bandidos* na pesquisa de Alba Zaluar (2000). Quando incentivados a produzir uma fala uns sobre os outros e sobre si mesmos, *bandidos* dizem que *trabalhadores* seriam “otários”, porque sabem que são explorados e subalternos, e *trabalhadores* dizem que *bandidos* seriam “iludidos”, que vão morrer cedo⁶⁸. A pesquisa de Zaluar, no entanto, difere tanto daquela de

⁶⁷ “Durante a semana quem andar pelo bairro depois das 8 horas da manhã só vai encontrar mulheres, crianças e velhos. O cotidiano do bairro é o dos pequenos afazeres domésticos, das entradas e das saídas da escola, das brincadeiras das crianças; é, de um modo geral, um cotidiano regido pelas mulheres. E se há uma sensação improvável com relação e ele é a de algo parado ou abandonado: o bairro movimenta-se durante todo o dia” (CALDEIRA, 1984: 124). São Miguel era o que Caldeira qualificou de “bairro dormitório” (idem: 114), onde *trabalhadores* que tinham suas atividades profissionais no centro da cidade voltavam apenas para dormir.

⁶⁸ As questões que norteavam o trabalho de Zaluar giravam em torno dos meandros das práticas políticas articuladas em torno da noção de identidade (ZALUAR, 2000). Embora o referencial teórico utilizado pela presente etnografia seja distinto, as contribuições de Zaluar para esse debate são fundamentais. Ainda que parte dos resultados de Zaluar consista em *trabalhadores* e *bandidos* falando uns sobre os outros em termos de oposição, a autora afirma que a “separação” entre ambos não pode ser tomada de forma absoluta: “A

Caldeira quanto desta etnografia porque tem como característica central a discussão de masculinidades. Seguindo Zaluar, poderíamos falar de 1) uma masculinidade articulada com o local moralmente superior do *mundo do trabalho* e a potência da sua revolta; e 2) de uma masculinidade do poder da máquina encarnado por aqueles que “caíram no mundo do crime” (idem, ibidem).

A matriz discursiva que organiza narrativas sobre pobreza e bairros de periferia através da oposição entre *trabalhadores* e *bandidos* ou entre *trabalho* e *crime* é questionada por Gabriel Feltran (2011). Para esse autor, trata-se de pensar fronteiras e mediações e de entendê-las como espaços de regulação. Os limites entre aquilo que seria denominado *política* ou aquilo que receberia a alcunha de *violência* no campo realizado pelo autor – uma instituição, o Cedeca Sapopemba, e o bairro homônimo no qual está localizado – seriam tênues e os termos de tal dualidade estariam imiscuídos uns nos outros⁶⁹. Suas fronteiras seriam, assim, *fronteiras de tensão* e não barreiras estáveis e perenes de separação, nas quais narrativas situadas estão sendo constantemente produzidas⁷⁰.

identidade de trabalhador constrói-se em parte por oposição a bandidos e vagabundos que não trabalham. Mas, se o trabalho é um critério fundamental de diferenciação entre tais categorias, isso não quer dizer que a oposição entre eles seja rígida e absoluta, ou que exista, no plano das relações sociais, uma segregação claramente demarcada, separando-os completamente. Ao contrário, as relações entre bandidos e trabalhadores mostram-se muito mais complexas e ambíguas, tanto no plano das representações que a atividade criminosa tem para os trabalhadores, como no plano das práticas efetivamente desenvolvidas entre eles” (idem, ibidem: 132). Nas associações de moradores, por exemplo, essa linha divisória entre *trabalhadores*, *moradores*, *traficantes*, *bandidos* e *criminosos* é tênue e essas fronteiras parecem muito mais articular que segregar (ZALUAR, 1994; ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007).

⁶⁹ Ainda que pesem as qualidades narrativas do texto de Gabriel Feltran, reproduzir a pesquisa do autor não é objetivo desse texto. Para citar um exemplo de uma das maneiras em que *trabalho* e *crime* se interconectam na pesquisa do autor, se por um lado há uma disputa de legitimidade entre *mundo do trabalho* e *mundo do crime*, por outro a linguagem que fala do *crime* o faz fundamentalmente em termos de *trabalho*. A partir do uso de palavras e expressões como: “patrão”, “chefe”, “dono da boca”, “estou indo para o trabalho”, o *crime* é constituído como *trabalho* (FELTRAN, 2011: 143 e seguintes, grifo meu). Ou, então, como “o mundo do crime é também ator de gestão de populações” (idem, ibidem: 186). Essas atividades que são articuladas a partir do léxico e formas narrativas derivadas do *mundo do trabalho* são principalmente aquelas que ocorrem sob a égide do *crime organizado*. Seria interessante pensar como essas categorias funcionam em contextos em que a prática seria mais dos domínios da *correria* do que da *organização*.

⁷⁰ “Delineiam-se assim fronteiras entre as periferias da cidade e o mundo público. (...) Na passagem analítica do universo social local para dinâmicas sociais mais amplas, encontra-se na fronteira a nomeação bipolar que aparta trabalhadores de bandidos, similar a tantas polaridades discursivas radicais historicamente situadas” (FELTRAN, 2011: 27).

O par *trabalhadores e bandidos*⁷¹, que organiza boa parte da produção acadêmica sobre moradores de periferias paulistanas e cariocas não é, no entanto, acionado direta ou indiretamente nas narrativas das *usuárias* da Casa Cidinha para a conformação da categoria *mulheres batalhadoras* em análise até aqui. Ainda que essa possa ser uma matriz discursiva que de alguma forma organiza e confere inteligibilidade a outras narrativas em circulação no contexto do bairro de São Mateus, como a literatura parece apontar, a dualidade *crime e trabalho* não é empregada para a construção do sentido de *mulheres (mulheres-mães)* que fazem o que for preciso para prover o “sustento dos filhos”. São *mulheres batalhadoras* que *se viram* através de: trabalhos formais; informais; engajamento em terceirizações do ramo da costura ou de acessórios; emprego doméstico; faxina por meio de adesão a cooperativas, em empresas ou em casas de particulares; passam roupa pra fora; costuram; vendem quitutes na porta de casa ou oferecem salgadinhos ou pão de mel de porta em porta na vizinhança; são catadoras de material reciclável; fazem pequenos reparos e consertos⁷². Algumas delas, ainda que seja uma significativa minoria, contam estar engajadas na realização de pequenas *correrias*, ou seja, na realização de pequenas atividades ilícitas, comumente pequenos furtos para consumo próprio e dos filhos ou posterior venda em feiras do rolo que dividem o espaço com feiras livre no bairro.

Se virar topando de tudo, o que equivale a dizer: ocupar-se da subsistência material de si mesma e dos filhos aceitando qualquer tipo de *trabalho*, ou *se virar* fazendo pequenas *correrias*, não parece ser uma recolocação da dicotomia moral *trabalho e crime*. Ambas as maneiras de *proceder*⁷³ seriam correlatas não hierarquizáveis num contexto acentuado de adversidade no qual esforços e sacrifícios são considerados obrigação de uma *mulher (mulher-mãe) batalhadora*. Uma vez conquistada a *melhoria de vida*, objetivo sempre

⁷¹ Outra referência importante no sentido de matizar e qualificar as relações entre o par *trabalhadores e bandidos* são Telles (2010, 2007) e Telles; Hirata (2010).

⁷² Dados referentes aos tipos de trabalho realizados pelas *usuárias* que combinam como fonte as entrevistas, interações informais com as interlocutoras, outros momentos de observação de campo, anotações nos *prontuários* e *livros técnicos* preenchidos pelas profissionais da equipe sobre as *mulheres* atendidas na Casa.

⁷³ *Proceder* é uma categoria fundamental em atuação na etnografia realizada por Alexandre Barbosa Pereira (2005).

perseguido por essas *mulheres*, poderiam vir a incidir outras formas de valoração, diferenciação e hierarquização das atividades remuneradas empregadas para a promoção do “sustento”⁷⁴ da casa. Contudo, nas narrativas que compõem o *corpus* desta pesquisa, tal diferenciação não se encontra ativa e a categoria de *mulheres batalhadoras* parece indicar duas coisas: 1) uma mudança em como opera essa matriz discursiva que organiza trabalho e crime segundo outros arranjos no sentido do que nos fala Feltran (2011) e/ou que 2) a relação entre *mundo do trabalho* e *mundo do crime* ganha contornos diferenciados nessas narrativas a partir de um lugar de fala profundamente marcado por gênero. A validade dessa dualidade, portanto, poderia estar mais relacionada a um universo masculino – pelo menos a um universo com preponderância masculina ou androcentrado.

Importante notar que, embora as *correrias* sejam expedientes admitidos para operacionalizar o se *virar*, essa não é uma prática na qual todas as *usuárias* estejam engajadas, ou na qual estejam engajadas da mesma maneira e intensidade. As narrativas sobre os *corres* feitos para “sustentar os filhos” são da ordem de cerca de 20% do *corpus* analisado por esta pesquisa. Nelas, fazer *correrias* não se opõe, como dito anteriormente, a não fazê-las e o envolvimento em tais atividades não parece representar um risco para o estabelecimento de um lugar moralmente superior estabelecido para as *usuárias* através do recurso às narrativas sobre serem *mulheres batalhadoras*. *Correr* não implica em risco⁷⁵ para uma posição moral elevada advinda, neste caso, de serem *mulheres* que são *mães* e que *batalham* contra adversidades com todas as armas que têm a seu alcance. O

⁷⁴ Gostaria de chamar a atenção para a ideia de substancialidade presente nas narrativas das *usuárias* da Casa Cidinha na formulação “sustentar os filhos”. *Sustentar* os filhos significa, em larguíssima medida, alimentá-los. Alba Zaluar já dava pistas nesse sentido quando mencionava a dinâmica da alimentação através da qual moradores hierarquizavam seus gastos de consumo (ZALUAR, 2000). Segundo a autora, na escala das prioridades familiares estavam: comida – gás – luz – casa. Zaluar salientava que havia um conflito geracional nesse sentido, uma vez que jovens tendiam a inverter tais prioridades e em sua contagem roupas vinham em primeiro lugar. Interessante notar que, ainda que algumas das *mulheres* interlocutoras dessa pesquisa sejam jovens menores de 30 anos, ao se apresentarem como *mulheres (mães) batalhadoras* sempre apontaram o *sustento* dos filhos como prioridade fundamental. A substancialidade do alimento empregada em *sustentar* os filhos, tal como outras questões envolvendo substancialidades, poderia ser pensada a luz da discussão sobre materialidade corporal realizada no capítulo 5 dessa tese.

⁷⁵ Pensar âmbitos sobre riscos, poderes e perigos e como esses riscos atuam de forma a determinarem exteriores constitutivos na linha de Mary Douglas (1999) e Judith Butler (2008, 2002) é algo caro a esse trabalho e será discussão central do capítulo 5 dessa tese.

acionamento desse lugar de *mãe* que luta pela sobrevivência dos filhos seria, portanto, algo capaz de conferir estabilidade à moralidade dessas *mulheres* como uma moralidade superior; ou ao menos algo que teria a característica de atenuar envolvimento com atividades ilícitas uma vez acionado⁷⁶.

Diferentemente de descreverem um mundo de prevalência masculina, as narrativas desta pesquisa consistem em, se me é permitido arriscar, narrativas sobre um *mundo* que muitas vezes é um *mundo sem homens*. É inegável que essas *mulheres* estão em relações sociais com *homens*. Mas, nos momentos em que suas narrativas versam sobre *se virar*, esses *homens* seriam empurrados, por assim dizer, para fora do cenário principal no qual se desenrolam os acontecimentos narrativos centrais do esforço e da *superação* das adversidades. Esses *homens* seriam, assim, invalidados e anulados no seu “papel de provedor”⁷⁷, principalmente a partir do recurso ao elemento narrativo das *mulheres batalhadoras*. Tal elipse ocorre mesmo que as narrativas mais gerais contadas pelas *usuárias* sejam sobre as *agressões* que têm, em sua maioria, esses mesmos *homens* como autores. Essas narrativas mais gerais são compostas por muitos atos; aquele a respeito delas mesmas em *batalha* constante para *se virar* é um atos principais de tais fluxos narrativos. Em outras palavras, ainda que essas narrativas sejam narrativas sobre *agressões*, elas são narrativas sobre as *usuárias* mesmas, cuja personagem central não é o parceiro na figura de *algoz*, mas sim as próprias *mulheres*. Ter “enfrentado” uma *agressão* é mais uma das adversidades que elas, como *mulheres batalhadoras*, precisariam superar em seu caminho.

Parece-me que existe ainda um último elemento, fundamental na tarefa de situar essas narrativas a partir do lugar de enunciação no qual são elaboradas, e que atua de forma a conformar a possibilidade ou a impossibilidade de uma fala direta sobre algum

⁷⁶ Na etnografia realizada por Roberto Efrem (2014), uma relação parecida é colocada em cena pela interlocutora Marcela. Em entrevista ela diz que já esteve na *vida errada*, mas que depois resolveu sair disso pelos filhos (termos e grifos do autor). Ainda que *vida errada* e *correria* sejam categorias bastante diferentes, a menção a um desprendimento realizado em nome dos filhos parece também possuir sua agência naquele outro contexto de investigação.

⁷⁷ Mariza Corrêa já em 1983 mostrava que o fracasso em exercer o “papel de provedor” era o que configurava quebra contratual da relação de parceria de tipo casamento através da análise dos processos judiciais de homicídio que configuraram sua pesquisa (CORRÊA, 1983).

engajamento em atividades passíveis de serem classificadas como *criminosas* nas narrativas dessas interlocutoras. A Casa Cidinha é um *serviço público conveniado* com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da Prefeitura de São Paulo, portanto os seus domínios seriam o da legalidade e o da oficialidade⁷⁸. Nas páginas anteriores já mencionei como o fato de a Casa ser um *serviço* desse caráter molda as narrativas que as *usuárias* elaboram, uma vez que essas *mulheres* almejam mobilizar a *ajuda* das profissionais da Casa resultando na inclusão em Programas de Transferência de Renda (PTRs) e na conquista de outros *benefícios*. Provar que cada uma delas é merecedora dessa *ajuda* porque não é *acomodada* e sim *batalhadora* mobiliza muito dessas narrativas. Obter a inclusão nos benefícios é também visto pelas *usuárias* como *se virar*. Sendo assim, o exterior constitutivo da categoria *batalhadora*, nesse contexto, não parece ser, portanto, a categoria *criminosa*, mas sim a categoria *acomodada*.

Contudo, tais narrativas não são apenas constituídas para angariar toda a *ajuda* que as *usuárias* puderem obter nesse *serviço*; são também constituídas para evitar o acúmulo de novos percalços. Ser um *serviço* relacionado à Prefeitura termina por expelir para fora dos enunciados menções a atividades que escapem das tais legalidade e oficialidade. “Não quero mais problemas” é formulação que se encontra constantemente repetida nas inscrições do caderno de campo. Muitas vezes as *usuárias* chegam até a Casa Cidinha por meio de indicações / *encaminhamentos* de outros lugares, alguns deles relativos ao judiciário ou à polícia, como a Delegacia da Mulher, o Conselho Tutelar, a Defensoria Pública, o Ministério Público e juizados. O receio de atrair a atenção para si de um poder repressivo que poderia punir atividades ilícitas também é elemento a ser considerado para o entendimento dessas narrativas como narrativas situadas. O temor de terem benefícios cortados por descumprimento de regras, de serem processadas, de perderem a guarda dos filhos, de irem parar na cadeia e de serem internadas em clínicas de reabilitação,

⁷⁸ Interessante pensar que embora as *usuárias* se relacionem com a Casa Cidinha muitas vezes a partir da legalidade e da oficialidade, muitas são as práticas que colocam em suspensão a naturalidade dessa classificação. Profissionais da equipe do *serviço*, por exemplo, dão *seus pulos*: quebram o que seria o protocolo de *atendimento* orientado pela Smads no sentido de obter um melhor resultado para o *trabalho* realizado na Casa. Para mais sobre a categoria êmica *dar meus pulos* ver a seção a seguir e capítulo 4.

institucionalizadas, hospitalizadas, albergadas ou abrigadas contra a vontade delas são elementos constantes nas narrativas⁷⁹.

A escolha da Prefeitura de São Paulo por bairros como São Mateus para o estabelecimento de Núcleos de Defesa e Convivência da Mulher está relacionada com a construção do que seria, ou melhor, de quem seriam, as *mulheres vítimas de violência doméstica* na Capital. A inexistência do estabelecimento desses *serviços* em bairros mais centrais ou naqueles considerados como nobres da cidade aponta para uma determinada concepção de *violência* que acomete *mulheres* e para uma determinada concepção de *vítima* que se mantém em estreita correlação com a ideia de *mulheres em vulnerabilidade ou extrema vulnerabilidade social*. A confluência da caracterização da *vítima* a partir desse “perfil social” recém-mencionado, aliada a um determinado uso da psicologia como tecnologia de governo e gestão de populações⁸⁰, produz as noções de *vítima* e *vitimização* acionadas em campo. Tais confluências configuram também um lugar de profissional de *especialistas em dor, em sofrimento e na superação* dessa condição, como veremos no próximo capítulo.

⁷⁹ Um desdobramento possível dessa discussão, mas que escapa das proposições dessa pesquisa, seria investigar com maior profundidade que coisas são consideradas como *lícitas* e *ilícitas* e qual é a percepção sobre lei, ordem, polícia e justiça que têm as *usuárias*.

⁸⁰ Ver Rose (1998, 1996), Foucault (2002) e páginas seguintes.

2

Uma casa de sete *mulheres*: invenção das profissionais da *dor*, do *sofrimento* e de sua *superação*

As profissionais da Casa Cidinha não têm um “perfil social” radicalmente diferente das *usuárias* do *serviço*. Com a exceção da coordenadora, que mora num bairro de classe média da Zona Leste da Capital localizado nas proximidades da Casa, as demais seis integrantes da equipe vivem em outros bairros periféricos desse quadrante da cidade⁸¹. Alguns desses bairros são ainda mais distantes do *centro* da Capital e caracterizados por uma menor rede de infraestrutura urbana do que São Mateus nos termos desenvolvidos nas páginas anteriores. A equipe é formada por sete *mulheres*: uma coordenadora (com formação universitária em psicologia⁸²), uma assistente social (com formação universitária em serviço social), uma advogada (com formação universitária em direito), uma psicóloga (com formação universitária em psicologia), uma auxiliar administrativa (com formação técnica), uma operacional⁸³ (posição que não requer formação específica técnica ou

⁸¹ Importante lembrar que os dados de campo se referem ao período de fevereiro a dezembro de 2012. Duas profissionais da equipe foram substituídas durante o mês de outubro do mesmo ano. Uma terceira deixou a Casa em meados de 2013. Sendo assim, os comentários sobre a equipe do *serviço* feitos aqui, sempre que nenhuma ressalva for realizada, dizem respeito à configuração anterior a essas modificações.

⁸² Essa posição pode ser ocupada por profissionais com formação superior em psicologia e/ou assistência social apenas, o que aponta para uma centralidade desses dois campos disciplinares na atuação desse tipo de *serviço*, como será mais bem explorado a seguir.

⁸³ Por “operacional”, a gestão do *serviço* nomeia a profissional responsável pela manutenção da limpeza e asseio do espaço e pela elaboração das refeições servidas diariamente no local: seja o lanche da tarde disponibilizado tanto para *usuárias* quanto para profissionais, sempre entre as 16h30 e 17h30, seja pelo almoço da equipe, que vai à mesa entre as 12h e às 13h.

superior para o seu exercício) e uma educadora social (posição que requer o ensino médio completo⁸⁴). Tais cargos ocupados por essas profissionais não são cargos da administração pública direta, ou seja, não são preenchidos por funcionários públicos “concursados” nem são outorgados via nomeação pessoal (quando a posição em questão é denominada de “cargo de confiança”), uma vez que a Casa Cidinha é um *serviço* de formato *convênio* firmado entre uma entidade social (Associação Padre Moreira) e uma pasta da administração pública municipal, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads) da Prefeitura de São Paulo)⁸⁵.

Dentre as sete profissionais da Casa, duas não possuem formação universitária e cinco possuem. Aquelas que possuem ensino superior estudaram em faculdades privadas localizadas em bairros da periferia ou em outras cidades da Grande São Paulo. Nenhuma delas frequentou as universidades de elite, sejam elas públicas ou privadas, para as quais se dirigem as classes médias e altas. As profissionais pouco ou nada têm a ver com os jovens dessas universidades, que estão em idade escolar e dos quais grande parte cumpre a totalidade de seus estudos morando na casa dos pais e sem a necessidade de trabalhar. As integrantes da equipe foram as primeiras em suas famílias a ter esse tipo de formação e a maior parte delas adentrou na faculdade só depois de transcorridos alguns anos da vida adulta, algumas inclusive com mais de 30 anos de idade. A maioria já desempenhava atividades profissionais e arcava com o custo das próprias mensalidades. Com a exceção da coordenadora, que trabalha há dez anos no local, todas as outras técnicas são recém-formadas e tiveram pouca ou nenhuma atuação profissional na área antes de serem contratadas por esse *serviço*⁸⁶. Uma tendência observada na Casa é a contratação de ex-

⁸⁴ Ainda que a realização de uma formação superior não esteja nos requisitos para o preenchimento desse cargo, a profissional que desempenha essa função estava cursando direito durante os meses nos quais a pesquisa foi realizada.

⁸⁵ Os vários pertencimentos que se manifestam na gestão da Casa Cidinha, e que a produzem como um lugar situado, a saber: trata-se de 1) um *serviço conveniado da administração pública*, firmado entre uma associação católica e uma pasta de assistência social da Prefeitura de São Paulo 2) cujas profissionais se movem entre os marcos A) *feministas*, B) da *garantia dos direitos básicos* e C) dos *direitos humanos das mulheres*. Esses múltiplos pertencimentos são objeto do próximo capítulo dessa tese.

⁸⁶ A seleção, contratação e gestão das profissionais da Casa é feita pela Associação Padre Moreira. Contudo, a equipe deve corresponder a diretrizes e orientações contidas nos editais de seleção das *entidades conveniadas*

estagiárias que realizaram suas horas de prática naquele mesmo *serviço* ou de estudantes que se aproximaram devido à escolha do mesmo como objeto de conhecimento para a realização de seus TCCs (Trabalhos de Conclusão de Curso) e de trabalhos de disciplinas⁸⁷.

Também é característica da equipe sua alta rotatividade. Nenhuma das profissionais, novamente coordenação à parte, chegaram a trabalhar por cinco ou mais anos no *serviço*. Nas narrativas das profissionais, seja em situações formais de entrevista, seja em outros momentos da pesquisa, a queixa a respeito dos salários praticados era constante. A coordenadora recebia o equivalente a pouco mais de cinco salários mínimos; psicóloga e assistente social, dois terços desse valor; advogada, um montante ainda menor; educadora social, pouco mais de dois salários mínimos; operacional, um salário mínimo. Os *baixos salários* eram sempre motivo de insatisfação e era bastante comum que as profissionais, principalmente as *técnicas*, expressassem seu desejo de encontrar outras colocações que pudessem resultar em maior rendimento mensal. Algumas, inclusive, diziam que, apesar de apreciarem muito o *trabalho* que realizavam na Casa Cidinha, não viam a probabilidade da construção de uma *carreira* no *serviço*⁸⁸. A única possibilidade de ascensão era a posição de coordenação, que já estava ocupada: “Aqui, pra melhorar de vida só virando coordenadora. E já tem coordenadora”.⁸⁹

e normativas diversas emitidas pela Smads.. Esses documentos estipulam e modificam cargos, atribuições, salário, dissídio, regime de horas semanais de trabalho (que são de 20, 30 ou 40 horas de acordo com o cargo ocupado) e horários. Também estão sujeitas à supervisão técnica da mesma Secretaria.

⁸⁷ Essa tendência talvez nos dê pistas de como será o perfil das futuras profissionais da equipe em alguns anos. As estudantes em formação são, elas também, das mesmas universidades frequentadas pelas profissionais que trabalhavam na Casa quando da realização dessa pesquisa. Contudo, duas das três que tive oportunidade de conhecer, eram relativamente mais jovens e tinham ingressado na faculdade logo depois de se formarem no ensino médio, este também cursado em idade escolar, diferenças significativas com relação à equipe contratada quando da maior parte do tempo de realização desta investigação.

⁸⁸ A autoria exata das afirmações sobre insatisfação com salários ou condições de trabalho foram suprimidas propositalmente nesse texto a fim de não ocasionar possíveis retaliações.

⁸⁹ Em nenhum dos momentos de interação que tive com as integrantes da equipe elas pareceram contar com a possibilidade de substituir a profissional que ocupava o cargo de coordenação. A posição da coordenadora parece ser estável e estar sedimentada pelo seu vínculo com o processo de conquista do *serviço* e pelos dez anos de trabalho desta profissional à frente da Casa Cidinha. O próximo capítulo dessa tese se inicia com uma análise desse processo .

Assim, parece não haver perspectiva de fato para um crescimento profissional nos âmbitos da Casa Cidinha. Possíveis mobilidades para ocupar cargos na Associação Padre Moreira ou na Smads nunca foram consideradas nas narrativas das profissionais, levando ao questionamento sobre sua real possibilidade. Ao mesmo tempo, a categoria *melhorar de vida*, que é mobilizada nas narrativas das *usuárias* e que foi mencionada anteriormente, aparece recolocada com um sentido muito semelhante entre as profissionais: o da busca de um *trabalho* que pague mais e que seja considerado melhor.

Eu gosto daqui. Eu acho que cresci muito aqui. Apreendi muitas coisas. Mas eu não me vejo aqui pra sempre. Não tem muita perspectiva. Eu... Eu às vezes penso em trabalhar com crianças... com adolescentes. Mas o que eu queria mesmo era trabalhar no CAPs, que paga mais [risos]. A gente tem que melhorar, né? Sempre!

(Fala de profissional da equipe, em entrevista)⁹⁰

As funcionárias falam constantemente sobre considerarem procurar emprego em outros *serviços públicos* também geridos por *convênio* que pagam salários maiores – como no CAPs, no exemplo citado – ou sobre estarem atentas a concursos públicos e outras oportunidades de *trabalho*. *Melhorar de vida* deve ser algo perseguido incessantemente não só pelas *usuárias*, mas também pelas integrantes da equipe.

No entanto, o fator monetário não é o único sentido que parece gravitar em torno da insatisfação com os *baixos salários*. O *trabalho* realizado por elas é, acima de tudo, descrito como *duro*, principalmente por aquelas profissionais que entram em contato direto com as narrativas das *mulheres atendidas* na Casa, ou seja, por aquelas que fazem *atendimentos*, *encaminhamentos*, *triagens*, *grupos* e *oficinas*. “A gente trabalha muito e ganha muito pouco” é um mantra repetido continuamente, embora seja sempre

⁹⁰ Ver nota 52

acompanhado de frases relativizadoras dessa condição de insatisfação, como “eu amo o que eu faço”. O *trabalho* realizado na Casa muitas vezes é apresentado como *desgastante e extenuador* ainda que *gratificante, comprometido* e fonte de *realização profissional e pessoal*.

– Eu tô muito cansada.

– Do que você está cansada? – pergunto eu na mesa do almoço, refeição terminada e equipe dispersada. Pensando bem, agora, não estou segura se estávamos batendo papo na mesa da cozinha ou se estávamos sentadas na sala de espera, nos últimos 15 minutos do expediente, quando às vezes tudo adquire uma calma repentina.

– Eu amo meu trabalho, mas...

A frase é interrompida. As palavras esvanecem na meia penumbra incerta de quando não conhecem exatamente as consequências que trarão atrás de si. Não era uma entrevista formal. Não havia um gravador ligado. Mas havia meu caderno. Meu caderno tamanho A4, capa dura, 200 folhas finas de pauta azul. Um olhar atravessa a distância entre nós e alcança a última linha inscrita em esferográfica preta sobre uma superfície ondulada por muitos movimentos anteriores como aquele. A rapidez adquirida em anos de sala de aula e trabalhos de campo nunca substituiu a pressão excessiva do meu pulso sobre o papel (me lembro de ter pensado que sempre tive um pouco de vergonha de calcar a caneta). Ela lê a última coisa que escrevi: “eu amo meu trabalho, mas”.

– Mas a gente ganha muito mal. A gente aqui cuida das mulheres, mas e a gente? Como é que a gente fica? Sabe aquela história de “quem cuida das cuidadoras”?

– Sei.

– Eu acho que a gente devia ser mais valorizada!

(Artefato narrativo #6)

Os *baixos salários* não são, portanto, um problema apenas em si. Nas narrativas da equipe, a remuneração mensal recebida em troca do *trabalho duro* realizado não é considerada suficiente para compensar o *desgaste* implicado em sua realização. O sentido acionado aqui é de que haveria, no desempenho das funções das integrantes da equipe em contato direto com as narrativas das *usuárias*, um *consumo* de algo que precisa retornar, nem que seja na forma de compensação financeira. Esse consumo energético é apresentado em termos de *cansaço* e de *desgaste*. Contudo, o *trabalho duro* é constituído não só de gastos, mas também de acúmulos. O capítulo 5 desta tese é dedicado a entender em que condições narrar a *violência* pode implicar em risco para aquelas que o fazem, mas também para quem escuta, devido ao poder *contaminador* mobilizado pelo próprio ato que envolve a sua narração⁹¹. Ser afetada pela *violência* é, assim, algo que também pode gerar *resíduos* para as profissionais.⁹² Nos interstícios entre as perdas e os ganhos do *trabalho duro*, *baixos salários* figuram como agentes de desequilíbrio implicados nessa relação de troca. A presença constante de tal desequilíbrio nas narrativas da equipe seria a frequente constatação de sua materialidade para as profissionais. Por fim, salários melhores poderiam atuar como *reconhecimento* do *desgaste* ou da *contaminação* e atuar como um dos elementos da valorização que almejam.

Muitos elementos aproximam as profissionais da Casa e suas *usuárias*. Além de serem moradoras dos mesmos bairros da periferia de São Paulo, elas compartilham basicamente a mesma origem, sendo que duas das sete integrantes da equipe também são migrantes. A formação superior foi, na trajetória das integrantes da equipe, um diferencial capaz de trazer alguma possibilidade de ascensão social. Suas estratégias para *melhorar de vida* passaram por cursar uma faculdade e por ser uma profissional. O emprego conseguido na Casa é valorizado, mas não é visto como definitivo.

⁹¹ Ver capítulos 4 e 5 (em especial este último). Ver também Das, principalmente no que se refere a ideia de “conhecimento venenoso” desenvolvida pela autora (DAS, 1999, 2007)

⁹² FAVRET-SAADA, 2005.

Eu fui trabalhar cedo. Eu fui trabalhar com 14 anos. A gente chegou em São Paulo em 1970. Meus pais eram agricultores [em Pernambuco]. Minha mãe foi trabalhar com trabalho doméstico e eu ia com ela pra casa das patroas pra cuidar dos pequeninhos pra eles não chorarem e pras patroas permitirem que ela levasse os filhos. Eu ia para olhar essas crianças. Eu amadureci muito cedo. Eu fui uma criança velha. Virei adulta muito cedo.

Eu sofri muita violência do meu pai. O meu pai, quando a gente veio pra São Paulo, ele era ajudante de construção civil, ele não era alfabetizado. E eu enfrentava. E aí foi indo. Sempre. As pessoas falavam: “Ah, mas você bate no seu pai!”. Eu não batia no meu pai. Eu me defendia do meu pai. Ele sempre me agredia alcoolizado. Ele era... bom, ele era o meu pai! Aí depois eu descobri que, se eu agarrasse os testículos dele. Se eu apertasse. Se eu tentasse arrancar, eu conseguia através da força fazer com que ele parasse. Eu catava nos testículos dele assim, apertava e arrancava.

(Assistente social em entrevista realizada em 28/11/2012)

Ser uma profissional da Casa Cidinha é, portanto, um degrau na escalada constante que precisam continuar colocando em marcha com esse objetivo. Todas as profissionais do *serviço* são *mulheres*. Essa é a única regra da qual a coordenação da Casa não abre mão no momento de contratação da equipe. *Homens* não são vistos como os mais qualificados para esse *trabalho*. Seja porque as *usuárias* não ficariam *à vontade* na sua presença, seja porque não seriam de todo capazes de fornecer a *escuta* necessária para auxiliá-las na *superação* das situações de *violência* que vivem. O mesmo vale para *oficineiras* e *palestrantes*. As *usuárias* também são aconselhadas a dispensarem seus acompanhantes *homens* (são pouquíssimos os casos nos quais *homens* acompanham as *mulheres* que buscam *atendimento* na Casa). As profissionais são também *mulheres batalhadoras* que obtiveram uma melhoria em sua condição social por meio de estudos universitários e de um *trabalho* qualificado, ainda que precarizado, como vimos anteriormente. *Usuárias* e profissionais compõem esse conjunto maior de *mulheres*: as *mulheres de fibra* que dão título a esta tese. Muitas das profissionais da equipe trazem em suas narrativas situações de *violência* semelhantes às das *usuárias*. Escutei de três entre sete delas: “eu também fui vítima de

violência”. Uma das funcionárias, inclusive, foi *ex-usuária* do *serviço*. É um mundo só de *mulheres*. Composto pelas *mulheres batalhadoras* que buscam *atendimento* na Casa e por profissionais *mulheres* que as auxiliam no *trabalho* de sua *superação*.

De *história de mulheres* a *casos de usuárias*: constituição de *vítimas* e de profissionais da *dor*, do *sofrimento* e de sua *superação*

O *trabalho duro* que as profissionais realizam na Casa Cidinha é o resultado do emprego de algumas tecnologias particulares que têm como resultado a transformação das *histórias das mulheres* em *casos de usuárias* passíveis, portanto, de intervenção e transformação. Esse *trabalho*, como veremos ao longo desta seção, é realizado pelas integrantes da equipe mediante uma atuação que se dá nos marcos de certo uso da psicologia e de sua interface com a gestão de populações. Sendo assim, as funcionárias do *serviço* se constituem e são constituídas a um só tempo como profissionais da *dor*, do *sofrimento* e de sua *superação*. Autores como Didier Fassin e Richard Rechtman (2009), Nikolas Rose (1988, 1996) e Michel Foucault (2002) serão de suma importância para a construção da análise que faço a seguir. Tais peculiaridades também atuam no sentido de construir o lugar de enunciação das narrativas da equipe como um lugar situado, objetivo maior do capítulo em questão.

– Conta um pouco para mim como é o trabalho que você realiza aqui...

– Eu trabalho em cima da história das mulheres. Tudo começa quando a mulher chega aqui na Casa; ela vem sozinha, ou porque alguém encaminhou. Ela vem, né? E ela conta a história dela pra gente. A gente tenta entender o que está acontecendo e a partir daí é que eu vou começar a trabalhar.

Todas as *histórias* de *mulheres* que foram ouvidas e que se transmutaram em *casos* de *usuárias* contam com um *prontuário* que, como veremos a seguir é ao mesmo tempo 1) registro, 2) instrumento de *trabalho* e 3) prova.

O *prontuário* é um envelope de papel pardo que contém, inscritos em sua superfície, o nome da *usuária* e sua idade. Dentro dele está contida a *ficha cadastral*, preenchida durante o primeiro *atendimento* realizado pela equipe, na qual informações iniciais sobre ela e sobre seu *caso* são anotadas. Todo *atendimento inicial*, ou *triagem*, como também é chamado o *procedimento* pelas profissionais, gera um *prontuário*. Todos os *prontuários* estão organizados em ordem alfabética dentro de caixas-arquivo de polionda azul. As caixas ocupam as estantes de uma sala específica a elas destinada e que, devido à falta de espaços adequados na Casa, serve de escritório para as integrantes da equipe e também de consultório para que a advogada realize a orientação jurídica. A partir da segunda visita da *usuária*, seu *prontuário* será localizado na estante e acompanhará a profissional durante todo o *atendimento*. As informações contidas ali decidirão, junto com a expertise da profissional, os rumos dados ao *trabalho* a ser ali realizado.

Os *prontuários* não contêm apenas a *ficha de cadastro*, mas também a *ficha de atendimento*, na qual as profissionais inscrevem o *acompanhamento* que fazem de cada *usuária* ao longo do tempo, os *encaminhamentos* por elas determinados, os *progressos* demonstrados pelas *mulheres atendidas* e as questões a serem observadas nas próximas visitas. Também formam parte desses *prontuários* documentos como *Boletins de Ocorrência (BOs)*, *Medidas Protetivas*, decisões judiciais e relatórios vários. Em geral, os relatórios são elaborados pelas técnicas da equipe, em especial pela assistente social e pela psicóloga, por solicitação de uma entidade externa – na maior parte das vezes alguma instância do judiciário, para o documento atuar como prova em seus processos deliberativos. Há também, em menor número, relatórios internos, elaborados a pedido da coordenadora da Casa. Tais relatórios se justificam pela necessidade de pronunciamento em

relação a algum *caso* especial quando um posicionamento do *serviço* é solicitado pelas instâncias hierarquicamente e imediatamente superiores: Associação Padre Moreira e Smads⁹³.

Dos muitos documentos que compõem os *prontuários*, talvez o mais importante seja a *ficha cadastral*. Muitos *prontuários* são, de fato, apenas compostos por essa única *ficha*, que é o principal *instrumento de trabalho* da equipe. Ainda que não se trate da maioria, muitas *usuárias* vão até a Casa Cidinha apenas uma vez. Em outros *casos*, há distância de dois ou três anos entre a primeira visita e a segunda. Ainda há aquelas *usuárias* que, apesar de apresentarem uma frequência regular inicial, deixam de “passar na Casa” abruptamente, retornando muitos anos depois (há casos com intervalos superiores a cinco anos)⁹⁴. Os *prontuários* se constituem como *instrumentos de trabalho* e possuem uma agência ao lado da intervenção das profissionais, mas não são impreteríveis. Com isso procuro dizer que, apesar do esforço de inscrição e registro incorporados nos diferentes documentos contidos nesses *prontuários*, eles não são absolutamente exaustivos. Parte desses *prontuários* não recebe tradução necessária em tinta e papel. Uma porção deles é retida mentalmente pelas profissionais que realizaram o *acompanhamento*. É comum que uma integrante da equipe necessite de informações e que solicite a outra profissional um pequeno relato de elementos que julgar fundamentais. Aquelas *usuárias* que se tornam *casos acompanhados* em *atendimento* cotidiano, ou seja, que *aderiram* (ver capítulo 4), são conhecidas e reconhecidas pelo nome. As profissionais recitam o que seriam seus *prontuários* de cabeça, estando todas as informações registradas e arquivadas nas pastas azuis ou não.

Cada *atendimento* realizado é, por sua vez, inscrito no *livro de atendimento*, onde, além dos dados cadastrais da *usuária*, é também anotado o *encaminhamento* dado ao *caso* pela profissional responsável naquela visita determinada. O *encaminhamento* pode ser apenas uma indicação para que a *usuária* procure algum outro *serviço* ou *benefício*

⁹³ Os meandros hierárquicos que estabelecem quem são superiores técnicos e administrativos da Casa Cidinha são alvo de maior atenção no capítulo 2.

⁹⁴ Frequência e resposta ao *atendimento* se combinam de uma forma especial sob a categoria êmica de *aderência*. Esta e outras categorias que conformam o *trabalho* da equipe encontram-se desenvolvidas no capítulo 4 desta tese.

oferecido por alguma entidade integrante da *rede de proteção* ou pode ser um pedaço de papel. Esse pedaço de papel, encabeçado com o termo que lhe confere título, deve ser apresentado pelas *usuárias* assim que chegarem a essas outras entidades. Estar acompanhada do *encaminhamento* garante a elas o *status* de *usuárias* de um *serviço de atenção e combate à violência doméstica* também nesses espaços (ir sem o *encaminhamento* pode ser determinantemente distinto). Por vezes, os *prontuários* das *usuárias* contam com as cópias também desses *encaminhamentos* externos.

A *ficha cadastral* consiste de uma fotocópia frente e verso tamanho A4 formada por três blocos de questões: 1) *cadastro da usuária* 2) *meandros do caso* 3) *encaminhamentos realizados*. No primeiro bloco constam nome, idade, endereço, telefone, quantidade de filhos, nome dos filhos, cidade natal, estado civil, nome da mãe, local de residência, tipo de residência (se é própria, alugada, cedida), religião, composição da unidade doméstica (nome e idade de seus moradores), escolaridade, se estuda na atualidade, profissão, se está empregada no momento, renda da unidade doméstica e como aquela *usuária* em questão chegou até a Casa: se espontaneamente ou por indicação de algum outro *serviço* da *rede de proteção*. O segundo grupo de questões se dirige a mapear o “tipo de violência” que caracteriza a condição da *usuária* no momento da procura pelo *serviço*. A *ficha* foi decididamente desenhada para mapear relações de *violência* num contexto de parceira sexual afetiva heterossexual e de tipo casamento (na *ficha* o termo é *companheiro*), já que as lacunas a serem preenchidas nesse bloco referem-se a ele: nome, cidade natal e idade do *companheiro*, tipo jurídico da relação que a (a partir de então) *usuária* mantém com ele (se casada, namorada, amasiada, ex-casada, ex-namorada), qual é o temperamento dele, sua profissão, se é dependente químico e qual a substância que ocasiona a dependência. Nesta porção da *ficha* também está incluída a lacuna “tipo de violência” e cujas respostas estão previstas como se segue: “física”, “sexual”, “moral”, “psicológica” e “patrimonial”. Também existe um espaço para assinalar a existência de *Boletins de Ocorrências (BOs)* e/ou *Medidas Protetivas* e três linhas para anotar resumidamente o *caso* em questão. No último bloco, questões e lacunas destinam-se a serem preenchidas com os *encaminhamentos* decididos pela profissional que realizou o *atendimento*.

Aqui, uma primeira transformação começa a ser posta em curso. De *mulheres genéricas*, aquelas pessoas passam a ser *usuárias* de um *serviço de atenção à violência contra as mulheres* também porque são, antes de tudo, reconhecidas durante o *atendimento inicial*, ou *triagem*, como *vítimas de violência doméstica*. A *ficha cadastral* implementada no *serviço* nos informa qual é a *violência* na qual se pretende interferir. A ampla gama daquilo que poderia ser considerado como *violência de gênero* se traduz em *violência doméstica*⁹⁵ e as *usuárias* desse *serviço*, automaticamente, são as que são passíveis de se enquadrarem na categoria de *vítima de violência doméstica*. A *triagem* tem, assim, como objetivo separar quem é *vítima*, nos termos acima considerados, e quem não é, além de identificar, registrar e organizar o *caso* individual daquela *usuária* específica. Esse processo é realizado através do emprego de um determinado tipo de *escuta*, de um determinado tipo de *inscrição* e de um determinado tipo de *intervenção*.

Tecnologias postas em prática pelas profissionais da equipe na transformação das *histórias das mulheres* em *casos de usuárias* terminam por produzir um determinado mandato de verdade. Nessa produção, *escuta*, *intervenção* e *inscrição* específicos são chamados a atuar como prova da condição daquelas *mulheres* como *vítimas de violência doméstica*. As narrativas que as profissionais fazem a partir daquilo que é contado pelas *usuárias* são a comprovação necessária capaz de aferir tal condição e de dar início às etapas subsequentes do *trabalho* por elas realizado, a saber: 1) a admissão no *serviço* 2) o início do *acompanhamento* e 3) a realização dos *encaminhamentos*. O *trabalho duro* das profissionais é, por um lado, atestado e testemunho da *violência doméstica* como *problema psicossocial* e, por outro, aquilo capaz de conferir às *usuárias* sua condição de *vítima*. *Fichas cadastrais*, *relatórios*, *BOs*, *prontuários*, *pastas*, *envelopes*, *livros técnicos* e *encaminhamentos* são, por sua vez, as provas materiais dessa condição.

Didier Fassin e Richard Rechtman (2009) escreveram longamente sobre o atributo de prova adquirido por relatórios, certificados e atestados fornecidos por profissionais dentro de um novo regime de verdade no qual aquilo que é entendido como trauma passaria

⁹⁵ Ver Introdução.

a gozar de uma inquestionável legitimidade. Tratar-se-ia, segundo os autores, do estabelecimento de uma nova economia moral na qual a linguagem do trauma ofereceria a chave de inteligibilidade na qual expressar (e entender) a *dor*, o *sofrimento* e o infortúnio. Mas isso não seria tudo. Tratar-se-ia também da emergência de duas novas figuras como resultado desse novo idioma moral (FASSIN; RECHTMAN, 2009: 279). A primeira delas seria a figura da *vítima*⁹⁶. Psicologia, psiquiatria e traumatologia⁹⁷ se constituiriam, portanto, como ciências que provêm um *saber* e um *saber fazer* capaz de reconhecer, atestar e intervir naquelas cicatrizes que agiriam sobre a psique⁹⁸, cujas marcas trariam consequências psicológicas para aqueles que as possuem. A segunda delas seria a *figura dos profissionais da dor, do sofrimento e do infortúnio*, cuja expertise se direcionaria, entre outras coisas, para a modificação de *vítimas* como uma superfície em particular, conduzindo-as à *superação* de sua condição original de *violência*.

É necessário ressaltar que tanto linguagem quanto especialistas e *vítimas* se constituem mutuamente uns aos outros, e que os profissionais, em última análise, são sempre aqueles que têm a última palavra quando se trata de comprovar, quer seja com seus documentos, quer seja com seus testemunhos, a condição de *vítima* de trauma (ou de *violência*, para os interesses específicos desta etnografia)⁹⁹. A maioria esmagadora das

⁹⁶ “Sobreviventes de desastres, opressões e perseguições adotam a única persona que os permite ser ouvidos – a de *vítima*. Sendo assim [seus depoimentos] nos falam menos sobre quem são do que sobre a economia moral dos nossos tempos na qual eles encontram seu lugar” (FASSIN; RECHTMAN, 2009: 279, tradução e grifos meus).

⁹⁷ Nomenclatura usada pelos autores para fazer referência àquele campo do conhecimento formado por especialistas em lidar com o trauma, sem tradução direta para o português (FASSIN; RECHTMAN, 2009).

⁹⁸ Fassin e Rechtman (2009) operam segundo a separação ontológica entre “corpo” e “mente”. Esta não é exatamente a perspectiva adotada neste trabalho, como ficará mais claro no decorrer da tese. Contudo, a análise dos autores, que é fundamentalmente foucaultiana (denominada por eles de “genealogia do trauma”), a respeito do que seria o trauma, as marcas deixadas nas *vítimas*, a conformação de uma nova sorte de especialistas, de um regime de verdade composto de suas diferenças e assimetrias de poder e na constituição de uma nova economia moral é de profundo valor para esta pesquisa.

⁹⁹ Regimes de verdade e de prova, bem como a agência que desempenham no se que refere a estupros no contexto de uma Delegacia da Mulher, também são parte da etnografia de Larissa Nadai. Faço especial atenção à forma pela qual os laudos do Instituto Médico Legal (IML), que são trabalhados pela autora, ganham estatuto de comprovação no tratamento policial e judicial a eles conferidos. Laudos do IML teriam a capacidade de determinar quais casos consistem em *violência sexual* e quais não, quais merecem ser

narrativas das *usuárias* que compõem o *corpus* desta pesquisa consiste de uma elaboração realizada de maneira conjunta com as profissionais da equipe. Muitas das *histórias* contadas pelas *mulheres* não são *histórias* de *vítimas de violência doméstica*. São, acima de tudo, *histórias* de *mulheres batalhadoras* (para retomar o capítulo anterior), cujas *agressões* dos parceiros constituem-se em mais uma entre tantas adversidades a serem enfrentadas por elas na luta diária para cuidar dos filhos. Essas *histórias*, como dissemos anteriormente, se transmutam em *casos* a partir de determinada atuação das profissionais. Estabelecer a condição de *vítima* das *usuárias* é o marco zero nesse *trabalho* de transformação e é sobre esses *casos* que a equipe terá, posteriormente, a possibilidade de intervir. A *escuta* realizada nesse contexto seria, dessa forma, uma *escuta* específica para esses *casos*, e o *lugar de vítima* seria o lugar de enunciação possível instituído por essa economia política do trauma, do *sofrimento*, do infortúnio, da *violência* (FASSIN; RECHTMAN, 2009). A afirmação de que tal *lugar* é socialmente construído, conforme os termos acima, não visa a retirar das *usuárias* a agência que certamente possuem nessa construção. Também nada tem a ver com uma acusação de vitimismo por parte das *mulheres* que buscam esse *serviço*. Minha intenção é, pelo contrário, afirmar essa agência assinalando as condições dentro das quais ela se desenvolve.

Gostaria de, rapidamente, estabelecer alguns matizes no que se refere ao momento no qual o *lugar de vítima* é estabelecido pelas *usuárias* em suas narrativas. A instituição desse *lugar* é prontamente reivindicada por parte das *usuárias* da Casa Cidinha. Quando o que se relata são situações como tapas, socos, pontapés e empurrões (ou seja, elementos que serão inscritos pelas profissionais da equipe em seus instrumentos de *trabalho* como *violência física*), a narrativa é elaborada imediatamente a partir desse lugar. “Ele me bateu!”, “Ele é violento comigo!”, “Ele é um grosso, um estúpido, me bate mesmo!”, “Eu apanho do meu marido” são frases usadas para responder à pergunta endereçada às *usuárias* – “O que aconteceu com você?” – formulada pelas integrantes da equipe responsável pelos *atendimentos*. Situações que são registradas como *violência psicológica*,

investigados, quais não (NADAI, 2012). A interface entre *corpo* e prova que retornará com força no capítulo 5 desta tese, mais marcadamente na categoria de *corpo-testemunho*, também integra a pesquisa de Nadai.

moral ou *patrimonial* aparecem inicialmente nas narrativas das *usuárias* como um *sofrimento* difuso e são nomeadas como *violência* pelas profissionais durante o *primeiro atendimento*. Tal prerrogativa da *violência física* nesse campo é confluyente com achados de outras pesquisas realizadas sobre o tema, inclusive com os achados de Facchini e França no que se refere à população LGBT na primeira pesquisa qualitativa sobre *violência* contra LGBT no Brasil (FACCHINI; FRANÇA, 2013). A *violência física* seria aquela mais facilmente enquadrada, nomeada e classificada como *violência doméstica* que acomete *mulheres*. Situações que serão depois classificadas como *violência sexual* pelas *técnicas* têm outra configuração no que se refere à temporalidade. Muitos desses episódios não integram as narrativas das *mulheres* que procuram a Casa Cidinha em seus primeiros, segundos ou terceiros *atendimentos*. E, quando aparecem, é frequente que se desenvolvam de maneira duvidosa e tentativa. A palavra “estupro” quase nunca é utilizada pelas *usuárias*. Muitas das formas narrativas empregadas por elas buscam confirmação e validação de sua condição de *vítima* na expertise das profissionais. Só então o *lugar de vítima de violência doméstica* a partir do qual falam é constituído.

A instituição desse lugar de enunciação tem como um de seus aspectos o estabelecimento de certa homogeneidade. Apesar, e mais além, das muitas diferenças que possa haver entre as *usuárias*, algumas das quais já desenvolvidas no primeiro capítulo desta tese, a constituição dessa condição de *vítimas* traz embutida em si mesma uma força capaz de conferir uma unidade às suas narrativas em um determinado plano¹⁰⁰. O *trabalho* das integrantes da equipe é construído então sobre essa superfície da *vítima de violência doméstica*, cuja grande diversidade de características seria reduzida a ser *mulher* – presumidamente heterossexual¹⁰¹ e *cisgênero*¹⁰² – em relacionamentos de parceria afetiva

¹⁰⁰ Fassin e Rechtman também nos falam sobre a instituição de uma uniformidade constitutiva da condição de *vítima* (FASSIN; RECHTMAN, 2009).

¹⁰¹ Tal pressuposição de heterossexualidade também estaria presente em outros *serviços de atendimento* voltado à *mulheres*. Facchini e Barbosa (2009) em sua pesquisa sobre *serviços* de saúde para *mulheres* com práticas afetivo-sexuais que envolvam outras *mulheres* também apontam nessa direção. Outros trabalhos que pontuam a invisibilização de práticas sexuais que escapam da chave de inteligibilidade da heterossexualidade em *serviços* desse tipo seriam Facchini (2006), Rabello (2013), Meinerz (2005), Portela; Ferreira (2009) e Pinto (2004).

monogâmica de tipo casamento¹⁰³. Isso contribui para invisibilizar a frequência de algumas *mulheres* que se relacionam afetiva e sexualmente com outras *mulheres* e que estão em *atendimento* na Casa. O número de *casos* assim caracterizáveis era substancialmente pequeno. Quando da realização desta pesquisa de campo, eram três. Todas as *usuárias* haviam chegado ao *serviço* por agressões que teriam *homens* como autores. Relacionamentos afetivos ou práticas sexuais envolvendo outras *mulheres* foi elemento trazido posteriormente pelas *usuárias* em suas narrativas.

A mesma homogeneização que opera no que se refere às *vítimas* também termina, em certo plano, por apagar diferenças que possam existir entre *homens* autores de *agressões*. Incidem qualificativos e diferenças, como distinções entre dependentes ou não de substâncias químicas, ou entre os que agrediram uma única vez e os que são contumazes. Contudo, a condição de agressores os nivela em muitos sentidos. Simetricamente, tratar-se-ia de *homens heterossexuais, cisgêneros*, em relacionamentos de parceria afetiva monogâmica de tipo casamento. Tal complementariedade e simetria se relaciona a convenções de gênero e sexualidade acionadas nesse contexto.

Para além dessa ação homogeneizadora do *lugar de vítima*, as profissionais do *serviço*, principalmente a psicóloga, operam separações e diferenciações entre as *mulheres* que estão em *atendimento* na Casa Cidinha. Apesar de todas serem entendidas nessa mesma chave de inteligibilidade, haveria um segundo momento nas narrativas das profissionais da equipe que consistiria em sua diferenciação, como no exemplo etnográfico abaixo:

¹⁰² *Cisgênero* é um termo cunhado por pessoas ativistas do *movimento trans* que tem como objetivo atuar como designação dos “outros” das *pessoas trans*, um “outro” não assignado por marcadores sociais da diferença. Seu uso é recente. Para exemplos de como esse termo é acionado por ativistas ver texto de Jaqueline Gomes de Jesus em <http://blogueirasfeministas.com/2015/01/a-verdade-cisgenero/>, acesso em 03/02/2015 e texto do blog Transfeminismo, <http://transfeminismo.com/sobre-o-termo-cisgenero-o-equivoco-da-lingua-e-o-politico-na-sigla-lgbt/> acesso em 03/02/2015. Na origem do termo em latim, “cis” significa “ao lado de” ou “no mesmo lado de”.

¹⁰³ Gostaria de relembrar aqui a referência a Corrêa e a sua análise sobre o casamento como modelo para essas relações de parceria (CORRÊA, 1983).

A conversa agora era sobre quais *mulheres* eu deveria entrevistar. Para algumas das integrantes da equipe, eu deveria falar com os *casos* que elas consideravam mais *graves*, mas que já estavam em *acompanhamento* há mais tempo na Casa. Essas *usuárias* poderiam ser entrevistadas sem que essa interação trouxesse contratempos para o *trabalho* realizado pela equipe, e me dariam a dimensão das situações mais extremas com as quais a equipe se confrontava, me diziam elas. As profissionais envolvidas na conversa sugeriam nomes. Quase todos suscitavam consenso. A cena prosseguiu até que a indicação de uma *usuária* causou discordância entre as participantes. Tratava-se de Sara Freitas, cuja entrevista terminei por decidir realizar meses mais tarde. A voz discordante era a da psicóloga. Ela afirmava que, naquele *caso*, ainda não havia sido possível determinar adequadamente quem era e quem não era a *vítima*. Sara mantinha uma relação de parceria de tipo casamento com um marido que a agredia e que era dependente de álcool. Mas Sara também bebia.

“Eu ainda não sei quem é vítima e quem não é vítima nessa história”, afirmava a psicóloga. “Porque ali todo mundo bebe e, quando eles bebem, um parte pra cima do outro. Partem para a agressão.”

Sara estava sendo *acompanhada* pela Casa já havia muitos anos e era uma das *usuárias* que *aderiam*, mas não muito. Que *aderiam* e deixavam de *aderir*. Que sumiam e que depois de um tempo apareciam de novo.

Na sexta-feira da semana anterior, Sara havia chegado à Casa bastante exaltada, relatando uma nova agressão do marido. A psicóloga nos contava que o relato da *usuária* era bastante confuso. E que ela, como profissional, não era capaz de afirmar precisamente o que, de fato, havia ocorrido. A psicóloga buscava consistência nos relatos de Sara e, ao invés disso, encontrava discrepâncias. O filho mais velho de Sara, Matias, de cerca de 14 anos, havia acompanhado a mãe até o local e a psicóloga também constatava divergências entre as versões contadas por Sara e pelo filho.

A *história* era que Sara e o marido estavam alcoolizados. O marido havia “puxado a faca para ela” e ela, num movimento rápido, havia tomado a faca de sua mão e desferido um golpe em seu tórax. O golpe causou algum sangramento. O marido de Sara foi levado ao hospital e liberado no mesmo dia.

Matias negava o evento e as integrantes da equipe pensavam que isso se devia ao medo de que a mãe pudesse sofrer alguma consequência ou punição em função do *serviço* ser um *serviço público*. Ele claramente temia uma sanção jurídica ou policial.

A profissional não estava certa da condição de Sara como *vítima* porque: 1) tanto Sara quanto o marido estavam sob a ação da mesma substância entorpecente, o álcool, 2) ambos haviam usado a mesma faca, um para ameaçar e tentar ferir e a outra para se *defender* e ferir de fato 3) o sangue derramado do marido aproximaria essa história de tantas outras relatadas pelas *usuárias* em que o mesmo instrumento cortante ocasiona sangramento (só que delas). Substância, objeto e substância (álcool, faca e sangue) provocavam uma simetria e uma indiferenciação entre Sara e o marido na narrativa daquela profissional. Algumas *usuárias* eram mais completamente enquadradas no lugar de *vítimas* do que outras. Ações demarcadas como tentativas de *defesa*, principalmente quando empregavam o uso de *força física*, colocavam em risco essa possibilidade.

Além disso, a psicóloga passou também a enumerar outras situações e circunstâncias que a faziam hesitar sobre a atribuição do termo *vítima* em toda e qualquer situação apenas para as *usuárias*. Parceiros também poderiam ser *vitimados* por condições como distúrbios, doenças e ação de substâncias químicas. Esse era o ponto de discordância com as outras técnicas da equipe. Para elas, Sara vivia num contexto de *violência* de longa data com o marido e seu ato foi entendido dentro dos limites do que seria uma tentativa de *autodefesa* em relação à *violência doméstica* perpetrada por ele. Para essa parcela das profissionais, o uso ou não de substâncias químicas parecia irrelevante nessa classificação.

Ainda que as profissionais da equipe discordassem sobre quem era a *vítima* e sobre os meandros a serem adotados para a identificação dessa figura no *caso* em questão, havia um ponto com o qual todas concordavam. A atribuição concomitante da qualificação de *vítima* às duas pessoas de uma relação de parceria desse tipo parecia ser impossível. Uma vez instituída a *violência doméstica*, *mulheres* são constituídas como *vítimas* e *maridos* como *agressores*. Se não há possibilidade de inferir que a *vítima* é a *mulher*, a inteligibilidade de uma situação nos termos de *violência doméstica* também ficaria em suspenso.

Sendo assim, a construção desse lugar de *vítima*, operacionalizado na Casa Cidinha pela transformação das *histórias de mulheres* em *casos de usuárias* através da incidência da expertise das profissionais, também tem suas nuances. Apesar da uniformidade característica da condição de *vítimas*, alguns qualificativos atuam de forma a resultar em diferenciação posterior das *usuárias*. O *caso* emblemático extraído do caderno de campo e apresentado acima parece apontar para mecanismos de diferenciação, categorização e hierarquização do conjunto de *usuárias* do *serviço*. Todas as *usuárias* seriam *vítimas de violência doméstica*. Afinal essa é, a um só tempo, a premissa e o resultado de sua admissão. Contudo, umas seriam *mais vítimas* do que outras. Atributos de intensidade seriam outorgados de acordo com 1) as atitudes dessas *mulheres* diante das *agressões* (notadamente *reagir* ou não *reagir*), 2) o uso ou não de substâncias químicas, 3) o *reconhecimento* de sua situação de *vulnerabilidade* ou de *extrema vulnerabilidade social* (com especial importância para a privação de alimentos), 4) a apresentação de condições específicas como doenças e transtornos mentais ou deficiências.

Não há um consenso entre as profissionais da Casa capaz de conferir um mandato absoluto e estável a cada um desses condicionantes. *Defender-se* através do emprego da força física é, seguramente, o ponto causador de maior controvérsia. A diferenciação entre *reagir* ou não *reagir* parece possuir uma ingerência sobre a determinação do lugar de *vítima* e operar classificações morais entre as *usuárias*, na visão das profissionais, em termos de *usuárias* “preferidas” e “preteridas”. A empatia de algumas das integrantes da equipe está com aquelas que *reagem*; já a de outras, com aquelas que são constituídas como a *mais vítima* das *vítimas*, o que exclui a possibilidade de *reação*. Essas divergências na equipe poderiam ser interpretadas de acordo com um fator ainda não mencionado e que será mais bem explorado no próximo capítulo: as relações que cada uma das profissionais mantém com o *feminismo*. A assistente social, que se autoidentifica como *feminista*, sempre diz que gosta daquelas *usuárias* que *reagem*, às quais ela atribui o qualificativo de *agressivas*. Abaixo, um trecho de entrevista no qual ela me explica como seriam essas *mulheres*:

Elas [as mulheres agressivas] não têm essas sutilezas, essas amenidades... Elas não têm aquela questão da mulher que fala baixo e que tem que atender aos padrões. E, aonde ela vai, ela tem esse comportamento. Tem umas coisas que a gente tem que trabalhar porque, se ela tem esse comportamento sempre, ela não consegue algumas coisas. Ela não consegue ficar no trabalho... A gente tem que trabalhar, mas não tirar essa agressividade delas. Sim, existem as mulheres que são agressivas. São mulheres que dizem “não”! “Não” pra esse machismo, “não” pra esse controle da instituição. Mulheres que dizem “não” pra esse controle das religiões, que dizem “não” para esse controle da maioria da sociedade que espera das mulheres um comportamento submisso, resignado. Quando eu falo de trabalhar essa agressividade, é essa questão do papel. Mulher não nasceu cuidadora. Mulher não nasceu resignada. Mulher não nasce mulher¹⁰⁴. Ela tem que ser uma mulher forte, agressiva, e essa agressividade que eu falo não é uma agressividade pra agredir ninguém, pra matar ninguém, não é isso! É uma agressividade que a mulher precisa ter pra ela buscar as coisas dela pra ela buscar o espaço na sociedade. É essa questão da resignação. É um peso e uma medida entre a resignação e a agressividade. Ela chega resignada, a fala dela é resignada. Aí eu vou trabalhar essa questão de gênero com ela. Eu entro direto na questão de gênero. Não é que eu não quero que elas sejam mães... Não é isso. Uma mulher agressiva tem condições de ser uma mãe, ela tem condições de ser mulher. A mulher agressiva ela tem condições de fazer tudo isso. E ela não vai fazer porque é um fardo; ela vai fazer porque ela quer, mas porque ela consegue se situar na sociedade e logo ela vai ser uma mulher feliz. Se ela for feliz, ela vai conseguir lidar melhor com as coisas dela. E também é essa questão de decidir. Mulher resignada tem muita dificuldade de tomar decisão. Ela fica esperando que alguém decida por ela. Se o marido não decide, se ninguém decide, ela mesmo não consegue decidir. A mulher agressiva consegue tomar decisão. Então é isso!

(Assistente social em entrevista realizada em 28/11/2012)

¹⁰⁴ A profissional está fazendo clara referência à frase célebre de Simone de Beauvoir.

Seja como for, a legitimidade do uso da *força física* pelas *usuárias* e seu emprego, ou não, como forma de *autodefesa* por *mulheres vítimas de violência doméstica* se relaciona com convenções de gênero e sexualidade acionadas pelas profissionais. O dissenso aqui continua no sentido de que, nas narrativas de algumas das integrantes da equipe, esses atributos estariam banidos para fora das fronteiras de gênero que constituem aquilo que seria *ser mulher*. Para outras, haveria a possibilidade de uma aplicabilidade justificada dessa *força* sempre que para *defender-se* de uma *agressão* original. Importante dizer que consequências sofridas pelo parceiro em função de suas agressões são vistas com bons olhos por todas as integrantes da equipe e funcionam como uma espécie de desejo declarado ou oculto de *compensação* ou *reparação*¹⁰⁵. Nas narrativas de algumas dessas profissionais, no entanto, essa *reparação* nunca pode se materializar por meio de *autodefesa*, *reação* ou emprego de *força física* realizada de forma a ferir o *agressor*. Ela teria que ser de outra ordem e consistiria basicamente de uma mudança substancial operada na própria *usuária*. “A melhor resposta é ser feliz!” era a frase preferida da psicóloga em seus *grupos de atendimento psicológicos* (a *felicidade* como resposta é categoria êmica amplamente explorada no capítulo 4 desta tese). Uma terceira alternativa, anedótica ou não, estaria relacionada com a aplicação de uma *justiça divina*.

A psicóloga contou um episódio relativo a outro *caso*, na tentativa de encerrar a controvérsia sobre Sara. Ao final de sua fala, risos tomaram conta do espaço e a tensão que antes pairava no ar por fim se dissipou. Não antes sem um minuto de silêncio.

“O cara falou que estava indo pra casa pra matar a mulher. Era num caso desses bem feios, que tinha risco de morte mesmo. Que a gente teria que abrigar porque ele ia acabar matando a mulher de verdade. Ele falou pra ela para ela se preparar. Se despedir dos filhos. Se despedir da casa. Das coisas. Ele disse: ‘tô entrando no carro e tô indo pra casa pra te matar’. Ela ficou desesperada. Ela ficou sem reação. Mas ele nunca chegou. Depois ela recebeu um telefonema. Ele sofreu um acidente de carro e morreu.”

¹⁰⁵ Mais sobre compensação e reparação no capítulo 5. Para outras referências bibliográficas sobre o tema ver Vianna (2002, 2012, 2013) Vianna; Farias (2011), Das (1999, 2000, 2007) e Das, Klaiman (2001).

O clima de discórdia entre elas foi substituído pelo entendimento geral com a frase final da educadora:

“Foi o destino... Antes ele [o marido] do que eu!”

(Caderno de campo, 31/07/2012).

Os *procedimentos* capazes de transformar *histórias de mulheres* em *casos de usuárias* passíveis de *acompanhamento* estão profundamente fundados em uma diagnose e em uma maneira de intervenção fortemente pautadas pela psicologia. O *trabalho duro* desenvolvido por essas profissionais e o estabelecimento de tais *procedimentos* não podem ser entendidos senão nos marcos maiores da psicologia como *saber* fundamental para estabelecimento de uma determinada normatividade. A psicologia 1) como ciência, 2) como um corpo de profissionais e sua expertise e 3) como tecnologia de governo seria, nesse sentido foucaultiano, um novo regime de verdade constitutivo do biopoder. Sua agência residiria na dimensão positiva e produtiva da biopolítica, ou seja, em sua tarefa de gestão de populações a partir não do cerceamento e da repressão, mas da produção de regulações e de novas necessidades¹⁰⁶. Nicolas Rose (1988, 1996) afirma que há um novo mandato na administração daquilo que o autor chama de “eu contemporâneo”. Esse mandato consistiria em uma estimulação da subjetividade que acarretaria elementos como a autoexaminação e a autoconsciência e cujo resultado seria a produção de uma obrigatoriedade do desejo de *felicidade*. A psicologia, assim, se transformaria, segundo Rose, em tecnologia privilegiada para exercício dessa gestão, na medida em que governar sujeitos implicaria em conhecê-los e em desenvolver maneiras de intervir na sua própria formulação¹⁰⁷. O resultado produzido por esse projeto de subjetivação seriam indivíduos

¹⁰⁶ Ver FOUCAULT, 2002.

¹⁰⁷ A psicologia como disciplina, escreve Nikolas Rose, refere-se ao estabelecimento de “novas tecnologias da subjetividade, que permitem que as estratégias do poder se inscrevam nos interstícios da alma humana” (ROSE, 1996: 40) e fazendo que “as autoridades ajam sobre as escolhas, desejos e condutas dos indivíduos de uma forma indireta (idem, ibidem: 41). A psicologia seria composta de “sistemas profissionais, filosofias explicatórias e convenções sobre prova e evidência que exercem seus próprios efeitos, interagindo com (e transformando) os problemas e questões iniciais, alimentando o debate social com suas linguagens de classificação, discussão e avaliação” (idem, ibidem: 40). Tratar-se-ia de uma “tecnologia intelectual”

“mais inteligentes, sábios, felizes, virtuosos, saudáveis, produtivos, dóceis, empreendedores, plenos, dotados de autoestima, empoderados” (ROSE, 1988: 12).

Contudo, ainda segundo Rose, a psicologia como disciplina não seria algo homogêneo, o que possibilitaria sua operação em uma diversidade de contextos. Dentre as muitas de suas variações, a autoajuda é de grande interesse para esta pesquisa. De forte apelo mercadológico e com ampla capacidade de incutir desejos, regular e moldar condutas e escolhas, a autoajuda seria uma popularização da psicologia (como ciência e como expertise), uma espécie de tradução com maior poder de infiltração (ROSE, 1988). Seria também uma das grandes responsáveis pela conformação da obrigatoriedade da escolha da *felicidade* e pela confluência de requisitos de gestão de populações e vontades individuais. Gostaria de fazer, portanto, para finalizar este capítulo, alguns comentários sobre os contornos adquiridos por essa dimensão no contexto específico da Casa Cidinha no que se refere à conformação do lugar de fala de suas profissionais.

O *trabalho duro* realizado pelas profissionais da equipe é profundamente marcado pela autoajuda. Em entrevistas ou em interações informais de campo, as profissionais da equipe reafirmaram inúmeras vezes a sensação de que nunca receberam na universidade formação adequada para o *atendimento de mulheres vítimas de violência*. Ou seja, ainda que a psicologia como disciplina seja parte da formação de mais da metade da porção técnica da equipe (coordenadora, psicóloga e assistente social), sua formação como profissionais da *dor*, do *sofrimento* e de sua *superação* não é de origem acadêmica. Os *procedimentos* que compõem sua intervenção específica são conformados na prática e são, eles também, resultado da ação de transformação do *trabalho duro* que realizam. Essa variação psicológica tampouco é implementada apenas pelas profissionais que tiveram

composta por “maneiras de fazer visível e inteligível certas classes de pessoas, suas condutas e suas relações umas com as outras” (ROSE, 1988: 10-11, tradução minha). Rose está preocupado com o “cidadão” como invenção da “democracia liberal”. Mas para efeitos dessa pesquisa poderíamos paralelo com a *figura de vítima*. Segundo o autor, o “cidadão” seria portanto, alguém capaz de regular-se a si próprio. O “cidadão” deve ser educado e persuadido a entrar numa espécie de aliança entre objetivos e ambições pessoais e objetivos ou atividades institucionalmente ou socialmente valorizadas. (...) Isto é, o governo contemporâneo opera, infiltrando sutil e minuciosamente, as ambições do processo de regulação no interior mesmo de nossa existência” (ROSE, 1996: 43).

contato na universidade com esse regime de verdade, mas tem uma porta de entrada por todas as integrantes da equipe. Em outras palavras, o *trabalho duro* das integrantes da equipe também tem como resultado que as profissionais inventem a si mesmas como profissionais da *dor, do sofrimento* e da *superação* de uma condição específica: a de *mulheres vítimas de violência doméstica*.

O perfil de cada uma das profissionais e seus interesses pessoais são fundamentais no momento de estabelecer tais *procedimentos*. A agência das integrantes imprime um arranjo específico para o *acompanhamento* feito com as *usuárias* da Casa. Dois trechos extraídos do caderno de campo, o primeiro da coordenadora da equipe e o segundo da psicóloga, ajudam a entender essa questão.

Esse trabalho que a gente faz aqui foi surgindo muito da prática. O grupo de apoio psicológico não era uma coisa que a gente já sabia fazer. A psicóloga foi experimentando, foi tentando... Aí chegamos nisso do grupo. Chegamos nisso do grupo... E é bom. É bom para as mulheres porque as mulheres vão vendo que tem outras na mesma situação delas. Elas vão se fortalecendo. Elas escutam e pensam: se ela que está aqui já conseguiu, eu vou conseguir também [superar a situação de violência]. Eu gosto do grupo!

(Fala da coordenadora da equipe em conversa informal, caderno de campo, 03/04/2012)

Aqui, minha filha, foi tudo na raça. Quando eu entrei aqui eu não sabia exatamente como atender mulheres vítimas de violência, não. Eu sabia que tinha que atender. Só isso. Fazer atendimento psicológico. Quer dizer... um aconselhamento, né? Porque aqui a gente não faz psicoterapia. Nem daria. São duzentos atendimentos por mês. E eu sou uma só. Como é que eu faço? Fora que eu ia morrer louca. Sem supervisão. Sem nada! (...) Então surgiu essa ideia do grupo. As mulheres gostam e ajudam. Elas vêm o desenvolvimento de outras que já passaram por isso. Aí eu deixo os atendimentos individuais pra alguns casos, só. Casos assim mais graves, né...? Que são mais complicados. Casos de abuso sexual.

Casos muito escabrosos que não dá pra ficar falando na frente de todo mundo. Que a mulher não consegue falar. Ou que ela só chora e não consegue. Ou tem muita vergonha. Aí eu atendo [no individual].

Mas aí eu consigo atender porque são poucas mulheres no individual. E depois são mais essas que estão no grupo. Tem dois grupos agora...

(Fala da psicóloga em conversa informal, caderno de campo, 20/03/2012)

Os *grupos de apoio psicológico* mantidos na Casa Cidinha, não por acaso, também frequentemente recebem a denominação alternativa de *grupos de autoajuda*. Tais encontros seguem o modelo popularizado dos Alcoólicos Anônimos, Neuróticos Anônimos, Mada (Mulheres que Amam Demais), entre outros, ainda que sem as particularidades dos 12 passos¹⁰⁸. A psicóloga técnica da equipe sempre faz referência a essas agrupações; por ocasião de suas férias, sugeriu que *usuárias* participantes dos *grupos* em funcionamento no *serviço* fizessem “reposição” dos dias perdidos por meio de visitas a reuniões do Mada e dos Neuróticos Anônimos. Os grupos realizados na Casa, como será trabalhado mais profundamente adiante, funcionam de acordo com a seguinte estrutura: cada participante diz seu nome, sua idade e faz um depoimento provocado pela pergunta “como você está?”, enunciada pela psicóloga. Nesses espaços de *atendimento*, a máxima de que a “felicidade é a melhor resposta” era constantemente perseguida e a lógica da pedagogia do exemplo era constantemente empregada. Essa popularização da psicologia para meios leigos e para consumo em massa voltava a ser empregada na Casa em um novo formato, agora modificado pela expertise técnica e pela invenção da equipe da Casa, e era empregada como um meio para a realização do *trabalho duro* desempenhado ali pelas profissionais. A autoajuda como um dos marcos discursivos no interior do qual se constitui o lugar de fala das integrantes da equipe também é objeto do próximo capítulo.

¹⁰⁸ Para uma análise acurada dos intercâmbios afetivos e sexuais envolvendo *grupos de autoajuda* como próprio Mada e outros destinados a “pessoas viciadas em sexo e amor” ver Carolina Branco Castro Ferreira (2012).

Guita Debert, ao se referir aos novos marcos nos quais estão sendo definidos idosos e envelhecimento, nos fala sobre questões de ordem parecida. Há muitas semelhanças entre este doutorado e a perspectiva que vem sendo desenvolvida pela autora (DEBERT, 2012a, 2012b, 2001, 1999). Para Debert, “políticas públicas não são respostas aos problemas sociais, mas são ativas na produção de convenções sobre a definição de seu público-alvo” (DEBERT, 2012: 201). A autora identifica um processo que ela chama de reprivatização da velhice, no qual um problema social passa a ser visto como algo de foro bastante individual (DEBERT, 1999). “A velhice se transforma num problema de consumidores que falharam porque não souberam se envolver em atividades motivadoras e adotar estilos de vida e formas de consumo capazes de evitar ou de retardar a velhice” (DEBERT, 2012a: 201). Os problemas que velhos possam apresentar, nesse contexto de reprivatização, são considerados de responsabilidade individual de cada um deles e seriam eles, portanto, que deveriam encontrar as soluções. A gestão da *violência doméstica* que vitima *mulheres* encontra um paralelo parecido. A atenção destinada à resolução desse problema social por parte da administração pública é realizada por meio de *serviços* análogos à Casa Cidinha. Marcos discursivos que norteiam a gestão da Casa como parte da política pública de assistência social para a atenção à *violência* contra as *mulheres* é o objetivo do capítulo que vem a seguir.

Tais *serviços* têm *mulheres vítimas de violência doméstica* como matéria-prima de sua intervenção. Ao fim e ao cabo, são essas *mulheres* que precisam ser *trabalhadas*, modificadas e transformadas com a finalidade de se *fortalecerem* para interromper o andamento da situação de *violência* que as acomete. São elas que deveriam ganhar condições de “dar um basta” nas *agressões* perpetradas por seus maridos e procurar *ajuda* nos *serviços* especializados. As categorias *trabalhadas* longamente no capítulo 4 desta tese apontam para os caminhos que cada uma delas teria que percorrer para a *superação* dessa *violência*, o que envolve, acima de tudo, possuir desejos e buscar realizações pessoais traduzidas sob o termo *felicidade*. “A gente quer que as mulheres sejam felizes” é afirmação constante das integrantes da equipe. Essa reprivatização ocorreria, para utilizar a nomenclatura empregada por Debert, apesar de discursos e práticas *feministas* (sejam elas

profissionais, militantes, militantes-profissionais) haverem se esforçado para postular a questão da *violência de gênero* como uma questão política que estaria relacionada a desigualdades e hierarquias de poder incrustadas no tecido social. A localização desses *serviços* nos bairros periféricos da cidade, e o “perfil” das *usuárias* neles *atendidas*, apontam para que tipo de população estaria sendo identificada, classificada, acompanhada e gerida por essas políticas. Ainda que estatísticas mostrem que *mulheres* das classes altas e médias também sofram *violência* em relações de parceria de tipo casamento, suas *histórias* nunca ou quase nunca alcançam as portas desses *serviços*. O tratamento dado às mesmas é outro.

3

Um *comprometimento* dividido em partes: profissionais, militantes, militantes-profissionais

Casa toda enfeitada. O lilás que pigmenta muito das paredes, dos bibelôs e cortinas de contas que demarcam separações entre os ambientes da Casa Cidinha Kopcak e do novo grafite comemorativo realizado por essa ocasião não reinava mais sozinho. Ganhou acompanhantes. Na decoração do salão de eventos durante a festa de celebração dos dez anos de existência da Casa, figuravam vermelhos, verdes, brancos e amarelos de adornos variados enganchados nas paredes e produzidos com esmero pelas integrantes da equipe de profissionais durante as semanas que precederam esse dia. Os preparativos foram longos, muitos convites feitos por telefone às *parceiras da rede*, e-mails enviados, evento criado no *facebook* e muitos lembretes do tipo “mas você vem mesmo né?” e “a gente tá contando com você lá!”. A programação para a festa tinha sido pensada em reuniões de equipe com três meses de antecedência, e contava com muitas convidadas e alguns poucos, pouquíssimos convidados (...).

Cerca de cem pessoas circulavam pela festa. *Glitter* não só nas paredes. Também nos ânimos. Cada pessoa que entrava pelo portão, ele também lilás, era primeiro cumprimentada e celebrada e depois convidada a assinar o *Livro de Oficinas* (livro de ata preto e de capa dura onde se inscrevia a presença nas *oficinas*, mas também nas *festas*). Presentes estavam toda a equipe da Casa – psicóloga, assistente social, coordenadora, advogada, auxiliar administrativa, educadora social, responsável pela limpeza e manutenção, estagiárias e muitas ex-funcionárias. Também vieram *mulheres atendidas* em algum momento na Casa seja no presente ou no passado, que eram recepcionadas com sorrisos, às vezes abraços, e quase sempre com o uso dos seus nomes próprios e a alusões a detalhes de suas *histórias* compartilhados em diferentes momentos

de sua *passagem* por ali: “oi, Marina (Kátia / Madalena / Priscila / Joaquina / Aparecida / Gilvaneide / Maria / Josilene / Fabriciana)! Que bom que você veio (Há quanto tempo! / Olha só que chique! / Nossa! Tá bonita hein? / E aquela proposta de emprego lá? Alguma novidade? / Saiu o benefício [do Bolsa Família]? / Mas que beleza...)!” Já se via que o esforço de mobilização das semanas anteriores foi recompensado porque também compareceram funcionárias técnicas dos *serviços* que compõe a *rede* (alusões à *rede* foram sempre muito frequentes no campo): enfermeiras do Hospital Geral de São Mateus; Promotoras Legais Populares; funcionárias dos Posto de Saúde do Bairro; do Centro de Terapias Alternativas situado poucas quadras dali; outras integrantes da Associação Padre Moreira (modo pelo qual a Associação Padre José Augusto Machado Moreira, responsável pela gestão da Casa Cidinha, é comumente referida); pessoal técnico de outros Núcleos de Defesa e Convivência da Mulher localizados na Zona Leste da cidade; integrantes de algumas ONGs locais; de ONGs *feministas*; da Marcha Mundial de Mulheres; então corpo técnico Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo – Smads / PMSP, tanto do Gabinete da secretaria como dos *serviços* que caracterizam a sua “ponta”, no caso Cras de São Mateus; e pessoas ligadas ao Centro de Educação de Jovens e Adultos, Cieja. Seja nas inúmeras referências a quem estava presente feitas a partir do microfone pela coordenadora – que atuava naquele evento como mestre de cerimônias, algo que não é habitual – seja nas muitas apresentações de “parceiras da Casa” que foram sistematicamente introduzidas a mim por diferentes integrantes da Casa em momentos informais durante todo o evento, notavam-se algumas ausências. Personagens que são frequentemente citadas nos momentos em que a equipe fala sobre a *rede* não estavam ali, notadamente integrantes dos Fóruns Judiciários e da Delegacia da Mulher mais próxima, a 8ª DDM. Nenhum tipo de pesar ou embaraço foi expressado e ninguém parecia estranhar esse fato. Antes de denotar algum tipo de problema na relação com esses órgãos, a ausência era recebida como algo previsto no caráter da relação, marcada mais pela mediação de alguns instrumentos específicos como *encaminhamentos* em ambas as direções, *telefonemas* e *visitas formais* do que por contatos face a face, como o *prestigiar*, ou seja, o comparecimento em celebrações, por mais importantes que possam ser.

Narrativas de *mulheres* que tinham sido *vítimas de violência*, que haviam *superado a violência* e que receberam *atendimento* na Casa

durante aqueles dez anos eram destaque da programação. Suas falas sincopavam todo o evento: eram orquestradas pela mestre de cerimônias, que as convidava ao cenário com palavras efusivas de regozijo, aprovação e contentamento. A coordenadora fazia com que suas *histórias* se intercalassem com outros elementos, como falas de outras personagens presentes, canções musicais, apresentações de resultados das *oficinas* realizadas durante o ano de trabalho, tudo servindo de interlúdio para que as *mulheres* pudessem contá-las. As histórias selecionadas para fazer parte da composição, ou seja, as *mulheres* convidadas a falar naquele momento, eram as que, apesar de haverem “enfrentado situações de violência” entendidas como “graves”, haviam conseguido “romper com o ciclo da violência” e tinham “sido capazes de reconstruir suas vidas”. O que se almejava não era apenas uma declaração de sucesso do *trabalho* realizado na Casa durante os seus dez anos de existência. Aquelas *histórias* também funcionavam como “exemplo” ou “inspiração” para outras *mulheres* que estivessem numa situação parecida, numa hipereficácia que as narrativas partilhadas nos grupos de *apoio psicológico* no cotidiano do *atendimento* da Casa também perseguiam.

As outras falas que também ocuparam lugar de destaque nessa festa foram as realizadas pela assistente social funcionária do gabinete da Smads responsável pela “supervisão técnica” à Casa; a da coordenadora geral da Associação Padre Moreira, quem “acompanha de perto” o trabalho da Casa; a de Carlinhos Kopcak, viúvo de Cidinha Kopcak e que falou acompanhado do filho do casal, da irmã e da mãe; a de Prudência e Irene, duas das *mulheres* envolvidas com o processo de criação da Casa Cidinha, *história* que se almejava contar a partir de várias das falas ali realizadas; e a de Soninha, *feminista* integrante da Marcha Mundial de Mulheres e da ONG paulistana SOF – Sempre Viva Organização Feminista.

Partes das falas da coordenadora da Casa, de Prudência e Irene, de Carlinhos Kopcak, da coordenadora geral da Associação Padre Moreira e de Soninha, ainda que enfatizassem aspectos diferentes, confluíam para a construção de uma narrativa única, que se desenrolava nos termos de um mito de origem. Tal narrativa foi construída partindo das primeiras ideias para a constituição da Casa, passando pelas negociações com a Padre Moreira, pela conformação dada pelas possibilidades contingentes da administração pública e, finalmente, por sua consolidação. O que se segue é uma junção dessas diferentes falas que, em seus atos narrativos, omitiam

possíveis desavenças ou discordâncias e que enfatizavam um caminho pisado sobre a mesma linha: contavam “por que e como tudo começou” e o que levou a Casa a ser batizada com esse nome.

Integrantes do *movimento de mulheres* que estavam ligadas às lutas por melhorias urbanas para os bairros de São Mateus, ou contíguos ao mesmo, começaram a “sentir a necessidade” de organizar um espaço que pudesse suprir várias demandas apresentadas especificamente pelas *mulheres* da região ou identificadas pelas militantes no dia a dia da luta. A “necessidade” aparecia de maneira concomitante à participação na movimentação pela conquista dessas melhorias, como se houvesse uma dimensão que julgavam importante e que não “cabia” no escopo de reivindicações como calçamento público, saneamento básico, *equipamentos e serviços públicos*. O projeto idealizado por elas, chamado genericamente de Centro de Referência, era amplo e previa atividades que iam de “formação política” e para o trabalho até espaço de convivência, realização de orientação de saúde preventiva que abarcava a pauta da saúde sexual e reprodutiva, mas que ia mais além dela, palestras sobre temas variados e oferecimento de apoio e orientação em casos de “violência doméstica”. Um grupo de trabalho foi formado e, depois de algumas conversas iniciais, decidiram procurar a associação Padre Moreira para apresentar o projeto e averiguar possibilidades de implementação. Na reunião com a diretoria da associação, foram informadas de que uma proposta com a extensão da que pleiteavam não “daria certo” porque a Prefeitura estava aberta para financiar apenas trabalhos de atuação no combate à “violência doméstica”. Ainda que recortada, a Casa foi celebrada como uma vitória. Conquistar a Casa era importante, mais importante ainda porque se relacionava com uma meta mais ampla e de mais longo prazo: a Casa não era um fim em si mesma, diziam Prudência e Irene, era mais bem um passo na direção da “libertação das mulheres e da humanidade”.

Quando finalmente a Casa saiu, ela foi batizada com o nome de Cidinha Kopcak: “operária”; “lutadora com garra e capacidade de organização em plena ditadura militar”; “envolvida com o movimento de donas de casa organizadas, já que a ditadura proibia associações *feministas*, e na qual organizava 3 mil mulheres”; que “lutava contra a violência, pela igualdade e pelo fim de todos os preconceitos”. Por fim, Cidinha Kopcak, já então falecida, é descrita com os arrematadores “mulher de luta” e “alegre” e sua morte aparece caracterizada sob a perspectiva não de ponto final mas de

transformação: “ela não morreu, apenas se transformou. Ela só mudou de nome!”. Foi com essa frase que o viúvo Carlinhos abriu espaço para dizer que agora ela estava presente na figura de cada uma das integrantes da equipe da Casa, dizendo que havia sido rebatizada com cada um dos seus nomes.

(Caderno de campo, 13/09/2012)

A festa de comemoração de dez anos de existência da Casa Cidinha Kopcak era uma grande sinfonia. A maestra a orquestrar os diferentes elementos que compunham o script da cerimônia era a coordenadora do *serviço*. Seus movimentos colocavam em cena, e em relação, basicamente duas ordens de narrativas. Uma primeira ordem de narrativas consistia de falas-depoimentos feitas por *usuárias* da Casa nas quais alguns elementos bem determinados estavam presentes de forma a fazer falar o *trabalho* ali realizado. Tal *trabalho*, caracterizado por uma ordem de transformação e que é feito sobre as *mulheres* que buscam *atendimento* na Casa através de *procedimentos* específicos, será mais bem descrito próximo capítulo.

A segunda ordem de narrativas refere-se a falas-depoimentos que apresentavam fragmentos que viriam a compor o mosaico de uma narrativa maior, que chamei de *mito de origem* da Casa Cidinha. Chamo de fragmentos porque eram justamente apresentados como tal, como peças discretas que, uma ao lado da outra, eram capazes de compor uma mesma narrativa apresentada naquela celebração, sob a forma de um jogral, que era impulsionado a partir do movimento de orquestração feito pela mestra-maestra de cerimônia. Essa segunda classe de narrativas falava sobre o surgimento e a razão de ser da Casa como resultado da articulação entre diferentes forças. Diferentes forças que compunham uma espécie de cosmologia política¹⁰⁹ relativa ao momento de surgimento da Casa e que se fazia valer por meio dessas narrativas.

O presente capítulo será dedicado à exploração dessa cosmologia não apenas no momento de sua fundação. Seu principal foco será entender como essa cosmologia, ela

¹⁰⁹ Ver Mariza Peirano (2006).

também, ganha materialidade particular na produção de um lugar preciso de enunciação em relação ao qual cada uma das narrativas que compõem o *corpus* analisado nessa pesquisa é narrada. Este capítulo se dedicará, portanto, a estabelecer as contingências que conformam esses lugares de enunciação como *lugares situados*, num desdobramento da ideia de “conhecimentos situados” desenvolvida por Dona Haraway (1995).

A Casa Cidinha se constitui como 1) um *serviço* oferecido pela administração pública através da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social que 2) é gerido por meio de um regime administrativo de forma *convênio* feito entre a mesma Secretaria e uma organização não governamental católica, da linha “progressista” da teologia da libertação e de atuação marcadamente local, a Associação Padre Moreira; e 3) um ativismo que ora reclama para si a nomenclatura de *movimento de mulheres*, ora se reivindica *feminista* e, quando assim o faz, se vincula a uma das muitas expressões do *feminismo* em particular, representado pela Marcha Mundial de Mulheres e pela ONG *feminista* SOF – Sempreviva Organização Feminista. Através das categorias êmicas de *conquista* do *serviço* e *comprometimento* da equipe com o *trabalho* ali realizado, esse capítulo tem como intenção nomear algumas das contingências que situam a Casa Cidinha como um local bastante específico onde se produzem as narrativas analisadas nesta pesquisa. A primeira dessas categorias enfatiza nas narrativas uma oposição e um embate entre o que poderíamos aproximativamente chamar de *Estado* e *movimento social*.

A segunda nos leva a meandros de sobreposições, deslizamentos e intercomunicações entre entidades longe de serem mônadas fechadas e encerradas em si mesmas, e necessária, obrigatória e incondicionalmente opostas. Tais esferas, que poderiam se apresentar de maneira estanque e em constante oposição, têm fronteiras que não são assim tão definidas, como veremos a seguir. Falando do que seria um “dentro” e um “fora” do Estado o que seria a separação do Estado de outras esferas da sociedade, Vianna (2013) argumenta:

“Ao nos perguntarmos sobre os atores envolvidos, instâncias e, sobretudo, práticas, porém, tal separação não se revelaria viável. Profissionais, corpos de saberes, pluralidades de organizações, entre outros elementos, podem colaborar para confeccionar imagens de trânsito intenso entre as supostas fronteiras, de modo que passa a ser difícil não percebê-las como extremamente móveis e dinâmicas. Compreender a instabilidade desses limites não significa negar-lhes a existência social, mas sim deslocar o tipo de pergunta a ser feita a eles” (VIANNA, 2013: 17).

Uma casa, muitas *conquistas*

O bairro é São Mateus, bairro periférico da cidade de São Paulo. Nesse contexto, a conexão entre os termos “casa” e “conquista” num mesmo enunciado evoca quase imediatamente a fórmula onírica da “tão sonhada casa própria”, constantemente explorada em programas de televisão, concursos, publicidade de gestões habitacionais governamentais e planos de construtoras privadas direcionadas a famílias de baixa renda. Mas, nesse lugar em especial, a casa que é repetidas vezes apresentada como uma *conquista* não é a *própria*; é de outro tipo. Assim, a Casa Cidinha aparece celebrada como uma *conquista* em muitos momentos. Seja nas falas de comemoração dos dez anos da Casa, seja no dia a dia, no *atendimento* às *usuárias*, quando são proferidas pelas integrantes da equipe frases entusiastas como: “isso aqui é pra vocês”, “é pra vocês usarem e abusarem”, “é um direito de vocês” (falas da assistente social que se repetiram exaustivamente durante o trabalho de campo, seja em ocasiões celebrativas, seja em *atendimentos* variados, seja em momentos muito informais como os do café ou da sala de espera).

São muitos os sentidos acionados por esse termo. A *conquista* está por um lado relacionada com o momento de surgimento da Casa propriamente dita e é dela que nos fala o *mito de origem* inscrito anteriormente. A Casa figura como algo que foi “conseguido” através de articulação de moradoras numa coletividade específica para esse fim. Nas

narrativas da celebração e em outras narrativas da coordenadora da Casa Cidinha, foram as moradoras do bairro, antes envolvidas em mobilizações para obter melhorias de infraestrutura urbana para São Mateus, que idealizaram e desenharam um projeto que viria a se concretizar nas paredes lilases daquela casa. Articuladas sob a alcunha geral de *movimento de mulheres*, aquelas que efetivamente eram moradoras do bairro e aquelas que “se somavam” para “fortalecer a luta”, agora demandavam não apenas asfaltamento, saneamento básico, creches, escolas, postos de saúde e hospitais. O movimento mais geral de moradoras e moradores¹¹⁰ que ia pouco a pouco *conquistando* isso que era entendido como melhorias para os bairros em que moravam. Contudo, tais *conquistas* não eram o bastante para fazer frente a questões específicas que tinham a ver com uma condição específica relativa a serem *mulheres* moradoras das periferias. O “sonho de uma Casa”, assim como nos fala o *mito*, que foi construído palavra após palavra no projeto ideal, era mais amplo: “previa atividades que iam de ‘formação política’ e para o trabalho, até espaço de convivência, realização de orientação de saúde preventiva que abarcava a pauta da saúde sexual e reprodutiva mais além dela, palestras sobre temas variados e oferecimento de apoio e orientação em casos de ‘violência doméstica’” (caderno de campo, 13/09/2012).

Ainda que o conjunto do bairro pudesse ser entendido como um beneficiário indireto dessa *conquista*, as beneficiadas diretas, ou, melhor dizendo, as grandes beneficiadas seriam as *mulheres* de São Mateus. Isso porque “ser morador da periferia já traz um monte de complicações, mas é ainda mais difícil ser mulher na periferia” (fala de

¹¹⁰ Mais de moradoras do que de moradores, segundo autoras como Elizabeth Souza Lobo (1991) e Tereza Caldeira (1984), tais movimentos tinham uma presença marcadamente feminina. Outras autoras apontam que essa participação foi o que constituiu as *mulheres* como “sujeito político”: Souza Lobo (op. cit), Marta Farah (2004) e Cynthia Sarti (1988). Segundo Farah, “a democratização significou também abertura de espaços para a presença de atores locais e regionais na conformação das agendas estaduais e locais e na formulação e implementação de políticas e programas. Essa presença se faz sentir (...), sobretudo na área de combate à violência contra a mulher, em que a mobilização de mulheres foi responsável pela constituição dos programas, influenciando também sua implementação” (FARAH, 2004: 66). A coordenadora da Casa Cidinha parece seguir o caminho indicado por essas autoras, na medida em que sua trajetória política se inicia no movimento por melhorias urbanas. Num segundo momento surge uma necessidade específica de ações voltadas para as *mulheres* do bairro, quando passa a se identificar como parte do *movimento de mulheres*. Um terceiro momento é marcado pela implementação dessas ações, quando se desenrola uma aproximação em relação a *feministas* e *feminismos*, fazendo com que a coordenadora se autoidentifique como *feminista* sempre que isso é possível.

Soninha na comemoração dos dez anos da Casa). Não se tratava mais de algo que tinha toda a população do bairro como alvo, mas de uma ação que focalizava uma parcela específica dessa população¹¹¹. Segundo o *mito de origem*, a *conquista* da Casa Cidinha também parece compartilhar um mesmo léxico com as *conquistas* de melhorias de infraestrutura urbana perseguidas pelos movimentos de moradoras e moradores das regiões periféricas da cidade de São Paulo.

O sentido êmico do termo nesse caso é o de *conquista* do *movimento social* em relação ao Estado e ao cumprimento de *direitos*, sejam eles gerais ou focalizados¹¹². A *conquista* da Casa aparece como *conquista* de uma política focalizada que passa a ser oferecida pela Smads da prefeitura de São Paulo em relação a uma demanda específica, o combate à *violência* contra as *mulheres*. Trata-se da mesma *conquista* entendida como fruto de pressão dos *movimentos sociais* em relação ao *Estado* e entra na mesma chave de inteligibilidade de outras *conquistas* “conseguidas” pelo *movimento de mulheres e feminista* tais como as Delegacias da Mulher, a Lei Maria da Penha, as creches, os programas específicos de saúde, questões relativas à saúde sexual e reprodutiva, “tudo com muita luta da mulherada”¹¹³. E é nesse sentido que convenções sobre *movimentos sociais* e sobre *Estado* aparecem acionadas nas narrativas, principalmente naquelas que nos falam sobre a origem da Casa Cidinha, como entidades discretas e opostas que estão sempre em relação de oposição, disputa, negociação. *Conquistar*, aqui, portanto, também tem o sentido de *conquistar direitos*¹¹⁴. Na Casa Cidinha, os *direitos* que são constantemente referidos como

¹¹¹ Assinalar a existência de porosidade nas relações entre Estado e movimento não significa dizer que não se estabelecem relações mais ou menos pontuais de conflito entre tais atores (FACCHINI, 2009).

¹¹² Sobre políticas focalizadas de gênero e de gênero e sexualidade ver, respectivamente, Farah (2004) e Facchini, (2009).

¹¹³ *Mulherada* é um termo que nesse campo aparece congregando um sujeito político amplo, agregando um *movimento feminista e mulheres* aquelas que depois seriam as *beneficiárias* de *serviços* ou *políticas públicas*. Gostaria de chamar a atenção para a longa duração do uso de alguns termos. *Mulherada* aparece nos campos realizados por Gregori (1993) e Pontes (1985). Também aparece quer seja nos documentos quer seja nas falas contemporâneas de militantes da organização paulistana União de Mulheres fundada em 1981 em pesquisa conduzida por Oliveira (2013).

¹¹⁴ “A gramática dos direitos” envolveria uma série de narrativas e práticas distintas segundo Vianna e demais autores que compõem a coletânea *O fazer e o desfazer dos “direitos”: experiências etnográficas sobre*

direitos das mulheres e/ou direitos humanos das mulheres, que foram pauta de inúmeros encontros nacionais dos quais o *Estado brasileiro* é signatário, mas que ganham uma configuração particular, assumindo contornos e sentidos específicos em suas corporificações no *trabalho* realizado na Casa Cidinha¹¹⁵.

Uma casa, três arrimos: Padre Moreira, Marcha Mundial das Mulheres e Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Poderíamos alocar o surgimento da Associação Padre Moreira dentro das mesmas movimentações por melhorias de infraestrutura urbana que marcaram o movimento de moradores de regiões periféricas da cidade nos anos 80 e do qual nos fala Teresa Caldeira (1984, 2000), e que dá origem a muitos outros *movimentos sociais* e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Essa associação, que havia sido capaz de materializar *conquistas* aparentadas ao projeto da Casa, foi procurada para implementar a proposta caso as negociações para sua existência fossem bem-sucedidas. A Padre Moreira é uma entidade de atuação local e tem *convênios* variados com a prefeitura de São Paulo, quase todos eles nas pastas da Assistência Social e da Saúde. Segundo relatos da coordenadora da Casa Cidinha, nem sempre a relação com a entidade “foi fácil”. A Padre Moreira estaria afinada com um

política administração e moralidades (VIANNA org. 2013). A coletânea trata dos embates e da polissemia que conformam a linguagem em ato dos *direitos*.

¹¹⁵ Analisar como o texto exato, tal como aparece em tais declarações internacionais, se traduz nas narrativas e práticas de *trabalho* na Casa Cidinha ou em *serviços* equivalentes seria muito interessante e de grande valia para o entendimento desse campo; além de pensar como *direitos* que são instituídos em encontros de fóruns supranacionais e materializados em cartas de intenções ganham sua versão/ reinvenção local e situada em diferentes contextos mobilizando uma gama grande e imensamente heterônoma de agentes que compõe essa rede, sejam agentes humanos ou não humanos. A própria Lei Maria da Penha poderia ser considerada agente nesse processo. Infelizmente a reflexão sobre o campo dos *direitos humanos* e de suas convenções concernentes ao estabelecimento de *direitos* específicos para *mulheres* extrapola as tarefas estabelecidas para essa pesquisa, mas futuras investigações sobre isso seriam de grande pertinência. Não obstante, a análise da Lei Maria da Penha como agente local é escopo da próxima seção desse capítulo.

setor muitas vezes descrito como “mais progressista” da Igreja Católica, conhecido como Teologia da Libertação, corrente fortemente associada à luta contra a ditadura, à defesa de presos e perseguidos políticos, à conquistas das tais melhorias de infraestrutura para os bairros periféricos da cidade, e várias outras causas dos *movimentos sociais* (LEVY, 2009).

No entanto, a coordenadora da Casa Cidinha, principalmente em momentos informais de interação comigo, falou sobre alguns conflitos que pontuaram o relacionamento dela como coordenadora do *serviço* com a entidade. Em suas narrativas, havia alguma tensão nessa relação nos primeiros cinco anos de existência da Casa porque certas pautas dos *movimentos de mulheres e feministas*, pautas que ela gostaria de poder *trabalhar* com as *usuárias* na Casa, eram malvistas dentro da versão teológica adotada pela entidade. Nominalmente questões ligadas à saúde sexual e reprodutiva, mais especificamente ao direito ao aborto, e questões relativas à sexualidade e a práticas homossexuais eram uma proibição que nunca foi rompida totalmente¹¹⁶. Ela conta que sua supervisora direta na entidade, assim como a diretoria da organização, “pegavam muito no pé dela”, como se estivesse sujeita a uma exigência especial, que implicava em uma

¹¹⁶ Leonardo Boff, um dos teólogos expoentes da Teologia da Libertação no Brasil, afirmou em entrevista de 2013 para um canal católico do portal UOL que : “Eu diria que no fundo ninguém é a favor do aborto, ninguém. Porque o aborto é uma agressão (...) eu sou contra, acho que ninguém é a favor do aborto porque ele implica em eliminar uma vida. Mesmo as pessoas que cometem o aborto o fazem com grande desconforto e sofrimento. Ninguém no mundo defende o aborto. O que se defende é a descriminalização, não considerar isso um crime. Porque as pessoas que fazem isso estão sob profunda coação, com grande dificuldade, e nós não devemos acrescentar mais sofrimento”. Disponível em http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia_comente.asp?cod_noticia=8547&cod_canal=41&cod_opiniao=8281&cod_erro=0, acessado em 6 de outubro, 2014. A Fala de Boff revela a tensão entre a diretriz ditada pela hierarquia da Igreja Católica representada pelo Vaticano e a esfera dos *direitos sexuais e reprodutivos* e questões relativas ao exercício da (homo)sexualidade reivindicada pelos *movimentos feministas e de mulheres*. Contudo, uma das características da Teologia da Libertação seria precisamente a ausência de uma linha hierárquica própria tão determinada. Sendo assim, organizações, entidades, sacerdotes e praticantes aparentemente acabam fazendo seus próprios arranjos dentre diversas possibilidades que vão desde alinharem-se com as diretrizes de Roma em pontos específicos até a constituição de outras respostas em relação a diversos cânones do catolicismo, como a divergência no posicionamento da Padre Moreira parece indicar. Para além dessas diversidades, afinidades nesse sentido estariam na forte conexão da Teologia da Libertação com os *movimentos sociais* e suas pautas (LEVY, 2009). Outros setores da Igreja Católica, que se reivindicam marcadamente como *feministas*, se expressam de forma enfática a favor da possibilidade de realização do aborto, como é o caso da organização Católicas Pelo Direito de Decidir: <http://www.catolicasonline.org.br/>. De acordo com Almeida e Monteiro (2001) questões como o aborto parecem ser, uma moeda com muito poder de jogo na disputa por fiéis dentro do “mercado religioso” – conceito usado e entendido em conjunto com a noção de trânsitos religiosos. As eleições de 2014 poderiam sugerir a atualidade desse debate.

vigilância de maior frequência e de maior intensidade se comparada à que recaia sobre as coordenadoras ou coordenadores dos demais *serviços* administrados pela Padre Moreira. As narrativas nesse sentido eram compostas por palavras que sempre foram muito raras, entrecortadas, profundamente economizadas e reticentes, cuja inconclusão era acompanhada de olhares, enrijecimento muscular e interrupção na respiração; palavras meticulosamente medidas e densamente sucintas, indicando o *jogo de cintura* necessário para tornar possível o estabelecimento daquele determinado *atendimento* dentro de um *serviço público* que funciona nos interstícios da tríade administração pública, ONG teológica de doutrina católica e *movimento social*. “Aqui tem que ter muito jogo de cintura, viu!” (coordenadora do *serviço*, em incontáveis entradas no caderno de campo).

Para finalizar essa questão, retomo outra situação de campo: em fala comemorativa, por ocasião da mesma celebração dos dez anos da Casa Cidinha já fartamente descrita anteriormente, a coordenadora da Padre Moreira acabou por explicitar sutilmente o conflito. Depois de se desmanchar em elogios para toda a equipe, mas principalmente para a coordenadora do *serviço*, salientou que:

Elas são muito comprometidas, muito, muito mesmo. No quesito comprometimento eu não tenho nada pra falar. Mas no começo tivemos algumas dificuldades com a coordenadora, porque ela ficava devendo um pouco com a parte administrativa.

(Fala da coordenadora da Padre Moreira, caderno de campo,
13/09/2012)

A Padre Moreira, portanto, aos olhos da coordenadora da Casa Cidinha, não poderia ser chamada exatamente de parceira ideal, porque representava limites à atuação desejada, mais afinada com pautas cânones dos *movimentos feministas* e de *mulheres*. Muito mais do que uma “filiação”, a relação com a entidade se apresentava nas narrativas da coordenadora da Casa nos formatos de uma “parceria”, o que faz saltar linhas de separação, fronteiras e limites entre a entidade e o *trabalho* que realizam no dia a dia do *atendimento* às *mulheres*.

Essa conformação termina por situar o lugar de fala e o conteúdo de narrativas elaboradas principalmente pela própria coordenadora, mas também, em menor medida, por outras integrantes da equipe, uma vez que há afetos que precisam ser preservados e não podem ser feridos. Ainda que a Casa se constitua como um *serviço público*, sua forma de administração, através de *convênio* com uma entidade religiosa, dá o tom de certas narrativas e práticas que ali se desenvolvem e que são pontuadas por algumas elipses e por muito *jogo de cintura*¹¹⁷.

Por outro lado, a aliança com a Padre Moreira figura nas narrativas como a “parceria possível”, a “pareceria estratégica” e a “parceria esperada”, no sentido de que a entidade tinha uma atuação marcadamente local e se constituiu no bojo de lutas por *conquistas* sociais das quais aquelas *militantes* também participavam. A ruptura das expectativas de uma continuidade “natural” entre o *trabalho* da associação e o que gostariam de fazer no *serviço* é o que era narrado com tanta avareza de palavras e fartura de entrelinhas, e coloca a relação entre equipe da Casa e Padre Moreira mais nos termos da “aliança” do que nos da “afinidade”, para usar os termos de Donna Haraway (2000).

Nas narrativas da entidade, por outro lado, ainda que o “grande comprometimento da equipe” também salte aos olhos e seja motivo de orgulho e admiração, ele parece não ser completo: parece carecer de um membro ou de uma falange. Suas faltas não são nomeadas como divergências em termos de pautas específicas de *movimentos sociais* específicos ou tematizadas como um conflito entre *organizações católicas* e *organizações feministas* ou como diferenças de cosmologias políticas entre *teologia católica* e *feminismo*. As faltas são

¹¹⁷ Esse *jogo de cintura* poderia ser entendido segundo aquilo que Souza Lima e Macedo e Castro nos falam sobre *políticas públicas*, que eles propõem denominar de “políticas governamentais”: “Melhores descritas como políticas governamentais, devem ser entendidas como planos, ações e tecnologias de governo formuladas não só desde organizações administrativas de Estados – nacionais, mas também a partir de diferentes modalidade de organizações não redutíveis aquelas que estão definidas em termos jurídicos e administrativos enquanto partícipes de administrações públicas nacionais (...). Em suma, redes sociais muito abrangentes, conteúdos simbólicos e formas sociais variadas e em confronto participam do jogo de poder que se estabeleceu em torno do reconhecimento de um conjunto de relações sociais como matéria para intervenção de governo” (SOUZA LIMA; MACEDO E CASTRO, 2008: 369). A própria forma *convênio* poderia ser pensada como formas híbridas de implementação dessas “políticas governamentais”. Outro texto importante para pensar essas relações entre “dentro” e “fora” do Estado (termos de Vianna, 2013) seria TEIXEIRA; SOUZA LIMA (2010).

computadas numa outra conta, a da dificuldade de lidar com “esses assuntos chatos da burocracia estatal”, acionando significados relativos a uma *inabilidade*. Melhor dizendo, *inabilidades*, já que podem ser muitas e que podem trafegar desde uma suposta *inabilidade inata* para questões administrativas da administração pública, que seriam marca de integrantes de *movimentos sociais*, até *inabilidades inatas* supostamente apresentadas por *mulheres* para lidar com tabelas, números, projetos e bancos de dados, parte de narrativas de fundo misógino de longa duração.

O ato de fala dessa narrativa estava marcado por seu pronunciamento na celebração dos dez anos de existência da Casa; a expectativa era que o enunciado deveria repousar sobre o êxito do *trabalho* ali realizado a partir do *reconhecimento* de um determinado *comprometimento*. Contudo, assume o tom jocoso de uma crítica pública, porém condescendente, sobre a *inabilidade* que teria marcado os primeiros anos dessa relação. Essas faltas, ou ausências, encontraram, portanto, sua materialidade nas palavras referidas à “ineficiência” para lidar com os aspectos burocráticos da administração do *serviço*. A crítica, no entanto, tangencia o *reconhecimento* conferido pela entidade em termos do *comprometimento* da equipe: modula-o, limita-o, e atua na narrativa para encobrir o veredito sempre instável, nunca definitivo e sedimentado, sobre a plena realização desse *comprometimento*, ou sobre sua realização a contento da entidade. Trata-se de um veredito, ele também, que deve ser *conquistado* por uma *habilidade* particular, a de saber mover-se nesse espaço, que é por vezes apertado e por vezes incômodo, entre Padre Moreira, *movimentos feministas* e de *mulheres* e administração de um *serviço público*.

A crítica sobre a *inabilidade* burocrática não é uma simples crítica, ela encobre esse *reconhecimento* em constante risco de suspensão, e o resíduo seria a fala subjacente de que a equipe estaria correndo o risco de estar mais *comprometida* com as pautas dos *movimentos feministas* e de *mulheres* do que com a Padre Moreira. A crítica termina oferecendo um caminho que nos permitiria entender que uma equipe *comprometida* é aquela que consegue manejar, de uma forma muito particular, um *comprometimento* complexo construído dentro desse espaço triplamente situado.

Entre a Dona Cidinha, a Dona Maria da Penha e uma Secretária

– É aqui a casa da Dona Cidinha? Eu vim falar com a Dona Cidinha. Lá no Juizado falaram que era pra eu vir aqui falar com ela.

De dentro da Casa, muitas da equipe e eu escutávamos a conversa de portão. O tête-à-tête acontecia entre a educadora social, que correu para atender ao chamado da campainha, e uma nova usuária, que chegava pela primeira vez por ali. Vários olhares, nossos olhares, se cruzaram na sala de espera, ainda indecisos sobre deixar ver sua verdadeira natureza sorridente por detrás do interessado desinteresse profissional. A sala de espera era onde nós, obviamente, esperávamos. Esperávamos algo. Esperamos ali por muitas horas. Esperávamos “mulheres novas” aparecerem, esperávamos “mulheres antigas” retornarem. A sala de espera também não era só o “entre” consistente da espera. Era também um “onde”: onde se faziam telefonemas para agendamentos, onde se solicitavam apoios externos de outras organizações para determinados fins, de onde se saía correndo atrás das *usuárias* “apressadinhas” que esqueciam de assinar livros de presença. Também era lugar de muitos olhares trocados. Estes, como eu ia dizendo, eram olhares sorridentes. Sorridentes porque aquela mesma cena se repetia umas quantas vezes em um mesmo ano. *Mulheres* buscando Dona Cidinha só não eram mais numerosas do que aquelas que buscavam a Dona Maria da Penha. Os sorrisos apareciam nos olhares porque era difícil de explicar que ali não havia nenhuma Cidinha e nenhuma Maria, mas que sim, ao mesmo tempo, e em certo sentido, sim, havia.

– É aqui mesmo – responde a educadora, olhar sorridente não esgueirado, em duas palavras: aberto escancarado. Olhar de sorriso tão largo que terminava lá embaixo nos lábios. A educadora é dessas bastante sorridentes. Todo mundo conhece ela por isso.

– Entra aqui que a gente já vai fazer sua *ficha* – continuou ela. Entra aqui e já vamos conversar melhor.

Administrada por forma de convênio com uma organização social, a Casa Cidinha é uma das “Casas da Mulher” que figuram na lista de *serviços* voltados para a “atenção à violência contra a mulher” da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social da Prefeitura de São Paulo (Smads). Por isso, além da supervisão que recebe da Associação Padre Moreira, a Casa também tem uma supervisão técnica realizada periodicamente por uma funcionária da Smads. Os *serviços* correntemente chamados de “Casa da Mulher” estão alocados, no interior dessa secretaria, dentro da Proteção Básica. A Smads divide seus *serviços* em duas grandes pastas, a saber: a Proteção Básica e a Proteção Especial. As reuniões com as coordenadoras e coordenadores dos *serviços* de Proteção Básica e funcionários da Secretaria a quem se reportam são periódicos e acontecem na própria Smads. Os convênios das “Casas da Mulher” têm prazo de validade de cinco anos e, ao menos que haja algum descumprimento de acordo contratual, para que a Casa siga funcionando com a mesma *conveniada*, neste caso a Padre Moreira, é necessário que um novo projeto seja enviado para os editais de seleção a cada cinco anos. A supervisão cotidiana, direta e sistemática por um lado e o risco sempre possível de não renovação do convênio a cada cinco anos funcionam como ferramentas de controle e de vigilância tanto da conformidade do *atendimento* prestado às *usuárias* com relação às expectativas da Smads quanto de uma gama vasta de outras questões que envolvem a atuação da equipe como veremos adiante.

Os marcos legais que regem a relação com essa secretaria da Prefeitura da Cidade de São Paulo são, sobretudo, a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e seu sistema de implementação, o Sistema Único de Assistência Social (Suas). “Lei orgânica” e “sistema de implementação” de caráter federal que muitas vezes aparecem nas narrativas da equipe e de outros atores no meu campo de pesquisa através do seguinte recurso de analogia

¹¹⁸ A reflexão sobre a forma narrativa dessa pesquisa e sobre as relações entre escrita etnográfica e ficção são tratadas rapidamente no capítulo 5 desta tese.

explicativa: seria o “equivalentes do SUS [Sistema Único de Saúde] das políticas de assistência social”. Essa diretriz, e as práticas dela derivadas, têm sido classificadas por autoras brasileiras como demasiado “familistas” por terem como foco de intervenção a *família*, e não um indivíduo, outros arranjos de coletividade, uma localidade, ou outra unidade de ação qualquer, e por isso têm sido extremamente criticadas (CASTILHO; CARLOTO, 2010).

Em suas entrevistas formais ou em bate-papos informais durante o trabalho de campo, a assistente social nomeou inúmeras vezes a dupla Loas/Suas como importante ferramenta para o estabelecimento de “direitos básicos” que se referem à obtenção de benefícios dos chamados programas sociais e de transferência de renda, como Bolsa Família, Bolsa Aluguel, programas de renda mínima para idosos sem aposentadoria do INSS ou para pessoas com deficiência. A ativação desses benefícios e os *procedimentos* através dos quais são mobilizados serão melhores descritos no capítulo 3, mas figuram nas narrativas, sobretudo da assistente social, como *conquista* importante na obtenção desses “direitos básicos” que ela relaciona com a “sobrevivência econômica” e que são fundamentais, segundo ela, para outra *conquista*. Nessas narrativas, ter garantido um mínimo de dinheiro para arcar com custos da sobrevivência básica é essencial para que as *usuárias* “possam conquistar sua autonomia” que, nesse enunciado, está associada a uma *autonomia* financeira com relação ao marido / companheiro. A categoria êmica de *autonomia* é fundamental para entender as narrativas da equipe e voltará a ser analisada no capítulo 4 desta tese.¹¹⁹

Contudo, a Loas não é o único marco legal para a atuação da Casa Cidinha e das outras Casas citadas acima, já que em 2006 foi aprovada a lei de combate à *violência* de gênero, batizada como Lei Maria da Penha. Ainda que a proposta da lei seja atuar sobre

¹¹⁹ A Loas parece estruturar-se, sobretudo, sobre cinco categorias básicas que atuam como organizadoras do texto da lei, são elas: *família*, *vulnerabilidade social*, *risco social*, *proteção social* e *direitos básicos*. Uma pesquisa interessantíssima a se fazer seria entender como essas categorias se relacionam não só com marcadores de gênero de maneira mais ampla e com questões de *violência* marcadas por gênero de maneira mais específica, mas também com tais categorias se relacionam a outros marcadores sociais da diferença tais como classe, raça/etnia, idade, sexualidade.

casos de *violência de gênero* nos quais a *vítima é mulher*, o texto da lei e suas aplicações por parte dos operadores do direito acaba sendo, em grande extensão, uma tradução jurídica para o que antes era chamado de *violência doméstica*, *violência conjugal* ou *violência intrafamiliar*. Não obstante o texto da Lei ser mais amplo, o que possibilitaria algumas outras aplicações, na prática de Delegacias e Juizados, ela acaba sendo usada como colher na famosa equação “em briga de marido e mulher...”¹²⁰.

O impacto da Lei Maria da Penha no meu campo de pesquisa é vasto e denso e possibilita muitas reflexões. O primeiro aspecto que eu gostaria de salientar é o de tratar-se de uma lei focalizada em “mulheres” (ressalva feita no texto para orientação sexual – “independente de sua orientação sexual”, abrindo possibilidades de aplicação para *lesbofobia* e para *violência* em casais *lésbicos*; ainda que não nomeie claramente *mulheres trans*) e não na “família”, como a Loas. A equipe da Casa, sobretudo a assistente social, se incomoda muito com o aspecto “familista” das políticas dessa pasta da administração pública, ainda que não empregue nas narrativas essa palavra, e fala em toda a oportunidade que tiver coisas como:

Aqui a gente defende é os direitos humanos das mulheres;

Querem que eu atenda a família, mas aqui meu negócio é a mulher;

Não vou trabalhar conciliação com marido, não vou trabalhar maternagem. Não quero ensinar a mulher a ser boa mãe ou a se responsabilizar por todo o trabalho de educação e proteção dos filhos. Por que o Juizado [vara de proteção da infância e da adolescência] não chama lá o pai e trabalha o fortalecimento da família com o pai? Recebo encaminhamento porque o filho está na

¹²⁰ Em etnografia realizada sobre o fazer policial na Delegacia de Defesa da Mulher em Campinas, estado de São Paulo, Fabiana Andrade (2012) realizou uma leitura sobre o texto da Lei Maria da Penha cruzando seu fluxo discursivo com as práticas desempenhadas pelas policiais. Sendo assim, o termo “violência doméstica” condicionado pela Lei ganharia contornos bem definidos quando “aplicado” pelos policiais. Segundo Andrade, lei e práticas constituem um “jogo de armas” no qual as queixas das denunciantes só são registradas nos termos da Lei Maria da Penha, e por consequência consideradas como “violência doméstica”, se a situação de *violência* tem como seu principal protagonista a família nuclear (heterossexual, monogâmica, reprodutora e devidamente encerrada no presente em uma unidade de residência comum) e quando a gravidade dos atos ou a crueldade com a qual são impingidos resultam em considerável *sofrimento* para a *vítima*. A idéia de *doméstico* como uma unidade de moradia por si só não é capaz de servir como acionador desse processo. É necessário que um específico conjunto de relações estejam aí implicados e combinados.

Febem [Fundação Casa], mandam a mulher aqui e querem que eu trabalhe o fortalecimento dos vínculos familiares e que eu trabalhe o papel de autoridade com relação aos filhos. (...) Eu tenho que atender porque houve um encaminhamento e também porque a mulher está lá, diante de mim. Eu faço o que eu posso nessa situação, dou meus pulos (risos). Mas meu objeto de trabalho aqui não é a criança. Não é a família. É a mulher e os direitos humanos das mulheres (grifos dela);

Eu vou trabalhar o direito daquela mulher viver sem violência.

(Assistente social em múltiplas entradas do caderno de campo)

A Lei Maria da Penha é, nesse sentido, um poderoso instrumento para proceder a essa “defesa”; é vista como uma arma poderosa para garantir um *direito* visto como essencial (o de “viver sem violência”) e que pontua conferências nacionais e internacionais no marco dos *direitos humanos das mulheres* e muitos slogans do *movimento feminista* e de *mulheres*. Mais que um instrumento, a Lei Maria da Penha é um ente nesse campo.

O artefato narrativo que abre esta seção do texto deixa entreaberta uma porta cuja fresta pode nos levar a antever a personalidade assumida pela Lei quando as *mulheres* chegam à Casa em sua procura certas de que a “Dona Maria da Penha vai resolver meu problema”. Não se trata de um comentário condescendente ou de uma anedota de campo dessas que são milimetricamente construídas para ganhar a simpatia da audiência em congressos ou seminários de antropologia. A lei, e aspectos específicos da lei, têm agência nesse campo no interior das narrativas tanto das integrantes da equipe, quanto das *usuárias* do serviço.

São incontáveis as entradas no Caderno de Campo que se referem à agência da Lei Maria da Penha:

- Você já conhece a Lei Maria da Penha?;
- Agora tem a Lei Maria da Penha!;

– Leva essa Cartilha aqui pra casa. Nessa Cartilha tem a Lei Maria da Penha inteirinha. O texto tudo certinho, mas também tem antes assim numa linguagem mais simples explicado os pontos mais importantes da lei. Lê tudo e também deixa lá em cima da cômoda, deixa lá por cima, assim ele [namorado / marido / companheiro] vê que você está procurando os seus direitos;

– Manda a Lei Maria da Penha pra cima dele [do namorado]!;

– Você já falou com ele [o marido / companheiro] que agora existe a Lei Maria da Penha e que ele não pode fazer essas coisas que ele tá fazendo com você mais não? Que agora dá cadeia, que não é mais só pagar cesta básica e fica tudo por isso mesmo? Você já falou assim com ele?!;

– Fala com ele [marido / companheiro] que você veio aqui na Casa Cidinha, que aqui é a Casa da Mulher, que você veio aqui atrás dos seus direitos, que te falaram direitinho tudo sobre a Lei Maria da Penha e que agora você já sabe que ele não pode fazer essas coisas com você!;

– Deixa eu te dar uma instrução, presta atenção aqui numa coisa: quando você for lá na delegacia registrar o BO [Boletim de Ocorrência], conta o que aconteceu de forma bem direta e diz que você tá ciente dos seus direitos e que quer registrar a ocorrência como [Lei] Maria da Penha. Fala da Lei. Fala o nome da Lei. E depois quando você chegar em casa você avalia como ele reage. E se você achar que deve, e quando achar que deve, deixa ele saber que você usou a Maria da Penha;

– Eu fico revoltada com esses delegados que não registram de cara como Maria da Penha [não registram automaticamente a ocorrência nos termos dessa lei];

– Você pediu a Medida Protetiva? Ele [marido / companheiro] não vai poder chegar mais do que 100 metros perto de você. Mas aí lá na delegacia você tem que falar que quer a Medida Protetiva. Que você veio aqui e que te falaram que pela Lei Maria da Penha você tem direito à Medida Protetiva, porque ele está ameaçando atentar contra a sua vida.

(Diversas integrantes da equipe, principalmente por ocasião de *atendimentos iniciais*, múltiplas entradas no caderno de campo).

A agência da Lei também é presença constante nas narrativas das *usuárias atendidas* na Casa. Narrativas simétricas à da abertura desta parte do capítulo, na qual a procura era por Dona Cidinha, fazem-se muito presentes. Nelas, a busca é por Dona Maria da Penha. As *usuárias* chegam até a Casa por indicação de uma série de pessoas, outros *serviços públicos*, juizados etc., nos quais algum comentário ligando a Casa à Lei Maria da Penha foi feito. Portanto, aquele acaba sendo, muitas vezes, o lugar onde se poderia encontrar a ajuda de Dona Maria da Penha, ela mesma. Muitas reflexões podem ser feitas sobre essa busca, dentre as quais cabe ressaltar a distância significativa entre o texto da legislação, sua aplicação e seu conhecimento em termos de “boca pequena” entre a população, por um lado; e a personalização de políticas ou leis em pessoas por outro. A lei, nas narrativas, também tem inúmeras incorporações e inúmeras serventias, é aplicada como recurso estratégico, como mediação, como dispersão de foco de uma agressão, como seu possível deslocamento no tempo, enfim... Usos da Lei que muitas vezes não passam pela Delegacia nem muito menos por uma audiência judicial:

– Aí eu dei um susto nele [marido / companheiro]. Falei que já tinha feito outro Boletim de Ocorrência e que só tava faltando representar. Mas se ele continuasse a me bater eu ia lá na Civil no dia seguinte entrar com a representação e que ele ia rodar bonito com a Maria da Penha. Mas eu não tinha feito. [E aí qual foi a reação dele?, foi a pergunta da assistente social] Ele ficou um tempo manso, até agora...;

– Eu não queria que ele [marido /companheiro] fosse preso. Não queria ver o pai dos meus filhos na cadeia. Só queria dar um susto nele. Eu só quero que ele pare. Vocês não podem ligar pra ele e dizer que tem a Maria da Penha e que ele não pode fazer isso de novo se não ele vai preso?;

– Escutei uma conversa do meu marido com um vizinho que mora lá perto de casa. Ele tava falando que ‘agora a coisa é séria, que parece que com essa Maria da Penha tá feia a coisa pro nosso lado’;

– Já fiz BO. Não sei quantos. Já até perdi a conta de quantos que fiz. Uns seis ou sete. Eu volto da delegacia e ele [marido / companheiro]

ri da minha cara. Fala que não acredita em Lei Maria da Penha, que isso nunca vai dar em nada e que ninguém nunca vai me ajudar, que não adianta eu ficar chamando Maria da Penha nenhuma.

(Trechos de narrativas de diversas *usuárias* em muitas situações diferentes de *atendimento*, múltiplas entradas no caderno de campo)

Entre os dois marcos legais que conformam o *trabalho* realizado na Casa Cidinha, um advindo da regulamentação da assistência social – em uma concepção específica nomeada pela literatura como “familista” – e o outro advindo de um discurso de *direitos humanos das mulheres*, há brechas e fissuras. Essa superposição de instrumentos legais termina por criar nas narrativas das integrantes da equipe um espaço intermediário no qual elas “dão seus pulos” para, de uma parte, acionar uma *rede de proteção social* implementada pela Loas e para, de outra, focalizar seu *atendimento* nas *usuárias* e não na *família* através do recurso reiterado à Lei Maria da Penha.

Já as *usuárias* sabem que a Casa é um *serviço* ligado de alguma maneira à Prefeitura e à Secretaria de Assistência Social. São *encaminhadas* para lá depois de conversar com outras assistentes sociais de outras entidades da *rede de proteção*. Suas narrativas estão carregadas de cores para compor a personagem mais próxima do ideal de *atendimento do serviço*, ou seja, *mulheres* que são *vítimas de violência* e que apresentam algum tipo de *vulnerabilidade social* (assunto também tratado nos dois capítulos anteriores). Há aquelas que enfatizam condições de vida bastante precárias e lutas árduas na garantia de sobrevivência de si e dos filhos, dificuldades em pagar aluguel e em conseguir emprego. Muitas vezes habilidades relativas à possibilidade de alguma geração de renda por conta própria e pequenos empreendimentos sejam de costura, de artesanato, de bijuteria, de atuação como esteticistas, são mantidas em sigilo num primeiro momento. Tratam-se de narrativas que são estrategicamente empregadas para a obtenção dos benefícios previstos na Loas anteriormente mencionados. Narrativas que buscam omitir algumas reações que possam ter tido frente a situações de *violência* para serem lidas na chave de que aquela que

está diante da equipe num *primeiro atendimento* é a “vítima mais vítima das vítimas” e que precisa de todo apoio que conseguir angariar¹²¹.

Mais de uma vez salientamos, na escrita desta tese, que as narrativas das *usuárias* que procuram *atendimento* na Casa Cidinha não são transparentes com relação a suas experiências¹²². Há muito de *ficção interessada* também em suas narrativas em função de perceberem aquele lugar como um lugar situado, perspectiva que estamos defendendo neste capítulo. O ato de narrar, portanto, não acontece independentemente do contexto de enunciação no qual se dá a narrativa. As profissionais da equipe também têm suas narrativas situadas por aquele espaço e lêem as narrativas das *usuárias* também como narrativas interessadas, porque não são ingênuas quanto à manufatura das mesmas. Nesta tese, narrativas sempre são entendidas como artefatos que, entre muitas outras coisas, podem almejar alguns determinados objetivos, como a obtenção de *benefícios sociais*, por exemplo. As *usuárias* muitas vezes também são conscientes de que as integrantes da equipe são conscientes da manufatura, num movimento de espiral que resulta, assim, em narrativas que se citam a si mesmas e se parodiam a si mesmas de forma a produzir o *corpus* narrativo extremamente complexo analisado nesta pesquisa.

Nas narrativas das *mulheres*, acontecimentos de vida e situações de *violência* são narrados de forma a conseguir mobilizar uma certa gama de recursos, sejam eles de transferência de renda, de comida emergencial, de benefícios na ajuda para conseguir uma moradia, de passagens para voltar para sua cidade de origem etc. Também omitem certas passagens que em outras circunstâncias se fazem presentes, como as vezes que reagiram aos socos e pontapés ou às ofensas morais, porque, nesse primeiro contato com o *serviço*, poderiam ser classificadas fora das margens da *vítima* e perderiam o lugar para uma *vítima melhor*, ou poderiam, de acordo com seus temores, ser reportadas à polícia como criminosas.

¹²¹ Com o passar do tempo, essas narrativas das *usuárias* vão sendo modificadas pelo contato com as profissionais da equipe, por meio do *trabalho* ali realizado e por diversos contatos no espaço da Casa. Como e em que condições se dão essas modificações será tema do próximo capítulo.

¹²² Retomo aqui a discussão feita na introdução dessa tese com apoio com referência aos textos de Scott (1994), Das (2007), Brah (2006) e Bourdieu (1998).

A dificuldade extrema que a equipe teve para entender o caso de Dulcineide foi muito representativa nesse sentido. Trocando em miúdos, ela havia esfaqueado seu marido:

E as perguntas para as quais a equipe não conseguia obter respostas eram: isso realmente tinha acontecido? era um cortezinho de nada ou um ataque com maior potencial ofensivo? era um ataque ou uma defesa? o que configuraria uma defesa, afinal? era preciso que a agressão estivesse acontecendo naquele momento no qual ela reagiu ou podia ser uma reação ao acúmulo dos mais de dez anos de agressões do marido em relação a ela? seria apenas fruto da bebida, porque ‘Dulcineide tem problemas com o álcool e todo mundo sabe? Afinal, por causa da reação, Dulcineide podia ou não podia ser considerada uma vítima?

(Caderno de campo, 24/08/2012)

As *usuárias* sabem que as integrantes da equipe estão buscando sua construção como *vítima de violência*, tanto as *domésticas* quanto as *estruturais* – por exemplo a pobreza ou o racismo – e manufacturam suas narrativas no sentido de se adequarem a essas expectativas.

Assim, as narrativas das *usuárias* do serviço são extremamente marcadas pelo fato de a Casa Cidinha se constituir como um *serviço público* da administração municipal. Muitas vezes *encaminhadas* para lá por outros equipamentos correlatos, elas se dirigem à Casa com tipos de entendimento distinto do que é o *serviço* e de como se podem beneficiar com a frequência àquele espaço. Contudo, como vimos, muitas das narrativas, apenas para não me arriscar a dizer todas as narrativas, são totalmente emolduradas pelo fato de que os atos de fala das *usuárias* aconteceriam num espaço “da Prefeitura” e de que estariam sendo *atendidas* por “funcionárias municipais”. Há certas convenções de *Estado* (e aqui me refiro a convenções êmicas de *Estado*) que são acionadas e nas quais, ainda que não me dê tempo de abordar isto com toda a profundidade que eu gostaria, este figura sobretudo como

provedor e como repressor em primeiros lugares, numa analogia à sua personificação masculina, como sugerem diversas autoras¹²³.

Um *comprometimento* dividido em três partes. Parte final, *feminismo*

O *comprometimento* da equipe se constitui, portanto, num duplo movimento de forçar os limites do “familismo” e de aferrar-se ao marco administrativo jurídico e legal da Lei Maria da Penha e da constituição das *mulheres* como sujeito de *direitos*. Isso sem contar uma atuação profissional dentro dos campos disciplinares da psicologia e da assistência social analisada no capítulo anterior. O *comprometimento* é uma equação complicada que se desenvolve nos interstícios da expertise profissional, do engajamento ao marco legal de *direitos* e da afinidade com certas pautas *feministas* e o dever de rezar de acordo com a cartilha do possível, da aliança estabelecida com a Padre Moreira. De fato, são muitos os deslocamentos a conformar esse *comprometimento* que aqui também se constitui no triplo movimento de se perceberem como militantes do *movimento social*, mais especificamente dos *movimentos feministas* e de *mulheres*, e a ocupação de um posto na administração de um *serviço* ligado a uma pasta da administração pública municipal, seja como coordenadora, ou seja, *gerente de serviço*, seja como profissional integrante de sua equipe, e de serem profissionais com uma atuação definida por determinados discursos. As integrantes da equipe da Casa Cidinha seriam, a um só tempo, profissionais, militantes e uma combinação da ambas as coisas: militantes-profissionais¹²⁴.

¹²³ Das; Poole (2004), Pateman (1993), Wittig (2006), Vianna (2012).

¹²⁴ Vinícius Zanolli (2015) trata de algo muito parecido em sua pesquisa de mestrado. A precariedade também é marca significativa de um Centro de Referência voltado à população LGBT em Campinas. Para o autor, aquele *serviço* também estaria sensivelmente apoiado na atuação militante de seus profissionais.

Foram muitas as situações no campo em que, nas narrativas das profissionais da equipe, figurava uma tensão gerada por esse triplo pertencimento, principalmente o de ser uma *servidora pública* precarizada e de ser militante do *movimento social*. Muitas vezes essa tensão ganhava contornos de limitação de ações e posicionamentos que a equipe desejava tomar ou realizar, como assinatura de cartas elaboradas por setores do *movimento feminista* e de *mulheres* cujo conteúdo mantinha alguma relação de oposição a decisões tomadas pela Prefeitura ou pela Smads. O impedimento surgia na narrativa como deslizamentos nos interstícios de ser ao mesmo tempo *militante* e *gestora* de um *serviço público*. Falas como “a gente fica engessada por ser da Prefeitura” ou “isso é muito forte pra dizer, mas eu gostaria tanto de apoiar [essa carta]” pululavam aqui e ali, principalmente da parte da coordenadora.

O *comprometimento* da Casa com o *feminismo* e com o *movimento de mulheres* se faz presente de muitas maneiras. O próprio mito de origem com o qual iniciamos o capítulo é um exemplo disso. O início da Casa Cidinha é uma *conquista* do *movimento de mulheres*. Se identificar como *feminista* e ser reconhecida como tal é um fator diferencial no momento de contratação das profissionais do *serviço*. Há um claro posicionamento da coordenadora de considerar que profissionais *feministas* teriam melhores condições de realizar o *trabalho de atendimento* naquele espaço. Isso principalmente no sentido de que essas profissionais estariam mais preparadas para encarar as situações de *violência* trazidas pelas *usuárias* em suas narrativas como um problema social associado a desigualdades e assimetrias de poder nas relações de gênero¹²⁵. Sendo assim, as profissionais da Casa não são apenas profissionais. Ser profissional não seria suficiente para a realização do *trabalho duro* empregado na transformação das *usuárias* que buscam *atendimento* no *serviço*. Seria preciso algo mais. Seria preciso, além de ser profissional, ser militante.

Sobre a relação entre o *serviço* e o *movimento feminista e de mulheres*, a coordenadora diz:

¹²⁵ Desde que essa pesquisa começou a ser realizada aconteceram mudanças na equipe. No momento de contratação a coordenadora fez uma opção por selecionar profissionais *feministas*, o que certamente é um dado a respeito das relações entre a Casa e o *feminismo* e o *movimento feminista e de mulheres*. As contratações tinham, segundo a coordenadora, o objetivo de estreitar ainda mais essas relações.

É claro que a Casa me dá mais condições de estar mais próxima dos grupos feministas. Mas foi uma coisa que a gente foi construindo também. Porque eu poderia ter vindo trabalhar aqui na Casa e me manter distante das feministas. Sempre tive aproximação por uma questão de iniciativa minha. Achava importante. Gostava. Queria que a Casa tivesse essa leitura feminista. Que as feministas pudessem reconhecer a Casa e ver o feminismo aqui. Porque a gente sabe que tem outras Casas que o pessoal já não tem a mesma caminhada que a gente tem com o movimento de mulheres. E hoje eu acho que a Casa Cidinha Kopcak e a Casa Viviane dos Santos têm essa trajetória com o movimento de mulheres e o movimento feminista. Acho que isso é o que traz a diferença do trabalho.

Pesquisadora: Você vê como um ponto positivo?

Coordenadora: Vejo. Como um ponto positivo.

Pesquisadora: Vou fazer um comentário. Você sempre faz questão de incentivar a equipe a participar. Tem ato do movimento feminista e de mulheres que eu vou que não está você, mas está a educadora social ou está a assistente social. É algo que você coloca no calendário de trabalho delas...

Coordenadora: Sim... Um sonho é que mais mulheres, mesmo as usuárias, conseguissem se identificar e participar. A gente não consegue muito. A gente tenta até no dia a dia aqui da Casa. Nas entrelinhas, fazer a discussão do feminismo. Mas estar despertando as mulheres para o feminismo é uma coisa que a gente ainda não consegue fazer. Que saiam mulheres daqui e que virem militantes feministas, isso é uma coisa que a gente ainda não conseguiu.

(Fala da coordenadora, em entrevista, 28/11/2012)

Contudo, o *movimento feminista e de mulheres* como movimento social é bastante heterogêneo e abriga sob essa mesma nomenclatura um sem-número de práticas e discursos distintos. Muitas autoras que se dedicam a estudá-lo insistem em denominá-lo com o auxílio de um plural: *feminismos*, para fazer alusão a essa multiplicidade¹²⁶. Não cabe a esta

¹²⁶ Rago (2011; 2010); Facchini e França (2011), Oliveira (2013); Carmo (2013), Bonetti (2000, 2011), entre outras. Em contextos internacionais ou na *teoria feminista*, desde a insurgência do *feminismo negro*, muitas

tese se debruçar sobre os pormenores dessas diferenciações. No campo de investigação, apesar de toda essa diversidade, há um certo alinhamento da Casa com um setor determinado desse movimento, aquele que está articulado em torno da Marcha Mundial de Mulheres e da ONG Sempre Viva Organização Feminista (SOF). Integrantes da SOF são sempre convidadas a falarem sobre pautas *feministas* nas atividades de objetivo mais militante organizadas pela Casa.

Em muitas situações, a Marcha e a SOF recorrem à Casa Cidinha para *encaminhar usuárias* ou para articular mobilizações. A coordenadora ou outra profissional da equipe participam da agenda de mobilizações nas quais tanto SOF quanto Marcha têm um papel preponderante de liderança (ainda que esse lugar esteja em constante disputa e acomodações). São elas: reuniões organizativas para a preparação do ato do 8 de Março ou do 25 de Novembro, ações específicas da Marcha, como as ações globais implementadas a cada cinco anos por essa mobilização e atividades de discussão, ações de denúncia contra os abusos sexuais cometidos por um pastor, abraço na Secretaria de Justiça para pedir mais compromisso da Defensoria Pública com processos movidos por *vítimas de violência doméstica*, ações pedindo a descriminalização do aborto organizadas em 28 de novembro ou em outras datas, atividades, reuniões várias, palestras de formação e lançamentos de livros capitaneados pela SOF. A SOF costuma procurar a Casa quando tem de dar opiniões ou realizar intervenções que tenham a ver com o contexto dos Núcleos de Defesa e Convivência da Mulher de São Paulo, ou quando tem de indicar alguma *usuária* desse tipo de *serviço* que seja um caso de sucesso, ou seja, que tenha superado a *violência*.

Foi marcante também na *história* desse *serviço* a participação que algumas de suas integrantes tiveram nos processos das conferências *municipais, estaduais e federal de mulheres*, conferências consultivas organizadas para que pastas da administração pública

autoras também pontuaram essa questão. Ver, por exemplo, hooks (1981, 2000, 2004), Miñoso (2010), Jabardo (2012), Butler (1998, 2008) Anzaldúa (1984), Lorde (2003), Haraway (2000, 2004), Costa (2013); Cabrera; Monroy (2014).

possam ter um canal de diálogo oficial com o que seria esse movimento social¹²⁷. Reproduzo abaixo um trecho de conversa informal realizada com a assistente social sobre sua participação nesse processo de *conferências*.

Aí, menina, foi demais nas conferências! Porque era aquela empolgação! Aquele monte de mulher! Tinha discussão de tudo. Tinha mesa pra tudo. Nem dava pra gente participar de tudo que tinha. Tinha que se dividir por sala, escolher por tema, assim... Eu adorei! (...) E depois veio aquela tensão de não saber se a gente ia continuar pras conferências posteriores. Porque da municipal escolhia delegada pra estadual e da estadual escolhia pra Brasília. E a gente aqui na do município sem saber se ia pra frente ou não (...) Foi assim: enquanto a gente tava nas salas fazendo os debates temáticos, tinha gente lá fora articulando, negociando as vagas [para ser delegada], fazendo reunião pra ver quem é que ia, quantas de que grupos iam. Aí saiu um primeiro resultado e eram poucas vagas pra quem trabalhava nas Casas [os Núcleos de Defesa e Convivência da Mulher, tais como a Casa Cidinha]. Várias de nós [profissionais das Casas] que estávamos lá... a gente ia ficar de fora. Mas as meninas da SOF negociaram tudo de novo e saiu mais vagas pras Casas. É superimportante ter vagas pras Casas, né? Porque quem é que sabe falar sobre a violência contra a mulher é quem está na ponta, quem tá em contato direto todo dia, atendendo, escutando. As meninas da SOF mesmo falaram que era muito importante a gente continuar. Lembro elas falando assim: “feminismo também é isso”.

(Fala da assistente social, cadernos de campo 12/09/2012)

Na narrativa realizada por essa profissional, as *conferências* eram importantes porque consistiam em um grande ponto de articulação entre vários setores do *movimento*

¹²⁷ Lembrando que outras formas de comunicação estão em constante operação, seja por instâncias consultivas informais, seja pela atuação de gestoras que no passado ou no presente mantiveram vínculo com o *movimento feminista e de mulheres*. Ver nota seguinte.

feminista e de mulheres. Sua participação e de outras profissionais de *serviços* semelhantes foi considerada um êxito por muitas razões. Algumas delas têm a ver com informações privilegiadas e com uma expertise para situações *de violência contra as mulheres* (forma adotada de maneira mais forte no *movimento feminista e de mulheres*) manejadas pelas profissionais. Outras dessas razões têm a ver com o *reconhecimento* da importância do *trabalho* que realizam no *atendimento* das *usuárias*, mas também do aspecto militante da intervenção realizada por elas nesses espaços. Por meio da fórmula “feminismo também é isso” se travaria o *reconhecimento* de que aquelas integrantes das equipes dos Núcleos não se tratavam apenas e tão somente de profissionais, mas de profissionais-militantes, de profissionais-militantes em *feminismo*. O *reconhecimento*, que parece ser uma categoria organizacional fundante para esse campo, é analisado com mais densidade no que se refere a *usuárias* nos dois capítulos finais desta tese. Sendo assim, profissionais também buscam por *reconhecimento* para o *trabalho duro* (ver capítulo 2) que é, a um só tempo, profissional e militante que realizam.

Nas narrativas das profissionais também aparece a noção de que o *atendimento* que realizam se dá apesar das condições de *trabalho* adversas que caracterizam o *serviço*. Em determinada parte do roteiro das entrevistas que realizei com as integrantes da equipe, havia uma questão sobre o que consideravam desafios para a realização de seu *trabalho*. De uma forma ou de outra, todas elas apontaram para uma certa precarização seja dessas condições, seja dos *serviços* em si, seja da *rede* mais ampla que integram:

[Ainda falta] disponibilizar serviços. Centros de atendimentos às mulheres em toda a cidade. [Falta] a Delegacia fazendo um acolhimento. Elas saírem da delegacia com o Boletim. Elas obterem a medida protetiva. Elas conseguirem ter acesso a seus direitos. É a rede funcionando. É a conscientização da sociedade com relação a esse problema. A conscientização dos homens. É a gente eliminar cada vez mais o machismo da sociedade. É punir esses agressores. É ter uma resposta rápida de punição aos agressores. Eu acho que ainda precisa haver uma grande mobilização.

(Fala da coordenadora, em entrevista, 28/11/2012)

Comprometer-se com a realização de seu próprio trabalho é algo muito presente nas narrativas. Estar comprometida é realizar o trabalho duro, agir sobre a superfície constituída de vítimas de violência e escutar suas histórias. O poder contaminador da violência, abordado no capítulo 5 desta tese, tem a potencialidade de contaminar também a equipe. Baixos salários, muitas horas e intensidade de trabalho, ausência de supervisão em quantidade ou formato considerado adequado constituem condições precárias de exercício de sua profissão e marcam os postos de trabalho da Casa Cidinha. A precariedade atinge outros serviços, a rede e as políticas de combate à violência doméstica de uma maneira geral. O trabalho ali realizado deve ser feito vencendo uma adversidade que aproxima as profissionais, mais uma vez, das usuárias na ideia de mulheres batalhadoras, ou mulheres de fibra. As profissionais da Casa continuam exercendo seu trabalho não apenas porque são profissionais. Seu compromisso com a causa da superação da violência que atinge mulheres faz com que continuem apesar das situações adversas. Continuam porque são militantes-profissionais. O trabalho que realizam na Casa também é visto como uma contribuição ao movimento feminista e de mulheres.

O comprometimento das profissionais da equipe se constitui aqui também no sentido de buscar maneiras de seguir contribuindo para as lutas da agenda do movimento feminista e de mulheres, buscando uma conciliação entre os múltiplos pertencimentos, lançando mão de diferentes estratégias ao longo do percurso. Esses conflitos, negociações, tensões e potencializações têm sido apontados por muitos autores no sentido de explicitar as fronteiras difíceis de traçar entre Estado e movimento social e a dificuldade de seguir tratando esses entes como discretos, opostos e em constante relação de conflito¹²⁸. Por que não dizer de guerra, uma vez que o termo conquista também pertence a um léxico bélico onde se usurpa algo que anteriormente estava em poder de outrem.

Sendo assim, a título de conclusão desta seção, as categorias de conquista e de comprometimento expressam como as narrativas e o trabalho da equipe no sentido de

¹²⁸ ZANOLI (2015); SIMÕES, FACCHINI (2005, 2009); FRANÇA (2006); GREGORI (2000), FELTRAN (2010), VIANNA (2013; 2012), VIANNA; FARIAS (2011), SOUZA LIMA (2012a, 2012b), SOUZA LIMA; MACEDO E CASTRO (2008).

promover a recuperação das *usuárias* nesse lugar chamado Casa Cidinha se dão nos interstícios, nos deslizamentos, nas sobreposições, nos conflitos entre um lugar que se situa entre o *movimento feminista* e de *mulheres*, a administração de um *serviço público* (e portanto a inferência da administração da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social) e uma versão da Teologia da Libertação. Entre ser profissional e ser *militante-profissional*. Nenhuma das narrativas que se desenrola naquele espaço pode ser entendida sem levar em consideração esse contexto de enunciação.

Serviços de atendimento a vítimas, 30 anos depois

Gostaria, a título de encerramento deste capítulo, de realizar uma comparação entre o modelo adotado atualmente pelos *serviços de atenção a vítimas de violência doméstica* do qual venho tratando e um outro modelo. Instituídos há 30 anos, os SOS-Mulher foram a primeira iniciativa desse tipo no país. Esses centros de apoio, como veremos a seguir, eram diretamente geridos por setores do *movimento feminista e de mulheres*. Naquele contexto, as responsáveis por fazer os *atendimentos* prestados não o faziam a partir do lugar da expertise profissional, mas sim daquele de militantes *feministas*. O SOS de São Paulo foi alvo de duas etnografias realizadas concomitantemente (GREGORI, 1992 e PONTES, 1986) e que, tomadas em conjunto, servirão para a caracterização desse primeiro modelo de *serviço* e para o estabelecimento de aproximações e diferenças com relação ao observado na Casa Cidinha.

Heloisa Pontes descreve as motivações que levaram *feministas* a se reunirem em torno da questão da *violência* que *vitima mulheres*, processo que levou à formação do SOS em 1982 em São Paulo, de acordo com o trecho abaixo:

Para as militantes feministas (em especial, para aquelas que desenvolviam sua atuação no SOS-Mulher) o fenômeno da violência é apreendido como a expressão mais “radical” da condição de subalternidade das mulheres na nossa sociedade. Sendo assim, as relações entre homens e mulheres são percebidas como potencialmente geradoras de manifestações violentas que, apesar de “arbitrárias”, são passíveis de inteligibilidade, posto que resultam da condição de “opressão” a que está sujeito o sexo feminino. O que vale dizer que para o feminismo, a violência é ao mesmo tempo efeito e expressão dessa condição. (PONTES, 1986: 73).

Maria Filomena Gregori nos fala algo semelhante em sua etnografia. Segundo a autora, as militantes *feministas* que davam plantões atendendo as *mulheres* que chegavam ao SOS relatando situações de *violência* e buscando *ajuda* da entidade tinham como principal proposta de intervenção a *conscientização* daquelas *mulheres*. A consciência que se buscava formar era a de que

O ato sofrido não é uma fatalidade, mas uma atitude previsível em relacionamentos ancorados em valores machistas. (...) A qualificação do ato sofrido como sendo um problema político apontava para um outro aspecto dos objetivos do SOS e dos grupos de apoio de uma maneira geral: politizar, ou seja, tornar públicas e passíveis de tratamento social as experiências de opressão vivenciada no cotidiano das relações (GREGORI, 1992: 25-26).

Nas ontologias da Casa Cidinha, as situações de *violência* que contêm os *casos* das *usuárias atendidas* seria de mesma natureza. A assistente social descreve desta maneira tais situações de *violência*:

Eu acho que o homem agride a mulher porque ele acha que ele é dono dela! [os pontos de exclamação são acompanhados por gestos corporais muito específicos como inclinação do tronco para frente, inclinação do pescoço para trás, mais agitação dos braços, olhos

mais abertos e gesticulação mais abundante] Porque ela é a companheira *dele* (grifos da entrevistada) (...) Ele bate na mulher que ele convive. Ele não bate em todas as mulheres! Se não fosse uma relação de posse, por que ele não sai batendo nas mulheres do vizinho? Porque ele sabe que a mulher do vizinho não é a mulher *dele*! É uma questão de poder, de pertencimento. De ser dono da mulher.

Eu ouço muitas frases que falam assim, né: “ah, a mulher tá sendo vítima de violência porque o homem não sabe o que fazer com esse papel porque as mulheres conquistaram a emancipação”. Que significa essa fala? Significa que as mulheres estão desobedecendo a ordem. Elas estão apanhando porque elas estão desobedecendo. Na verdade essa é uma fala impregnada da cultura machista. Na verdade essa é uma fala que naturaliza de novo a violência. Porque se tem um pensamento hoje de que a violência está aumentando. Não é que a violência está aumentando. Sempre vai haver violência, mas a violência ela é velada no espaço doméstico... ela é velada no poder público. A gente não pode correr o risco de novo de naturalizar. Não pode naturalizar. A mulher sempre foi vítima de violência. Mas o que acontece? Ela sempre foi naturalizada e velada. Agora está avançando as discussões de *desnaturalização* dessa violência (grifos da entrevistada).

(Fala da assistente Social, em entrevista, 28/11/2012)

Para a coordenadora do *serviço*, essa *violência* também seria a expressão máxima do machismo, aqui entendido como *ideologia*, mas que também aparece descrito neste campo como um *sistema de valores* ou uma *cultura*:

Violência doméstica é aquela que acontece dentro de casa, dentro da família. No caso é essa violência praticada pelo marido, pelo companheiro, ou pelo ex. Às vezes a gente recebe casos de mulheres que estão sofrendo violência até por parte de um irmão ou de um filho.

Eu acho que acontece essa violência porque existe um abuso por parte dos homens quando eles percebem que estão perdendo o controle da situação, eles partem para o uso da agressão física, como forma mesmo de ter domínio sobre as mulheres, sobre a situação. Então acho que ela ocorre muito devido à postura dos homens, que é uma postura machista, de posse sobre as mulheres. Então, eu acredito muito mais nessa questão ideológica do machismo do que acreditar que o homem está deprimido, o homem está desempregado, bebeu, usou drogas. Eu acredito que a causa primeira seja mesmo essa mentalidade machista dos homens.

(Fala da coordenadora em entrevista, 28/11/2012)

Apesar das diferenças nos *procedimentos* empregados pelas profissionais da equipe da Casa Cidinha e pelas militantes plantonistas do SOS e apesar de suas narrativas serem construídas a partir de lugares diferentes de enunciação, há elementos comuns capazes de operar uma aproximação de umas e outras. A categorização da *violência* com a qual lidariam em seu cotidiano de *trabalho* é bastante semelhante seja no primeiro seja no segundo modelo. Tratar-se-ia assim de uma *violência* que atinge *mulheres* e que é motivada por uma organização social descrita como essencialmente *machista*. O machismo se expressaria em múltiplas formas de desvalorização e subjugação das *mulheres*, sendo a *violência* a forma *mais grave* de seus meios de atuação. A confluência da percepção da natureza dessa *violência* consistiria, portanto, em uma noção de longa duração a estruturar e a conferir inteligibilidade a essas narrativas. Essa natureza da *violência* estaria, portanto, profundamente conectada com uma perspectiva partilhada por vários setores do *movimento feminista e de mulheres* e sua difusão seria diretamente proporcional à capilaridade destes movimentos. Seu acionamento na Casa Cidinha é um elemento que nos fala sobre a permeabilidade do *serviço* a formulações *feministas*.

Contudo, há diferenças significativas entre o SOS-Mulher e a Casa Cidinha. Enquanto a Casa Cidinha é um *serviço conveniado* com a prefeitura de São Paulo, por meio de sua pasta de assistência social, o SOS foi mantido como uma atividade de *militância política*. Essa atuação também teve como resultado a configuração de um *serviço* destinado

a *mulheres vítimas de violência doméstica*; *serviço* gerido, porém, por um coletivo de ativistas do *movimento feminista* formado para esse fim. O *trabalho* que as *plantonistas* realizavam os *atendimentos*¹²⁹ era voluntário e se dava fora de registros profissionais específicos. O emprego de saberes disciplinares técnicos e científicos era rejeitado pela organização por ser considerado como uma maneira de introduzir autoridade entre *plantonistas* e clientela. Para as militantes do SOS, esse registro de atuação estaria suscetível, portanto, ao estabelecimento de hierarquias e relações de poder. Tais hierarquias deveriam ser evitadas para que o objetivo maior de sua atuação fosse conseguido: estabelecer relações de tipo *comunitário* entre elas e a clientela através da criação de uma nova coletividade com essas *mulheres* a partir de uma participação conjunta no *movimento feminista*.

De acordo com Pontes (1986) e Gregori (1992), o SOS Organização Feminista, *trabalhava* sobre ideias de *conscientização* e *conversão* com as *mulheres* que procuravam o espaço, seja na condição de *plantonistas*, seja na condição de clientela. Tratar-se-ia, como mostra Gregori, de um primeiro despertar para uma situação determinada descrita sob os termos de *opressão* e que caracterizaria todos os âmbitos do cotidiano das *mulheres*. Uma vez conscientes dessa situação, poderiam engajar-se numa posterior construção coletiva – no caso, de maneira conjunta às *mulheres atendidas* durante os plantões realizados pelo SOS – na solução dos seus problemas e também na criação de formas alternativas de vida. Todo o movimento de rompimento dessa situação de *violência* dependeria de uma autoavaliação sobre os valores por parte das *mulheres* que se deslocavam até a entidade. Contudo, como afirma Gregori, as *mulheres* pareciam estar cientes dessa situação de *opressão*, inclusive a verbalizavam. Suas expectativas ao recorrer ao SOS consistiriam no desejo de encontrar ajuda especializada capaz de viabilizar soluções para essa situação de *violência* de maneira mais imediata. As *mulheres* que buscavam o SOS muitas vezes apresentavam tais situações de *violência* como algo que, apesar de haver existido por um período longo de tempo, teria atingido os limites do insustentável. Falando sobre esse descompasso no tocante a um caso em particular, afirma a autora:

¹²⁹ *Plantões* era o nome pelos quais eram conhecidos os turnos de *atendimento* às *mulheres* que buscavam a entidade.

Contudo, estimular a descoberta de que é oprimida não surtiu muito efeito em Maria. O que transparece no seu relato é que ela já reconhece a opressão, mas a considera uma contingência da condição feminina, uma fatalidade, um costume a ser adquirido (GREGORI, 1992: 86).

O SOS foi uma experiência de curta duração. As autoras parecem apontar as diferenças entre expectativas das militantes e da clientela do *serviço* como um dos motivos principais para a sua desarticulação. Através de uma pedagogia específica, as integrantes da entidade esperavam promover conscientização num primeiro momento e conversão ao *movimento feminista* no segundo. As *mulheres* que procuravam ajuda no SOS o faziam para obter basicamente isso: uma gama de recursos de tipos variados que pudessem conduzir à certeza de que estavam obtendo o que foram buscar. Unir-se ao *movimento feminista* e a suas novas formas *comunitárias* não parecia ser o que motivava seu deslocamento. O engajamento em tal *comunidade* propiciada pelo *movimento feminista* só se realizaria da parte das militantes – tratar-se-ia aqui de um setor específico composto em sua imensa maioria por *mulheres* de classe média para as quais a máxima de que o “pessoal é político” e a atuação através dos “grupos de conscientização” eram os grandes referenciais (PONTES, 1986, GREGORI, 1992). A economia política da troca parecia não se cumprir por completo no contexto do SOS. Militantes estariam desgastadas por não atingir o objetivo de mediar, ou facilitar, o processo de tomada de *consciência* e de participação de mais *mulheres* (em especial as que buscavam a *ajuda* do *serviço*) no *movimento feminista*. Já a clientela voltaria para casa de “mãos vazias”, sem o tipo de *ajuda* que imaginava encontrar¹³⁰.

Trinta anos depois, o modelo de *atenção* com relação a *mulheres* em situação de *violência* estaria, portanto, bastante modificado. O SOS foi marcado por se constituir como a implementação de um *serviço* proporcionado por determinados setores do *movimento*

¹³⁰ Ideias de *desgaste* gerada pelo trabalho de *acompanhamento* feito a *mulheres* em situação de *violência* e o poder *contaminador* característico dessa última são abordados, respectivamente, nos capítulos 2 e 5.

feminista e de mulheres. Consistia de uma militância política específica, já que conduzido por militantes e como resultado de atuação política desses *movimentos*. Se tomarmos a Casa Cidinha como um dos arranjos particulares de como se daria esse *atendimento* em formato de *serviço público*, este último acontece dentro de uma prática marcadamente profissional na qual incidem alguns discursos específicos, além dos saberes disciplinares constitutivos da psicologia e da assistência social. Além disso, se fazem presentes também os marcos dos *direitos humanos das mulheres* e da *violação de direitos sociais básicos* encarnados em Loas, Suas e Lei Maria da Penha. Como foi o objetivo deste capítulo argumentar, a realização do *trabalho duro* das profissionais da equipe se dá nesses interstícios, mas não apenas neles. Incidem também aí suas relações com parte do *movimento feminista e de mulheres* e a permanência de ideias de longa duração de operacionalidade e capilaridade bastante acentuadas. Atuando num contexto de precarização de condições de *trabalho* e com um tema de muita relevância nas pautas dos *movimentos feministas e de mulheres*, a intervenção que as profissionais levam a cabo na Casa Cidinha em certa medida também contem aspectos de uma atuação militante, porém que ocorre no interior de marcos profissionais e institucionais específicos. Contra toda a precarização característica das condições de *trabalho*, de *atendimento* e indisponibilidade de recursos variados se daria a intervenção das integrantes da equipe da Casa. A atendimento por elas realizados nesses interstícios se seria realizado na configuração de um lugar de militantes-profissionais.

Parte 2

**Atos de narrar – *violência contamina e
mulheres evoluem***

4

A adesão à felicidade:

Do que nos falam as narrativas da equipe

É uma entrevista. Eu pergunto:

– Mônica, o que você acha aqui da Casa, você acha que aprendeu alguma coisa aqui? Você aprendeu alguma coisa com as profissionais aqui da Casa?

Mônica veio buscar a ajuda da Casa porque estava *muito infeliz* no casamento. Estava deprimida. Bom, ela achava que estava deprimida.

– Aprendi aqui com elas que tenho que ser *feliz*. Só tenho que me preocupar com isso. Agora eu acho que tô no fim do meu processo, que estou finalmente *feliz* porque gosto de mim e quero o que é bom pra mim. Isso era o que faltava antes. Eu não pensava em mim. To me envolvendo com uma pessoa, parece tudo maravilhoso. Tá ainda no começo. Mas se não for bom pra mim não adianta nada também.

Depois de uma pausa, os olhos que se perdem num ponto indeterminado lá fora através da janela, Mônica respira fundo e retoma.

– Eu não era assim não. Pergunta lá embaixo depois como era quando eu cheguei aqui. Eu só chorava. Tava um trapo. Agora chega dessa vida. Eu só quero é ser *feliz*.

Terminamos a entrevista. Passam-se alguns dias. Estávamos Mônica, eu, as outras *mulheres* que estiveram no *grupo de atendimento psicológico* naquele dia e mais algumas das profissionais da Casa na cozinha. Tradição juramentada por ali, o café da tarde marca o fechamento de mais um momento de

atividade em grupo na casa. Mônica espera que as outras *mulheres* se despeçam e que saiam pela porta. Olha para mim, olha pra psicóloga e dispara:

– Ô Silmara, agora fala aí pra Bruna como eu era quando eu cheguei aqui!

(Artefato narrativo #8)

As *mulheres* que buscam *atendimento* na Casa Cidinha diziam que o que queriam mesmo era serem *felizes*. Diziam também que aprenderam a ser *felizes* justamente por frequentarem a Casa. As profissionais da equipe também diziam que o objetivo máximo perseguido pelo seu *trabalho* era a *felicidade* das *mulheres*. Minha pergunta, presente na pequena narração feita acima, foi formulada no sentido de ouvir respostas sobre essa aprendizagem na medida em que os meses de etnografia que antecederam o início da realização das entrevistas foram densamente povoados de relatos das *usuárias* dizendo que “aprendiam muito ali” e das integrantes da equipe observando muitas “mudanças” nesta ou naquela *usuária*, mas “não em todas, infelizmente”. Porém grande parte dessas falas, se não todas, evocavam uma ação de transformação, um entendimento de que algo acontecia naquele espaço (e que, se não acontecia, deveria estar acontecendo) no sentido de produzir um deslocamento em relação a um estado inicial marcado pelo momento em que uma *usuária* determinada chegaria na Casa.

Tanto as narrativas das *usuárias* sobre as situações de *violência* quanto aquelas que são formuladas pelas profissionais sobre aquilo que é narrado pelas *usuárias* falam do que seriam seus *efeitos* devastadores, mas não só, porque falam também de transformações. Transformações essas que se dariam ao longo do tempo e envolveriam manipulações, energias e *trabalhos* diversos. As categorias êmicas empregadas nessas narrativas encontram-se organizadas, nesta segunda parte da tese, sob outra narrativa, a minha, e aparecem aqui justamente porque a um só tempo fazem falar sobre *violência*, mas também porque expressam maneiras empregadas pelas *usuárias* e pelas profissionais da equipe para

produzir um deslocamento do que seria o cenário de escombros inicial por elas apresentado para um estado capaz de obliterar o primeiro, ou seja, um estado de *felicidade*.

As categorias êmicas de organização do campo aparecem aqui divididas entre as que são acionadas pelas narrativas das integrantes da equipe, por um lado (capítulo 4), e as que são acionadas pelas narrativas das *usuárias*, por outro (capítulo 5). Relações entre essas narrativas, suas dinâmicas de intertextualidade e seus mecanismos de citação serão objeto também do último capítulo da tese. As narrativas que se encontram dispostas no capítulo a seguir são aquelas que aparecem associadas aos objetivos perseguidos pela equipe da Casa na realização de seu *trabalho*, descrito, de acordo com o capítulo 2, como *trabalho duro*. E aqui é preciso pensar o *trabalho* em seu sentido forte, ou seja, no sentido de uma ação modificadora sobre algo. Porque aquilo que as profissionais da equipe fazem ali é entendido como uma ação modificadora, transformadora, que realizam sobre “as mulheres”¹³¹ que chegam até elas. É esse *trabalho* que faz com que *histórias de mulheres* se transformem em *casos de usuárias*. Esses *casos* são a superfície da intervenção profissional que realizam e as *usuárias* precisam se engajar ativamente nesse processo para que o *trabalho duro* que realizam alcance sua eficácia.

Categorias êmicas que organizam as narrativas da equipe

Para entender o *trabalho* realizado pelas profissionais da equipe técnica da Casa Cidinha, no entanto, é fundamental que as *usuárias atendidas* não sejam vistas como meros

¹³¹ “As mulheres” é a forma pela qual as profissionais da equipe se dirigem às atendidas pela Casa. Interessante notar que todas elas que lá trabalham são *mulheres* e que nas narrativas em circulação na Casa há outras menções a *mulheres* que evocam outras *mulheres* como “o movimento de mulheres”, o que nos leva a pensar em estratégias de diferenciação e de englobamento em que consistem as diversas possibilidades em questão. Mas quando escutamos essa formulação, “as mulheres”, com certeza é das *usuárias* que se trata naquele momento.

objetos de uma ação transformadora que seria única e exclusivamente executada pelas integrantes da equipe, opondo atividade e passividade em cada um dos polos. As *usuárias* estão longe de serem retratadas nas narrativas da equipe meramente como massa de modelar que é plasticamente manipulada por essas últimas. Há um *trabalho* que também cabe às *usuárias* em *acompanhamento* na Casa e que é muitas vezes descrito nas falas das profissionais a partir da frase “mas você também tem que querer”. Sem o “querer” das *usuárias* nenhuma ação de transformação é possível ali e, como ficará mais claro no decorrer das páginas seguintes, “querer” não se refere apenas a um determinado estado de espírito, ou à expressão de um desejo difuso. “Querer” é o resultado visível de um conjunto imbricado de comportamentos e disposições, descritos por outras categorias, como veremos a seguir.

Aderir

– E a Valmira, como é que ela está?– Ixe, já faz umas três semanas que ninguém tem notícias dela.

– Mas a Valmira não tá aderindo?

– Ah, eu achava que ela tava! – três integrantes da equipe entretidas nessa conversa de corredor, que na verdade acontece em volta da mesa da cozinha. Três profissionais e eu éramos o resíduo que havia restado daquela vez por ali depois que todas terminaram de almoçar a comida preparada ali mesmo, pela operacional. Operacional é o nome de um dos postos de trabalho da Casa Cidinha e essa é a funcionária responsável por limpar e arrumar os espaços da Casa e também quem faz a comida para o lanche das *mulheres* e para o almoço da equipe.

Todas se entreolham. Umas acenam positivamente com a cabeça: tudo levava a crer que Valmira estava aderindo, tinha vindo por três meses seguidos em todos os *atendimentos* agendados para ela pela equipe... tava vindo no grupo, passou com a assistente social, conversou com a advogada, inclusive tinha marcado presença em

atividades extras, parecia que estava aderindo... Outra das profissionais que participava da conversa joga a cabeça um pouco de lado nesse movimento que é ao mesmo tempo de dúvida e de busca para chegar ao resultado de uma complicada equação: será que ela, a Valmira, vai ser das que ficam ou das que vão? ou das que vão e depois voltam, ficam mais um pouco e depois levam chá de sumiço? Ela pode apenas estar às voltas com seus afazeres, tinha um monte de coisa pra correr atrás depois dos *atendimentos*. Tinha lição de casa pra fazer. Coisas que a assistente social pediu pra ela agilizar, dedicar pensamentos pra aspectos que a psicóloga chamou a atenção... Mas Valmira podia muito bem também não estar aderindo... Às vezes é assim mesmo... Elas não aderem... Nem todas aderem...

– Veio três meses direto, mas agora sumiu... Já tem umas semanas que não aparece por aqui...

– Eu também achava que a Valmira tava aderindo...

– Então a gente tem que ligar mais tarde pra ela pra saber como ela está – Podia ter acontecido alguma coisa: os olhares vacilam entre a preocupação (alguma coisa podia ter acontecido com ela já que ela veio procurar a Casa Cidinha) e a segurança de saber exatamente o que poderia estar acontecendo.

– Tem só que lembrar que ninguém lá na casa dela sabe que ela vem aqui. Então se ela não atender, se ela não estiver, e a decisão for por deixar um recado, é necessário dizer que do outro lado da linha quem fala é uma funcionária do posto de saúde local, nunca da “Casa da Mulher”, porque isso pode complicar muito a vida da Valmira.

(Artefato narrativo #9)

Essa é a categoria mais citada pelas integrantes da equipe da Casa Cidinha: as *usuárias* podem *aderir* ou não *aderir* ao *serviço*. Se as *usuárias* frequentam o espaço com regularidade, comparecendo aos eventos especiais realizados no Núcleo, mas também “passam” pelos *atendimentos* periódicos com a assistente social, consultam a advogada nos casos em que isso lhes seria indicado e estão presentes, sem muitas ausências, nos *grupos*

de atendimento psicológico por um período de cerca de dois meses pelo menos, significa que *aderiram* e que a equipe conseguiu estabelecer um *vínculo* com as *usuárias*. Outras filiações às atividades da Casa, como *oficinas de geração de renda* e *aulas de yoga*, são importantes para compor a operação dessa categoria, mas não são fundamentais. Parece que os principais pontos onde as ventosas entre as *usuárias* e as profissionais da equipe se desenvolvem são dentro dos parâmetros do *atendimento* da assistência social por um lado, e da psicologia, por outro. A tríade seria completada por algo de convivência pensada nos marcos de um *movimento feminista ou de mulheres* ou do desenvolvimento do gosto de estar entre *mulheres* que as festas e datas do “calendário de luta” do *movimento feminista e de mulheres* proporcionariam.

A presença das *usuárias* naquele espaço é a condição primordial para que o *trabalho duro* desempenhado pelas profissionais aconteça. Elas têm de estar perto, disponibilizando ouvidos e olhares atentos para absorver a “informação” que as funcionárias estão ali para transmitir. Essa “informação” é dotada de uma determinada grandeza e depende, portanto, de uma mínima quantidade de tempo pensada em termos de número mínimo de *atendimentos* para ser transferida, ativada, incorporada. O *trabalho* de modificação da atuação profissional junto às *usuárias* é entendido como algo que vai sendo feito pouco a pouco.

É muita coisa pra ela assimilar! Sempre falo só o essencial em cada encontro porque ela está ali atordoada com tudo o que aconteceu e tem muita coisa pra ela fazer!. Aí se elas não voltam fica manco. Fica faltando umas partes. Nem sei se elas sabem disso, mas fica faltando. Por isso a gente sempre tenta trabalhar o vínculo! Pra que elas voltem!

(Fala da assistente social, caderno de campo, 15/05/2012)

Esse *modus operandi* corresponde a um dos instrumentos de *trabalho* desenvolvidos pelas profissionais da Casa para atingir os objetivos de sua ação transformadora. Essas

estratégias corresponderiam às categorias de *firmeza*. *Firmeza* diz respeito a dar *tarefas práticas* para as *usuárias*. O resultado dessas *tarefas*, também chamadas de *lição de casa*, como vimos no segundo artefato narrativo deste capítulo, deveriam ser apresentados por elas nos *atendimentos* seguintes. Trata-se de um *procedimento* que concomitantemente depende da *adesão* e do *vínculo* estabelecido com a *usuária* e que tem como objetivo justamente a produção de uma relação mais continuada ao longo do tempo. As profissionais da equipe constantemente costumam dizer que no *acompanhamento* das *usuárias* é preciso usar *firmeza*:

“Tem que ser bem firme e falar bem firme com elas”;

“Tem que chegar e falar [para a *usuária* durante um *atendimento*]: ele não vai mudar, não adianta ficar achando que ele vai mudar porque eles não mudam [os parceiros]. Ele pode até ficar bonzinho uns meses, mas depois volta tudo”;

“Você [no caso, a *usuária*] tem que olhar por você. Pensa primeiro em você, porque se você não pensar não é ele [o parceiro] quem vai pensar”;

“No próximo atendimento você [a *usuária*] vai me trazer o Boletim de Ocorrência. Então essa semana você tem que ir lá na Delegacia fazer. Aí você me traz. Aí a próxima vez que você vier, a gente vai conversando mais e vai vendo que mais dá pra fazer. Porque assim... tem muita coisa pra fazer, mas a gente vai vendo isso devagar. No seu tempo. No seu ritmo. Porque a gente acha que cada mulher é de um jeito. Cada mulher tem seu ritmo. E a gente vai ir descobrindo qual é o seu”;

(Sistematização de várias falas de profissionais da equipe sobre *firmeza*, diferentes entradas do caderno de campo)

Em nenhum momento as profissionais dizem para as *usuárias* que elas precisam romper com o *companheiro*. Afirmam que estão ali para auxiliá-las na concretização daquilo que elas querem fazer. Mas também não dizem o que acreditam que as *usuárias*

querem escutar, a saber, que seus parceiros vão mudar ou que exista alguma forma de fazê-los mudar. Recusar-se a isso é o que constituiria ter firmeza no *atendimento* dessas *usuárias*.

É apenas a partir de uma contiguidade espaço-temporal com as *usuárias*, portanto, que o *trabalho* da equipe pode ser realizado. Faz-se necessária uma convivência que permite primeiro entender o *caso* de cada uma delas e *trabalhar* naquilo que é necessário para construir seu *empoderamento* e sua *autonomia*. Possibilidades apenas se a *usuária* estiver aberta àquilo que as profissionais têm para lhe dizer (ver categorias *evolução*, *empoderamento* e *autonomia* a seguir).

Contudo, *aderir* não é uma categoria sem modulações, e expressões como “ela não adere”, “ela nunca aderiu”, “ela não tá aderindo”, “ela não adere muito” são presenças constantes nas narrativas da equipe. Isso não é necessariamente visto como um sinal de fracasso da ação *vinculadora* das profissionais. Pode indicar, também, uma falta de disposição para esse tangenciamento proposto na Casa de parte das próprias *usuárias*. *Aderir* é um verbo, é uma ação, e por isso é algo que pode ser motivado, encorajado e esperado (assim como desmotivado, desencorajado e desesperançado) pela equipe, mas que é, sobretudo, performado pelas *mulheres* que buscam *atendimento* na Casa. De fato, uma das tipificações possíveis das *usuárias* pela equipe diz respeito a clivagens feitas a partir dessa categoria, separando as *usuárias* em três grandes grupos, sendo as que *aderem*, as que *não aderem* e as que *não aderem muito*. E o que a narrativa que abre esta seção tentou evidenciar foi que, contrariando as expectativas de que as *usuárias* não retornariam mais ao *serviço* depois de um primeiro contato, muitas são as que *aderem* por longos períodos de tempo¹³²:

¹³² Gregori (1993) se refere justamente a essa “dificuldade” encontrada pelo SOS. As *mulheres* que procurava a instituição tinham seu momento de escuta para a queixa que queriam relatar e nunca mais retornavam. O fato das *mulheres* retornarem à Casa Cidinha e o de muitas delas *romperem* com situações de *violência* é sempre comemorado pela assistente social dizendo: “existe um mito por aí que mulher gosta de apanhar! Que mulher não rompe nunca com o companheiro agressor, mas o que a gente vê aqui é mulher saindo de situação de violência sim!” (fala da assistente social em conversa informal, cadernos de campo 16/04/2012).

Tem aquelas que aderem e que vêm na Casa e que vêm em tudo. Tem as que não aderem, mas voltam depois de um ano pedindo ajuda. Na Casa tem mais ou menos 50% de uma e 50% de outra. Muitas chegam aqui por indicações, tem que cumprir a obrigação do juiz [referência a quando chegam ao serviço encaminhadas pelo poder judiciário por questões relativas a processo de guarda dos filhos ou de violência doméstica e são constrangidas a participar]. Mas muitas aderem espontaneamente. Acho que [o número das que aderem] espontaneamente é maior.

(Caderno de campo: fala da coordenadora da Casa em conversa informal, 09/04/2012)

O uso dessa nomenclatura parece ser muito mais extenso do que um emprego localizado unicamente na Casa Cidinha. *Aderir a serviços* é expressão empregada em muitos outros contextos, o que nos leva a pensar em suas relações aproximativas. Essa categoria marca *procedimentos* profissionais, intervenções de equipes, que se desenvolvem como resultado de atuações que se dão a partir de um embricamento dos campos disciplinares da assistência social e da psicologia e que caracterizam, por assim dizer, também esse novo lugar enunciação de narrativas. Tais contingências foram exploradas com mais cuidado durante os capítulos 2 e 3 desta tese, que apontam para sua agência no que se refere à administração pública de *serviços* do que seria uma *rede de proteção* voltada a parcelas da população em *vulnerabilidade* ou em situação de *violação de direitos*¹³³.

O emprego de termos como *aderir* e seus derivados parece fazer parte de uma linguagem no interior da qual se comunicam conteúdos e se desenvolvem certas práticas. *Aderir ao tratamento* ou *adesão ao preservativo* são categorias fundamentais para entender a pesquisa de Cláudia Carneiro da Cunha (2011) sobre um projeto desenvolvido por uma ONG carioca destinado a jovens que “vivem” com Aids. Nesse projeto, como pontua a autora, há uma relação fundamental entre essa *adesão* e o que ela chama de “gestão de si”,

¹³³ Além dos capítulos mencionados, ver Vianna (2013, 2012), Vianna; Farias (2011).

cerne da intervenção da organização e também do hospital parceiro. É a *adesão* que permite que os adolescentes vivam mais e melhor. A responsabilidade de impedir que o avanço da contaminação com o vírus HIV se propague em ritmos incontroláveis pela população seria também daqueles sujeitos envolvidos no tratamento. Martinho Braga Batista e Silva também encontrou muitas *aderências* no campo que realizou sobre a reforma psiquiátrica e as transformações sofridas pelo *atendimento* em contexto de desinstitucionalização. A base desses *serviços* de acompanhamento também é a *adesão* do paciente e de sua família ao tratamento – a *adesão* da família é elemento importantíssimo nesse novo modelo (SILVA, 2011). O uso de tais termos aparece, inclusive, em normativas referentes à legislação da área, como as que tiveram como objetivo a implementação do Sistema Único da Assistência Social (Suas) e da Lei Orgânica da Assistência Social. A *aderência* figura em vários pontos da Norma de Operação Básica do Suas (NOB – Suas) de 2012, por exemplo, e os sujeitos que devem *aderir* a programas e políticas nela referenciados não são apenas *mulheres, famílias, adolescentes*. São também *estados e municípios* entes que devem *aderir* ao Suas, instituindo *conselhos* e *fundos* especiais, além de implantar *serviços socioassistenciais*¹³⁴.

Aderir é muito importante porque é a categoria que marca, no contexto da Casa Cidinha, a possibilidade do início dessa ação transformadora das profissionais da equipe. Sem a *aderência*, o *trabalho duro* que realizam não tem uma porta de entrada a partir da qual se realizar. Sem isso, torna-se impossível agir sobre as *usuárias* ou com as *usuárias* e essas *mulheres* não podem *evoluir*.

¹³⁴ Conselho Nacional da Assistência Social (2012). O texto dessa normativa contém, ainda, outros termos que têm validade no contexto da Casa Cidinha, entre os quais *empoderamento* e *autonomia* (ver adiante).

Evolução

As profissionais da equipe dizem que as *usuárias evoluíram* quando notam que estão saindo de algo que se aproxima à ideia de um estágio inicial no momento em que buscaram o *atendimento* da Casa, e sendo transformadas. Sendo assim, a noção de uma transformação no estado das *usuárias* é fundamental para esse campo. Claro está que, para essa *evolução* ser visível, perceptível ou denominada enquanto tal pelas profissionais, as *usuárias* têm que dar passos no sentido daquilo que é considerado uma maior *autonomia* em relação ao seu estágio inicial de pouca ou nenhuma *autonomia* e mais *empoderamento* em relação ao seu estágio inicial de pouco ou nenhum *empoderamento* – ver as categorias abaixo de *autonomia* e *empoderamento*.

As integrantes da equipe afirmam que as *usuárias* em geral chegam à Casa “muito mal”, umas particularmente “mal”. Algumas frases que ilustram essa descrição de como as *mulheres* “chegam” e os elementos utilizados para fazer essa leitura de que ela realmente está *muito mal* passam por aspectos de cuidado com a aparência e linguagem corporal. Algumas das características enumeradas para tanto eram:

“Cabisbaixa”;

“Sem conseguir olhar a gente nem ninguém nos olhos”;

“Muito entristecidas, choravam muito nos atendimentos”;

“Pareciam velhas quando na verdade eram da mesma idade que você” [eu estava sendo usada como termo de comparação e à época tinha 34 anos];

“Não cuidavam de si e da aparência”

(Sistematização de várias falas de profissionais da equipe sobre *firmeza*, diferentes entradas do caderno de campo)

Nessas narrativas das profissionais, alusões do que seriam partes bastante específicas do corpo das *usuárias*, dentro de um determinado entendimento sobre corporalidade, eram feitas, indicando alguma falta de ação no que refere ao cuidado de si¹³⁵, como “não pintar ou cuidar dos cabelos” (fios brancos à mostra, fios sem brilho ou sem corte recente) ou “não cuidar dos dentes” (quando há ausência de dentes na boca, ou se encontram escurecidos).

Uma certa desordem ou desleixo externo eram tomados como sinais de uma desordem e desestruturação interna. Tratar-se-iam de equivalentes externos de marcas que guardariam profundas relações com a condição de *vítimas de violência*, clientela *atendida* pelo *serviço*. Essas marcas atuariam como provas necessárias para a realização do diagnóstico que justificaria a intervenção da equipe. A reflexão sobre a construção do *lugar de vítima* realizada na primeira parte da tese encontra aqui suas nuances particulares (ver também Fassin; Rechtman, 2009). A descrição de uma determinada situação *corporal* se vale de imagens que evocam a aproximação de um *corpo* a um território devastado por uma guerra e onde só restam os escombros. Escombros que, assim que abrimos os olhos e tomamos coragem para encarar a paisagem resultante. lá estão, envoltos em nuvens de poeira que teimam e resistem em se dissipar. As palavras escolhidas são “desleixada”, “acabada” e “sombra de si mesma” e desempenham um papel fundamental nesse “diagnóstico” feito pela equipe:

“Ela andava toda desleixada”;

“Ela estava acabada, só você olhando mesmo pra acreditar!”;

“Ela era uma sombra dela mesma: falava baixo, não te olhava nos olhos, parecia não ter força pra nada”.

(Sistematização de várias falas de profissionais da equipe sobre *firmeza*, diferentes entradas do caderno de campo)

¹³⁵ Tais elementos nos fazem lembrar dos “cuidados de si” presentes na *História da Sexualidade* de Foucault (1984).

O *desleixo* é visto como falta de iniciativa ou vontade para o *cuidado pessoal-corporal*, como alguém que sai de um contexto que a atordoa, tal qual depois de ouvir estampido de bomba, que ensurdece, desorienta e que a arruína suas referências. “Atordoadas” era uma palavra muito frequente. A desorientação levaria à perda desse tipo de preocupação e zelo de si. Assim, as integrantes da equipe fazem uma imagem de uma *mulher* que chega até elas rodeada de muito *sofrimento* e muito *fragilizadas*. Esse estado de *fragilidade* demandaria a intervenção de profissionais específicas, cuja expertise seria auxiliá-las em seu caminho de *superação*. Entender sua intervenção, que tem como propósito a transformação das *mulheres* que buscam o *serviço*, não é possível sem o entendimento da constituição dessas técnicas como profissionais especialistas da *dor* e do *sofrimento* (ver em especial capítulo 2)

A narrativa contida nos *prontuários*¹³⁶ também fala sobre essa composição inicial de um quadro de perturbação do estado em que se deseja que as *usuárias* estejam e fornece pistas para entender como as integrantes da equipe vão reconhecendo que seu *trabalho* sobre as *usuárias* e que o *trabalho* das *usuárias* sobre elas mesmas está dando resultado. Tomemos como exemplo os seguintes termos usados pela psicóloga no *prontuário* de Paula. Para a caracterização do distúrbio dessa condição desejada, aqui entendida muito sob a égide da *doença* como um estado contraposto à *saúde*, são identificadas e registradas:

“Aparenta estar perdida”;

“Chorou muito durante o atendimento”;

“Declara ter muitas mágoas”;

“Sente-se culpada”.

(*Ficha de atendimento, Prontuário de Paula Souza*).

¹³⁶ *Prontuários* e sua agência são tratados também no capítulo 2 dessa tese.

De outra parte, para caracterizar a *evolução* de Paula, constam:

“Decisão por realizar tratamento dentário”;

“Disponibilidade de aprender”;

“Demonstra compreensão”;

“Se encontra aparentemente feliz”.

(*Ficha de atendimento, Prontuário de Paula Souza*)

A forma de caracterizar a *melhora* apresentada por Paula apresenta uma ruptura com o que seria uma conduta inicial. Essa conduta, que pode ser entendida como o rompimento com uma inércia devida a um estupor pós-traumático imputado a situação de *violência* em que consistiria o caso da *usuária*, seria um comportamento mais ativo na solução de questões relativas a cuidados com a aparência pessoal e com o *corpo*, dentro de uma determinada concepção de corporalidade. Aqui, o que procuro ressaltar é o abandono da inércia como sinal visível e mensurável da *evolução* das *usuárias*.

Esse estado de “atordoamento” é apresentado pelas integrantes da equipe como algo bastante característico de situações de *violência*. Em uma das muitas conversas informais que tive com a psicóloga, esse aspecto era bastante ressaltado:

A violência faz isso. Esse estado mental de confusão, de não entender direito o que acontece, como acontece. Elas chegam aqui sem conseguir contar de uma só vez a história, chegam confusas. Bem apáticas mesmo.

(Fala da psicóloga, caderno de campo, 23/05/2012)

Novamente vemos operar aquilo de que nos falam Fassin e Rechtman sobre a linguagem do trauma (FASSIN; RECHTMAN, 2009). Para esses autores, é essa linguagem, e seus termos, aquilo que permite, no interior da psicologia como regime de verdade, expressar a dor, o *sofrimento* e o infortúnio. Nela, trauma e suas variantes seriam utilizados como chave de inteligibilidade para questões específicas. Nessa economia moral, como chamam, são descritas perturbações, como a de estresse pós-traumático e suas consequências, para as *vítimas*, que também são instituídas como uma nova possibilidade nessa e através dessa linguagem. De acordo com as profissionais da Casa, nos *casos atendidos*, *ser vítima de violência* tem a potencialidade de gerar um trauma fortemente caracterizado por algum estado de estupor e de confusão, aparece associado a uma *dificuldade* em falar sobre o que aconteceu. Tal confusão pode ser vencida pelo *procedimento de trabalho* das profissionais especializadas, que devem ajudar as *usuárias* a falar sobre o assunto através de uma *escuta* paciente e da criação de um *vínculo* específico. É uma equipe que tem como sua prerrogativa *fazer falar*.

A visão da psicóloga, instituída por sua fala acima, não é algo que não seja partilhado com outras profissionais. A assistente social, por exemplo, sempre salienta a importância de fazer as orientações a conta-gotas ao longo de diferentes *atendimentos*, porque é aquilo que as *usuárias* teriam a capacidade de absorver nesse estado de *confusão* e *desorientação*. Trata-se, portanto, de construções que vão sendo tecidas e partilhadas pela equipe sobre as formas que teria essa *violência* como uma *violência* também específica. Nesse sentido, figuram como marcos dentro dos quais as narrativas das *usuárias* ganham inteligibilidade e a própria *violência doméstica*, como fenômeno, vai assumindo contornos e sentidos. Estar *atordoada* seria uma reação esperada a todo episódio de *violência*, mas também um traço mais marcante da *violência doméstica*, daquilo que essa *violência* teria de específico, ou seja, o fato de ser perpetrada no interior de relações que deveriam se constituir como relações de parceria afetivo-sexuais, de afeição e proteção, portanto, e não de *abuso*, *violência*, *dor*, *sofrimento* ou *humilhação*.

Em etnografia realizada sobre o fazer policial na Delegacia de Defesa da Mulher em Campinas, estado de São Paulo, Fabiana Andrade (2012) realizou uma leitura sobre o texto

da lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, cruzando seu fluxo narrativo com as práticas desempenhadas pelas policiais. Sendo assim, o termo “violência doméstica”, condicionado pela lei, ganha contornos bem definidos quando é “aplicado” pelas policiais. Segundo Andrade, lei e práticas constituem um “jogo de armar” no qual as queixas das denunciante só são registradas sob a Lei Maria da Penha, e, por consequência, consideradas como *violência doméstica*, se a situação de *violência* tem como seu principal protagonista a família nuclear (heterossexual, monogâmica e reprodutora e devidamente encerrada no presente ou no passado em uma casa) e quando a gravidade dos atos ou a crueldade com a qual são impingidos resultam em considerável *sofrimento* para a *vítima*. A ideia de doméstico como uma unidade de moradia, por si só, não é capaz de servir como acionador desse processo. É necessário que um específico conjunto de relações estejam aí implicados. Tal configuração guarda semelhanças com o contexto por mim pesquisado, mas também diferenças. No campo de Andrade, o fazer policial impõe suas particularidades e a seleção de elementos, ou sua combinação, para a instituição da *vítima* obedece a critérios distintos, como o da *gravidade* que, apensar de se constituir como categoria capaz de hierarquizar *casos* na minha pesquisa, não é condição para o estabelecimento de quem é *vítima de violência doméstica* e quem não. Na Casa Cidinha, o que parece operar é a combinação entre a *vítima* ser *mulher*, ter um *homem* como *agressor* e a relação ser marcada por uma domesticidade.

As profissionais da equipe técnica sempre comemoram muito quando veem as *mulheres se cuidando*, elogiam e incentivam muito quando elas aparecem “bem vestidas e arrumadas”, quando “vão atrás e arrumam os dentes”, dão “um trato no visual”. Isso seria visto como os sinais externos de uma ação de transformação operada por elas com as *usuárias* e também apontam para esse processo de *superação e recuperação*. A noção de *recuperação* não necessariamente estaria associada a um retorno a um estágio anterior às situações de *violência* e/ou *sofrimento* e sim conformaria, através da articulação de *conquistas* perseguidas pela equipe, capacidades como *autonomia* e *felicidade* (ver ambas as categorias a seguir), que nem sempre eram elementos anteriormente presentes.

Essa questão da transformação da aparência e da importância de “se cuidar” pode estar relacionada a uma construção *corporal* diferente daquela que seria a típica da *mulher* em situação de *violência*, *violentada* aqui entendida não apenas no sentido sexual, mas também do *corpo em violência*. A psicóloga comenta sempre que mesmo elas, que *trabalham* lá, tem que “caprichar no visual” para passar uma imagem (nunca usa palavras pra isso, faz determinados gestos, ombros, pescoço e cabeça estirados e empedernidos, tronco oscilando em movimentos sinuosamente contidos), algo “*up*”, algo pra cima, uma imagem que possa animar as *usuárias* que lá estão ou na qual elas possam se espelhar. É frequente o comentário na Casa de que as pessoas do bairro (dos outros *serviços públicos* ou de *interesse público* da *rede de proteção local*) já sabem quando estão diante de uma das trabalhadoras da Casa:

Porque as pessoas já sabem quando é a gente. Elas sabem quando a gente trabalha aqui. Olha lá, essas são as meninas da Casa da Mulher. As pessoas dizem: “Ah elas são sempre arrumadas, maquiadas, unhas pintadas, tudo muito alegre e colorido. É uma energia diferente.

(Fala da psicóloga, caderno de campo, 23/05/2012)

Além de um aspecto mais imediato que seria o de servir de inspiração para as *usuárias* na construção de outra *imagem corporal*, parece que a *construção corporal* própria das *mulheres* integrantes da equipe também atua no sentido de diferenciá-las das *mulheres atendidas* ali na condição de *usuárias*. A diferenciação entre profissionais e clientela parece ser fundamental para que possam exercer seu *trabalho* sem que terminem misturadas às *usuárias*. Conforme visto nos capítulos 1 e 2, os “perfis” de umas e de outras são parecidos. Em linhas gerais, as profissionais teriam uma origem muito parecida a das *mulheres* que são acompanhadas no *serviço*. Elas também são moradoras de bairros periféricos, algumas migrantes, que conquistaram melhorias de vida a partir do ingresso tardio em cursos universitários e da atuação profissional por meio de trabalho qualificado,

ainda que marcado pela precarização. Algumas delas também relatam terem sido em algum momento de suas vidas *vítimas de violência*. *Imagens corporais* aqui funcionam, portanto, como estratégias de distinção.

As profissionais que trabalham na Casa Cidinha tinham uma maneira muito particular de responder às minhas perguntas sobre o tempo que as *usuárias* passavam na Casa. Eu queria saber a quantidade de tempo, medida em meses, que cada uma das delas permaneciam frequentando *atividades, grupos, oficinas*, ou seja, em *atendimento*. Como resposta ouvia que “cada mulher tem um tempo, pra umas demora mais, pra outras demora menos. Depende da evolução de cada uma” (fala da assistente social, mas que escutei em muitas outras oportunidades, ditas por muitas profissionais diferentes). Esse *tempo* precisa ser respeitado para que o *trabalho* possa acontecer, como vemos sendo articulado nessa frase dita pela advogada:

“Não adianta ficar apressando as coisas, pressionando. Tem que ser paciente. Tem que esperar o tempo da mulher. Não adianta nada ficar pressionando para se separar do marido, entregar papelada, entrar com ação [de pensão alimentícia]. Se ela não tiver pronta não adianta nada porque daí anda tudo para trás. Ele vai lá, pede desculpa e ela volta. É todo um trabalho por nada.”

(Fala da advogada, em conversa informal, caderno de campo,
30/05/2015)

Nesse sentido, é como se não apenas as *usuárias* e as integrantes da equipe realizassem um *trabalho* visando a essa *melhora*. É como se o próprio *tempo* tivesse uma agência no sentido de modificar o estado inicial, momento zero caracterizado pelo instante em que as *mulheres* são admitidas ali como *usuárias*. Veena Das (1999, 2007) nos fala sobre essa agência reparadora desempenhada pelo tempo. Para a autora, a passagem do *tempo* realizaria uma transformação no estado daquelas *mulheres* que estão ou estiveram em situação de *violência*:

“O tempo não é algo meramente representado [nas narrativas], mas um agente que ‘trabalha’ nas relações, permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, modificadas no embate entre vários autores pela autoria das histórias nas quais coletividades são criadas ou recriadas” (DAS, 1999: 37).

Há uma profunda relação entre esse *trabalho* realizado pelo *tempo* e reabitar um mundo devastado pela *violência* através de reabitar também a linguagem, questão discutida na seção a respeito do poder *contaminador* da *violência* no capítulo a seguir. *Evoluir* é um processo contínuo entendido como uma sucessão de eventos e identificável a partir de alguns elementos, que poderia se dar em diferentes ritmos de progressão. Esse processo não necessariamente é constante, podendo constituir-se de inúmeras intermitências, mas tendo, no entanto, uma linha de chegada, como ficará mais claro ao longo desse capítulo. Assim, esse desenvolvimento seria não linear, permitindo retrocessos, saltos, retornos e retomadas: dobras temporais que articulam uma ideia de continuidade.

Gostaria de retomar aqui a discussão que vinha realizando sobre os sinais reconhecíveis dessa *evolução*. O *cuidado de si* não é só visto como um indicador de *atordoamento* ou de triunfo sobre a inércia resultante dele. A falta de *cuidado* figura, também, como metonímia de falta de *autoestima*, entendida como apreço e afeição, e, por consequência lógica, *cuidado*, de uma *mulher* por ela mesma. Os sentidos acionados gravitam em torno da ideia de que parte das dinâmicas que sustentariam a *violência doméstica* se refere às *mulheres* terem uma relação de doação e de devoção aos *companheiros*, aos filhos e à família. Isso se traduziria em um esquema de sobrevalorização alheio e desvalorização de si. Lado a lado com essa *dinâmica da doação*, se alimentando e sendo alimentado por ela, estaria um verdadeiro massacre da *autoestima* das *usuárias* feito por seus *companheiros* que proferem verbalmente ofensas como “gorda”, “feia”, “burra”, “velha”, “imprestável”, e a campeã, “vagabunda”. Segundo a equipe, muitas das *usuárias* chegam até a Casa “praticamente sem nenhuma autoestima”, “se acham gordas, feias, burras, velhas, alguém que não presta para nada”. A vontade de se “arrumar” e um zelo por

uma *autoimagem* estariam diretamente ligados ao juízo de valor que fazem sobre elas mesmas:

“Porque a gente tem que aprender a se amar, se amar primeiro. Primeiro vou gostar de mim, vou me amar, me curtir, me cuidar! Depois vou pensar no ‘outro’ porque, se eu não estiver bem, se eu não estiver feliz, não vou ter condições de fazer ninguém feliz... tem que se olhar no espelho e se gostar. Tem que olhar aquela imagem e falar: ‘eu sou linda!’; ‘eu me amo e me vejo linda!’. E pensar primeiro na gente. Tem que ser egoísta de vez em quando!”.

A intervenção da psicóloga, durante um dos encontros do grupo de atendimento psicológico, terminou com uma erupção de risos provocados pelo “tem que ser egoísta de vez em quando!”.

(Caderno de campo, fala da psicóloga, 18/05/2012)

Apesar de se referir a uma data específica, era frequente que os mesmos elementos da fala acima aparecessem desmembrados ou todos combinados numa mesma intervenção realizada pela psicóloga em outras reuniões com esse mesmo caráter. Eram muito frequentes também as narrativas em relação a uma das *dinâmicas* propostas pela mesma psicóloga durante os *grupos de atendimento psicológico* nos quais as *usuárias* tomavam parte uma vez por semana. Com as participantes sentadas em disposição circular, uma caixa de madeira era passada de mão em mão. Ao receber essa caixa, cada usuária deveria olhar dentro da caixa, refletir sobre o que havia no interior dela por um momento e então passar o objeto para a usuária à sua esquerda. Terminada a volta, cada uma deveria relatar o que viu. Aqui as narrativas das profissionais da equipe se tornam emocionadas, respiração levemente ofegante, órbitas oculares aumentadas como para externalizar mais intensamente a satisfação com o que viria a seguir:

E aí elas diziam, “me vi!”; “vi a pessoa mais importante da minha vida!”; “descobri que sou linda!” (falas da assistente social,

reproduzindo o que as *usuárias* disseram durante a dinâmica no grupo);

É em momentos como esse que a gente sente muito prazer em fazer o nosso trabalho! (fala avaliativa da psicóloga sobre o próprio trabalho).

(Caderno de campo, 30/05/2012)

Nesse momento, o que gostaria de ressaltar é que em muitas vezes vemos em operação na Casa mecanismos de referência e citação de narrativas, umas em relação às outras: tanto as narrativas das *usuárias* fazem referência e citam as da equipe, quanto aquelas feitas pelas profissionais evocam as elaboradas pelas *usuárias*. Aqui, a “satisfação profissional” da psicóloga coincide com a constatação da citação das narrativas de autoestima verbalizadas pelas *usuárias*, indicando seu caminhar no sentido dessa *evolução*.

Sendo assim, imprimir o *cuidado de si* seria também parte do *procedimento de trabalho* da equipe na concretização do *atendimento* que realizam sobre e com as *usuárias*. O resultado desse *procedimento* consistiria em inverter a relação na qual a falta de *autoestima* é a materialização *corporal* apresentada por elas nos momentos iniciais do seu *acompanhamento*. Fazer as *usuárias se cuidarem* é, também, fazer as *usuárias se amarem* e adquirirem (ou readquirirem) apreço por elas mesmas. Esse mecanismo possibilitaria, segundo as profissionais, uma ruptura com aquilo que é entendido como os lugares relacionais que sustentariam a permanência das *usuárias* em situações de *violência*. Nesse sentido, para a equipe, *evoluir* é, também, aprender a se *amar*.

Autonomia

“Aqui a gente trabalha com o quê? É com a autonomia das mulheres!”. Essa fala era repetida à exaustão pela assistente social, seja em nossas conversas informais, seja em seus momentos de interação com outras profissionais da equipe, seja em seus atendimentos com as *usuárias*, seja em atividades externas nas quais ela era convidada a falar de seu trabalho.

(Caderno de campo, 11/09/2012).

Em que pese os muitos sentidos que poderiam ser atribuídos ao termo *autonomia* nas narrativas das profissionais do *serviço*, aquilo que parece estar relacionado com essa categoria diz respeito aos meios materiais de existência. Esse é o principal objetivo de *trabalho* dos *atendimentos* realizados pela assistente social que afirma que não ter *autonomia* é visto como um dos principais entraves para que as *mulheres* não continuem em situações de *violência*. Por isso, parte fundamental do *atendimento inicial de triagem* é a realização do que elas chamam de uma “avaliação socioeconômica” das *usuárias* que recai na composição de um diagnóstico feito a partir de três aspectos. O primeiro deles consiste em saber se a *usuária* trabalha ou não trabalha no momento, se dispõe de uma renda individual, se já trabalhou, se teria uma profissão ou se tem conhecimentos com os quais poderia chegar a conseguir “se manter” sozinha. O segundo é tentar determinar qual é a renda familiar e qual é o nível de controle de que dispõem sobre esses rendimentos, como, por exemplo, se sabem quanto de dinheiro “entra em casa” todo mês e se têm acesso direto a isso. Como parte da identificação de qual seria o *grau de autonomia* com o que contam as *usuárias*, perguntam também, como terceiro determinante, sobre a existência de outras pessoas da família extensa ou vizinhos e amigos com os quais possam contar para uma ajuda eventual, como poder se hospedada temporariamente na casa de alguma dessas pessoas ou pedir dinheiro emprestado para comprar uma passagem para outra cidade (geralmente a cidade de origem delas mesmas ou de familiares). Trata-se de fazer um

exercício de suposição conjunto com as *usuárias* do que aconteceria com essas condições materiais de existência se a peça “marido” fosse retirada do jogo.

As narrativas das profissionais da equipe seguem no sentido de que, na grande maioria dos *casos*, essas *usuárias* não dispõem dos recursos necessários para o rompimento com sua situação conjugal, uma vez que ou a renda da casa advém totalmente dos *companheiros* ou é complementada pelos Programas de Transferência de Renda (PTR). É marcante nessas narrativas a menção a famílias de baixa ou baixíssima renda. A assistente social diz que busca a promoção dos *direitos básicos* para essas *mulheres*. Ao lado dessas afirmações, paralelamente, profere: “aqui na casa nós lutamos pelos direitos humanos das mulheres!”, evidenciando, pela proximidade de sua enunciação a frases que marcam a condição socioeconômica das *usuárias*, que a ausência de recursos de sobrevivência seria, por si só, uma *grave violação* dos *direitos humanos* das *usuárias*. A falta dessa autonomia seria *violadora* desses direitos também porque contribuir para a manutenção de um cenário de não ruptura com situações de *violência doméstica*. Para aquelas que ainda não estão recebendo nenhum tipo de PTR, essa é a primeira medida tomada pela assistente social, mas também se busca o benefício do aluguel social e a inclusão das crianças pequenas em creches. São realizados *encaminhamento* para alguma *oficina de geração de renda* promovida pela própria Casa Cidinha ou pela *rede de serviços* promovidas por *entidades públicas* ou de *interesse público*.

– Aí, quando eu vou lá dar palestra, as pessoas sempre me perguntam: “Mas por que as mulheres não rompem com a situação de violência?!”. E eu respondo: “Rompem, sim! Lógico que rompem!” – a assistente social respira fundo e retoma o fôlego depois de ter dito duas frases de efeito, de efeito forte, poderíamos assim dizer, com a presença de tantos pontos de exclamação. Ela aproveita para imprimir na narrativa outros pontos, os três reticentes: uma pausa que angaria, junto com o percorrer econômico e preciso de seus olhos no fundo dos nossos, mais destaque ainda para o que vem a seguir.– Rompem e eu posso falar que rompem porque eu vejo romperem todos os dias! – agora suas mãos batem espalmadas contra o próprio peito, clavícula marcada, o som seco

da autoridade-de-quem-vive-e-pode-falar ressoando pela sala – É o que eu vejo todos os dias lá no meu trabalho. Outra pausa... esta, sem escrutínio de olhares. É possível notar apenas seu leve desviar de dentro, migrando de onde cumpriram a difícil tarefa de permanecer durante esse despejar de testemunhos, para o chão, por uma partícula infinitamente reduzida de tempo, para então voltar, incendiados, a fitar algum ponto difícil de precisar. Algo com certeza espectral já que não comungava da materialidade dos nossos corpos, plantados pela sala e sem respirar (estávamos na sala ou na cozinha?) até que a oratória se completasse. Éramos todas nós, três outras profissionais da equipe e eu, que não respirávamos ou era só o meu corpo aquele sem respirar? – E quando não rompem é porque não têm condição de romper! Vão largar o marido e vão viver de quê? – O olhar da oradora agora se volta pra dentro. Para dentro dela. Busca, vasculha e revira. Revira, busca e vasculha porque sabe que esse não é o único motivo de elas não romperem... “Não é o único motivo”, pensa com a ajuda das palavras, mas não em voz alta. “A gente escuta por aí que não é o único motivo... mulheres com melhores condições de vida e que enfrentam violência muitas vezes não rompem” continua pensando. “Mas pra mim esse é um dos motivos, sim!”.

– Mas pra mim esse é um dos motivos, sim! – é a frase que cospe um ponto final na narrativa de como é que é quando ela vai dar palestras, nos fazendo vislumbrar nem que seja só a aura esfumaçada do espectro que ficou encarando segundos atrás.

Eis que sinto um pouco de ar entrar... Na verdade senti primeiro um pouco de ar sair e só depois um pouco de ar entrar (todo aquele gás carbônico impedia a entrada de ar renovado), quebrando não só o encantamento que aquela narrativa exercera sobre mim, mas também minha decorrente apneia em pleno estado de vigília. Só aí percebi que era só o meu *corpo* que não respirava. Os outros, já escaldados pelo hábito de alguns anos a ouvindo falar, respiravam, ainda que um ou outro o fizessem através da pele, por meio dos poros e suas prolongações, os pelos, que se eriçavam com a corrente de ar, plantados, eretos e plasmados, eles também, em sua sala (ou seria cozinha?) de tecido celular.

(Artefato narrativo #10)

A busca da equipe é pelo que consideram entraves para a ruptura da situação de *violência*. E a *autonomia*, entendida como meios de prover sua sobrevivência material e a sobrevivência material dos filhos, é vista pelas profissionais como um dos obstáculos a serem vencidos. A assistente social é otimista, porque o cenário é promissor. Afinal sua matéria de intervenção são *mulheres batalhadoras*, que podem estar *apáticas* devido a situações de *violência*. Mas de qualquer maneira são *mulheres de fibra* como ela própria, que teriam disposição para “correr atrás” e cuja carne, nervos e ossos ela conhece de perto e de dentro. Nada casa melhor com uma assistente social *feminista* que uma *mulher batalhadora* (capítulo 1) no exercício de seu *trabalho duro* (capítulo 2) de *profissional militante* (capítulo 3). Sacudida a apatia para fora das cortinas, o potencial está ali vivo e pulsante embaixo da pele. Ela mesma conseguiu. *Conquistou. Melhorou de vida*. Sacudiu uma situação de *violência* fora, foi estudar, agora *trabalha* com isso. É uma história de *sucesso*. No entanto, o otimismo da assistente social não é um otimismo desqualificado, é um otimismo amargado por *saber* que, se as *mulheres batalhadoras* podem fazer história, elas certamente não a fazem como querem. O marxismo da profissional vê um mundo com diferenças estruturais no qual *força de vontade* não é o único insumo a trazer prosperidade. Há outras relações, outras disputas, outros interesses. Sua atuação profissional naquele *serviço* pouco pode fazer para alterar essas condições. Já para incidir sobre a vontade das *usuárias* compostas da matéria *mulheres batalhadoras*... Lancemos um olhar agora para o par perfeito da *autonomia*, o *empoderamento*.

Empoderamento

O *empoderamento* é aquilo que precisa acontecer para que as *usuárias* deixem uma condição caracterizada como de *fragilidade* em direção a uma outra, onde um elemento de *força* é fundamental. A ideia é que, a partir dessa *força* incorporada, as *usuárias* sejam

capazes de tomar as decisões que a aproximem de sua *felicidade* (ver categoria *felicidade* abaixo) e que consigam implementá-las e mantê-las. A *fragilidade* que poderiam apresentar as *usuárias*, e que figura nas narrativas das profissionais da equipe, de forma alguma é entendida como um elemento *naturalmente* presentes nas *mulheres*, no sentido de que não há, vinculada a isso uma explicação de fundo, quer seja biologizante quer seja essencialista, de que *mulheres* seriam seres *frágeis per se*. A *fragilidade* é vista antes como resultado de um longo processo de formação: “a fragilidade é ensinada para as mulheres” (fala da assistente social em conversa informal). Tratar-se-ia de um dos elementos ou de um dos resultados de um longo processo pedagógico que ensina *mulheres* a serem *mulheres*, uma vez que o postulado de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher, torna-se mulher” é aqui associado com essa ideia. Gostaria de sugerir a força que essa máxima de Beauvoir apresenta neste contexto de pesquisa, e que é uma e outra vez citada e referenciada na Casa para evocar a noção de que as *usuárias* que lá estão foram modeladas a partir de certas noções. Aqui podemos começar por identificar as convenções de gênero que são acionadas por essas interlocutoras da pesquisa, a *fragilidade* como um dos elementos centrais no processo pelo qual uma *mulher* é feita. A artificialidade dessas construções abririam justamente o espaço para questioná-las e transformá-las, fendas nos sistemas de formatação que serão exploradas pela ação transformadora do *trabalho duro* realizado pelas profissionais da equipe e pela *aderência* das frequentadoras do *serviço*.

Se bem que, vista como parte do processo pelo qual todas nós *mulheres* nos transformamos em *mulheres*, a *fragilidade* tem níveis operacionais distintos no sentido de constituir *mulheres extremamente frágeis*, *menos frágeis* ou algumas com as quais esse processo de *fragilização* não foi bem-sucedido, provocando comentários positivamente surpresos da equipe tais como “essa daí não é toda frágil não!”. Pode também se referir a um estado transitório: uma *mulher* pode “chegar aqui muito fragilizada”, por exemplo. Mas para algumas essa *fragilidade* se constitui numa verdadeira gaiola da qual necessitam de ajuda para sair. Sair da condição de *fragilidade* é *empoderar-se*. E *empoderamento* não é o oposto complementar de *fragilidade*, na medida em que sai *empoderada* alguém que rompeu com seu estado inicial de *fragilização* por ganhar *força* contra um estado anterior

do qual estava ausente. Temos, portanto, que a *fragilidade* parece ser mais um estado negativo, na medida em que caracterizado pela ausência de um elemento muito peculiar, a *força*, do que carregada de uma positividade ou substancialidade em si. Essa *força* também não é qualquer *força*. É aquela que emerge de um *trabalho* sobre sua própria ausência, uma ausência generificada que só a ideia de *fragilidade feminina*, ou de uma *fragilidade declinada no feminino*, é capaz de capturar.

Sendo assim, a proposta que gostaria de introduzir aqui é que, partindo dessas narrativas, pudéssemos pensar a *violência* como um dispositivo (FOUCAULT, 1980). Permitam-me retomar que, como exposto anteriormente, tais narrativas falam de *mulheres* já constituídas a partir de uma noção específica e generificada de *fragilidade*, *mulheres* que podem *se fragilizar ainda mais* como resultado de uma *violência* sistemática exercida sobre elas. A partir daí, poderíamos entender a *violência* como um dispositivo, portanto – e chamo a atenção aqui para a acepção positiva dessa noção –, como produtora de uma determinada *fragilização* marcada por gênero, um processo constitutivo através do qual se daria a própria produção das *mulheres* como sujeito generificado. Para Teresa de Lauretis (1997) haveria uma discursividade que, por meio de tecnologias de sexualidade assim como na obra de Foucault, mas também por meio de tecnologias de gênero, produziria a um só tempo *homens* e *mulheres* e as relações de poder assimétricas e conformadas por meio de e no gênero. Lauretis nos fala de uma “retórica da violência” ao mesmo tempo em que de uma “violência da retórica”: uma retórica que fala a *violência* e que é falada por ela e que perpetua discursivamente tais lugares de poder ou posições de sujeito, ocultando os mecanismos através dos quais tais posições são construídas. Na reflexão de Lauretis, a própria *violência* seria inseparável do que ela produz e marca, a saber, sujeitos e relações generificados. A *violência* seria, em si, uma *violência generificada*. Essa *violência generificada* seria aquela que proponho que pensemos como dispositivo capaz de produzir também o gênero, num movimento de conformação mútua entre gênero e *violência*.

A ideia por trás do *empoderamento* que povoa as narrativas da equipe é que as *mulheres* estão *infelizes* e/ou *sofrendo*, mas não se sentem *fortes* o bastante para buscarem uma solução pra esse *sofrimento*. Mas também falta a elas, ainda segundo essas mesmas

narrativas, informação sobre seus *direitos* e por isso parte da ação da equipe é fornecer “esclarecimentos” sobre esses *direitos*, como, por exemplo, o que é a Lei Maria da Penha, um *Boletim de Ocorrência*, uma *Representação*¹³⁷. Outro elemento ativo no sentido de construir esse *empoderamento* por parte das integrantes da equipe é pontuar junto às *usuárias* aquilo que as profissionais da equipe chamam de *questões de gênero*. As *questões de gênero* seriam necessárias para as *usuárias* entenderem que, nas palavras da assistente social, como *mulheres* elas “sofrem preconceito e violência”. Tal *procedimento* adotado durante os *atendimentos* na Casa Cidinha é bastante tributário de perspectivas desenvolvidas no interior do *movimento feminista e de mulheres*, como explorado no capítulo 2 da tese. Uma vez *empoderadas*, as *usuárias* poderiam correr atrás de seus sonhos e desejos, conquistariam *autonomia*, poderiam *melhorar de vida*.

A partir dessas narrativas, *empoderar-se* seria, portanto, uma imbricada operação que conecta vencer um estado constitutivo (e generificado) de *fragilidade* e de *desconhecimento* de sua posição no interior de *relações de gênero opressivas*. Isso se daria através da aquisição de uma *força*, também ela bastante específica, capaz de romper com aquilo que é encarado como uma subalternidade de gênero – ou pelo menos com algumas de suas facetas – e a aquisição de certos conhecimentos sobre *direitos* e seu funcionamento. Um entendimento possível a partir dessas narrativas é que *empoderadas* consistiria no estado que precisaria ser atingido pelas *usuárias* para que se desse o *rompimento* com a situação de *violência* na qual se encontram e, ainda que tenham muitas das outras condições vistas pela equipe como necessárias para essa *ruptura*, como as socioeconômicas, por exemplo, sem o *empoderamento* continuariam presas a essas situações pelas amarras da *fragilidade*.

Parte da caracterização da situação de *fragilidade* das *mulheres* que buscam a Casa diagnosticadas pelas profissionais da equipe é o contraste desse estado com o fato de que, ao chegarem lá, essas *mulheres* entram em contato com um sem número de informações

¹³⁷ A realização do *Boletim de Ocorrência* numa Delegacia de Polícia não é o suficiente para dar prosseguimento ao processo judicial dependendo do tipo de *agressão* reportada. Em alguns casos é necessário um segundo procedimento realizado em momento posterior também na Delegacia chamado de *Representação*.

novas: “é muita coisa pra absorver num primeiro dia”, afirmou certa vez a assistente social que tentava me explicar como é seu *procedimento de trabalho*. Como seriam muitas coisas a serem processadas pelas *usuárias* em um momento marcado por muita desorganização interna (ver categoria *evolução*), não seria possível esperar que todas as *orientações* necessárias para que *evoluíssem* pudessem ser assimiladas já num primeiro contato. A cada *atendimento* a *usuária* recebe uma *tarefa*, ou seja, uma coisa que ela tem que apresentar resolvida ou encaminhada já no próximo encontro. Um exemplo dessas *tarefas* seria descobrir o endereço atual do *companheiro*. Tal dado é necessário para dar entrada ao processo judicial de guarda e/ou pensão alimentícia dos filhos, uma das demandas mais frequentes das *usuárias* do *serviço*. Da mesma forma, quando as *usuárias* começam a demonstrar sinais de *melhora* ou de *evolução*, para nos fazer valer dos termos em uso, é a resolução dessas *tarefas* o elemento utilizado para detectar um processo em andamento. Assim, o uso de uma certa assertividade na linguagem utilizada com as *usuárias* e de uma tradução de orientações de ordens variadas para uma *lista de tarefas* bastante objetiva são duas das estratégias de trabalho utilizadas pelas integrantes da equipe da Casa na realização de seu *trabalho*. Não *romper* com tais situações de *violência* significaria, portanto, não efetuar um deslocamento nessa cartografia de espaços compostos por estados interiores, indicando, ao invés do movimento, a estagnação. Aqui, a transformação é medida em termos de fluxos migratórios do país *fragilidade* de origem para o *empoderamento* de destino.

Enquanto a *autonomia* é a massa ao redor da qual orbita o *atendimento* feito pela assistência social, poderíamos dizer que o *empoderamento*, lado a lado com a redução do *sofrimento*, seriam os núcleos do *atendimento psicológico*. Isso porque o *empoderamento* seria marcado pela aquisição de uma certa disposição interior construída contra uma outra disposição interior anteriormente instaurada, aquisição essa entendida como em grande parte algo da alçada do universo *psi*. Assistente social e advogada, e não só a psicóloga, se dedicam à *tarefa* de *empoderar* também em seus interlúdios com as *usuárias*, principalmente no que se refere às *questões de gênero* e aos *direitos*, para o que também colaboram as palestras e demais atividades recreativas realizadas no *serviço*. O resultado,

mulheres empoderadas, depende da *aderência* das *usuárias* à Casa e do *trabalho* realizado por elas mesmas em combinação com o *trabalho duro* realizado pelas profissionais da equipe.

A *autonomia* e o *empoderamento* são as condições para que as *usuárias* possam “andar com as próprias pernas”. Esse é o grande resultado alcançado pelas integrantes da equipe em seu *trabalho* de transformação, em sua opinião. Nos momentos de selecionar participantes para as entrevistas que eu realizei, a assistente social da Casa sempre me indicava *usuárias* que estavam “andando com as próprias pernas”. Todas elas se constituíam como *casos* de situações de *violência* que ela considerava como *graves* e que tinham “se reerguido”. Os elementos presentes nessa relação eram os fatos de possuírem um “trabalho remunerado”, de “viver na casa delas” com os “filhos delas”, de “viver a vida delas”, somados àquilo que é visto como os sinais externos disso e que se refletem em sua *imagem corporal* (ver categoria *evolução*).

Felicidade - “Queremos que vocês sejam felizes”

– E você, Madalena? Como você está se sentindo hoje? – a psicóloga endereça a pergunta à participante do *grupo de atendimento psicológico* Madalena, terceira ou quarta das oito *mulheres* que estavam presentes no encontro daquele dia a ser chamada a falar. A psicóloga sorri e gira o pescoço e a parte superior do tronco para se posicionar: peito aberto, frente a frente para Madalena. Na sala, além das oito estávamos eu: a “nossa pesquisadora particular que vocês já conhecem” (era a forma pela qual a equipe me apresentava para as *mulheres*), e ela, a própria psicóloga. Estamos todas em roda, sentadas no chão da *sala de atendimento psicológico*, acomodadas em cima de EVAs que fazem as vezes de tatames. A essas alturas deveriam ser já umas 15h30 ou 15h45. Faz sol lá fora e calor aqui dentro. Esse movimento da psicóloga direciona não só seu fluxo de palavras à destinatária, mas

também a atenção de todas as presentes, que antes estava na participante anterior. De Adriane para Madá (Madá é o apelido de Madalena) – E você, Madalena? Como você está se sentindo hoje?

– Ah... Hoje eu tô me sentindo bem, sabe?

A psicóloga sorri largo. Até parece que era justamente isso o que gostaria de ouvir. Era um sorriso largo e premonitório. Muita comemoração existia naquele sorriso. Mas não só. Parecia aquele tipo de sorriso provocado pela resposta exata à pergunta feita por uma professora em sala de aula que, conhecendo suas alunas e seus alunos, já indaga sabendo o que esperar. Óbvio! Uma boa professora deveria saber que perguntar também é uma arte, assim como saber o que esperar... E Madá respondia logo depois de Adriane.

– Adriane, como você está se sentindo hoje? – faz a psicóloga.

E Adriane fala. Fala. Fala. Fala.

Dez minutos se passam (quinze?) e a psicóloga não tem o mesmo sorriso, senão um outro, amargo-amarelado de expectativa não correspondida.

– Mas Adriane, eu não quero saber da sua mãe, das suas brigas com ela, dos seus filhos, do seu ex-marido, dos problemas com a máquina de lavar que não funciona. Vamos fazer assim? – “vamos fazer assim?” é uma pergunta-proposta-com-expectativa-(já-conhecida-de-antemão)-frustrada-de-resposta que ela imprime como um carimbo em seu discurso para Adriane – Vamos falar só de você. Quero saber como *você* está hoje. Como a *Adriane* está. Me fala de *você*. Só de você!

– Mãe, filhos, ex-marido, problemas com a máquina de lavar.

“Tem sido assim há dez meses desde que ela chegou aqui”, pensa a psicóloga. “As coisas não estão caminhando nada...”. “Se ela não olhar pra ela, como é que a gente vai poder trabalhar?”. “De novo é isso que eu vou ter que anotar na *ficha* dela: continua centrada nos outros; é incapaz de falar de si”.

Em ato contínuo, com o giro de corpo (e uma respiração profunda):

– E você, Madalena? Como você está se sentindo hoje?

– Ah... Hoje eu tô me sentindo bem, sabe? – Madá sorri de volta para a psicóloga. Orgulha-se de ter “dado uma dentro”. Retribui o sorriso. – Eu to me sentindo assim, feliz, leve por dentro – continua ela – Não é que o cara lá de casa – essa é a forma como ela se refere ao marido, com o qual está casada há 29 anos – não continue enchendo o meu saco. Ele fala lá as coisas dele, reclama, mas eu não escuto. Escuto. Faço que escuto. Mas não tô nem ouvindo.

– É nada! Isso aí é o Ricardão, né não, Madá? – brinca Cristiane por meio da insinuação de que Madá teria arrumado um amante – Você foi é pro beréu e arrumou o Ricardão – Para as presentes, beréu não precisa de nota de rodapé, já que é a brincadeira-marca-registrada de Cristiane: é como ela chama o bordel que conheceu lá na sua cidade, no interior de Alagoas, quando era menina, mais ou menos uns 35 anos atrás. O beréu da infância de Cristiane tem auras de uma fruição de sexualidade com maior liberdade para todo mundo que estiver por lá. “E ai Bruninha? Vamo lá pro beréu?”. Bastava um pouco de intimidade e era beréu a torto e a direito. Pensando bem, a promessa do beréu evocava ideias não só de uma maior liberdade sexual, mas de ausência de controle e vigília e da presença de festa, de beber, de dançar, de rir e de se divertir da maneira que fosse. “A festa junina que a gente fez aqui mais parecia um beréu, não foi?”

– Será o Ricardão?

– Ih, acho que tem Ricardão na história! Ela até pintou o cabelo...

– Olha lá a cara dela! – muitas das outras se engajam na brincadeira com Madá.

– Ricardão não! Ricardinho, que eu não gosto de Ricardão! – replica Madá entrando no jogo e sem despir-se de seu sorriso, agora transformado em sorriso regozijante. Um olhar lançado para as outras *mulheres* da sala e o destaque da conexão olho no olho com a psicóloga é produzido.

– Ah, eu sei que ele não vai mudar – Madalena retoma o assunto sério – Não vai mudar mesmo. Então agora eu tô é cuidando de mim. Presto atenção em mim. Me cuido, me valorizo. Ele fala e eu deixo ele falar sozinho. Ele que é assim e não eu. Eu faço as minhas coisas e tenho a minha vida.

– Que legal Madalena. Que legal! É isso mesmo! Não pode se deixar afetar – É a psicóloga falando e sorrindo. O sorriso esteve ali o tempo todo. Não foi embora, não se dissipou ou se deformou com as brincadeiras. Era o sorriso de quem obteve a resposta que gostaria para uma pergunta que era muito mais do que uma pergunta.

E a roda de histórias é novamente posta em movimento. A pergunta, que é mais do que uma pergunta, outra vez é feita com giro de corpo e migração ordenada de olhares.

(Artefato narrativo #11)

Algo que muito me chamou a atenção quando entrei em contato com esse campo foi que as profissionais da equipe não assumem uma postura drástica de cobrança para que as *usuárias* que chegam até a Casa relatando estarem no meio de uma situação de *violência* perpetrada por seu “marido” / “namorado” / “companheiro” se separem dele¹³⁸. A separação não é o fim tautológico perseguido pelas integrantes da equipe em sua ação transformatória e o mantra “você tem que se separar” não é entoado a dois por quatro pela atmosfera da Casa. Sempre que confrontadas com as narrativas de *sofrimento* das *mulheres*, a resposta dada pelas profissionais varia entre:

“O que buscamos aqui é que você [a *usuária*] fique bem”; “A gente quer mesmo é que você esteja feliz”; “O que a gente tem que fazer é te deixar forte pra você poder escolher o que é melhor pra você” (falas elaboradas pela psicóloga). “Aqui a gente vai trabalhar para o seu fortalecimento [da *usuária*] e para que você possa ter autonomia e fazer aquilo que você bem entender”, linha de força pronunciada uma e outra vez insistentemente pela assistente social.

¹³⁸ Inversamente, esse *procedimento de trabalho* parece ser a tônica a atuação de muitas organizações ou instituições aparentadas à Casa Cidinha, principalmente as que se desenvolviam nos anos 80 e que eram conduzidas por militantes do *movimento feminista e de mulheres*. Para um exemplo, ver Gregori (1993) e Pontes (1984) e análise desenvolvida no capítulo 3 desta tese. Contudo, na Casa Cidinha, o mantra da separação entra com força em vigor quando as profissionais da equipe julgam que a *usuária* em questão está correndo risco de morte e tem mesmo que “sumir do mapa”.

(Múltiplas entradas no caderno de campo)

Na Casa Cidinha, o mantra da separação entra sim em vigor com força quando as técnicas da equipe julgam que a *usuária* em questão está correndo risco de morte e tem mesmo que desaparecer das vistas do *companheiro*:

“Agora você [a *usuária*] tem que sumir do mapa e ir pra um lugar que ele não saiba onde você está. Você não pode deixar nenhum traço pra ele seguir, vai ter que evaporar mesmo”, pronuncia a assistente social nos seus primeiros *atendimentos* a esses *casos* considerados mais *graves* ou pelo menos *mais urgentes*.

(Caderno de campo, 06/06/2012)

Mas, mesmo nesses contextos, a situação sempre é entendida como muito mais complexa do que simplesmente um “pega já as suas coisas e vai embora” muito fácil de falar e muito difícil de fazer. Entra aqui em operação toda uma inteligência que por um lado visa a não aumentar o risco ao qual as *usuárias* estão expostas e, por outro, a que essa decisão de romper a parceria seja algo com *sustentabilidade* ao longo do tempo. Para as profissionais da equipe, pressionar as *usuárias* para que se separem não é muito rentável do ponto de vista de um *trabalho* a longo prazo. Isso porque:

“Não adianta! Ela se separa. Daí ele vem todo bonzinho dizendo que se arrependeu, que mudou, que agora vai ser diferente e ela volta. Mas quando ela tomou a decisão mesmo, pensou, ponderou, amadureceu pra valer [a decisão]... aí, minha amiga, ela separa e não volta mesmo!”

(Fala da assistente social em conversa informal, caderno de campo,
06/06/2012)

Muitas *usuárias* que frequentam a Casa há anos, *aderindo* ou não, continuam casadas institucionalmente ou morando junto com seus parceiros, mas relatam nos *grupos de atendimento psicológico*, por exemplo, que estão “se sentindo bem” – resposta à pergunta detonadora feita pela profissional: “como vocês estão se sentindo hoje?”, conforme vimos no artefato narrativo que abre esta seção. Há decididamente uma ação pedagógica das profissionais da equipe que tenta fazer com que as *usuárias* aprendam que “ninguém muda ninguém; a gente só tem poder pra mudar a gente mesma” – esse sim um mantra repetidamente entoado nos encontros grupais de *atendimento psicológico* pela psicóloga e citado com muita ênfase pelas *usuárias*¹³⁹. Nessas ocasiões, a *usuária* busca o olhar da profissional no sentido de oferecer uma referência àquela citação realizada e a técnica, por sua vez, sorri largo, como um agradecimento à citação por um lado, mas também satisfeita com a verificação do que seria um índice do resultado do *trabalho* que tinha exatamente aquele objetivo, exatamente como vimos na seção sobre a *evolução*.

Tal noção de que o *grupo de atendimento psicológico* é um lugar onde as *usuárias aprendem* é continuamente ressaltado pelas narrativas das profissionais da equipe. *Aprenderiam* quer seja pela ação deliberada e transformadora das profissionais no desempenho de seu *trabalho duro*, da qual já falamos anteriormente, quer seja a partir daquilo que categorizam como “a experiência” das outras *usuárias* que já estariam em *etapas* distintas desse deslocamento condensado na categoria *evolução*. Essa última se daria por um efeito de espelho no qual as *usuárias* veriam semelhanças entre seus testemunhos e aqueles de outras participantes que relatam sua própria *história*. Poderiam, assim, ver-se a si mesmas refletidas em um outro momento de *evolução*, aumentando as chances de que

¹³⁹ Aqui vemos em operação um mecanismo muito presente durante a realização desta etnografia. Como detidamente explicado na Introdução, a maior parte do *corpus* narrativo desse trabalho é composto por narrativas que são ou das profissionais da equipe ou das *usuárias* daquele *serviço*. Importante ressaltar que em muitas ocasiões há citações e referências de umas dessas narrativas às outras. A economia simbólica das trocas de sorrisos ou das trocas de olhares durante os *grupos de atendimento psicológico* permitem vislumbrar essa questão da referência. É muito comum o recurso do “aí ela falou”, da parte das integrantes da equipe da Casa, querendo citar a fala de alguma das *usuárias*. As *mulheres* que buscam *atendimento* na Casa também citam as profissionais: “como a Silmara [psicóloga da Casa] sempre diz...”. É marcante o quanto esse léxico fornecido pela equipe vai sendo pouco a pouco empregado pelas narrativas das *usuárias*, principalmente quando perguntamos coisas próximas às que perguntam as profissionais da equipe, como por exemplo, “como você está se sentindo agora?”. O uso desses recursos narrativos e a construção do entrelaçamento narrativo produzidos por meio deles serão mais bem explorados no capítulo seguinte.

esse descolamento ocorra, que o *tempo* decorrente para a movimentação entre um e outro ponto seja abreviado ou que o trajeto a ser percorrido seja suavizado por isso¹⁴⁰.

Essas situações, lado a lado com identificação dos sinais externos de *evolução* das *usuárias*, são muito comemorados pela psicóloga. Sendo assim, a ação das profissionais da equipe não é evangelizadora no sentido de pregar que as *usuárias* “larguem dos maridos”. Portanto, o sucesso do *trabalho duro* realizado pelas profissionais não é medido pelo número de ações judiciais de separação, pedidos de guarda ou de pensão alimentícia. Esse tipo de pressão não é uma ferramenta de *trabalho* utilizada indiscriminadamente pelas profissionais. A *felicidade* se traduziria em encontrar gosto em ser o centro da própria vida, em escolher aquilo que faria bem para elas naquele momento, em se transformarem, de massas celestes gravitando ao redor de uma estrela, no próprio sol de suas vidas.

“Antes era primeiro ele [o marido], depois as crianças e só depois eu. Agora é eu primeiro, em segundo lugar eu, em terceiro eu, e daí vêm as crianças. E, se eu arrumar outro homem, vai vir depois de tudo!”, fala da usuária *Fabiana* em um *grupo de atendimento psicológico*, para a qual a psicóloga pediu uma salva de palmas.

(Caderno de campo, 18/04/2012)

¹⁴⁰ Carolina Branco (2012) chama a atenção para a possibilidade de leitura dos *grupos de apoio*, sejam eles mediados ou não por profissionais e enquadrados como prática terapêutica dentro de uma profissionalidade psi, como relações de troca-dádiva sem no entanto que possam ser ignoradas as implicações de que ocorrem em mercados marcados pelo consumo: “Nessa lógica argumentativa, não resta dúvidas de que estes grupos atuam no sistema de troca-dádiva, tanto na sua filosofia como no seu modo de funcionamento. A partir dos dados etnográficos que coletei, faz sentido dizer que a socialidade criada nos grupos também opera neste registro, pois são veiculadas ideias e práticas de que é no gesto de ajuda aos outros que se torna possível encontrar a solução para os próprios problemas. Neste contexto, mesmo quando os sujeitos dizem controlar seus sofrimentos decorrentes do vício de sexo, amor e relacionamentos, é necessário continuar voltando às reuniões para que sua partilha faça parte de um sistema no qual ela circula como um “ente” relevante para o funcionamento da condição de grupo e para a produção da própria recuperação, dos recém-chegados ou ainda dos iniciantes” (BRANCO, 2012: 210-1). As *usuárias* do *serviço* se referem a algo acontece nos *grupos* desse tipo que frequentam na Casa Cidinha que apontariam nessa mesma direção. Elas falam sobre uma sensação de ganho por participarem do *grupo de apoio psicológico* que se refere ao vínculo com o relato das outras participantes. Segundo as *usuárias* seria muito prazeroso quando elas sentem que puderam contribuir de alguma forma com o processo de *superação* das outras, trazendo sua história para o centro do círculo.

Trata-se de um tipo de disposição interna que estariam tentando cultivar. Por isso, se a *felicidade* consistir em que a *usuária* continue casada com o *companheiro*, mas aprendendo a fazer isso única e exclusivamente se for interessante para si, como estrela de seu próprio sistema solar, essa união não recebe assim tanta oposição. Por isso, as falas de Fabiana sobre seu novo organograma afetivo e as de Madalena sobre escutar, mesmo sem ouvir, são tão comemoradas pelas profissionais. Essa *felicidade* deve ser *ensinada* pelas integrantes da equipe e aprendida pelas *usuárias* em *atendimento no serviço, aprendizagem* que a oposição intencionalmente provocada pelo manejo da psicóloga das narrativas de Madalena e Adriane trataria de propiciar. A perseguição dessa *felicidade* é o arranjo local daquilo que já foi longamente discutido no capítulo 2: a configuração do *trabalho duro* feito pelas profissionais a partir de um campo disciplinar específico, a psicologia, em uma de suas variações determinadas, a autoajuda (ROSE, 1988, 1996).

Gostaria de me deter um pouco mais na questão da propagação da noção de que está fora do alcance das *usuárias* lograr alguma modificação nos seus *companheiros* – presenciei muitas vezes a mesma formulação também sendo aplicada a outras pessoas, principalmente parentes próximos com coabitação com a *usuária* em questão, como pai, mãe, filho, filha, padrasto¹⁴¹. Complementos para as falas anteriormente destacadas da psicóloga (ou a referência a falas dessa técnica feitas pelas *usuárias*) bastante presentes são:

“A gente não muda ninguém. As pessoas só mudam quando elas mesmas querem mudar”;

“Não adianta você [*usuária*] querer, ele [*companheiro*] não vai mudar”;

“Você não tem controle sobre ele. Você só tem controle sobre você”;

¹⁴¹ Trata-se de agentes não tão restritos de ações não tão específicas. Explico: as pessoas em questão nesse momento são todas aquelas com as quais as *usuárias* têm conflitos importantes, capazes de causar uma perturbação desse estado de *felicidade*. Tratam-se daquelas relações marcadas por uma certa domesticidade que as colocam em ambiente familiar ou análogo ao mesmo. Poderíamos pensar que essas relações atuam, nesse sentido, como agentes de *sofrimento* ou de vetores de *sofrimento*.

“É você quem tem que aprender a estar bem com você primeiro. Se amar. Se não você não vai conseguir amar ninguém”.

(Falas da psicóloga, múltiplas entradas no caderno campo)

Essas falas são acompanhadas de “assertividade” na entonação de voz e na linguagem corporal (ver categoria *firmeza*), a profissional olhando bem firme e dentro dos olhos do grupo de interlocutoras ou diretamente dentro dos olhos de uma interlocutora específica. Isso é parte da *firmeza* que as integrantes da equipe acreditam que seja necessário desempenhar junto às *usuárias* para que elas rompam o vínculo com a ideia de que serão capazes de operar alguma transformação em seus parceiros. Na perspectiva das profissionais da equipe, esse desejo de transformação constituiria *vínculos* que manteriam as *usuárias* atadas às situações de *violência*, ou até mesmo como refém dessas situações, o que as impede de descobrirem e implementarem aquilo que seria o melhor para elas.

A psicóloga utilizou em um dos *grupos de atendimento psicológico* uma maneira de condensar as ideias que tentamos esmiuçar nesta seção do capítulo quando conversavam sobre possibilidade ou impossibilidade de “perdoar” aqueles que “nos fizeram mal”:

“Não temos o poder de atingir os outros. O veneno [da vingança] faz mal só pra gente.” “A gente precisa aprender a desapegar dessas coisas... Tem que saber deixar para trás.” Essa fala da psicóloga havia vindo na sequência de uma *usuária* que dizia, durante o grupo daquele dia: “Nós mesmas só podemos mudar a nós mesmas (...). Transferimos coisas para o nosso organismo e acabamos nos prejudicando”.

Muitas falas das participantes do grupo iam no sentido de reafirmarem a tese pretendida no encontro de que estavam doentes, não estavam bem e que não sabiam porque: “vai ver que é porque eu não perdoo fácil”.

(Caderno de campo, 10/05/2012)

Essa *contaminação corporal* causada pelo *sofrimento* e pela *violência* será melhor explorada a seguir. O “perdão” parece figurar aqui não no sentido religioso ou moral que pode residir no “valor de perdoar” em si mesmo, mas como um operativo dessa ruptura de uma determinada classe de *vínculo* que existe enquanto as *usuárias* esperarem pela transformação da pessoa relacionada a uma situação que as faz/fez sofrer.

5

Contaminação e domesticação: do que nos falam as narrativas das usuárias

Contaminação (a violência contamina)

Nas narrativas elaboradas pelas *mulheres* que buscam a Casa Cidinha, a *violência*, como uma substância, tem poder de *contaminação*. Ao por em marcha uma narrativa, a virulência epidêmica da *violência* pode ser acionada. Parece funcionar uma ideia de que contar é entrar novamente em contato com a *violência* em seu *estado original* e quem narra corre o risco de se sentir *contaminada* por ela. Um paralelo dessa *contaminação* pode ser levantado também na própria equipe quando a psicóloga diz estar esgotada porque não há um *trabalho* de cuidado direcionado a elas, funcionárias da Casa. Seria “muito pesado” “entrar em contato com as histórias dessas *mulheres*”. Escutei repetidas vezes com bastante ênfase dramática na palavra “pesado” – “amo o meu trabalho, mas é muito pesado”, “tá vendo? No fim do dia ela [outra profissional] fica assim, exausta!”. Essa é, de fato, uma das maiores reclamações por parte das integrantes da equipe para a realização de seu *trabalho*. E é justamente por isso que ele é descrito como *trabalho duro* (ver capítulo 2). Faltariam formas de confiscar desse peso a sua densidade, como a aplicação do princípio de que alguém tem que “cuidar das cuidadoras”. Supervisões e terapia, por exemplo, são apontadas

pelas integrantes da equipe como algo que, na sua opinião, traria mais “qualidade” ao *trabalho* que realizam¹⁴².

Toda as modalidades de *violência* relatadas pelas *mulheres* em suas narrativas teriam essa prerrogativa de *contaminar*, por isso é sempre “difícil” contar suas *histórias*, porém parece que é sempre “mais difícil” falar da “violência sexual”. Elas demoram pra contar “isso” para as profissionais da equipe ou para mencionar esses acontecimentos nos *grupos de atendimento psicológico* e sempre usam recursos narrativos indiretos como:

“Aí ele só queria fazer aquelas coisas”;

“As coisas dele lá”;

“Ele só queria saber de...”.

(Caderno de campo, múltiplas entradas)

De qualquer forma, há muitas frases não concluídas, elipses, muitos silêncios. A sensação é de que as *usuárias* estão constrangidas, mas também de que não é só constrangimento. Não é só vergonha de falar de sexo. Ainda que seja isso também. Vergonha e sexo. Mas me parece que, nesse caso, está em operação esse poder *contaminador* da *violência*.

Essa capacidade que a *violência* teria de *contaminar* as *usuárias* e as profissionais da equipe nos momentos em que é narrada e renarrada nos faz evocar a obra de Mary Douglas e as reflexões sobre pureza, perigo, poder e risco realizadas pela autora (DOUGLAS, 1991). Ainda que elaboradas num contexto muito mais estruturalista do que o

¹⁴² Gregori (1992) e Pontes (1984) encontraram algo parecido nos relatos das *plantonistas* do SOS-Mulher em suas etnografias. As ativistas *feministas* que davam *plantões* (realizar a escuta das *mulheres* lhes contavam situações de *violência*) na entidade diziam que terminavam o dia “quebradas emocionalmente” (PONTES, 1986: 180). Mais sobre a relação entre a pesquisa dessas autoras e aquela aqui desenvolvida, ver capítulo 3.

adotado por esta pesquisa, as conclusões de Douglas parecem ser interessantes para pensar a questão da *contaminação* da qual estamos tratando aqui:

“A reflexão sobre a impureza implica uma relação sobre a relação de ordem e desordem, o ser e o não-ser, a forma e a ausência dela, a vida e a morte. Onde quer que as ideias de impureza estejam fortemente estruturadas, a sua análise revela que põem em jogo esses profundos temas” (DOUGLAS, 1991: 18).

Recorrer a Douglas também não significa advogar que a *violência* seria aquilo que estaria fora dos limites do social e que, uma vez introduzida em seus domínios, seria profundamente perturbadora da ordem, uma vez que esta pesquisa está fundamentada sobre a noção de que há uma dimensão constitutiva da *violência* em sua relação com gênero e corporalidade, como desenhado mais detidamente na introdução.

O que quero pontuar aqui é que parece haver um poder poluidor característico relativo a *falar a violência*. No ato de narrá-la existiria um risco de se terminar poluída¹⁴³. Sendo assim, alguns *procedimentos* de controle desse risco se apresentam como sendo necessários, assim como a observação de algumas condutas e o desenho de alguns limites no interior dos quais as narrativas poderão ser proferidas ou escutadas. Essas regras de enunciação, por um lado, ou de escuta, por outro, podem ser comparadas ao que Douglas escreve sobre a liturgia ritual cuja operação depende de um script bastante definido e que necessita ser minuciosamente seguido e performativizado. Tal liturgia se destinaria a, no mínimo, estabelecer formas de controle para os riscos, uma vez que sua anunciação como

¹⁴³ Se, ao longo das páginas que se seguem, a proposta é pensar quais são as condições que precisam existir para que a *contaminação* entendida como característica da *violência* não ocorra no ato ou no momento de narrar, ou que ocorra dentro de certas garantias de controle, a reflexão de Mary Douglas (1991) permitiria pensar na própria *violência* como algo que se aloca nos interstícios do tecido social. O seu lugar seria o lugar da dobra entre norma e a ausência dela, a um só tempo constitutiva e disruptiva, algo que perturba o tranqüilo caminhar da ordem e aquilo que a institui. Seguindo esse raciocínio, a *violência* pertenceria à dimensão da liminaridade, daquilo que institui um “dentro” e um “fora”, mas que é, simultaneamente, “dentro” e “fora”, porque é a dobra.

possibilidade, ou como ameaça, jaz nos interstícios da observação ritual a todo o momento. Através dessa equação, tem lugar uma subtração simbólica do agente poluidor de sua característica *contaminadora*, uma vez que agora passa a ser absorvido dentro de uma forma dotada de legibilidade. Vamos nos debruçar, pois, sobre o que seriam esses limites no interior dos quais é possível se desenrolar uma narrativa sobre *violência* no que se refere àquilo que contam essas *usuárias*.

Raramente, ou muito raramente, elas falam que foram “estupradas” ou “abusadas” ou que sofreram “violência sexual”. Mas se há uma modificação da categoria enunciada e, no lugar de busca por “estupro”, “abuso”, “violação” ou “violência sexual”, a pergunta é sobre “sexo contra a vontade”, se elas fizeram sexo quando não queriam, aí sim se revela muita coisa¹⁴⁴. Por vezes elas parecem expressar muito *sofrimento* por conta de que o parceiro olhe pra elas com um olhar carregado de significado que consideram já como algo com extrema materialidade, mesma materialidade da qual uma ação é dotada: “aí ele olhou pra mim daquele jeito”, parece que o olhar também é uma arma. A dificuldade de falar desse assunto é tão grande que muitas vezes são precisos muitos encontros com as integrantes da equipe antes que o mesmo figure por meio de palavras em uma superfície narrativa, e não é possível ter uma garantia que venha um dia a figurar. A narrativa feita por Paula (em entrevista) é construída sobre uma série dessas elipses e silêncios. Algo muito marcante para mim dessa entrevista foi o quanto ela tentava se comunicar comigo com o olhar, como se buscasse uma checagem de terreno, para saber se eu era capaz de entendê-la, ou de não condená-la. Para só depois se decidir por me contar com palavras essa parcela do que lhe havia passado.

¹⁴⁴ A ideia que parece balizar a forma de perceber e comunicar essas situações gira em torno da presença ou ausência de consentimento relacionado ao ato sexual e seu entrecruzamento com o tipo de relação mantida entre as pessoas envolvidas. Tais atos que seriam facilmente reconhecíveis como *estupro* quando ocorrem entre uma *mulher* e um desconhecido são diluídos quando a relação se dá dentro dos marcos do casamento. Ao analisar as narrativas que compõem os documentos oficiais da Delegacia de Polícia de Campinas, Larissa Nadai parece chegar à mesma conclusão. Naquele espaço essas situações são lidas como conflitos concernentes ao que seria visto como uma “desestruturação” familiar, situando essas famílias como famílias que devem ser vigiadas e sofrer intervenções diversas, inclusive a policial (2012:144).

Paula me dizia em muitas oportunidades durante a entrevista que havia “sofrido de tudo”, que o cara havia “feito de tudo”: “todo tipo de violência que você puder imaginar eu sofri”, “ele mexia comigo”, usando muitos jeitos indiretos para “dar a entender” o ocorrido em determinadas situações.

(Caderno de campo, 20/07/2012)

Essa combinação de “meias-palavras”, gestos e olhares carregados de intenção comunicativa “chegou” até mim, foi lida, e a mensagem de que tipo de coisa horrível poderia ter acontecido foi entendida – importante ressaltar que eu nunca faço diretamente perguntas sobre se tal ou qual modalidade de *violência* ocorreu com as entrevistadas. A pergunta feita a partir do roteiro de entrevistas é “que tipo de situações que aconteceram com você te levaram a procurar esse espaço”. De minha parte, usei a mesma modalidade de comunicação para que Paula entendesse que eu havia compreendido de que “bicho” ela estava falando. Mais precisamente, o que Paula buscava naquele momento era *reconhecimento*.

O *reconhecimento* pretendido não era apenas de que *aquilo* que ocorrera era a pior coisa que poderia ter acontecido com ela, mas também de que para mim (mas não só para mim) ela seguia digna, íntegra, depois *daquilo*. Não era apenas admitir a presença da *violência*, mas intransigir na sua degradação como *mulher*. E, se não era capaz de neutralizar de todo a ameaça de risco iminente de poluição, permitia que a narrativa pudesse ser realizada sem que a *contaminação* terminasse por se materializar, habitando esse lugar de uma exterioridade que serve para sua delimitação e configurando, assim, seu exterior constitutivo¹⁴⁵. Minhas respostas, ainda dentro da modalidade do olhar carregado de intenção comunicativa e do regime de troca então instaurado com os olhares dela, foram no sentido de trazer *reconhecimento*. Paula não precisava, já que a narrativa se constitui também por muitos caminhos alheios às palavras, mas optou por traduzir para esse formato a comunicação anterior que havia acontecido entre nós. Disse que estava prestes a me

¹⁴⁵ O termo “exterior constitutivo” foi tomado aqui de empréstimo de Judith Butler (2002).

contar algo que não contara para nenhuma das profissionais da Casa até então, nem mesmo para psicóloga, em quem dizia confiar profundamente. Tal economia simbólica de troca de olhares carregados de intenção comunicativa foi o que permitiu, nessa entrevista, que Paula julgasse que se contava com o *reconhecimento* necessário capaz de atuar como mecanismo de controle do risco da poluição que a *violência* poderia provocar.

Nessa mesma narrativa, Paula acenou para o poder *contaminador* da *violência* de outras maneiras. Quando começamos a entrevista, por exemplo, ela me disse que quase havia desistido. Que não tinha certeza se queria deixar aquelas *histórias* tão vivas dentro dela de novo porque sabia que dentro de poucos dias iria ver o autor daqueles atos. Paula prossegue na sua narrativa dizendo que “o pai dos filhos dela”, forma que se utiliza para nominar o *ex-companheiro*, entra na casa dela e permanece longos períodos por lá alegando que vai para visitar os filhos, mas deita no sofá, derrama uma quantidade sem fim de ordens sobre ela, ordens que espera serem prontamente atendidas, e repete toda uma ladainha de comportamentos e palavras capazes de fazer dano. No final da entrevista perguntei se ela estava se sentindo *melhor* ou *pior* do que se sentia no começo da entrevista. Esse artifício (artefato) do *melhor* ou *pior* é uma maneira para chegar a esses construtos de *contaminação* ou do *desabafo*. Paula disse que estava se sentindo *melhor* e usou a categoria de *desabafar* para descrever o alívio provado naquele momento, uma categoria que faz um contraponto à *contaminação* da *violência* pelas *usuárias*.

Não foi somente com Paula que me enfrentei com a dúvida das *usuárias* em querer conversar comigo sobre suas *histórias*. Muitas ficavam reticentes no momento de aceitar dar entrevistas e aconteceu algumas vezes de responderem afirmativamente ao convite no contato face a face comigo num primeiro momento e depois voltarem atrás e dizerem não¹⁴⁶. Aconteceu também do “não” se manifestar já na sala onde faríamos a entrevista,

¹⁴⁶ Fazia parte do procedimento por mim adotado para agendar uma entrevista, no momento mesmo do convite, uma explanação sobre a possibilidade de uma negativa como resposta. Eu dizia que queria conhecer mais de perto a história de cada uma das entrevistadas, ouvir as coisas que tinham acontecido e que as trouxeram até ali. Mas sempre ressaltava convictamente que entenderia uma negativa e que não queria constrangê-las a participar. Recebi alguns “nãos” como resposta. Por um lado, isso foi tomado como um dado sobre o campo que me permitiu pensar sobre algumas questões, inclusive sobre o poder *contaminador* da *violência*. Por outro, não fazia parte dos meus desejos nessa pesquisa desrespeitar mais um limite colocado

uma entrevista longa, que chegava a durar mais de três horas. Além da profecia constituída por isso que estamos chamando de poder *contaminador* da *violência*, outro fantasma incidia nessa dúvida em falar. Tratava-se de um medo intenso de ser reconhecida e identificada pelos perpetradores da *violência* de situações que ainda viviam. Nesse caso, era necessário compactuar outros combinados, esses girando ao redor de uma ideia de segurança, no que se refere à divulgação das suas narrativas, que fosse mais além de simplesmente trocar seus nomes pessoais. Isso já não era o bastante. Algumas dessas narrativas não puderam ser utilizadas da mesma maneira que as outras, como narrativas fornecidas pelas *usuárias* entrevistadas e às quais faço referência direta ao longo do texto. As narrativas marcadas pelo medo de identificação de suas autoras aparecem nesta tese como material para produção dos artefatos narrativos elaborados por mim e dos quais lanço mão de quando em quando. Sendo assim, estamos falando de um duplo movimento de *reconhecimento* no qual essa noção aparece com significados distintos. Há um *reconhecimento* que é desejado pelas *usuárias* e outro que é perigoso para elas. Eles não só seriam diferentes como viriam de pessoas diferentes.

Veena Das (1999, 2000, 2007, 2008) dedica grande parte de seu trabalho à questão da relação entre *violência* e *reconhecimento* e entre este último e o que seria uma noção de luto e de restauração. A autora nos mostra como situações de *violência* são capazes de obliterar o que seria um sentido próprio concernente ao mundo por quem as atravessa. Nessas situações, o que foi violado, danificado, maculado ou destruído não se resume apenas a um *corpo* – ou a pessoas enquanto entidades corporificadas: muitas vezes, trata-se da morte das relações e da possibilidade de ter uma vida passível de ser vivida. Contudo, a autora sublinha que não se trata da recuperação de uma situação anterior à *violência*, ou seja, da recuperação de um estado original... Antes: é estar no mundo de uma maneira enlutada, sentir a presença ausente daquilo que foi perdido ou danificado, através da domesticação da própria *violência*, de sua ritualização e renarração: “a recuperação não reside em empreender uma vingança contra o mundo mas sim em reabitar esse mundo num

pelas interlocutoras. Muitos deles já haviam sido cruzados e eu não gostaria de representar uma nova cara dessa mesma violação.

gesto de luto por ele” (DAS, 2007: 77, tradução minha). Das nos fala de um estado de luto e de um *trabalho* realizado por ele no sentido de fornecer a linguagem que possibilita estar outra vez no mundo e não apenas se embaralhar com os fragmentos resultantes de sua obliteração.

A narrativa de Paula era composta de uma série de elementos que se interconectavam de maneira semelhante, de forma a apontar para a morte de uma determinada relação. O antigo parceiro, autor desses atos tão duros de se traduzirem por palavras, passava a ser outra coisa.

“Pra mim ele não é nada. É apenas o pai dos meus filhos. Agora, quando as pessoas me perguntam o que ele é meu, eu respondo que agora pra mim ele é um estranho. Pra mim agora ele é um estranho. Ele é o pai dos meus filhos. Meu, ele não é nada. Não chamo de marido, não chamo de “ex-marido”. Quando é assim nem de ex-marido dá pra chamar. Não é nada meu. É simplesmente o pai dos meus filhos. Isso eu ouvi de um médico, que homem que faz coisa assim não é marido nem ex-marido. É um desconhecido.”

(Fala de Paula, entrevista realizada em 20/07/2012)

A *violência* danifica Paula e causa uma espécie de morte que não é passível de ser reconhecida por um atestado de óbito, mas que ainda clama por *reconhecimento*. Essa letalidade incide também na relação de parceria que tinha com o “marido”, a qual, mesmo que desfeita, idealmente daria lugar a uma nova forma de relação, a de ex-parceria entre “marido” e “mulher” que têm “filhos” juntos, traduzida pelo par “ex-marido”, “ex-mulher”. A *violência*, de forma disruptiva, aniquila essa possibilidade. Inviabiliza também um regime de divisão de parentalidade e maternalidade que a expressão “nossos filhos” evocaria. Há “filhos dela” apenas. Na situação na qual se encontra agora, os filhos parecem funcionar como vértice de um triângulo que não se realiza por completo, dada a ausência de uma das relações necessárias para desenhar uma de suas linhas, aquela que conectaria Paula

e a pessoa que, entre outras coisas, já foi o antigo pai dos filhos dela. Paula está falando a respeito da aniquilação de uma relação. Foi preciso um tempo de *luto* específico dirigido a seu próprio *sofrimento*, mas também um outro *luto* dirigido à morte da antiga relação. “Tudo isso levou um tempo”, diria Paula, porque por muitos meses ela não sabia de que nome chamar esse “desconhecido”. “Estranho” demorou a surgir, contou ela. E parece que, quando surgiu, na condição de nova posição de sujeito, através de uma manobra de linguagem, portanto, possibilitou, nos termos de Das, que ela reabitasse um mundo destruído não em sua condição anterior à *violência*, mas um outro novamente carregado de sentido. Paula teria reabitado também uma linguagem que lhe possibilitaria esse movimento. Interessante notar que tal linguagem se constitui no bojo do *reconhecimento* avalizado pelo médico de que “isso” não seria coisa de “ex-marido” e sim de um “estranho total”¹⁴⁷.

A obliteração aqui em questão, prossegue Das, configura-se numa perda da gramática do mundo, já que resulta na produção de uma descontextualização que impossibilita dar sentido a ele: o contexto é condição *sine qua non* para haver linguagem e significação no pensamento de Veena Das, de acordo com as elaborações de Wittgenstein. Signo daquilo que foi devastado, o fragmento é testemunha da própria devastação. Como reabitar esses fragmentos é a grande pergunta formulada por Veena Das. A perda da capacidade de estar no mundo só é passível de reparação através da reocupação desse mesmo mundo, desses espaços devastados, através de algumas formas que passam pelo *luto*, mas também pela *domesticação* da *violência*, discussão realizada na próxima seção do capítulo, e pela constituição de *testemunhas*.

Para Das, a busca por *reconhecimento*, e as narrativas que a estabelecem e que são por ela estabelecidas, são uma espécie de interlúdio com a própria cultura de alguém, por meio do qual “alguém solicita reconhecimento da própria cultura e em retorno termina por reconhecer a própria cultura” (DAS, 2007: 86, tradução minha). Esse *reconhecimento*, que é, portanto, simbólico e interdependente de uma noção de socialidade, indaga por um

¹⁴⁷ Na próxima seção do texto serão exploradas as relações entre *violência* e domesticidade.

testemunho de que essas vidas são também uma forma de vida (aqui entendido no seu sentido wittgensteiniano). Tratar-se-ia da busca de um *reconhecimento* para a vida enquanto tal, mas também para aquela vida em particular: “como alguém protege a instituição de uma vida como *vida vivida no singular*” (idem, ibidem: 92, grifos da autora e tradução minha). O que a economia de trocas de olhares carregados de intenção comunicativa com Paula parecia indicar era justamente essa busca de *reconhecimento* não só para aquilo que a fez morrer, mas também para a sua vida como forma de vida¹⁴⁸.

Gostaria aqui de retomar um ponto que apenas mencionei anteriormente e fazer uma reflexão sobre por que algumas das *usuárias* falam comigo sobre certos aspectos se têm tanta dificuldade de falar sobre os mesmos com as integrantes da equipe. Uma primeira hipótese sobre o porquê dessas *mulheres* falarem comigo sobre situações de “violência sexual” e não com as integrantes da equipe da Casa se refere ao uso mais ajustado de categorias. Ao perguntar por “violência sexual” no *primeiro atendimento* ou nos futuros encontros com as *usuárias*, as funcionárias do *serviço* deixam em descoberto tudo aquilo que para elas pode ser “sexo contra a vontade”, mas que elas não enxergam sob a categoria de “estupro” ou “violência sexual”. Porém a estrutura desses encontros não é engessada tão somente em perguntas feitas pelas integrantes da equipe e respostas das *usuárias*, mas na maioria das vezes, principalmente nas conversas que envolvem a psicóloga, se desenvolvem com o mote inicial da pergunta feita por ela, “e aí, como você está?” ou “e aí, como está o relacionamento de vocês?” ou “e no início, como ele era com você?” ao que a *usuária* responde em um leque de direções distintas. Haveria, assim, espaço para as *usuárias* contarem algo que não estivesse previsto diretamente numa pergunta. A equipe não busca “arrancar” informações que ela não queira dar, ou desenterrar relatos, na busca

¹⁴⁸ Creio que essa preocupação com o *reconhecimento* possa ser pensada também para a relação entre o trabalho da antropóloga (e suas narrativas) e a interlocução com os sujeitos com os quais dialoga (e suas narrativas). Isso porque, segundo Veena Das, as narrativas buscam por esse *reconhecimento* ao demandarem um espaço para o mesmo na própria linguagem, mas também ao procuram por um lar para si na própria materialidade dos *corpos* – “a dor do outro não demanda apenas um lar na linguagem, como também busca um lar no corpo” (DAS 2007: 57, tradução minha). Um exercício seria pensar como esse abrigo poderia existir também no meu *corpo* como pesquisadora. E isso porque, continua a autora, “negar a reivindicação de sofrimento dela não é um fracasso intelectual, é um fracasso do espírito – o futuro entre nós estaria em jogo.” (idem, ibidem: 57).

de entender o que “realmente aconteceu” ou “tudo o que aconteceu”. Não há nessa equipe uma espécie de fetiche para “descobrir” o rol exato de situações de *violência* que poderiam ter ocorrido às *usuárias*. A pergunta direta sobre existência de “violência sexual” não é repostada e por isso a restrição a determinada classe de episódios por meio da identificação com uma categoria e não com outra não poderia explicar a diferenciação entre escolher me contar e não contar à equipe.

Há nesses encontros espaço para que as *usuárias* possam falar daquilo que elas bem entenderem. Claro que há um direcionamento para coisas que envolvam as situações de *violência* que as levaram a buscar o *serviço*, mas não necessariamente suas narrativas se restringem a isso. Parece haver um compromisso no *trabalho* das profissionais da Casa de reduzir o *sofrimento*¹⁴⁹ das *usuárias*. Assim, muitas contam sobre outros conflitos que não são perseguidos como o foco principal da Casa Cidinha, mas que são efetivamente *trabalhados*, por exemplo conflitos com a mãe e com filhos, que aparecem depois nas narrativas feitas pelas integrantes da equipe sob a alcunha de “conflitos familiares”. Resta como possibilidade de chave de explicação de por que falam comigo coisas que não falam com as profissionais duas alternativas, a saber: 1) ou me veem como alguém muito externa e transitória naquele espaço e, sendo assim, alguém com quem terão pouco contato e por isso poderiam *aguentar* o peso do constrangimento e da vergonha de eu saber algo do tipo, que envolve a realização de sexo contra a vontade, de sexo, mas de ter sido violada nesse ato; ou 2) há algo na comunicação que se desenvolve nessas entrevistas, entre a pesquisadora e a interlocutora, que, mesmo sem ser verbal, fornece elementos de *reconhecimento* e de segurança de que nem a *violência* será negada, nem a condição de dignidade da autora da narrativa será retirada, ou sofre o risco de ser retirada, com a erupção do relato¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Discussões sobre “sofrimento”, “sofrimento social”, “perigo social” e “risco” têm sido feitas por um conjunto de autoras e autores capitaneados por Veena Das e Arthur Kleinman (2000, 2001).

¹⁵⁰ É como essas interlocutoras acreditassem que (tudo se passa como se) aquilo capaz de conferir dignidade a uma pessoa fosse muito circunstancial e situacional, (construído na narrativa, poderíamos dizer). Trata-se de uma dimensão internarrativa na medida em que é feita em relação e em situação, já que, como não poderia deixar de ser, quando elaboram essas histórias, elaboram pensando que há alguém escutando. As profissionais da equipe contam muitos relatos diferentes sobre as formas de expor uma determinada questão adotadas pelas

Cabe ainda uma reflexão motivada pela presença desses vácuos, elipses, referências indiretas em relação a alguns tipos de “coisas” que podem acontecer nessas situações. Essas mesmas “coisas” parecem pertencer ao espaço do não dizível, daquilo que não é facilmente posto em palavra, e remontam à dificuldade de colocar o sexo, mas ainda mais a “violação sexual”, em discurso, aqui entendido em seu sentido mais imediato, daquilo que se comunica através da mediação das palavras. Colocar o sexo em discurso não é algo para o qual as *mulheres* são treinadas. Uma linguagem cifrada, carregada desses silêncios e elipses, é a areia movediça em forma de linguagem em que as *usuárias* têm que se mover para falar sobre sexo. Esse lugar do inominável relacionado a colocar o sexo em discurso parece ser ainda mais potencializado pela combinação entre sexo e *violência*¹⁵¹.

Contar é um risco. É um risco porque se pode incorrer no perigo da *contaminação* da *violência*, como vimos anteriormente. Alguns elementos narrativos operam como chaves de segurança para que o risco, sempre presente na condição de ameaça, não se materialize e que, com ele, muita instabilidade seja trazida de volta para as *usuárias*. Tais manobras neutralizadoras tornam possível a performance desse ato narrativo sem que a poluição ocorra, tais como os olhares carregados de significado que indicam *reconhecimento*. Do contrário, uma vez novamente inoculadas pela *contaminação*, *usuárias* (e profissionais) teriam que refazer muito do *trabalho* já realizado na direção de sua *evolução* e na busca de “uma saída para a situação de *violência* na qual se encontram”, como diriam as integrantes da equipe. Quando a ritualização de controle do narrar se realiza, contar parece não mais *contaminar* quem conta (e, poderíamos arriscar, nem mesmo quem *escuta*), não há materialização do risco, e o fluxo narrativo é conduzido sob a marca do *desabafo*. Seria

usuárias dependendo de quem são seus interlocutores: quando quem escuta são membros da família, vizinhas, profissionais técnicos de outros *serviços públicos*, etc.

¹⁵¹ Tais configurações narrativas parecem apontar para uma dimensão material das palavras. Assim sendo, traduzir essas coisas em palavras seria materializar algo que muitas vezes é volátil, porque tem vida dentro das memórias e das sensações de uma determinada interlocutora. Por isso, tais elementos poderiam ser movidos, deslocados, para regiões menos reais, para dimensões oníricas, tal qual a brutalidade da ditadura de Franco percebida de maneira fantástica pela personagem principal d'O Labirinto do Fauno (GUILLERMO DEL TORO, 2006, Espanha, México, EUA). O recurso à narrativas fantásticas são utilizados pelas *usuárias* ao contarem suas histórias, por isso a correlação com o filme de del Toro se faz ainda mais presente, como a categoria êmica a seguir indicará. Parece que a cada vez que se fala sobre isso, tal coisa fica mais real, ganha mais matéria, mais contorno, mais *corpo*, mais peso e mais densidade.

possível encontrar, a partir do *desabafo*, uma porta de saída para um sem-número de venenos que estariam nos *corpos* das *usuárias*, provocando mal estares dos mais diversos e que só encontram o caminho para fora através das palavras. Essa particularidade aponta, invertendo o sinal que narrar pode portar sob a égide do perigo da *contaminação*, para um certo poder *reparador* das narrativas. O risco do *contágio* evoca as elaborações de Veena Das a respeito do “conhecimento venenoso” e maneiras de lidar com ele¹⁵².

Para encerrar esta seção, gostaria de tocar, ainda que tangencialmente, as relações entre formas e per(forma)nces narrativas, principalmente naquilo que implica uma reflexão sobre narrar a *violência* e o *sofrimento*, e as narrativas que resultam nesse processo, que são construídas por eles e que os conformam retroativamente e a um só tempo. As narrativas das *usuárias* que frequentam a Casa Cidinha falam *sobre a violência* (se pensarmos na linguagem como representação), mas também falam *a violência*, se pensarmos na chave de Wittgeinstein na qual se insere a análise de Veena Das (é na linguagem e no ato de habitá-la que se constroem significados e o próprio mundo). No lugar de uma total ausência de linguagem, o que esta pesquisa encontrou foi um fluxo torrencial de narrativas que nem sempre se valem de palavras: ora se valem de olhares carregados de intenção, ora se valem de silêncios prenhes de significado¹⁵³, de elipses adivinhativas e cortes abruptos, engendrando expectativas e premonições, mas que consistem nesse gesto de reabitar a linguagem.

¹⁵² “Quando realizei meu trabalho de campo entre famílias urbanas punjabi, das quais algumas tinham sido transferidas após a Partição da Índia, todas tinham de lidar com os fatos da Partição de um modo ou de outro. Mas a violência que sofreram era calada. Como descrevi em vários trabalhos anteriores (DAS, 1991, 1995 e 1996), os grandes eventos políticos ecoavam no registro familiar por meio de um enfrentamento repetido com o que chamei de ‘conhecimento venenoso’. Era através do ato de testemunhar que esse conhecimento venenoso era transfigurado no reconhecimento do ser do outro, constituindo assim um conhecer pelo sofrimento”. (DAS, 1999: 32)

¹⁵³ O silêncio, entendido como uma das possibilidades de linguagem, e não como a ausência dela no que se refere a situações de *violência*, não é apenas algo presente apenas no trabalho de Veena Das (2007) como também naqueles de Michael Pollak (1990) e nos de Fiona Ross (2001, pesquisa já mencionada nesta tese na nota de número 15). Na pesquisa realizada por Adriana Baltazar com clientela e equipe técnica de centros de referência e atenção à *violência* homofobia no Rio de Janeiro, o silêncio aparece como um agenciamento consciente e como um discurso legítimo sobre a dor (BALTAZAR, 2012). O silêncio não seria ele também unívoco nesses espaços e teria diversas possibilidades de sentido, constituindo o silêncio também como uma modalidade de fala.

Animais, bestas e monstros – categorização de agressores pelas usuárias

Nas narrativas das *usuárias*, os *agressores* aparecem muitas vezes descritos por meio de várias palavras que aludem a um universo fantástico, fora do humano, ou mesmo para-humano, como *bestas* e *monstros*. “Ele parece um bicho”; “ele é um monstro” são alguns exemplos. O que se segue a essa afirmação é sempre uma expressão de surpresa com esse comportamento do parceiro, como se ele fosse uma *besta* revelando sua verdadeira face: “Eu não fazia ideia de que ele era assim”, “era tudo bem entre a gente, até que de repente...”. Muitas vezes essa *descoberta* figura nas narrativas como a constatação da real essência do *companheiro* que só é revelada para sua *mulher* e filhos dentro da própria casa: “se eu contar ninguém acreditaria porque ele é um amor na rua”, “ajuda todo mundo”, “todo mundo adora ele” (exemplos retirados da entrevista de Rafaela). Muitas vezes persiste nas narrativas o receio de que ninguém acredite nelas caso se decidam por contar o que “passam” com os “maridos” dentro de casa.

As *usuárias* se sentem enganadas, como se tivessem comprado seda e levado juta. E, ao ouvir tantas *histórias*, variações sobre um mesmo tema, eu fazia uma imagem que era muito recorrente na minha cabeça no momento preciso em que ouvia as narrativas:

Outra vez estou sentada frente a frente com uma das *mulheres* para realizar mais uma entrevista. E outra vez escuto repetidas frases que ela diz sobre o marido com quem era casada por sete anos antes de fugir e se refugiar num dos abrigos sigilosos para *mulheres vítimas de violência doméstica*: “ele se transforma quando entra dentro de casa... se transforma”. As palavras dela começam a levitar do meu campo de visão – não as toco mais – e pairam no ar, suspensas e etéreas, bem acima da minha cabeça. Em seu lugar é ela, a imagem, quem se apodera de mim. Essa imagem do sujeito amigável, até mesmo bonachão, que ao cruzar a soleira de casa, batendo a porta atrás de si e trancando lentamente o trinco, ainda de costas para o cômodo, tira a máscara e a pendura num suporte específico para isso, ao lado do porta-chaves, ou então a joga displicentemente

sobre uma mesa abarrotada daquelas inutilidades que tiramos dos bolsos e não sabemos muito bem onde alocar permanentemente. Durante todo esse momento, um momento do tipo daqueles que são breves e que duram uma eternidade, eu só podia ver a sua nuca, e a expectativa crescia dentro de mim. Via a cena através dos meus olhos, como se eu também estivesse presente nesse mesmo cômodo de contornos um tanto indefinidos... Os refletores iluminavam apenas aquela figura e tudo o mais arrefecia na penumbra. Ninguém notava a minha presença lá. Ao girar-se, corpo pronto para caminhar para o interior da casa, a nuca-agora-rostos tinha a pele verde cheia de protuberâncias, dentes longos e ocre, veias entumecidas e nervos tensos saltando por baixo da pele do pescoço, cabelos desganhados e brancos e olhos de íris também amarelada, não obstante vermelhos de fogo. Essa forma-ente dá dois ou três passos. De quando em quando seus movimentos são sacudidos por espasmos e tudo fica ainda mais tenso e esticado. Pisco os olhos. É a pressa. Quero afastar a imagem para longe de mim e continuar a escutar minha interlocutora que durante todo esse tempo repetiu pela terceira vez que ele se transforma... Mas ao abri-los, os meus olhos, estão lá ainda os dele, os olhos vermelhos de fogo. Tudo o mais se foi.

– Na frente dos outros ele é um anjo – continua o fluxo novamente palpável das palavras. – Ajuda todo mundo. É capaz de tirar as coisas da nossa boca pra dar pra vizinho, colega da firma... Sai de madrugada pra socorrer quando os amigos chamam ele, pode ser até as 3h da manhã, não tem problema, tudo...!

– E com você, como ele é com você na frente das pessoas? – pergunto.

– Ixe, totalmente diferente! Me chama de “meu amor”, “querida”, é carinhoso, me traz as coisas, me ajuda. É só passar da porta pra dentro de casa que tudo muda. Vira outra pessoa. Parece até um bicho. Longe de casa é um amor. Dentro de casa, já vem porrada e xingamento!

(Artefato narrativo #12)

Aparecem também menções frequentes, nessas narrativas, sobre as *usuárias* acreditarem no fato de pensarem a si próprias como capazes de operar uma transformação

sobre o parceiro, modificar o que seriam sua essência e seu comportamento, no sentido de trazê-los para uma humanidade que de alguma forma sabem que está lá, mas que está perdida ou se encontra inacessível em determinadas situações. Outro momento que marca esse processo é quando chegam à conclusão de que esse movimento de transmutação humanizadora não é possível e parecem acionar um sem-número de estratégias de *domesticação* de uma selvageria presente no *companheiro*. Trata-se de uma tentativa não mais de ter como parceiro alguém despido de sua bestialidade, mas sim de controlá-la, através de uma *domesticação* da *violência*, mas também de uma *domesticação* do *companheiro* em si, através de equivalente número de estratégias, como deixar baldes com água espalhados pela casa para atirar na cara de um parceiro excessivamente alcoolizado e cuja *violência* cresce exponencialmente nessas situações, aprender uma série de recursos narrativos de apaziguamento e de pretensa concordância e aquiescência a ordens quando discordam dos mandos dos “maridos”.

Por vezes, nas narrativas das *usuárias*, essa dimensão bestialisca dos parceiros, que necessita certas ações *domesticadoras* de sua parte, não é algo que se manifeste só da “porta para dentro” ou “dentro de casa” e vaza pra ambientes externos a seus umbrais:

Naquele dia de outubro de 2012, o encontro do *grupo de atendimento psicológico* não se realizava em sua sala habitual, nem com os EVAs deliberadamente escolhidos pela equipe porque destinados a promover maior conforto e aconchego coletivo. A sala era outra: no fundo e perto da janela, uma mesa com uma cadeira de cada lado, disposição consultório utilizada para fazer o *primeiro atendimento* de cada uma das *usuárias* que chegavam pela primeira vez na Casa. Em uma roda formada por cadeiras de plástico improvisadas no centro da sala, estavam as participantes daquela reunião, quatro *usuárias* que seriam chamadas a contar como se sentiam e como estavam, a psicóloga e eu.

Seguindo as regras do jogo, uma das participantes contava como fazia para conviver com um marido que há dez anos dormia acompanhado, não por amantes, mas por armas brancas: duas facas repousavam não totalmente inanimadas, debaixo do seu travesseiro. Uma cama densamente povoada dividida em quatro: marido e

mulher, faca número 1 e faca número 2, dupla também conhecidas como “as facas”. Elas nunca ganharam vida e performaram nenhum tipo de espetáculo, mas estavam lá prontas para serem reanimadas a qualquer momento por seu encantador de serpentes.

– Todas as noites? – É a pergunta que fez a psicóloga.

Aceno de cabeça, indicando uma resposta afirmativa, e mais as palavras “todas as noites”. É a resposta que obtive.

Eu me surpreendo pensando no numeral do que ouvira: “duas facas”, não “uma faca”. Duas. Já tinha ouvido muitas histórias de uma faca, nunca de duas. As outras participantes se mexem, se inquietam, alguns murmúrios de surpresa: duas facas...?

Naquele dia a tônica do grupo era um pouco essa: muitos anos de convivência com as mesmas práticas. Dez anos de facas, oito anos de desprezo e indiferença, três anos de ofensas à honra e humilhações com socos e pontapés eventuais.

Mas não é insuportável?

Para mim parecia insuportável.

Para a psicóloga parecia insuportável.

Às vezes acontecia isso nos grupos, eles ganhavam um tema a cada encontro, uma *história* puxando outras *histórias*. Narrativas particulares que teciam uma grande narrativa épica juntas.

– O que ele diz sobre as facas? – Mais uma vez é a psicóloga quem pergunta.

– Ele não fala nada – “Ele não falava nada das facas”. Ela sabia que estavam lá porque era ela quem arrumava a cama no dia seguinte.

– Ele fala é muito. Fala que eu sou uma vagabunda, uma puta que só sabia procurar macho. Me humilha. Fala direto na frente das crianças. Na rua uma vez falou no bar, na frente dos amigos. Me arruma macho o tempo todo... porque pra ele eu tenho caso com todo mundo, com o vizinho, com o primo da vizinha... E depois lá vinha ele, querendo – Corte. Frase entrecortada. Botão de mudo apertado para ser rapidamente desapertado na missão de seguir com o fluxo rápido de palavras. Esse não era um silêncio qualquer. Era

um silêncio qualificado, um silêncio falado: as ondas sonoras não estavam presentes, mas não faziam falta. Ausência conhecida, presença presumida. – E eu depois de tudo isso, eu é que não quero nada mesmo! Mas daí ele fala que se eu não quero é porque tenho macho mesmo. E aí a gente vai dormir – “A gente”: ela, o marido e “as facas”.

– E aí, conta pra gente como é que é isso todo dia... – Outra intervenção da psicóloga.

– Ah. Eu vou levando, né. Invento dor de cabeça, invento que tô menstruada, deixo ele dormir primeiro e depois vou lá. Não falo muito com ele, deixo ele ficar lá falando e falando e falando. Quando dá falo pra ele que não tenho caso com ninguém. Mas não fico contrariando (o médico falou que era pra não contrariar). – Uma piada, porque muito do nosso tempo na Casa era feito de piadas – Falo “sim”, “pode deixar”, “faço sim”. Mas ele implica com tudo.

Uma expressão de cansaço imenso emoldura o rosto de Mariângela. Era Mariângela falando todo esse tempo.

– Mas já não aguento mais...

(Artefato narrativo #13)

Ainda que a casa, entendida como a unidade de residência de uma família nuclear (noção essa que desenvolveremos a seguir), figure como o lugar por excelência de sua máxima expressão, o artefato narrativo acima parece indicar que algumas das narrativas das *usuárias* dão conta de cenas de tal natureza acontecendo também na rua: em calçadas ou bares da vizinhança, festas de bairro ou familiares, pontos de ônibus e casas de parentes. Junto com a *bestialidade* e a *violência* que transbordam essas soleiras e se espalham para as contiguidades espaciais anteriormente nomeadas, para aquilo que está imediatamente em volta da casa, portanto, há também um espargimento do que seria sua própria *domesticidade*. A casa inocula suas relações e práticas em outros territórios, não aqueles que seriam absolutamente marcados pelo anonimato da metrópole, mas outros mais

conhecidos, colonizando quer sejam calçadas, bares e pontos de ônibus vizinhos, quer sejam outras residências de familiares ou pessoas íntimas.

Assim, esta parece ser mais uma pesquisa na qual a dicotomia público / privado, encapsulada em unidades fechadas em si mesmas, parece não funcionar. Tal dicotomia seria representada pelo anonimato e a hostilidade da *rua*, reino da individualidade governado por uma inteligência racional e burocrática *versus* a proteção e a familiaridade da casa na qual outras regras se impõem regendo relações entre pessoas e não indivíduos. Foi com Roberto DaMatta (1981) que se começou a pensar esse par casa e rua como constituído de termos opostos e complementares no sentido acima referido, mas a dicotomia público / privado é ainda mais disseminada na ciência social. As narrativas das *usuárias* que procuram a Casa Cidinha falam de suas casas como lugares que não estão totalmente livres nem de ameaças, nem de atentados contra o que seria uma ideia de segurança. Essa mesma conclusão é partilhada por outras pesquisas que também investigam a designação *violência doméstica* (ver capítulo 3) ou aquelas desenvolvidas sobre *abuso infantil*¹⁵⁴. Além disso, são muitas as investigações que têm trazido um sem-número de nuances para essa relação entre público e privado / rua e casa, questionando a impossibilidade de que tais espaços possam ser pensados de maneira tão estanque.

No interior de toda essa produção que parece pensar as relações entre um “dentro de casa” e um “fora dela”, gostaria de centrar-me aqui nas reflexões feitas por Adriana Vianna (VIANNA, 2002, VIANNA; FARIAS, 2011 e VIANNA, 2012). Ao focalizar a ação do *Estado* no que se refere a uma gestão da *menoridade*, a autora afirma que isso se dá particularmente através de uma construção de um território que passa pela fixação de *menores* em casas que seriam “configurações interdependentes de pessoas e lugares”, nas quais estão implicadas algumas obrigações capazes de imobilizar “populações em espaços administrativamente controlados e identificados” (VIANNA, 2002: 37-8). Através dessa ação, o *Estado* impulsionaria mecanismos de *domesticação*, “tanto no sentido de

¹⁵⁴ Ver Vianna (2002), Gregori (2001).

domesticidade, quanto no de docilidade” (idem, ibidem: 46)¹⁵⁵. Ainda que a imobilização de populações através de sua fixação em unidades domésticas não seja o alvo de argumentação desta pesquisa, correlações entre uma ação *domesticatória*, no caso de parceiros carregados de *bestialidade*, e aquilo que acontece dentro das casas das *mulheres*, agora pensadas como um determinado arranjo entre lugares e pessoas, parece ser também uma importante chave para pensar as narrativas que apresento nesta tese.

É no interior de suas casas que as *usuárias* se defrontam com as dimensões de selvageria dos seus *companheiros* e que extrapolam as noções de familiaridade – no sentido decorrente de família, mas também no sentido decorrente de algo que é conhecido e controlado. Extrapolam também os sentidos de proteção, partes integrantes das obrigações mútuas imaginadas como atributos de um convívio *doméstico*. Esse aspecto que escapa do humano e que aproxima seus parceiros ora do sobre-humano corporificado por um monstro, ora da *natureza*¹⁵⁶ porque identificado com um animal, uma bestialidade que em muitos dos casos é revelada apenas ali, destoa absolutamente do *doméstico*, entendido por elas como o lugar por excelência das relações humanas. As *usuárias* dedicam um longo período de tempo e muita energia de *trabalho* em uma ação que seria de purificação¹⁵⁷ de suas casas desse elemento exógeno a sua essência, reconduzindo seus parceiros a uma humanidade correspondente a esse espaço. Uma vez que esse enquadramento dentro dos limites de uma humanidade não é logrado, a ação se assemelha à de *domesticação* de uma selvageria permanente, que precisa ser despistada, domada, controlada, contornada. Xamãs seculares

¹⁵⁵ Continua a autora no mesmo parágrafo: “As crianças ‘guardadas’ em diferentes unidades domésticas, resultado de situações variadas de intervenção administrativa do Juizado, são, desse modo, a resposta possível às crianças soltas, aquelas que tematizam, nos termos de Boswell, o medo por trás do abandono (VIANNA, 2002: 46).

¹⁵⁶ Não pretendo aqui propor uma oposição, sequer ontológica sequer epistemológica, entre *natureza* e *cultura*. Como uma gama vasta de autores e autoras nos permitem pensar, esta pesquisa parte da proposição de que tais termos são frutos de discursos e relações sociais, sendo impossível falar em uma dimensão *natural* com existência *a priori* e *per se* em relação a uma outra que seria *cultural* e que seria toda construído simbólico. Donna Haraway (1995), Viveiros de Castro (2002), Judith Butler (2000, 2002, 2008), Gayle Rubin (1998), Marilyn Strathern (1992, 2006), para citar alguns nomes.

¹⁵⁷ Tais ações de purificação são também, nessa seção do texto, pensadas em relação às disposições de Mary Douglas (1991).

com capacidade de transmutar ou neutralizar o duplo animal de seus maridos, ou domadoras de uma bestialidade instaurada e não possível de expurgar.

Ao falar sobre a “luta por justiça” levada a cabo por uma coletividade identificada pelo que chamaram de “o protagonismo simbólico das mães” no que se refere às pessoas assassinadas pela polícia militar no Rio de Janeiro, Adriana Vianna e Juliana Farias afirmam que seria através da entrada em cena da figura simbólica das “mães” que as casas romperiam as quatro paredes que as constituem como unidade doméstica, sendo transpostas nessa disputa (VIANNA, FARIAS, 2011: 94). Para as autoras, a “maternidade” seria o “centro exemplar e simbólico” dessa dimensão *doméstica* e ao evocar a “maternidade”, intrinsecamente, fronteiras e arestas de alvenaria seriam extrapoladas para instalar a casa também em praças públicas, tribunais de júri, reuniões com a administração estatal, páginas de jornais. Sendo assim, vemos também como convenções de gênero confluem para configurar o lugar do *doméstico* e seus domínios quer seja “dentro de casa” ou “fora dela”¹⁵⁸.

Vianna aborda a maneira pela qual a maternidade, como centro do doméstico, tem implicações no que se refere também a estender os contornos da casa para a vizinhança. As “mães” se opõem à operação de guerra pela qual a polícia militar entra nas favelas cariocas em suas operações de “ocupação” com frases como [aqui] “é onde eu criei meu filho” (VIANNA, 2012: 16). Logo, “O espaço violado”, nos termos de Vianna, não poderia ser mais visto como aquele característico da guerra, povoado, portanto, por inimigos:

¹⁵⁸ Uma citação de um trecho um pouco mais estendido da reflexão das autoras: “As ‘mães’ tornadas protagonistas políticas, capazes de englobar simbolicamente todos os outros ativistas do mesmo movimento, sejam familiares ou não de vítimas, homens ou mulheres, falam, assim, de uma insurgência política definida em estreitas conexões com as construções – sempre em processo – de gênero. Ao falarem em nome de uma ordem doméstica que foi desfeita brutalmente pelo assassinato dos filhos, elas (e eles, no caso de demais familiares) trazem o feminino não em seus corpos individuais, mas como marca de significação das relações que se romperam, bem como da violência ilegítima que as destruiu. Levam, assim, a ‘casa’ para a cena de protesto, através do que seria o seu ‘centro exemplar’ simbólico: a própria maternidade. Não à toa, mesmo em situações em que outros familiares são os membros mais ativos na militância, como irmãos ou tias, há uma expressão obrigatória dessa relação primordial, como se esses falassem por um mandato simbólico: lutam em nome da mãe que, por algum motivo, não pode estar presente (...) A díade mãe-filho oblitera, assim, as outras conexões familiares e não familiares presentes” (VIANNA, FARIAS, 2011: 93-4).

A ilegitimidade da própria imagem da guerra é assim evidenciada na forma como o espaço da favela é tornado extensão da casa, e não o inverso, ou seja, com a casa podendo ser desconhecida em seus limites por estar em uma zona de combate. Dialogando de modo estreito com essa disputa pela significação do espaço, temos as buscas por evidenciar e destacar que os filhos não eram “bandidos” ou “vagabundos”, mas que estudavam, trabalhavam, tentavam criar seus próprios filhos (VIANNA, 2012: 17).

A convenção, marcada por gênero, da “maternidade” não só como condição, mas também como símbolo, atuaria de forma a carregar de *domesticidade* a vizinhança, implodindo outra vez um pretense isolamento da noção de *doméstico* dentro dos limites arquitetônicos de suas unidades e provocando um deslocamento em direção a uma extensão maior de território. Do exposto, poderíamos então nos referir não só à vizinhança como espaço intermediário entre o que seria a divisão entre público e privado¹⁵⁹, mas sim a uma certa noção qualificada de vizinhança, que chamarei de *vizinhança domesticada*. Tal *vizinhança domesticada* também pontua as narrativas das *usuárias* com as quais dialoga esta pesquisa¹⁶⁰.

Nas narrativas, como vimos, as manifestações de bestialidade que devem ser controladas pelas *usuárias* se dão apenas em suas casas, mas também nesse lugar que funciona como sua extensão. Por outro lado, as ações de *domesticação* colocadas em marcha para controlar tais manifestações e expurgar os domínios *domésticos*, quer seja da presença, quer seja da influência, dessa materialização de um parceiro externo que reside nos limites de uma noção de humanidade, também parecem estar relacionadas não só ao

¹⁵⁹ Teóricas e movimentos feministas e de mulheres tem se ocupado já há algumas gerações de implodir essa separação entre público e privado que o *slogan* “o pessoal é político” vem a materializar. Toda a argumentação realizada nessa secção do capítulo se desenvolve no sentido de problematizar tal dicotomia e desmanchar suas linhas divisórias.

¹⁶⁰ Gostaria de sugerir que a noção de *vizinhança domesticada* não consiste tão somente na introdução de uma gradação nas escalas de impessoalidade, instâncias intermediárias de mediação entre público e privado, desenvolvidas por pesquisas no âmbito da antropologia urbana (ver, por exemplo, MAGNANI; TORRES (1996) e MAGNANI; SOUZA (2007). A *vizinhança domesticada* a qual me refiro aqui seria aquela colonizada por uma domesticidade que, num movimento duplo, é conformada por marcações de gênero e atua no sentido de estabilizar de volta algumas de suas convenções.

que acontece “dentro de casa”. Tais ações se dirigem, além disso, ao que acontece no portão da vizinha, no bar da esquina, no ponto de ônibus, ainda que os limites designados pelas referidas paredes sejam seu terreno de ação por excelência, uma vez que apesar de tudo a casa segue sendo símbolo máximo do doméstico nessas narrativas. Tal permanência poderia ser justificável pela capacidade de *domesticação* do não humano que teriam as *mulheres*. Parece que em certos sentidos e em certos contextos, principalmente aqueles nos quais gênero e *violência* encontram-se conectados, o *doméstico* atuaria de maneira colonizadora sobre esses outros espaços, produzindo o efeito de carregá-los de *domesticidade*.

No trabalho de Vianna, as “mães” lançam mão do *doméstico* como arma contra a selvageria do *Estado* constituído como masculino, através da recorrência à discussão realizada por Das e Poole (2004). Nessa argumentação, o contrato social se assentaria sobre um outro acordo deste tipo, do qual seria a expressão, a saber, um contrato sexual. Esse *Estado* construído como masculino e que deveria proteger, no entanto, é aquele que *ataca* (VIANNA; FARIAS, 2011: 95). Também no caso das narrativas das *usuárias* abordadas aqui, tratar-se-ia de *domar* uma determinada bestialidade só presente no campo da masculinidade¹⁶¹, que consistiria em ameaça perene de provocar dano ou de provocá-lo ao invés daquilo que se esperava de algo que seria o traço humano marcado por gênero, masculinizado, da proteção. Vemos como essas noções de *violência* vão se constituindo por uma imbricada trama de evocações a convenções de gênero e sexualidade.

Convenções de gênero responsáveis por constituir *masculino* e *feminino* jogam importante papel nessa questão. As *usuárias* são as responsáveis por garantir que suas casas

¹⁶¹ Quando pais *homens* perpetram ações *violentas* com filhas e filhos ainda tem validade essa ação *domesticadora* das *mulheres mães* em relação a seus parceiros. Mas quando são elas as perpetradoras de atos *violentos* em relação aos filhos essa noção de *domesticação* não se verifica. Nem elas farão uma ação de *domesticação* sobre si mesmas e nem os *companheiros* figuram como os agentes *domesticadores*. Nas narrativas das *mulheres* que buscam a Casa Cidinha figuram frases que fazem alusão a interferências externas: “de repente eu percebi que precisava de ajuda porque eu estava batendo muito no meu filho” (fala da Rita, em um dos *grupos de atendimento psicológico*). Seria necessário aprofundar junto às interlocutoras a diferença na perpetração de *violência* contra as crianças por elas, de um lado, e de parceiros, por outro. O que procuro ressaltar é que essa construção de *bestialidade* e *domesticação* não é válida quando as perpetradoras são as próprias *usuárias*. Essa pesquisa também não se dedicou a narrativas onde apenas as *mulheres* são as perpetradoras com relação a seus parceiros.

sejam de fato *domésticas*, no sentido de *domesticar* forças alheias ao humano presentes nos seus parceiros, mas também nos filhos, que devem ser pouco a pouco retirados de uma ideia de *natureza*, forma pela qual veem ao mundo, e cultivados na direção de se tornarem pessoas. A casa seria um dispositivo humanizador responsável pela manufatura de filhos como pessoas e por assegurar que parceiros se mantenham na condição de pessoas ou que sejam resgatados para essa condição. Por isso, ainda que as *usuárias* sejam aquelas que detêm poderes de *domesticação*, são as *mães* aquelas capazes de catalizar maridos, mas também filhos. *Usuárias* sem filhos podem exercer apenas parcialmente essa ideia de *domesticação* porque só há o parceiro a quem se debruçar. Não podem, portanto, provar sua *eficácia domesticadora* sobre filhos. As *mães* seriam a expressão máxima desse atributo *domesticador* e talvez por isso *mulheres* sem filhos gozem de status mais baixo e sejam identificadas eternamente como *meninas* e não como *mulheres* nesses contextos.

A manifestação da bestialidade de seus parceiros, nas narrativas das *usuárias* que buscam *atendimento* na Casa Cidinha, faz com que elas se sintam humilhadas tanto “dentro” de casa quanto “fora”, nos espaços de vizinhança. Essas manifestações atuam como sinais de fracasso em sua ação *domesticadora*, identificada como parte dos atributos do que seria uma casa e das responsabilidades atribuídas às *mulheres* em sua manutenção, como vimos anteriormente. A *humilhação* que tem lugar nesse espaço mais alargado da vizinhança parece ganhar contornos mais acentuados com a articulação de duas ideias. A primeira ideia é a de que as *mulheres* teriam falhado também em sua atribuição de fazer coincidir a convenção de *doméstico* com o objeto material casa e, consequentemente, manter suas cenas correspondentes dentro de seu limite. A segunda se relacionaria à presença de muito mais olhares para oferecer testemunho àquilo que é identificado como faltas das *mulheres* na ação de *domesticação* de parceiros e de casas. As *usuárias* se sentem sempre responsáveis por garantir que o espaço *doméstico* seja verdadeiramente *doméstico* e, quando isso não ocorre, apesar do *tempo* e do *trabalho* empregados por elas na tarefa, em suas narrativas figuram “sentimentos” de “culpa” e “vergonha”. Essa dupla de

“sentimentos” aparece quando a *domesticidade* de suas casas não pode ser testemunhada ou quando essa unidade é desfeita por separação¹⁶².

Testemunhos, testemunhas e corporalidades

As narrativas da equipe de profissionais da Casa Cidinha e as narrativas das *usuárias* que buscam *atendimento* ali se conectam. Elas se fazem por meio de palavras e silêncios, olhares e elipses, presenças fantasmagóricas e ausências presumidas, reconhecimentos e pedagogias, deslocamentos, transsubstanciações e transformações. A partir da noção de testemunho seria possível pensar uma ligação entre as categorias analisadas no capítulo 4 e neste quinto capítulo, fornecendo uma possibilidade para escutar ou ler tais narrativas em conjunto – não as narrativas em si, mas a narração feita a partir delas, *ficção interessada* produzida por esta pesquisa. A primeira parte desta tese foi dedicada a estabelecer essas narrativas como narrativas situadas quando contextos de

¹⁶² Outras categorias êmicas que foram identificadas em operação em campo durante essa pesquisa não puderam ser contempladas pela escrita final da etnografia. Isso se refere à construção de uma nova narrativa – a minha – a partir de tantas narrativas que me atravessaram na realização deste trabalho. Gostaria de nomear algumas brevemente aqui. Trata-se de um grupo de categorias elaboradas nas narrativas das *usuárias* que buscam o *atendimento* na Casa e que diz respeito ao que seriam os agentes executores de *violência*, mais especificamente sobre os objetos utilizados para tal. Suas narrativas são densamente povoadas por alusões à materialidade das “coisas” que produziram as feridas visíveis numa superfície *corpórea* mais imediata, ou não tão visíveis assim. Aqui caberiam além de facas, armas (quando se referem a armas de fogo), barras de ferro, garrafas e um sem número de outros objetos usados para macular a carne das *usuárias*, algumas partes *corporais* dos parceiros, tais como os punhos que desferem socos e tapas, pernas que desferem chutes, peso corporal que comprime e retém seus movimentos, braços que as empurram para longe. Há, entretanto, outros artefatos vetores de *violência* como as palavras e os olhares de seus *companheiros*. As palavras muitas vezes aparecem nas pesquisas acadêmicas sobre situações de *violência* enfrentadas por *mulheres* para implodir uma presumida hierarquia de que haveria entre *casos* mais graves e menos graves de *violência*. Nessa presumida tipificação, a *violência física* e a *violência sexual* ocupariam postos mais elevados, enquanto que a *violência psicológica*, caracterizada em grande parte por fazer uso de palavras, seria mais branda e menos nociva (ver capítulo 3). No campo realizado na Casa Cidinha, muitas *usuárias* se queixam do poder de destruição e de *sofrimento* que palavras podem causar, bem como sua combinação em frases e períodos de devastação. Menos ainda se fala dos olhares. Aparecem menções a esses olhares nas narrativas das *usuárias* que frequentam o *serviço*, assim como vimos nas páginas anteriores. Através deles seriam inoculadas ameaças pretensamente veladas, mas, ao mesmo tempo, muito fáceis de serem entendidas.

produção e lugares de enunciação foram analisados. Em adição, gostaria de propor a consideração do lugar de *testemunha* para fazer uma leitura dessas narrativas em conjunto para além dos lugares de *vítima* e de profissionais especialistas em dor e sofrimento mencionados anteriormente.

Veena Das (2007, 2011) recorre a uma ideia de *testemunha* que não é aquela que seria a mais imediata da autoridade de quem pode falar porque “viu”, “porque estava lá”, porque “presenciou eventos ou acontecimentos”. Para ela, o *olho*, órgão identificado com o ato de *testemunhar*, não poderia ser descrito como o “órgão que vê, mas como o órgão que chora” (DAS, 2011: 15). As *usuárias* não são só *testemunhas* porque contam algo a respeito de situações *violentas* nas quais se encontram. São *testemunhas* de algo que *sabem*, de um “conhecimento venenoso” (idem, ibidem: 35) que têm e que decorre da *violência* à qual estão expostas, das mortes que não se prestam às mesas do Instituto Médico Legal e dos *sofrimentos* que geram em seus próprios *corpos*, em si mesmas. “Conhecimento venenoso” que também versa sobre as mortes das relações e da falência de um projeto – o de zelar pela *domesticidade* de sua casa apesar dos muitos esforços empregados –, de conhecer parceiros que assumem ares de bestialidade e que escapam daquilo que um regime de obrigações mútuas enquadrado dentro do contrato de uma parceria de tipo casamento deveria manter.

De sua parte, as profissionais da equipe da Casa Cidinha são *testemunhas* do *testemunho* dessas *mulheres usuárias* do *serviço* oferecido ali. Seu *testemunho* é duplo, no sentido de se constituírem como *testemunhas* desse amplo efeito disruptivo resultado da vivência de situações *violentas* pelas *usuárias* que lhes contam suas *histórias*. São *testemunhas* desse “conhecimento venenoso”, do *sofrimento* e das diversas mortes a ele associados, nesse caso do poder *contaminador* e poluidor da *violência* e da morte de relações. Contudo, também são *testemunhas* desse deslocamento em relação à situação inicial de devastação que marca a entrada das *usuárias* em *atendimento*, de sua transformação, ou, para usar seus próprios termos, de sua *evolução*. *Testemunham* esse movimento de dotar outra vez um mundo de significado através de reabitar a linguagem. Movimento que passa a fazer parte das narrativas das *usuárias* quando são elas quem

chamam as profissionais a *testemunhar* com frases como a que reproduzo a seguir e que foi dirigida à psicóloga: “agora fala aí pra Bruna como eu era quando eu cheguei aqui!”.

Testemunhar não é ação própria apenas dos relatos das *usuárias* e das profissionais da equipe. Não são só as palavras ou outros elementos que compõem os fluxos narrativos aqui analisados (como olhares, gestos, silêncios e presentificação de ausências) aquilo que constitui os *testemunhos* na Casa Cidinha. Haveria em operação uma particularidade do ato de *testemunhar* que estaria profundamente relacionada com um *corpo-testemunho*. O *corpo* falado pela materialidade das palavras e que integrava as narrativas das *usuárias* do *serviço*, principalmente em suas situações de *atendimento*, era aquele que trazia as marcas das *agressões* sobre as quais falavam. Palavras que descreviam os atos de *agressão*, como conjunções carnis entre seus *corpos agredidos* e o *corpo de quem as agredia*, se desenrolavam a partir da referência àquilo que seriam partes *corporais* discretas. Algumas dessas narrativas evocavam localizações: “na cara”; “na cabeça”; “no olho”; “na barriga”. Outras se referiam a entes que performavam ações: “chutou” (subentende-se a presença de uma perna que chuta); “deu um soco” (um punho que se cerra e vai de encontro a olhos e barrigas); “me empurrou” (presumindo mãos espalmadas contra o peito); “me mordeu” (dentes que arrancam pele, sangue, carne, cartilagem).

Os atos de fala elaborados a partir da evocação do *corpo-testemunho* são muitas vezes compostos por tocar ou apontar *partes corporais* ou por exhibir sinais visíveis com a ajuda de termos como “aqui”, “tá vendo?”, “já tenho não sei quantas cicatrizes” – quando se punham a buscar cicatrizes por suas *superfícies corporais*, falando também do que seriam transformações em consequência de tais ações como “quebrado”, “sangue no chão”, “perda de massa encefálica”, “fiquei com o joelho deste tamanho”.

O *corpo* do qual falamos nesta tese não é o *corpo* resumido ao que seria uma *natureza* dada, com existência *per se*. É o *corpo* materializado pelo discurso através de dispositivos de gênero e sexualidade – e, como defende esta pesquisa, dispositivos perpassados por *violência* – e performativizado pelos sujeitos em mimeses e em deslocamentos tal como afirma Judith Butler (2000, 2002, 2008). A dicotomia que constrói

natureza e *cultura* como pares opostos e complementares capazes de atuar como chave de inteligibilidade para constituir e descrever substantividades autoexcludentes não é, nesta investigação, tomada como matriz analítica.

Entretanto, nas narrativas de *usuárias* e profissionais da equipe elaboradas no contexto da Casa Cidinha, haveria em operação a noção de *corpo* como uma *unidade física*, como uma *superfície* que pode ser alterada por atos externos danosos. Esse *corpo* teria como característica carregar marcas do que passou, ou seja, a característica de agir como *testemunho*, de ser o significado último do *testemunhar*¹⁶³. Tratar-se-ia de uma agência performativizada pelo *corpo* e, em seu sentido máximo, só por ele: o de *testemunhar* o ato e os efeitos da *agressão*. A validade ontológica desse *corpo* uno, como *unidade física* discreta, indivisível e pré-discursiva, seria mais uma das ficções pelas quais a corporalidade se faria presente nas narrativas, ficção essa que nem sempre logra um poder de obliterar ou aniquilar em absoluto outros fluxos narrativos que contradizem essa perspectiva de entender ou narrar o *corpo*, conforme a análise nas páginas seguintes pretende pontuar.

Esse *corpo* dito através e nas narrativas de *usuárias* e profissionais da equipe não seria menos artificial que suas formas ciborgues, da ordem da artificialidade como qualquer materialização corporal, como nos diz Donna Haraway (2000, 1997, 1995, 1992). Tais corporalidades seriam materialidades específicas nas quais se cruzariam o que a autora chama de “orgânico, técnico, mítico, textual e político” (HARAWAY: 1992). Este seria o *corpo-testemunho*: um *corpo* entendido como *superfície* na qual a *violência* era inscrita e deixava rastros que podiam ser lidos como pista ou como prova e que eram ao mesmo

¹⁶³ Essa maneira de entender a corporalidade, como algo estritamente do domínio de uma *natureza* reificada pré-discursiva não é prerrogativa única do contexto no qual se deu o campo desta investigação. Mais que parte integrante de seu domínio, o *corpo* seria seu reduto final. A Casa Cidinha está inserida em um contexto maior onde opera essa ontologia dos *corpos* que de alguma maneira se faz valer em organizações sociais contemporâneas ocidentalizadas. Contudo, importante dizer como tais ontologias nas quais figuram *natureza* e *cultura*, *corpo* e *mente*, como entidades discretas essencialmente distintas, não terminam por se verificar completamente. Para algumas linhas teóricas, *natureza* e corporalidades seriam constituídas por matrizes discursivas e para outras por relações sociais de várias ordens. Cito como exemplos STRATHERN (1992; 1997; 2006), HARAWAY (1992; 1995; 1997; 2000; 2004), BUTLER (2000; 2002; 2006; 2008), RUBIN (1975; 1998; 2003).

tempo instituídos como provas pela ação qualificada das profissionais¹⁶⁴. Os *corpos* injuriados funcionavam nas narrativas quase como *testemunhas oculares* das situações de *violência* contadas pelas *usuárias* e que, justamente por seu aspecto de legibilidade, falavam por si mesmos. Trata-se de uma leitura feita a partir de *marcas* várias como manchas roxas, vermelhidões, inchaços, feridas; e de substâncias específicas, entre as quais se destacam lágrimas e sangue. Em certo sentido, o *corpo-testemunho* é também aquele capaz de sangrar e aquele capaz de chorar.

As integrantes da equipe seriam então aquelas profissionais não apenas capazes de ouvir as palavras contidas nas *histórias das mulheres* que buscam *atendimento no serviço*, transformando-as em *casos de usuárias* passíveis de intervenção. Seriam também aquelas profissionais especializadas em ler o idioma específico dessa matéria, de reconhecê-la e de agir sobre ela. Na Casa Cidinha existe uma afluência de palavras quando o ato de narrar se vincula ao *corpo-testemunho*, mas existe também essa dimensão externa ao verbo que se apresenta no ato de carregar um *corpo-testemunho* passível de uma determinada leitura e das possibilidades de olhar para ele. O *corpo-testemunho* tomaria, assim, parte na dimensão narrativa desses atos. Essa corporalidade específica guardaria uma relação direta, portanto, com a busca de um *reconhecimento*, tema trabalhado anteriormente.

O *corpo-testemunho* não só falaria sobre aquilo que as integrantes da equipe, através de suas intervenções profissionais, chamam de *violência física* e, coincidentemente, também mais facilmente denominado por *violência* pelas *usuárias* que buscam *atendimento no serviço*. Esse *corpo* seria o depositário de algumas sensações que não envolvem propriamente uma ideia de carne ou de *superfície*, mas que versam sobre a proposição de que o *corpo* padece em função de emoções, “o corpo sente”. *Prontuários* estão recheados de anotações do que poderíamos identificar sob a noção de “somatizações” a partir de um cruzamento de um idioma médico e um outro de origem *psi*. Esse idioma não é apenas restrito às profissionais e, ainda que apresente variações, essa ideia de que sofrimento

¹⁶⁴ Ver Fassin e Rechtman (2009) e discussão sobre prova realizada no capítulo 2. Para relações entre *corpo* como prova nos procedimentos do Instituto Médico Legal (IML) em casos de *estupro* ver Ladai (2012).

emocional causaria distúrbios no *corpo físico* (que proponho que seja entendido como forjado no discurso disciplinar da biomedicina) é mais amplamente partilhada.

Uma das interlocutoras desta pesquisa, por exemplo, narrou em longa entrevista como seu “ataque do coração” ou “infarto” – como ela chamava alternadamente – aos 32 anos de idade se deveu à “vida de inferno” que levava com o parceiro dependente químico de quem fugiu. Essa narrativa se valia da quebra do que seria classificado como um transcurso inerte e natural do fluxo da vida, nascimento, desenvolvimento e morte, o infarto com 32 anos, para evidenciar o sofrimento causado pela situação de *violência*. O coração marcado pelas cicatrizes da parada cardíaca eram os olhos que tudo poderiam ver, os olhos de seu *corpo-testemunho*. O uso abusivo de drogas por parte dele a levava a uma situação de extremo *sofrimento*, considerado por ela ainda maior do que as agressões a seu *corpo físico*. O *corpo* de Malu *testemunhava* porque havia padecido. O infarto era a prova de que sua narrativa deveria ser levada a sério e seu *sofrimento, reconhecido*. Para as profissionais da equipe, o *corpo-testemunho* é sempre uma maneira irrefutável de atestar a *violência* e de diagnosticar a *usuária* como *vítima de violência doméstica*.

“Angústia”, “falta ou excesso de sono”, “falta ou excesso de apetite”, “depressão”, “fazer uso de remédios” são alguns dos elementos narrativos que compõem essa *fala do corpo* que era perseguida pelas profissionais da equipe e ouvida como um pedido de *ajuda*. A *fala do corpo* também se constituiria a partir de outros elementos narrativos que não propriamente palavras e seu encadeamento em frases e períodos de narração. Toda uma linguagem gestual pontua essas situações nas quais as *usuárias* estão envolvidas no ato de narrar. Às minhas perguntas sobre o que sentiam, direcionadas tanto a diferentes momentos das histórias que contavam quanto ao momento mesmo de narrar, obtinha como respostas não só o choro que pontuava aqui e ali as narrativas, mas também manifestações de alterações na respiração, mudanças no foco do olhar e um variado léxico de gestos que indicavam *regiões corporais* que padeciam. Mas essa linguagem muito menos muda do que poderia parecer também acionava “alívios” e “melhoras” através de suspiros, sorrisos, relaxamento de ombros, que também contribuíam com o *testemunho* realizado.

Esse *corpo-testemunho* tão intensamente evocado nas narrativas não seria apenas um *corpo*, mas sim um *corpo* marcado e constituído por gênero. Esse *corpo* seria apresentado como um *corpo* mais resistente à dor – de diversas maneiras e com diversas significações – segundo determinadas convenções de gênero mobilizadas. Proponho que pensemos também na noção de um *corpo-elástico*, na medida em que parte da constituição dessa corporalidade seria a capacidade de *aguentar adversidades* e ações disruptivas sem romper-se em inúmeros pedaços. Esse material se caracteriza por ceder e acompanhar o estirão que provoca sua mudança de forma, sempre que desempenhado dentro de certos limites. O *corpo-elástico* seria aquele apto a *aguentar* a dor do parto (por isso nenhum *corpo* seria tão resistente à dor como um corpo de *mãe*), a *aguentar* maior *sofrimento* psíquico e a *aguentar* golpes físicos. Uma vez que não podemos pensar que essas características derivam de uma *ontologia* pura, os corpos *naturalmente* não seriam mais propensos a suportar tais situações, mas seriam assim constituídos¹⁶⁵.

Também é importante notar que existe uma noção de limite envolvida na configuração dos *corpos-elásticos*, porque, assim como o material segundo o qual nomeei essa categoria, em algum momento tais corpos são passíveis de arrebentar, de romper-se; sua resistência não é absoluta nem eterna. As situações de *violência* relatadas pelas *usuárias* seriam, dessa forma, práticas que caberiam no interior de um determinado marco. Ou então seriam aquelas passíveis de serem *suportadas* por um determinado período de tempo, enquanto as *usuárias* ainda consideram a possibilidade da domesticação dos parceiros. Elementos que estão relacionados com o *corpo-elástico* figuram em abundância em suas narrativas, sendo o mais comum a afirmação de que haviam *aguentado* por muitos anos a *violência* e o *maltrato*, mas que já não suportavam mais e era o momento de ir em busca de ajuda seja na Casa Cidinha seja em outros *serviços da rede de proteção*. Claro está que esses limites não são unívocos e nem variados, são moldados eles também a partir de outras questões como a formação familiar, a geração ou as convenções sobre gênero e *violência* de cada *usuária*. Contudo, podemos falar de uma elasticidade especial em jogo.

¹⁶⁵ Interessante ressaltar que a noção de *aguentar* estava presente já na análise de Gregori (1992) sobre as narrativas das *mulheres* com quem trabalhou, apontando para algumas noções amplamente partilhadas e de longa duração nessas narrativas.

Frases como “Eu aguentei tudo o que podia”; “Aguentei até onde deu”; “Agora eu já não estou aguentando mais”; “Quando era só comigo eu aguentava, mas aí ele começou a ameaçar e a bater nas crianças”; “Decidi procurar ajuda quando a psicóloga falou que minhas meninas iam ficar pra sempre traumatizadas pela violência doméstica”; “Eu não aguentava mais aquela situação e comecei a descontar nas crianças”; “Eu comecei a sentir que eu tava ficando louca. Aí uma vizinha falou para eu vir aqui. Ela me trouxe” estavam sempre presentes nas narrativas das *usuárias*, principalmente naquelas que marcavam seus primeiros *atendimentos*. Também apareciam associadas à ideia de uma corporalidade que *aguenta*, uma narrativa de tipo fábula que justificava a *natureza* das situações de *violência* que enfrentavam. Lourdes falava sempre nos *grupos de atendimento psicológico* que havia *suportado* uma vida inteira de *agressões* e grosserias do marido. As outras participantes desses encontros constantemente perguntavam a ela o porquê. Lourdes respondia variações mais ou menos como a que se segue: “Minha mãe me ensinou que casamento é assim mesmo. Que homem é assim mesmo. Que às vezes Deus dá pra gente uns homens que são assim. E que meu lugar como esposa era do lado dele. Ali! Mas eu não é que eu aceitava tudo assim... Eu tinha meus jeitos de falar com ele, meus jeitos de controlar ele”.

(Caderno de campo, 12/12/2012).

Aguentar, portanto, seria uma característica de *corpos* que são especialmente constituídos para tal dentro de regimes simbólicos de relações de poder que são profundamente marcadas por gênero e perpassadas por *violência*, nas quais, como esta etnografia parece indicar, se constituiriam corporalidades distintas. Uma dessas corporalidades certamente seria o *corpo-elástico* de *mulheres* que *aguentariam* algumas modalidades determinadas de *violências*, aquelas que fariam parte de dispositivos pedagógicos de conformação de sujeitos generificados. Ainda que esta pesquisa privilegie, como recorte, aquelas relações fundadas em gênero, aquelas que ocorrem em contextos de parcerias englobadas pelo modelo casamento e fundamentadas numa prerrogativa da norma

heterossexual¹⁶⁶ e perpetrada por parceiros ou ex-parceiros, outras assimetrias e hierarquias analisadas durante os dois primeiros capítulos da tese parecem incidir de maneira significativa na materialização desses *corpos que aguentam*¹⁶⁷. Apesar de serem elásticos, há uma *violência* que os *corpos* das *usuárias* nunca são capazes de *aguentar*. A forma narrativa à qual as *usuárias* recorrem para falar essas *violências* não é a que chamamos de testemunho ou a de fábula, já referidas anteriormente. Elas são da ordem de contos de terror, que não são capazes de serem expressadas segundo a linguagem da *violência doméstica*¹⁶⁸ porque têm como característica obliterar essa chave de inteligibilidade. Necessitam, assim, encontrar uma outra maneira de serem narradas. Na Casa Cidinha tais narrativas se desenvolvem seguindo uma estrutura de *thriller* televisivo / cinematográfico¹⁶⁹.

Essa forma narrativa nos leva a pensar a questão não só sobre a possibilidade de narrar a *violência*, mas também sobre a possibilidade de narrar o terror. Michel Taussig

¹⁶⁶ Muitas autoras e muitos autores com quem essa pesquisa dialoga discorrem sobre variações desta ideia de uma normatividade heterossexual ainda que guardem diferenças significativas em suas perspectivas analíticas. Ver Rubin (1975, 1998) Butler (2000, 2002, 2003, 2008), Wittig (2006), De Lauretis (1994, 1997), Preciado (2011) Foucault (1980) Rich (2001).

¹⁶⁷ Para efeitos de ilustração dessa sugestão poderíamos citar algumas implicações dessa intersecção de outros marcadores sociais da diferença de forma a matizar a incidência de gênero: *corpos* de *meninas* (crianças) não aguentariam nesse mesmo sentido. Da mesma forma o fato das *usuárias* serem *pretas* ou *pardas*, de uma determinada região da cidade, “donas de casa” ou envolvidas em trabalhos domésticos constitui também esse *corpo* que aguenta certamente de maneiras muito diferentes do que aconteceria em um contexto de *mulheres brancas*, de *classe média* ou da *elite* que se dedicam a atividades intelectuais.

¹⁶⁸ Michel Taussig nos fala a respeito das relações entre narrativa e pelas quais atuam o terror (TAUSSIG, 1993). O autor se debruça sobre o que ele chama da “cultura do terror” e sobre como essa “cultura” é instrumento para forjar um mundo colonizado resultado do empreendimento colonial de maneira que a atenção é deslocada da finalidade do projeto político em si e reside toda nisso que ele chama de um “espaço da morte” incompreensível e imprevisível. A maneira como o terror opera nas narrativas dessas *mulheres* parece ser de ordem parecida, se descontada a diferença de contextos etnográficos nos quais as duas pesquisas se desenrolam. Para Taussig seria esse o espaço por excelência de desafio da linguagem (idem, ibidem: 25). Na Casa Cidinha o que parece acontecer é um esforço das integrantes de fazer *usuárias* falarem inclusive dessas situações, promovendo um caminho de reabitar a linguagem apontado como uma maneira de recuperação por Veena Das (DAS, 2007, 2000, 1999).

¹⁶⁹ Parece existir um sem-número de correlações entre corporalidades e formas narrativas específicas empregadas para falar sobre situações de *violência* nesse campo de investigação. Desenvolver uma reflexão mais aprofundada sobre essas corporalidades, essas formas narrativas e sobre a conexão entre ambas poderia ser um desdobramento interessante desta etnografia, abrindo as possibilidades para a continuidade da pesquisa nesse sentido.

(1988) se refere a um espaço da morte e do terror como aquele a partir do qual o colonialismo é instaurado e normalizado. Castigos e possibilidade de extinção do *corpo* através da aniquilação física, incutir intenso sofrimento através da tortura e da certeza aleatoriamente incerta de que a morte espreita, funcionariam como mecanismos de controle integrantes de uma complicada engrenagem entre capitalismo, Estado e colonialismo (TAUSSIG, 1993). Parafraseando a noção de biopoder de Foucault (2002), poderíamos dizer que o terror em Taussig deixa morrer e faz viver, além de fazer morrer e deixar viver. Questões relativas ao terror e espaços de morte também são muito marcantes nas narrativas das *usuárias* e há muitas implicações a respeito de como se constroem tais narrativas que indicam paralelismos com a obra de Taussig, mas também com outras pesquisas que enfocaram a imbricada relação entre terror, *violência* e narrativa como Sasanka Perera (2001) e Judith Walkowitz (1992).

O *corpo-elástico* seria o aspecto maleável de *corpos* que também são marcados pela dureza característica da vida de *mulheres batalhadoras* cheia de *adversidades* a serem superadas (ver capítulo 1). A *vulnerabilidade*, categoria êmica da qual profissionais da equipe fazem uso, não teria nada a ver com ideias de *debilidade*, *fragilidade*, *fraqueza* ou qualquer sinônimo que o valha. A *vulnerabilidade* estaria antes associada a uma noção de *violação de direitos*, por um lado, e de *predisposição* para ser constituída como *vítima de violência*, por outro. Por fim o *corpo-testemunho* fala e é falado através do que seria um *corpo-imagem* que se fundamenta em uma ideia de que *corpo* se traduz por uma *imagem* constituída pela aparência física. Como analisamos no capítulo 4, a aparência também é um indício que fala sobre a condição de *superação* ou *não superação* da situação de *violência* nos *casos das usuárias atendidos* pelas profissionais da equipe. Além disso, já nos debruçamos sobre o quanto essas narrativas se tornam carregadas de elipses e silêncios prenhes de significado quando a *violência* tem fundo sexual.

A expectativa de encontrar muitas palavras associadas a esses processos de conformação de *corpos* constituídos por normatividades de gênero e sexualidade não se cumpriu e o trabalho de campo teve que se mover em interstícios narrativos que se valem de outros elementos que não o da materialidade das palavras. Da mesma forma que em

Butler (2008, 2006, mas principalmente 2002), alguns *corpos* são mais “reais” que outros, não porque de verdade o sejam, mas porque a *ontologia* é definida por relações de poder – alguns elementos narrativos podem ser mais “abjetos” que outros e nesse sentido “menos reais” porque não contam com a chancela da existência no mundo obtida quando algo se define com a ajuda de palavras. Não traduzir algumas coisas em palavras seria como uma estratégia narrativa de desencarná-las ou de desprovê-las de suas materialidades, conduzindo suas manifestações para o que seria um terreno mais “etéreo” e menos “real”¹⁷⁰. Entre a materialidade corporal e a corporalidade das palavras, entre um *corpo* dizível e um *corpo* impronunciável, reside a penumbra narrativa do ato de narrar a *violência*. A busca por uma linguagem que não se constitui nem na luz e nem nas sombras, feita nem de sons e nem de silêncios, é o desafio que este capítulo buscou desenhar.

¹⁷⁰ Proponho pensar em materializações diversas que não seriam apenas estabilizadas em *corpos-carne* como em Butler (2003; 2008), mas também naquilo que poderíamos chamar de *corpo-lei* e em *corpos-palavras*, dentre as quais a própria palavra *violência*.

Considerações finais

A etnografia realizada na Casa Cidinha apresentada nesta tese foi constituída pela análise de narrativas sobre *violência* tanto de *usuárias* quanto de profissionais da equipe de um *serviço público* de atenção à *violência doméstica* localizado na periferia de São Paulo. Na primeira parte do texto buscou-se entender a produção dessas narrativas a partir de suas contingências, contextos e lugares de enunciação determinados. A segunda parte tratou de focalizar algumas das categorias êmicas e formas específicas empregadas por essas narrativas elaboradas a partir desses lugares, bem como o acionamento de convenções de *violência* e de gênero no ato de narrar performado por *usuárias* e equipe e as dinâmicas de referência, citação e narração conjunta que tinham lugar naquele campo de pesquisa. Também foi um objetivo desta tese analisar por meio de que *procedimentos histórias de mulheres* são transformadas em *casos de usuárias* através do *trabalho de atendimento* que é ali realizado.

O *trabalho* concretizado pelas profissionais da Casa Cidinha nos permite falar da vigência e da operacionalidade de elementos de longa duração nesse campo do *enfrentamento da violência* que atinge *mulheres* como um *problema social*. Tal permanência seria, em muito, tributária do *movimento feminista e de mulheres*, principalmente naquilo que se refere ao enquadramento das causas e razões de existir dessa *violência*. Nessa perspectiva, tais situações de *violência* seriam imputadas às diferenças em relações sociais de poder responsáveis por construir um lugar de subalternidade para as *mulheres*, nas quais a *violência* figuraria como sua máxima expressão. Outras noções de longa duração a seguir atuantes nesse contexto seriam que, apesar das tentativas feitas no sentido de alargar o escopo de *práticas* e de *agressões* consideradas como *violência contra as mulheres*, ainda seria a *violência doméstica* aquela a atuar como chave maior de inteligibilidade, conferindo sentido a narrativas e a *intervenções* realizadas nesse *serviço* (e muito possivelmente em outros equivalentes). Narrativas que escapam a essa demarcação nem chegam a fazer parte do âmbito de casos *atendidos* naquele espaço porque já haveria,

no interior da política mesma ali implementada, a constrição de ser conformada como uma política de *apoio a vítimas de violência doméstica*. E, dentro da *violência doméstica*, seriam as consideradas como *violência física* e as modalidades *simbólicas* associadas à primeira (funcionando como sua antessala ou sua complementação) o alvo de intervenção por excelência desse *serviço*.

Na Casa Cidinha, o *atendimento* realizado é feito a partir de uma atuação profissional das integrantes da equipe e por isso é marcado por dois saberes disciplinares específicos: a assistência social e a psicologia. Porém, o *trabalho* que desenvolvem ali se desenrola nos interstícios flexíveis entre algumas contingências específicas como se segue: 1) Se constitui como um *serviço público conveniado* com Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads), regida, portanto, por normas da Loas, Lei Orgânica da Assistência Social, e pelo Suas, Sistema Único da Assistência Social, que recebem muitas críticas (inclusive da equipe) por terem um caráter “familista”. Tais leis e normativas serão marcadas pelo discurso da garantia dos direitos básicos que uma vez violados levariam seus beneficiários a uma situação de *vulnerabilidade social*; 2) Trata-se de um *serviço* gerido por meio de um regime administrativo de forma *convênio* feito entre a mesma Secretaria e uma organização não governamental católica, a Associação Padre Moreira, da linha *progressista* que ficou conhecida como Teologia da Libertação e que tem uma atuação marcadamente local no bairro de São Mateus desde a década de 80; 3) A lógica dos *direitos humanos das mulheres* e a máxima do direito de “viver uma vida sem violência” encarnada na Lei Maria da Penha – resultado de uma articulação entre movimento social, especialistas, gestores públicos e operadores do direito, que se aplica, na prática, à proteção de *mulheres* em situação de *violência doméstica*; 4) Um ativismo que ora reclama para si a nomenclatura de *movimento de mulheres*, ora se reivindica *feminista* e, quando assim o faz, se vincula a uma das muitas expressões do *feminismo*, em particular o representado pela Marcha Mundial de Mulheres e pela ONG SOF – Sempre Viva Organização Feminista. A realização do *trabalho* na Casa Cidinha, com vinculação com o *movimento feminista e de mulheres*, é uma primeira dimensão do porquê de algumas das integrantes da equipe do

serviço pensarem a si mesmas como *feministas* e o *trabalho* que realizam ali como militância.

A atuação das profissionais da equipe seria, portanto, um arranjo particular resultado do movimento entre os espaços e as brechas dessas quatro matrizes discursivas. O *trabalho* que realizam na Casa Cidinha conta com uma boa dose de manejo e de invenção dos *procedimentos* e conteúdos mobilizados por elas no acompanhamento das *usuárias*. O *serviço* se desdobra nos moldes do que Nicolas Rose chamou de aplicação da psicologia como regime de verdade, o que configura nova tecnologia no exercício do governo de populações. A psicologia como disciplina forneceria novas tecnologias conformadoras de regulações e geradoras de novos desejos e necessidades. O alinhamento entre as intenções governativas e aquilo que os indivíduos desejam para as próprias vidas seria capaz de transferir para o sujeito a responsabilidade da solução dos infortúnios que o acompanham (quaisquer que sejam eles). Essa transferência levaria a processos de reprivatização de problemas sociais, nos termos de Guita Debert, e faria indivíduos sentirem que falharam quando enfrentam situações adversas mesmo que sejam devidas a relações de poder hierárquicas e desiguais (DEBERT, 1999, 2001, DEBERT; OLIVEIRA, 2012; DEBERT; BRIGUEIRO, 2012).

Sendo assim, para que qualquer intervenção profissional dentro desse tipo de atuação seja possível, far-se-ia necessário que as *mulheres* que buscam *atendimento* na Casa Cidinha desejassem que esse *trabalho* sobre elas fosse realizado e se engajassem ativamente na tarefa, *aderindo* ao *serviço*. A formulação “Pra sair dessa situação você também tem que querer” pontua os *atendimentos* da equipe. “A Sara não adere muito e assim fica difícil... Ela até dá um passo aqui, outro ali, mas depois some e quando volta aqui tá daquele jeito” é uma variação possível de frases constantes nas narrativas elaboradas pelas integrantes da equipe sobre as *usuárias* que não *aderem*, e com as quais não podem *trabalhar* da maneira adequada. A categoria de *aderência*, com presença ativa em outros *serviços* ou projetos geridos pela administração pública ou por ONG, seria a celebração de um novo tipo de contrato estabelecido entre dois entes bastante específicos: os *serviços* e sua clientela. Aqui existiria uma relação de troca que estaria sendo

convencionada entre ambos. Seria prerrogativa dessa relação que as *usuárias*, na condição de clientela, desejem, aceitem, atuem, em uma palavra, venham a *aderir* ativamente ao *trabalho de transformação* que foram “contratar”. *Serviços* – nesse caso específico, um *serviço público conveniado* com a pasta de Assistência e Desenvolvimento Social da prefeitura de São Paulo – seriam os lugares nos quais tais trocas são viabilizadas. *Usuárias* investem *aderência*, profissionais da equipe investem *trabalho*, numa relação que tem como resultado fazer com que as *usuárias* adquiram ferramentas necessárias para *superar* as situações de *violência* nas quais estão envolvidas.

A condição inicial para o estabelecimento dessas relações de troca seria, portanto, a constituição das *mulheres* que buscam o *atendimento* do *serviço* em *usuárias*. Através dos *procedimentos* implementados na Casa Cidinha, *histórias de mulheres* se transformam em *casos de usuárias*. Nesse processo de transubstanciação, que ocorreria no interior da psicologia como regime de verdade, se conformaria um lugar de fala a partir do qual as *mulheres* poderiam elaborar suas narrativas, lugar este que seria o *de vítima de violência doméstica*. Esse lugar, construído a partir de mecanismos de diagnóstico, prova, inscrição, registro e intervenção, teria como resultado uma homogeneização das diferenças características daquela população em favor da uniformidade da condição de *vítima de violência* (FASSIN; RECHTMAN, 2009).

As *usuárias* do *serviço* se caracterizam por serem atravessadas por uma série de posicionamentos distintos em múltiplas relações de poder, para valermo-nos dos termos empregados por Avtar Brah (2006, 2010), no que se refere a intersecções entre gênero, cor / raça, classe, idade / geração, origem, sexualidade. Tais diferenças terminam subsumidas nas narrativas, através do que seria uma unificação forjada pelo *lugar da vítima*, e obliteradas pela dimensão de relações desiguais e assimétricas fundadas em gênero. No contexto da Casa Cidinha, a exceção da eficácia dessa força se aplicaria a questões relativas a classe, que são sempre mencionadas e *trabalhadas* no *serviço* em função do viés marxista da formação da assistente social¹⁷¹. *Mulheres* muito diferentes entre si passam a ser lidas a

¹⁷¹ Este é um quadro em franca transformação. Ao longo da tese há mais de uma referência a modificações nesse sentido que acompanharam a substituição de profissionais da equipe da Casa Cidinha, entre outras

partir de algo que traria uma homogeneidade à sua condição por meio da construção do *lugar de vítima de violência doméstica*.

Esse mecanismo não só seria capaz de constituir o lugar de fala de *usuárias*, mas também da própria expertise de profissionais especializadas em lidar com a dor e o sofrimento e de conduzir a sua *superação* no que a *violência doméstica* teria de específico (num desdobramento da ideia de Fassin e Rechtman, 2009). As próprias profissionais também seriam constituídas por esse discurso, nesse sentido. Seria para essas *mulheres*, assim unificadas, que se direcionariam leis de combate à *violência, políticas, serviços e redes de atendimento*. Tais aparatos não conseguiriam levar em conta especificidades relativas a outros marcadores de diferença e seriam direcionadas a *mulheres* nesse movimento universalizante.

A essa primeira unificação se seguiria uma segunda, na qual o amplo espectro daquilo que poderia ser considerado como *violência* que *vítima mulheres* seria subsumido à chave de inteligibilidade da *violência doméstica*, principalmente em suas modalidades físicas (e simbólicas associadas à física) como dito anteriormente, no início das Considerações Finais. Contudo, poderíamos nos perguntar até que ponto a construção dessa categoria não é uma ação universalizadora que apaga diferenças e hierarquias relativas a outros marcadores de diferença, que ficariam, assim, invisibilizados. Isso porque tal eficácia homogeneizadora seria aquela que constituiria aparatos de gestão de populações que teriam como clientela *mulheres* em situação de *violência doméstica* perpetrada por seus parceiros com os quais estabelecem relações possíveis de serem traduzidas em termos de matrimônio (etapas anteriores e posteriores incluídas) dentro de um modelo monogâmico e

coisas. A contratação de uma psicóloga que se autodefine (além de *feminista* e militante do *movimento feminista*) como *lésbica* e de uma advogada que se autodefine (além de *feminista*) como *negra* e militante do *movimento negro*, tem trazido algumas tensões a esse poder homogeneizador do *lugar da vítima*. Questões relativas à sexualidade e a cor / raça passaram a fazer parte do *trabalho* da equipe já nos últimos meses de meu contato mais intenso com o campo. Mesmo com o encerramento da etapa da produção de dados desta pesquisa, o acompanhamento mais intermitente do *trabalho* realizado na Casa aponta para novos arranjos entre essas diferenças e a força unificadora que menciono aqui. Mesmo que de forma incipiente e tentativa, poderíamos dizer que ainda que focalizando questões específicas, o *lugar de mulheres vítimas de violência doméstica* atuaria como um poderoso englobador. Contudo, a validade dessa impressão e os pormenores de como se configura esse novo arranjo deveriam ser analisados por meio de uma continuidade da pesquisa.

heterossexual (heterossexualidade e cisgeneridade implícitas). Interessante notar que, apesar do discurso universalizante, tais *serviços* têm como área de atuação regiões periféricas da cidade.

A atuação das profissionais da equipe, que se daria nos interstícios do que foi argumentado acima, teria como um de seus efeitos motivar a fala das *usuárias*. *Casos de usuárias* só existem a partir do momento em que as *mulheres* contam suas *histórias* nas diversas modalidades de *atendimento* levadas a cabo pelas integrantes da equipe. *Prontuários* e a *escuta* qualificada das profissionais operam esses movimentos de admissão e fixação das *usuárias* no *serviço*. Fazer com que as *usuárias* falem não significa necessariamente um processo que leva em conta apenas e tão somente palavras, já que muitas dessas narrativas recorrem a elementos não verbais. Esse traço da expertise das profissionais tem algumas implicações. A primeira seria propriamente a de transformar as *histórias de mulheres* em *casos de usuárias* e de criar a superfície de intervenção sobre a qual seu *trabalho* poderia ser realizado, conduzindo essas *usuárias* à *superação* da situação de *violência*.

Suscitar tais atos narrativos teria também a implicação de *acompanhar* as *usuárias* no movimento de reabitar mundos devastados pela *violência* através de reabitar a linguagem, posição defendida por Veena Das (1999, 2000, 2007) como possibilidade de superá-la. Haveria, assim, um poder reparador contingente ao ato de narrar. Elaborar narrativas é, para essa autora, reabitar o mundo através da linguagem. A obtenção de *benefícios* e o acesso à *rede de serviços de proteção*, através dos *encaminhamentos* a eles realizados pelas profissionais, consistiria num bem que poderia ser *conquistado* pelas *usuárias* ao procurarem a Casa Cidinha. Contudo, outras coisas aconteceriam naquele espaço, e seriam capazes de operar o *trabalho* de transformação no sentido dessa *superação*. Encontrar possibilidades de contar e de ser escutada parece estar entre elas, apontando para a importância desse movimento de reabitar a linguagem.

Contudo, haveria um risco permanente nesse ato de falar sobre a *violência* devido a seu poder potencialmente *contaminador*. Narrá-la poderia significar entrar em contato com

o poder disruptivo da *violência*, o que seria o seu *estado original*. Assim, atos narrativos implicariam risco não só para quem conta, mas para quem escuta, de terminar poluída por sua virulência (DOUGLAS, 1999). Falar a *violência* apenas seria possível, portanto, a partir de mecanismos de controle de seu poder *contaminador*, pela observação de uma certa liturgia, capaz de neutralizar seus ares poluidores. Haveria limites em funcionamento no campo no interior dos quais seria seguro narrar a *violência*. Esses limites passariam necessariamente pela constituição de um olhar especial, um olhar de *testemunho*, capaz de conferir legitimidade àquilo que está sendo narrado.

Sendo assim, quem escuta essas narrativas deveria se constituir imediatamente como *testemunha* desses efeitos disruptivos da *violência* a fim de que o ato de colocar em marcha uma fala sobre ela não implique em *contaminação*. Contudo, apenas *testemunhar* não basta. Seria preciso que quem *escuta* conferisse a essas narrativas algum *reconhecimento*¹⁷². O ato de *escutar* não poderia, portanto, restringir-se tão somente a imprimir legitimidade. No processo constituído por ouvir essas *histórias*, conferir *reconhecimento* seria intransigir na degradação das *usuárias* que contam por aquilo que está sendo narrado. Esses seriam os olhos e os ouvidos desenvolvidos também como parte de uma expertise específica, materializada também em uma corporalidade particular, que seria característica das profissionais da equipe. As integrantes da equipe da Casa constituiriam um fiel da balança para atestar que o que as *usuárias* contam sobre as situações de *violência* seria legítimo, assim como seu desejo de *superação* e a necessidade de conquistar apoios nesse processo.

Narrativas sobre *violência* elaboradas em segunda ou terceira mão também trariam em seus atos de fala a ameaça da possibilidade da *contaminação*. Sendo assim, as narrativas elaboradas pelas profissionais da equipe sobre aquilo que contam as *usuárias* igualmente poderiam acionar o poder *contaminador* da *violência* se os mecanismos adequados de controle não forem observados. Isso se aplicaria não apenas a tais metanarrativas

¹⁷² A ideia de que a *violência* teria um poder *contaminador* também está presente em Veena Das na noção de “conhecimento venenoso” (DAS, 1999, 2007). Também no trabalho da autora há uma forte relação entre testemunho, reconhecimento e possibilidades de reabitar um mundo devastado pela *violência*, conforme desenvolvido no último capítulo desta tese.

elaboradas pelas integrantes da equipe do *serviço*. Tal questão nos incitaria a pensar a respeito das formas através das quais a própria etnografia apresentada nesta tese se constitui como narrativa, uma *ficção interessada*¹⁷³, ela também narrativa que fala acerca de *violência*. Nos provocaria também uma reflexão a respeito de como se constroem os caminhos por meio dos quais a antropologia pode se dedicar a elaborar narrações sobre *violência*. Para Michael Taussig tratar-se-ia de encontrar a distância certa para falar o terror, porque, uma vez falado, o “terror sempre fala de volta” (TAUSSIG, 1988: 1, tradução minha)¹⁷⁴. Essa preocupação passa pelo aspecto apontado por Veena Das de se levar em consideração os riscos envolvidos no ato de falar a *violência*. Para a autora, esse ato narrativo não pode se constituir nos moldes de “desenterrar” o que estava “sedimentado” como se “desembainha uma arma”, uma vez que essa arma possui uma culatra. Na narrativa elaborada pela autora, ela conclui:

Eu considero esta uma tarefa muito complicada, porque quando nós usamos imagens como quebrar o silêncio, podemos acabar usando nossa capacidade de "desenterrar" fatos ocultos como uma arma. Até mesmo a ideia de que devemos resgatar as narrativas de violência torna-se problemática quando percebemos que as narrativas não podem ser contadas a menos que nós encaremos como dor e linguagem estão relacionadas nas culturas (DAS, 2007: 57).

Isso significa também considerar as potencialidades da própria narração como *violência* no sentido de que tais narrativas poderiam ativar “conhecimentos venenosos”. Além disso, a forma final da narrativa etnográfica poderia incorrer no equívoco de obliterar as dimensões agenciais daquelas que passaram por essas situações, sejam elas as *usuárias* do serviço, sejam elas as profissionais da equipe da Casa. Essa consideração seria negar sua

¹⁷³ Ver Strathern, 2006.

¹⁷⁴ As narrativas sobre o terror na Colômbia nas fazendas de extração de borracha, por exemplo, são extremamente potencializadas e mais eficazes em função do efeito causado pelas notícias nos jornais. Haveria, portanto, também para este autor, vínculos entre “o horror e sua descrição” (TAUSSIG, 1993: 53).

condição de sujeitos, violando-as uma outra vez. Também o texto da etnografia pode ser um agente *contaminador*, se ele próprio não se desenvolver dentro dos limites do *testemunho* e do *reconhecimento*. Ao contar essas narrativas e ao produzir metanarrativas nesta pesquisa, buscou-se a produção desse estado de afetação¹⁷⁵.

O *trabalho duro* realizado pelas profissionais da Casa Cidinha seria, da mesma forma, marcado pela ameaça constante do poder *contaminador* da *violência*. Entrar em contato com o *caso das usuárias*, escutar suas *histórias* e realizar uma intervenção no sentido de conduzir a uma condição de *superação* teria a capacidade de resultar poluidor também para as integrantes da equipe, e implicaria sempre em *desgaste* excessivo ou em *resíduos contaminadores*. O *trabalho duro* ativaria assim, ao mesmo tempo, noções de *consumo* e de *excesso*. A *dureza* implicada no *trabalho* dessas profissionais não é sentida apenas no que se refere à possibilidade da *contaminação* por meio da interação direta com as narrativas das *usuárias*. Tal *dureza* se faria presente ainda em função da precariedade na condição de exercício do seu *trabalho* devido a limites de recursos variados; *baixos salários*, inexistência de planos de carreira e supervisão considerada relativamente insuficiente; fragilidades na *rede de proteção básica*; ausência de uma proposta de articulação com outras políticas públicas; reduzido escopo de atuação em termos de sujeitos e modalidades de *violência atendida*. Essa precariedade nas condições de *trabalho* das profissionais da equipe é a mesma precariedade através da qual a questão da *violência* com marcas de gênero é tratada¹⁷⁶.

O *trabalho duro* das profissionais também demandaria *reconhecimento*. A falta de compensação salarial pelo *trabalho duro* que realizam seria, sobretudo, uma fonte de desequilíbrio nas relações *trabalhistas* porque significaria colocar esse *reconhecimento* em suspenso. Neste cenário, em geral, as integrantes da equipe são profissionais recém-formadas cuja perspectiva de permanência em suas posições não é de longo prazo. Elas também seriam, assim como as *usuárias*, *mulheres batalhadoras* que almejam *melhorar de*

¹⁷⁵ Favret-Saada (2005) faz uma discussão similar sobre o trabalho de antropólogas e antropólogos ser caracterizado por essa condição de afetar-se.

¹⁷⁶ Impossível não evocar Judith Butler e suas *vidas precárias* (BUTLER, 2009).

vida. Seu *trabalho* no *serviço* seria desenvolvido contra toda a precariedade, através da construção de um lugar específico que seria o de profissionais-militantes. O ativismo das integrantes da equipe seria aquilo que torna possível a realização de seu *trabalho* apesar das condições nas quais se desenvolve. É interessante notar como a continuidade desse *serviço* (e de outros equivalentes) parece depender desse tipo de *comprometimento* das profissionais. Esse é um quadro que apresenta diferenças com relação ao estabelecimento dos primeiros tipos de *serviço* no Brasil, quando sua gestão se dava pelo *movimento feminista* e quando o *trabalho* ali realizado era feito no registro apenas da militância (GREGORI, 1992, PONTES, 1986).

Por fim, um dos objetivos desta tese consistiu da relação entre gênero, *violência* e corporalidades nas narrativas das *usuárias* e das profissionais da equipe da Casa Cidinha. Nesta etnografia corporalidades não são consideradas como entidades pré-discursivas, mas sim como construtos sociais e históricos da ordem do artefato (HARAWAY, 1995, 2000), materializações de discursos perpassados por relações assimétricas de poder (BUTLER, 2000, 2006, 2008). Entre a materialidade da matéria e a materialidade das palavras se daria a conformação de corporalidades específicas sobre as quais gostaria de tecer alguns comentários nessas Considerações Finais.

O universo composto pelas narrativas analisadas nesta tese é permeado de *corpos-testemunhos*, de *corpos-elásticos* e de *corpos-imagem*. Os *corpo-testemunhos* seriam aqueles capazes de carregar, seja em sua superfície, seja internamente, as marcas da *violência*. Seriam também eles próprios uma materialização do ato de *testemunhar*, compostos pelas relações de construção do lugar da *testemunha* no qual estão implicadas *usuárias* e profissionais da equipe. *Corpos-elásticos* seriam, por sua vez, materializações marcadas por gênero de corporalidades cujos atributos seriam *aguentar*, dentro de certos limites, situações disruptivas sem desfazer-se em pedaços, apontando para a dimensão constitutiva da *violência* nas relações de poder marcadas por gênero. Os *corpos* das profissionais da equipe também seriam *corpos-elásticos* porque seriam capazes de *aguentar*, da mesma forma, a *contaminação* da *violência* narrada pelas *usuárias*, a precariedade definidora de suas condições de *trabalho* e as próprias situações de *violência*

que atravessaram. *Corpos-imagem* seriam, por último, recursos narrativos para expressão de *corpos-testemunhos* e de *corpos-elásticos*, constituindo uma *imagem* que seria capaz de refletir, de forma especular, a *violência* materializadora dessas outras formas de corporalidades. Essas reflexões sobre as relações entre gênero, narrativa e materialidades corporais são iniciais e uma continuidade da pesquisa neste sentido pareceria interessante.

As narrativas das *usuárias* e das profissionais da Casa Cidinha Kopcak nos falam de muitas coisas. Nos falam de *violência* mas, sobretudo, nos falam de *mulheres de fibra*. Nos falam de *mulheres batalhadoras* cujas vidas seriam atravessadas por *adversidades* que devem ser vencidas em busca de uma *vida melhor*. Nos falam de um *trabalho duro* que é realizado contra toda a precariedade e apesar dos riscos e dos efeitos potenciais de *contaminação* trazidos pelo contato com narrativas de *violência*. Há uma noção de *dureza* e de *resistência* que permeia a maneira pela qual essas *mulheres* falam sobre si mesmas e sobre suas formas de lidar com situações de *violência*, seja através do *comprometimento* investido pelas profissionais, seja pela ação de *domesticação* da *violência*.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Ronaldo; MONTERO, Paula, 2001. “Trânsito Religioso no Brasil”. *In: São Paulo Perspectiva* [online]. São Paulo, vol. 13, n. 3, pp 92-100.
- ANDRADE, Fabiana de, 2012. *Fios para trançar, jogos para armar: o “fazer” policial nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas.
- ARENDT, Hannah, 1999. *Crises da República*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- _____, 1989. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo, Editora Companhia das Letras.
- ANZALDÚA, Gloria, 1987. “Movimientos de rebeldia y las culturas que traicionam”. *In: hooks, bell; BRAH, Avtar; SANDOVAL, Chela & ANZALDÚA, Gloria (Orgs). Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*. Madrid, Editora Traficante de Sueños, pp. 71-79.
- ANZALDÚA, Gloria; MORAGA, Cherrie, 1984. *The bridge called my back: writings by radical woman of color*. New York, Editora Kitchen Table: Women of Color.
- BALTHAZAR, Adriana Maria Shad, 2012. O Lugar do Silêncio na Violência Homofóbica: o dizível e o indizível nas narrativas de sofrimento. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) Instituto de Medicina Social – UERJ.
- BALZA, Isabel, 2011. “Ética corporal y sexuación: plasticidad y fluidez en el sujeto del postfeminismo”. *Estudios Feministas*. Florianópolis, n. 19, pp 21-33.
- BARBOSA, Regina Maria; FACCHINI, Regina, 2009. “Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil”. *In: Cad. Saúde Pública* (online). Rio de Janeiro, vol. 25, suppl. 2, pp. S291-s300.
- BEAUVOIR, Simone de, 1980. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BENJAMIM, Walter, 1986. “Crítica da violência – Crítica do poder. *In. BENJAMIM, Walter. Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. São Paulo. Editora EDUSP, pp. 160-175.
- BERALDO DE OLIVEIRA, M., 2007. “A mudança de significados da violência de gênero no fluxo da justiça”. *In: Revista Novos Rumos*. Marília, vol. 8, pp. 69-79.

- BERALDO DE OLIVEIRA, M., DEBERT, Guita Grin, 2007. “Os modelos conciliatórios de solução de conflito e a violência doméstica”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, vol. 29, pp. 305-337.
- BIGLIA, Barbara, SAN MARTI, B. C. (orgs), 2007. *Estado de Wonderbra. Entretejiendo narrativas de feministas sobre las violencias de genero*. Barcelona, Editora Lallevir, SL / editorial Virus.
- BIGLIA, Barbara, 2005. *Narrativas de mujeres sobre las relaciones de género en los Movimientos Sociales*. Tese de Doutorado no Departamento de Psicologia Básica – Universidad de Barcelona. Barcelona.
- BRAH, Avtar , 2011. *Cartografías de La Diáspora Identidades en cuestión*. Madrid, Editora Traficantes de Sueños.
- _____, 2006. “Diferença, diversidade, diferenciação”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 26, pp.329-376.
- BONETTI, Alinne, 2011. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucans e os sentidos de gênero da política feminista. In: *Labrys – Revista de Estudos Feministas* (Edição em Português Online), vol. 20, p. 41-51.
- BONETTI, Alinne, 2000. *Entre feministas e mulheristas – uma etnografia sobre promotoras legais populares e novas configurações da participação política feminina popular em Porto Alegre*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Santa Catarina.
- BOURDIEU, Pierre, 1998. “A Ilusão Bibliográfica”. In: MORAES, Marieta; AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- BUTLER, Judith, 1998. “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, vol. 11, pp. 11-42.
- BUTLER, Judith, 2010. *Marcos de Guerra: Las vidas lloradas*. Buenos Aires, Editora Paidós.
- _____, 2009. *Vida Precária: el poder Del duelo y la violencia*. Buenos Aires, Editora Paidós.
- _____, 2008. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

- _____, 2006. *Deshacer el Género*. México, Editora Paidós.
- _____, 2002. *Cuerpos que Importan Sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires, Editora Paidós.
- _____, 2000. “Corpos que Pensam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’ ”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Editora Autêntica.
- CABRERA, Marta; VARGAS MONROY, Liliana., 2014. “Transfeminismo, decolonialidad y el asunto del conocimiento: algunas inflexiones de los feminismos disidentes contemporáneos”. In: *Univ. Humanist* (online), n. 78, pp. 19-37.
- CALDEIRA, Teresa, 2000. *Cidade de Muros: crime segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora Edusp/Editora 34.
- _____, 1984. *A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- CALHOUN, Cheshire, 1995. “The gender closet: lesbian disappearance under the sign 'women'”. In: *Feminist Studies*, vol. 21, n. 1, pp. 7-34.
- CAMPOS, Marta S., TEIXEIRA, Solange M., 2010. “Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social”. In: *Katál*. Florianópolis, vol. 13, n. 1, p. 20-28.
- CARDOSO, Ruth (org.), 1986. *A Aventura Antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- CARMO, Íris do, 2013. “Viva o feminismo vegano!”: *gastropolítica e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens*. Dissertação de Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Faculdade e Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Bahia.
- CARRARA, Sérgio; LACERDA, P., 2012. “Viver sob ameaças: preconceito, discriminação e violência homofóbica no Brasil.”. In: *Comunicações do ISER*. Rio de Janeiro, vol. 66, pp. 16.
- CARRARA, Sérgio; VIANNA, A. B. R., 2006. “ ‘Tá lá um corpo estendido no chão...’: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. In: *Physis, Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, vol. 16, pp. 233-249.

- CARRARA, Sérgio; RAMOS, S., 2004. “Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa na parada do orgulho GLBT – Rio 2003. *In: Boletim de Segurança e Cidadania*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 06, pp. 1-26.
- CHO, Grace, 2008. *Haunting the Korean Diaspora: Shame, secrecy and the forgotten war*. Minneapolis, Editora University of Minnesota Press.
- CONSELHO NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS), 2012. Norma Operacional Básica da Assistência Social. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome – Secretaria da Assistência Social. Brasília.
- _____, 1983. "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico". *In: SORJ, BERNARDO & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org.). Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo, Editora Brasiliense, pp. 215-239.
- CORREA, Mariza, 1983. *Morte em Família: Representações Jurídicas de Papeis Sexuais*. Rio de Janeiro, Editora Graal.
- COSTA, Claudia de Lima, 2013. “Feminismos e pós-colonialismos”. *In: Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 21, n. 2, pp. 655-658.
- CSORDAS, Thomas J, 1999. “The body's career in anthropology”. *In: MOORE, Henrieta. Anthropological Theory Today*. Cambridge, Polity.
- CUNHA, Claudia Carneiro, 2011. “*Jovens Vivendo com HIV/AIDS: (Con)formação de sujeitos em meio a um “embaraço”*”. Tese em Antropologia Social pelo Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
- DA MATTA, Roberto, 1981. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan.
- DAS, Veena, 2007. *Life and Words: Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley, Editora University of California Press.
- _____, 2000. “The act of witnessing: violence poisonous knowledge and subjectivity. *In: Violence and Subjectivity*. Berkeley, Editora University of California Press.
- _____, 1999. “Fronteiras, violência e trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14 n. 40.
- DAS, Veena, KLEINMAN, Arthur Kleinman, 2001. *Remaking a World: Violence, social suffering, and recovery*. Los Angeles, Editora University of California Press.

- _____, 2000. *Violence and Subjectivity*. Los Angeles, Editora University of California Press.
- DAS, Veena et al., 2012. “Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos – entrevista com Veena Das. *In: Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, Vol. 5 - no 2. Pp: 335-356.
- DAS, Veena, POOLE, Deborah, 2004. State and its Margins: Comparative ethnographies. *In: DAS, V., POOLE, D. Anthropology in the Margins of the State*. New Mexico, School of American Research Press.
- DE LAURETIS, Teresa, 1997. “The Violence of Rethoric”. *In: Di LEONARDO, Michaela & LANCASTER, Roger (Eds.). The Gender/Sexuality Reader – Culture, History, Political Economy*. New York, Editora Routledge.
- _____, 1994. “A tecnologia do gênero”. *In: BUARQUE, Heloisa. Tendências e Impasses: o Feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Editora Rocco.
- DEBERT, Guita Grin, 2001. “A dissolução da vida adulta e a juventude como valor”. *In: Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, vol. 16, n. 34, pp. 50-70.
- _____, 1999. *A Reivenção da Velhice*. São Paulo, Editora EDUSP.
- DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Amanda Marques, 2012. “A feminização da violência contra o idoso e as delegacias de polícia”. *In: Mediações-Revista de Ciências Sociais*. Londrina, vol. 17, n. 2, pp. 196-213.
- DEBERT, Guita Grin; BRIGUEIRO, Mauro, 2012. “Fronteiras de gênero e a sexualidade na velhice”. *In. Rev. Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 27, n. 80, pp. 37-250.
- DIAS, Maria Berenice, 2011. *Violência doméstica e as uniões homoafetivas*. Disponível na Internet: <http://www.mundojuridico.adv.br>. Acesso em 17 de julho de 2011.
- DOUGLAS, Mary, 1991. *Pureza e Perigo – Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu*. Lisboa, Editora Edições 70.
- DURHAM, Eunice, 1986. “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. *In: CARDOSO, Ruth (org.). A Aventura Antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, pp. 17-37.

- _____, 1984. "Movimentos sociais, a construção da cidadania". In: *Novos Estudos CEBRAP*, n.º10, pp. 24-31.
- EFREM FILHO, Roberto, 2014. *Trincheiras de Violência: entrecruzamentos cortantes entre relações de classe, gênero, sexualidade e território*. Relatório de Qualificação de Doutorado em Ciência Sociais, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas.
- FACCHINI, Regina, 2012. "Conexões, processos políticos e movimentos sociais uma reflexão teórico-metodológica a partir do movimento LGBT". In: *Revista Advir*. Rio de Janeiro, vol. 28, pp. 6-20.
- _____, 2009. "Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro". In: *Revista Bagoas*. Natal, n. 4, pp. 131-158.
- _____, 2008. *Entre Umas e Outras: Mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- _____, 2006. "Saúde das mulheres lésbicas – Dossiê – Promoção da equidade e da integralidade. In: *Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos*. Belo Horizonte.
- _____, 2005. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro, Editora Garamond.
- FACCHINI, Regina; BARBOSA, 2006. *Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: promoção da equidade e da integralidade*. Rede Feminista de Saúde.
- FACCHINI, Regina; FRANÇA, I. L., 2013. "Converções de gênero, sexualidade e violência: pesquisa com participantes de eventos do Orgulho LGBT de São Paulo". In: *Latitude (UFAL)*. Alagoas, vol. 7, pp. 11-30.
- FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard, 2009. *The Empire Of Trauma: An inquiry into the condition of victimhood*. Princetown, Editora Pincetown University Press.
- FAVRET-SAADA, Jeanne, 2005, "Ser afetado". In: *Cadernos de Campo: Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP*. São Paulo, vol.13, pp. 155-161.

- FELTRAN, Gabriel, 2011. *Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Editora UNESP.
- FERREIRA, Carolina B. de C, 2012. *Desejos Regulados Grupos de ajuda mútua, éticas afetivosexuais e produção de saberes*. Tese em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas.
- FONSECA, Claudia, 2000. *Família, Fofoca e Honra*. Porto Alegre, Editora UFRGS.
- FOUCAULT, Michel, 2002. “Aula de 17 de março de 1976”. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo. Editora Martins Fontes, p.285-315.
- _____, 1984. *História da Sexualidade III – O cuidado de si*. Rio de Janeiro, Editora Graal.
- _____, 1980. *História da Sexualidade I – A Vontade de saber*. Rio de Janeiro, Editora Graal.
- FRANÇA, Isadora Lins, 2013. “Frango com frango é coisa de paulista : erotismo, deslocamentos e homossexualidade entre Recife e São Paulo”. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad* Rio de Janeiro, v. 1, p. 13-39.
- _____, 2012a. “Sexualidade e política: uma abordagem a partir do mercado e do consumo”. In: *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, v. 6, p. 223-252.
- _____, 2012b. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, EDUERJ.
- _____, 2007. “Sobre 'guetos' e 'rótulos': tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 28, p. 227-255.
- FRÚGOLI JR., Heitor, 2000. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo. Editora Cortez/EDUSP.
- GREGORI, Maria Filomena. 2014. “Práticas eróticas e limites da sexualidade: contribuições de estudos recentes”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 1. Pp. 47-74.
- _____, 2012. “Erotismo, mercado e gênero: uma etnografia dos sex shops de São Paulo”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 38. Pp. 53-97.
- _____, 2011. “Usos de sex toys: a circulação erótica entre objetos e pessoas”. In: *Mana*. Rio de Janeiro, v. 17. Pp. 313-336.
- _____, 2000. *Viração: a experiência de meninos nas ruas*. São Paulo, Editora Companhia das Letras.

- _____, 1993. *Cenas e Queixas: um estudo sobre relações violentas, mulheres e feminismo*. São Paulo, Editora Paz e Terra.
- GREGORI, Maria Filomena e DEBERT, Guita G, 2008. “Violência e Gênero: novas propostas velhos dilemas”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, nº 66, pp. 165-185.
- GROSSI, Miriam et. al., 2006. *Depoimento: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis, Editora Mulheres.
- GROSSI, Miriam, 1994. “Novas/Velhas violência contra a mulher no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*. São Carlos, ano 2, 2º semestre, pp. 473-483.
- HALL, Stuart, 2000. “Quem precisa da identidade?” In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Editora Vozes.
- HARAWAY, Donna, 2004. ““Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 22, pp.207-225.
- _____, 2000. “Manifesto Cyborg: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: SILVA, Tomaz T. (Org). *Antropologia do Cyborgue: As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, Editora Autêntica.
- _____, 1997. *Modest_Witness@Second_Millennium.FemaleMan_Meets_OncoMouse: Feminism and Technoscience*. New York, Editora Routledge.
- _____, 1995. *Ciencia, cyborg y mujeres – la reinención de la naturaleza*. Madrid, Editora Cátedra.
- _____, 1992. “The Promises of Monsters: A Regenerative Politics for Inappropriate/d Others”. In: GROSSBERG, Lawrence, NELSON Cary, TREICHLER Paula A. (Eds.). *Cultural Studies*. New York, Editora Routledge , pp. 295-337.
- HERN, Marilyn, 2014. *O Efeito Etnográfico e outros ensaios*. São Paulo, Editora Cosac Naify.
- _____, 2006. *O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, Editora da Unicamp.
- _____, 1997. “Entre uma melanesianista e uma feminista” In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 8/9, pp.7-49.

- _____, 1992. *Reproducing the future: anthropology, kinship, and the new reproductive technologies*. London, Editora Routledge.
- hooks, bell, 2004. “Mujeres negras: dar forma a la teoria feminista”. In: hooks, bell, BRAH, Avtar; SANDOVAL, Chela & ANZALDÚA, Gloria (Orgs). *Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*. Madrid. Editora Traficantes de Sueños, pp. 33-50.
- hooks, bell, 2000. *Feminist theory: from margin to center*. Cambridge, Editora South End Press.
- hooks, bell, 1981. *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism*. New York. Editora South End Press.
- IRIGARAY, Luce, 1985a. *This Sex Which Is Not One*. Ithaca, Editora Cornell University Press.
- _____, 1985b. *Speculum of the other woman*. Ithaca, Editora Cornell University Press.
- LACOMBE, Andrea, 2014. *Regimes de visibilidade, mudança social e convenções sobre sexualidade e envelhecimento: um estudo entre mulheres que mantêm relações homossexuais em São Paulo e Buenos Aires*. Relatório de Bolsa Pós Doc. FAPESP. São Paulo.
- _____, 2007. “De entendidas a sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro”. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 28, pp.207-225.
- _____, 2006. *Para Hombre Ya Estoy Yo: Masculinidades y socialización lésbica en un bar del centro de Rio de Janeiro*. Buenos Aires, Editora Antropofagia.
- LATOUR, Bruno, 1994. *Jamais Fomos Modernos – Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- LEVY, Charmain, 2009. “Influência e Contribuição: a Igreja Católica no Brasil e o Fórum Social Mundial”. In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, pp 177-197.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, 2013. *Antropologia Estrutural*. São Paulo, Editora Cosac Naify, vol. 2.
- _____, 2010. *Estruturas Elementares do Parentesco*. Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- LORDE, Audre, 2003. *La hermana, la extranjera*. Madrid. Editora horas y HORAS, la editorial.

- LUGONES, Maria, 2008. “Colonialidad y género”. In: *Tábula Rasa*. Bogotá, n.9, pp. 73-101.
- MAGNANI, José Guilherme C.; SOUZA, Bruna M. de, (Orgs.) 2007. *Jovens na Metrópole. Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo, Editora Terceiro Nome.
- MAGNANI, José Guilherme C., TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.), 1996. *Na Metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo, Editora Edusp.
- MEINERZ, Nádia E., 2005. “Método cem por cento garantido: práticas de sexo segura em relações homoeróticas entre mulheres de segmentos médios em Porto Alegre”. In: *Boletim Eletrônico Ciudadania Sexual, América Latina*, vol. 6, pp. 1-7.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009. LOAS Anotada – Lei Orgânica da Assistência Social. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome – Secretaria da Assistência Social. Brasília.
- MOORE, Henrieta. 1994. “The problem of explaining violence in the social sciences”, in: GOW, Peter e HARVEY, P.. *Sex and Violence – Issues on Representation and Experience*. New York, Editora Routledge.
- MOUTINHO, Laura, 2014. “Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 42, pp 201-248.
- _____, 2006. “Negociando com a adversidade: reflexões sobre ‘raça’ gênero, (homo)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro”. In: *Revista de Estudos Feministas*. São carlos, n. 14, pp 103-116.
- _____, 2004. “‘Raça’, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas n. 23, pp 55-88.
- NADAI, Larissa, 2012. *Descrever Crimes, Decifrar Convenções Narrativas: Uma etnografia entre documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de estupro e atentado violento ao pudor*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas.

- OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva, 2013. *União de Mulheres de São Paulo: feminismos, violência de gênero e subjetividades*. Dissertação de Mestrado em História Cultural pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas.
- PASINATO, Wânia, 2011. “‘Femicídios’ e as mortes de mulheres no Brasil”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 37, p. 219-246.
- PATEMAN, Carole, 1993. *O Contrato Sexual*. São Paulo, Editora Paz e Terra.
- PEIRANO, Mariza, 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Editora Relume-Dumará.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa, 2005. *De rolê pela cidade: os pixadores em São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP. São Paulo.
- PEREIRA, Bruna Cristina Juquetto, 2013. *Tramas e Dramas de Gênero e de Cor: A Violência doméstica e familiar contra mulheres negras*. Dissertação de mestrado pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília - UnB. Brasília.
- PERERA, Sasanka, 2001. “Spirit possetion and avenging ghosts: storys of supernatural activity as narratives of terror and mechanisms of coping and remembering. In: DAS, V. et al.. *Remaking a World: Violence, social suffering, and recovery*. Los Angeles, Editora University of California Press.
- PIMENTEL, Silvia; PANDJIARJIAN, Valéria; BELLOQUE, Juliana, 2006. “Legítima defesa da honra' ilegítima impunidade de assassinos – um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina”. In: CORREA, Mariza & SOUZA, Erica Renata de. *Vida em Família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”*. Coleção Encontros, Pagu – UNICAMP. Campinas, pp 65-134.
- PINTO, Valdir Monteiro, 2004. *Aspectos epistemológicos das doenças sexualmente transmissíveis em mulheres que fazem sexo com mulheres*. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo.
- PISCITELLI, Adriana, 2008. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. In: *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 11, n. 2.Pp. 263-274.

- POLLAK, Michael, 1990. *Expérience concentrationnaire : essai sur le maintien de l'identité*. Paris, Éditions Métailié.
- PONTES, Heloisa, 1985. *Do Palco aos Bastidores: o SOS Mulher e as práticas feministas contemporâneas*. Dissertação de Mestrado em Antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas.
- PORTELLA, Ana Paula; FERREIRA, Verônica, 2009. “Lésbicas, sexualidade e saúde: síntese dos resultados de Pesquisa Direitos Sexuais e Necessidades de Saúde de Lésbicas e Mulheres Bissexuais na percepção de profissionais de saúde e usuárias do SUS”. In: *3 SOS Corpo*. Recife.
- PRECIADO, Beatriz, 2011. *Manifesto Contrasexual*. Barcelona, Editorial Anagrama.
- RABELLO, Luiza Rocha, 2013. *A existência lesbiana e o atendimento ginecológico oferecido às lésbicas no discurso de profissionais da saúde do HRC*. Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais – ICS, da Universidade de Brasília – UnB. Brasília.
- RAGO, Margareth, 2011. “Escrita de si, parresia e feminismos”. In: VEIGA-NETO, A.; CASTELO BRANCO, G. (Orgs.). *Foucault, Filosofia e Política*. Belo Horizonte, Editora Autêntica.
- _____, 2010 “Cartografias de si no feminismo da diferença”. In: *Revista Gênero*. Niterói, vol. 10, p. 151-175.
- RICH, Adrienne, 2001. “Heterossexualidad obligatória y existencia lesbiana”. In: RICH, Adrienne. *Sangre, Pan y Poesia. Prosa recorrida: 1979-1985*. Barcelona, Editora Icaria Editorial.
- RODRIGUES, Silvia Aguião, 2014. *Fazer-se no Estado: uma etnografia sobre o processo de constituição dos ‘LGBT’ como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas.
- ROSE, Nikolas, 1998. *Inventing our selves*. Cambridge, Editora Cambridge University Press.
- _____, 1996. “Governando a Alma: a formação do eu privado”. In: Silva, T.T. da (Org.). *Liberdades Reguladas*. Petrópolis, Editora Vozes.

- ROSS, Fiona, 2001. "Speech and silence: women's testimony in the First Five Weeks of Public Hearings of the South African Truth and Reconciliation Commission" *In* DAS, V. et al.. *Remaking a World: Violence, social suffering, and recovery*. Los Angeles, Editora University of California Press.
- RUBIN, Gayle S, 1998. *Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality*. *In*: NARDI, P. M.; SCHNEIDER, B. E. (Eds.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York, Editora Routledge.
- _____, 1975. "The Traffic in Women. Notes on the 'Political Economy' of Sex". *In*: REITER, Rayna (Ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York, Editora Monthly Review Press.
- RUBIN, Gayle, BUTLER, Judith, 2003. "Tráfico Sexual – Entrevista". *In*: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 21, p. 157-202.
- SANTOS, Tatiana Nascimento dos; ARAÚJO, Bruna Pinheiro de; RABELLO, Luiza Rocha, 2014. "Percepções de lésbicas e não-lésbicas sobre a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha em casos de lesbofobia intrafamiliar e doméstica". *In*: *Revista Bagoas – Estudos Gays: Gêneros e Sexualidade*. Rio Grande do Norte, vol. 8, n. 11, pp. 101-119.
- SARTI, Cynthia, 2003a. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo, Editora Cortez.
- _____, 2003b. "Famílias enredadas". *In*: ACOSTA, A. R. & VITALE, M. A. (Orgs). *Família: laços redes e políticas públicas*. São Paulo, Editora IEE-PUCSP, pp. 21-36.
- _____, 1988. "Feminismo no Brasil: uma trajetória particular". *In*: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 34, p. 38-47.
- SEGATO, Rita Laura, 2007. "O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça". *In*: STEVENS, Cristina (Org.). *Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis, Editora EDUNISC.
- _____, 2006a. "Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea". *In*: *História Revista* (UFG). Brasília, vol. 10, n. 2, pp. 195-226.
- _____, 2006b. "Que es un feminicídio: notas para un debate emergente". *In*: *Série Antropologia*. Brasília, n. 401.

- _____, 2003. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal, Editora Universidad Nacional de Quilmes.
- _____, 1998. “O percurso do gênero na Antropologia e para além dela”. In: *Série Antropologia*. Brasília, n. 236.
- SILVA, Martinho Braga Batista e, 2011. *Entre o “desmame” e os “galinha d’água”: a vida fora dos hospícios no contexto da primeira condenação do Brasil por violação de direitos humanos*. Tese em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro.
- SOREL, George, 1992. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo. Editora Martins Fontes.
- SOUZA, Erica Renata de, 2005. *Necessidade de Filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de, 2012a. “O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo”. In: *Revista de Antropologia (USP Impresso)*. São Paulo, vol. 55, p. 781.
- _____, 2012b. “Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte do processo de formação estatal”. In: *Revista de Antropologia (USP Impresso)*. São Paulo, vol. 55, pp. 559-564.
- SOUZA LIMA, Antônio Carlos; MACEDO E CASTRO, João Paulo, 2008. “Política(s) Pública(s)”. In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (Orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador, Associação Brasileira de Antropologia – EDUFBA.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth, 1991. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- SPIVAK, Gayatri, 1996. *In Other Worlds*. New York. Editora Routledge.
- STOLCKE, Verena, 2003. “La mujer es puro cuento. La cultura del gênero”. In: *Quaderns del Institut Català d’Antropologia*. Barcelona, pp. 69-75.
- STRATHERN, Marilyn, 2014. *O Efeito Etnográfico e outros ensaios*. São Paulo, Cosac Naify.

- _____, 2009. “A Antropologia e o advento da Fertilização In Vitro no Reino Unido: uma história curta”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 33. Pp. 9-55.
- _____, 2006. *O Gênero da Dádiva: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, Editora Unicamp
- _____, 1999. “No limite de uma certa linguagem”. In: *Mana*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, Pp. 157-175 .
- _____, 1997. “Entre uma melanesianista e uma feminista”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 8/. Pp. 7-49.
- TAUSSIG, Michel, 1993. *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem. Um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- _____, 1988. “Terror as Usual. A Talk delivered at the Conference ‘Talking Terrorism; Ideologies and Paradigms in a Postmodern World’”. Stanford University, mimeo.
- TEIXEIRA, Carla Costa; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de, 2010. “A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?”. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias (Coord. de área); MARTINS, Carlos Benedito (Coord. geral) (Orgs.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo, Anpocs, pp. 51-95.
- TELLES, Vera da Silva, 2010. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, Editora Argumentum.
- TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso, 2010. “Illegalismos e jogos de poder em São Paulo”. In: *Tempo Social: revista de sociologia da USP*. São Paulo, vol. 22, n. 2.
- _____, 2007. “Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito”. In: *Estudos Avançados* [online]. São Paulo, vol.21, n.61, pp. 173-191.
- TODESCHINI, Maya, 2001. “The bomb’s womb? Women and the atom bomb” In: DAS, V. et al., *Remaking a World: Violence, social suffering, and recovery*. Los Angeles, Editora University of California Press.
- TORRES, Haroldo da Gama; et. al., 2003. “Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 17, n. 47.
- VIANNA, Adriana de R. B., 2013. “Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos”. In: VIANNA, Adriana de R. B. (Org.) *O fazer e o desfazer dos*

- direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro. Editora E-papers Serviços Editoriais.
- _____, 2012. “Violência, Estado e Gênero: Considerações sobre corpos e corpus - entrecruzados”. Versão da apresentação feita no *Simpósio Margens da Violência: Contornos estatais e sociais do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro*, coordenado por Antonio Carlos de Souza Lima (Laced/DA/UFRJ) e Virginia Garcia Acosta (Ciesas/México). Mimeo.
- _____, 2002. *Limites da menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. Tese de Doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro
- VIANNA, Adriana, FARIAS, Juliana, 2011. “A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional”. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 37, pp.79-116.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, 2002. *A Inconstancia da Alma Selvagem e Outros Ensaio de Antropologia*. São Paulo, Editora Cosac Naify.
- WALKOWITZ, Judith R, 1992. *La Ciudad de las Pasiones Terribles. Narraciones sobre el peligro sexual em el Londres victoriano*. Madrid, Ediciones Cátedra.
- WEBER, Max, 2006. *Ciência e Política: Duas vocações*. São Paulo. Editora Martin Claret.
- _____, 1991. *Economia e Sociedade*. Brasília. Editora EdUnB.
- WEEKS, Jeffrey, 1985. *Sexuality and it's Discontents Meaning myths and modern sexuality*. Nova Iorque, Editora Routledge
- WITTIG, Monique, 2006. *El Pensamiento Heterosexual y otros ensayos*. Barcelona, Editorial Eagles.
- ZALUAR, Alba, 2012. “Juventude Violenta: Processos, Retrocessos e Novos Percursos”. *In: DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 55, pp. 327-365.
- _____, 2004. *Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- _____, 2000. *A máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- _____, 1994. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.

ZALUAR, Alba e CONCEIÇÃO, Isabel S, 2007. “Favelas sob o Controle das Milícias no Rio de Janeiro: Que Paz?”. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, vol. 21, n. 2, pp. 89-101.

ZANOLI, Vinícius, 2015. *Fronteiras da política: relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas (1995-2013)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas.